



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tamara Arend de Freitas

COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL: UM ESTUDO A PARTIR DA POLÍTICA DE ACESSO À
INFORMAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO RIO
PARDO (RS)

Santa Cruz do Sul
2018

Tamara Arend de Freitas

COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL: UM ESTUDO A PARTIR DA POLÍTICA DE ACESSO À
INFORMAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO RIO
PARDO (RS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Grazielle Betina Brandt.

Santa Cruz do Sul
2018

F866c Freitas, Tamara Arend de
Comunicação, cidadania e administração pública municipal : um estudo a partir da política de acesso à informação em municípios da região do Vale do Rio Pardo (RS) / Tamara Arend de Freitas. – 2018.
258 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2018.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Grazielle Betina Brandt.

1. Administração pública. 2. Comunicação na administração pública. 3. Cidadania. 4. Comunicação. 5. Informação. I. Brandt, Grazielle Betina. II. Título.

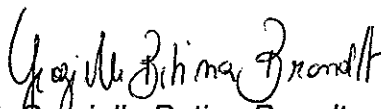
CDD: 352.384

Bibliotecária responsável: Jorcenita Alves Vieira - CRB 10/1319

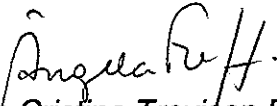
TAMARA AREND DE FREITAS

COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM ESTUDO A PARTIR DA POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO (RS)

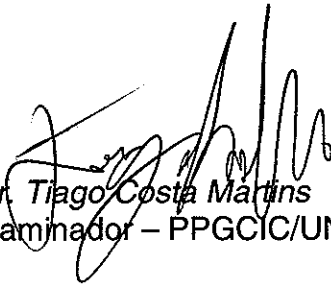
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.



Dr.^a Grazielle Betina Brandt
Professora Orientadora - PPGDR/UNISC



Dr.^a Angela Cristina Trevisan Felippi
Professora Examinadora – PPGDR/UNISC



Dr. Tiago Costa Martins
Professor Examinador – PPGCIC/UNIPAMPA

Santa Cruz do Sul
2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família e amigos, a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, me apoiaram e incentivaram para estar aqui, trilhando este caminho. Um agradecimento especial para meu noivo, Luiz Eduardo, por tornar minhas decisões mais fáceis, minhas angústias menores e meus fardos mais leves ao longo desse processo, com amor, carinho e paciência.

Agradeço também a todos os professores com os quais tive a honra de conviver e aprender, tanto no mestrado quanto ao longo do meu percurso na graduação. Vocês me inspiraram e ainda inspiram. Com certeza, aqui há um reflexo de cada aprendizado obtido com vocês. Cabe aqui um agradecimento especial à minha orientadora, Grazi, por todo apoio e incentivo, desde o momento em que tomei a decisão de tentar uma vaga no mestrado. Obrigada por, tantas vezes, ouvir minhas dúvidas com atenção e me indicar a melhor direção a ser seguida.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos aqueles que aceitaram fazer parte desta construção, arrumando espaço em suas agendas para atender às minhas solicitações. Este trabalho ficou mais rico com a participação de vocês.

[...] devemos considerar que o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte). [...] situações como a que agora defrontamos parecem definitivas, mas não são verdades eternas.

Milton Santos – *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2000, p. 78).

RESUMO

A proposta deste trabalho é analisar como se constitui o processo comunicacional da administração pública em municípios selecionados da região do Vale do Rio Pardo (RS) a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI) e dos preceitos da comunicação pública. De forma específica, busca verificar o uso dado à informação pública pelos profissionais responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais; evidenciar a qualidade da informação pública disponível nos portais institucionais das administrações públicas municipais; elucidar a relação dessas informações públicas – e do processo comunicacional no qual estão inseridas – com o território; e identificar se o processo comunicacional das administrações públicas municipais possui potencial para o estabelecimento de uma comunicação pública. Para tanto, foram realizados estudos teóricos sobre comunicação, cidadania e democracia – aportes para o desenvolvimento regional; e sobre a política pública de acesso à informação. Também, foi realizado um estudo de caso com três municípios pertencentes à região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Rio Pardo (RS), identificados por Encruzilhada do Sul, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. O estudo, que possuiu como marco teórico-metodológico o materialismo dialético, se deu a partir de uma pesquisa qualitativa, envolvendo a realização de entrevistas com os responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas dos municípios selecionados, bem como a análise do conteúdo disponibilizado nos portais institucionais das administrações públicas municipais em observância ao cumprimento das exigências mínimas previstas na LAI. Percebeu-se que o processo comunicacional das administrações públicas dos municípios selecionados se constitui a partir de práticas tanto informacionais quanto comunicacionais, estabelecendo relação com o disposto na LAI, em maior ou menor grau, embora não tenha sido identificados preceitos de comunicação pública na totalidade dos processos. O processo comunicacional do município de Encruzilhada do Sul possui como intuito geral a divulgação de informações aos cidadãos, mas não apresenta excelência no que tange aos quesitos da LAI. Em um processo voltado para práticas, basicamente, informativas, um nível primário de participação, preceitos da comunicação pública como diálogo e debate público não foram visualizados. O processo comunicacional do município de Santa Cruz do Sul, por sua vez, também possui como intuito a divulgação de informações aos cidadãos, apresentando em seu portal institucional todas as informações – embora algumas apenas parcialmente – relativas aos quesitos da LAI analisados. Em seu processo comunicacional também não foram visualizados preceitos de comunicação pública, estando suas práticas voltadas para a consulta, um nível secundário de participação. Já no processo comunicacional do município de Vera Cruz, pode ser identificado preceitos de comunicação pública, uma vez que o mesmo está voltado para o estímulo de práticas de corresponsabilidade, nível máximo de participação. Também com um processo comunicacional com intuito voltado para a divulgação de informações aos cidadãos, o município de Vera Cruz cumpre com o disposto na LAI, embora durante a análise tenha se percebido ausências de informações relacionadas aos quesitos pesquisados.

Palavras-chave: Administração pública. Comunicação na administração pública. Cidadania. Comunicação. Informação.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the communication process of public administration in selected municipalities of the *Vale do Rio Pardo (RS)*, based on the Law of Access to Information (*LAI*) and the precepts of public communication. Specifically, it seeks to verify the use given to public information by the professionals responsible for the communicational process of the municipal public administrations; to evidence the quality of public information available in institutional portals of municipal public administrations; elucidate the relation of this public information - and of the communicational process in which they are inserted - with the territory; and to identify if the communicational process of the municipal public administrations has the potential for the establishment of a public communication. For that, theoretical studies were carried out on communication, citizenship and democracy - contributions to regional development; and on the public policy of access to information. Also, a case study was carried out with three municipalities belonging to the Regional Development Council (*COREDE*), region of the *Vale do Rio Pardo (RS)*, identified by *Encruzilhada do Sul*, *Santa Cruz do Sul* and *Vera Cruz*. The study, which possessed as a theoretical-methodological framework dialectical materialism, was based on a qualitative research, involving interviews with those responsible for the communication process of the public administrations of the selected municipalities. As well as the analysis of the content made available in the institutional portals of the municipal public administrations in compliance with the minimum requirements established in the *LAI*. It was noticed that the communicational process of the public administrations of the selected municipalities is based on both, informational and communicational practices, establishing a relationship with *LAI*, in greater or lesser degree. Although no public communication precepts have been identified in all processes. The communication process of the municipality of *Encruzilhada do Sul* has as general purpose the dissemination of information to the citizens, but does not present excellence in relation to the requirements of *LAI*. In a process aimed at basically informative practices, a primary level of participation, precepts of public communication such as dialogue and public debate were not visualized. The communication process of the municipality of *Santa Cruz do Sul*, in turn, also has the purpose of disseminating information to citizens, presenting in its institutional portal all information, though only partially, related to the *LAI* issues analyzed. In their communication process, public communication precepts were not visualized, and their practices focused on consultation, as a secondary level of participation. Already in the communicational process of the municipality of *Vera Cruz*, it can be identified based on public communications, since it is expected to stimulate practices of responsibility, maximum volume of participation. Also with a communication process aimed at the dissemination of information to citizens, the municipality of *Vera Cruz* complies with the provisions of *LAI*, although during the analysis it was noticed absences of information related to the queries surveyed.

Keywords: Public administration. Communication in public administration. Citizenship. Communication. Information.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Modelo de comunicação para a construção de consensos.....	93
FIGURA 2 –	COREDE do Vale do Rio Pardo.....	95
FIGURA 3 –	Página inicial do portal institucional da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul	143
FIGURA 4 –	Página inicial do portal institucional da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.....	153
FIGURA 5 –	Página inicial do portal institucional da Prefeitura Municipal de Vera Cruz.....	164

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Quadro para auxílio na análise do conteúdo dos portais institucionais	92
QUADRO 2 –	Informações referentes ao registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul.....	144
QUADRO 3 –	Informações referentes ao registro de repasses ou transferências de recursos financeiros e ao registro das despesas da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul	145
QUADRO 4 –	Informações referentes aos procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul	146
QUADRO 5 –	Informações referentes aos dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul	147
QUADRO 6 –	Informações referentes às respostas às perguntas mais frequentes da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul.....	147
QUADRO 7 –	Informações referentes às últimas três notícias divulgadas da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul	149
QUADRO 8 –	Informações referentes ao “Fale Conosco”/“Contato” da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul	150
QUADRO 9 –	Informações referentes ao SIC físico e ao e-SIC da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul	151
QUADRO 10 –	Informações referentes à seção específica sobre divulgação da LAI da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul	151
QUADRO 11 –	Informações referentes à regulamentação da LAI da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul.....	152
QUADRO 12 –	Informações referentes ao registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul	155
QUADRO 13 –	Informações referentes ao registro de repasses ou transferências de recursos financeiros, ao registro das despesas e aos dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.....	156

QUADRO 14	–	Informações referentes aos procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.....	158
QUADRO 15	–	Informações referentes às respostas às perguntas mais frequentes da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul	159
QUADRO 16	–	Informações referentes às últimas três notícias divulgadas da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul	160
QUADRO 17	–	Informações referentes ao “Fale Conosco”/“Contato” da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul	160
QUADRO 18	–	Informações referentes à seção específica sobre divulgação da LAI, ao SIC físico e ao e-SIC da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul	161
QUADRO 19	–	Informações referentes à regulamentação da LAI da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.....	162
QUADRO 20	–	Informações referentes ao registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento da Prefeitura Municipal de Vera Cruz	165
QUADRO 21	–	Informações referentes ao registro de repasses ou transferências de recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Vera Cruz.....	166
QUADRO 22	–	Informações referentes ao registro das despesas da Prefeitura Municipal de Vera Cruz.....	167
QUADRO 23	–	Informações referentes aos procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados da Prefeitura Municipal de Vera Cruz.....	168
QUADRO 24	–	Informações referentes aos dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Vera Cruz.....	169
QUADRO 25	–	Informações referentes às respostas às perguntas mais frequentes da Prefeitura Municipal de Vera Cruz	170
QUADRO 26	–	Informações referentes às últimas três notícias divulgadas da Prefeitura Municipal de Vera Cruz	171
QUADRO 27	–	Informações referentes ao “Fale Conosco”/“Contato” da Prefeitura Municipal de Vera Cruz	172
QUADRO 28	–	Informações referentes ao SIC físico e ao e-SIC da Prefeitura Municipal de Vera Cruz.....	173

QUADRO 29	–	Informações referentes à seção específica sobre divulgação da LAI da Prefeitura Municipal de Vera Cruz.....	174
QUADRO 30	–	Informações referentes à regulamentação da LAI da Prefeitura Municipal de Vera Cruz.....	175

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E DEMOCRACIA: APORTES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	24
	2.1 A transformação dos territórios na perspectiva comunicacional	26
	2.1.1 A des-re-territorialização no meio técnico-científico-informacional.....	31
	2.2 O processo comunicacional voltado para o exercício da cidadania e da democracia e sua materialidade nos territórios	34
	2.2.1 Empoderamento para um outro desenvolvimento	40
	2.3 A comunicação das administrações públicas: reflexões e possibilidades	45
3	A POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO	53
	3.1 O acesso à informação: um direito cidadão	55
	3.2 A garantia do direito: a Lei de Acesso à Informação (LAI)	62
	3.3 A normatização da LAI nos territórios: a relação entre forças exógenas e forças endógenas	70
4	COMUNICAÇÃO E CIDADANIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: APORTES PARA ANÁLISE	80
	4.1 Materialismo dialético e o estudo do processo comunicacional de administrações públicas municipais	81
	4.2 Procedimentos metodológicos	86
	4.3 (Re)conhecendo os municípios de estudo	94
5	O PROCESSO COMUNICACIONAL EM ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS: UMA ANÁLISE DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO VALE DO RIO PARDO (RS)	101
	5.1 O processo comunicacional na visão de quem dá uso às informações públicas	101
	5.1.1 Encruzilhada do Sul.....	101
	5.1.2 Santa Cruz do Sul	113
	5.1.3 Vera Cruz	129

5.2 O processo comunicacional realizado nos portais institucionais dos municípios selecionados	142
5.2.1 Encruzilhada do Sul.....	142
5.2.2 Santa Cruz do Sul	153
5.2.3 Vera Cruz	163
5.3 Comunicação, cidadania e desenvolvimento regional na materialidade das administrações públicas municipais	175
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS	198
APÊNDICE A – Roteiro-base das entrevistas	207
APÊNDICE B – Termo de autorização de gravação de entrevista e uso de informações da servidora pública do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Cristine da Silva Machado	210
APÊNDICE C – Termo de autorização de gravação de entrevista e uso de informações do servidor público do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Nei Ubirajara Carvalho	211
APÊNDICE D – Termo de autorização de gravação de entrevista e uso de informações do gestor do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Antonio Valpir da Rocha	212
APÊNDICE E – Termo de autorização de gravação de entrevista e uso de informações do Secretário Municipal de Comunicação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Régis de Oliveira Júnior	213
APÊNDICE F – Termo de autorização de gravação de entrevista e uso de informações da Dirigente do Núcleo de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, Josileri Linke Cidade ...	214
ANEXO A – Página “Secretarias”	215
ANEXO B – Página “Horários de Atendimento”	216
ANEXO C – Página “Serviço de Informação ao Cidadão” do Portal da Transparência	217
ANEXO D – Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul – Transferência financeira	218

ANEXO E	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul – Despesas.....	219
ANEXO F	Página “LicitaCon Cidadão” referente à Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul.....	220
ANEXO G	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul – Perguntas Frequentes	221
ANEXO H	Notícia “Centro de Referência Materno Infantil realizou evento alusivo ao mês das crianças e outubro rosa”.....	222
ANEXO I	Notícia “Presidente da Câmara de Vereadores Álvaro Sperb assume o cargo de Prefeito Municipal”.....	223
ANEXO J	Notícia “Executivo Municipal quer garantir a continuidade dos serviços na agência do IPE local”.....	224
ANEXO K	Página “Fale Conosco”	225
ANEXO L	Página “Serviço de Informação ao Cidadão – SIC”	226
ANEXO M	Página “SIC” (formulário eletrônico).....	227
ANEXO N	Página “Acesso à Informação”.....	228
ANEXO O	Lei nº 3.238, de 6 de novembro de 2012 (primeira página)	229
ANEXO P	Página “Gabinete do Prefeito Municipal”	230
ANEXO Q	Página “Registro de repasses ou transferências”	231
ANEXO R	Página “Registro de despesas”.....	232
ANEXO S	Página “Controle Social – Consulta de Obras” do TCE-RS	233
ANEXO T	Página “Contratos”.....	234
ANEXO U	Página “Licitações”	235
ANEXO V	Página “Parcerias”	236
ANEXO W	Página “FAQ - Perguntas Frequentes”	237
ANEXO X	Notícia “Santa cruz recebe prêmio em segurança pública”	238
ANEXO Y	Notícia “Prefeitura destina R\$ 50 mil para a realização do Enart”	239
ANEXO Z	Notícia “Palacinho veste-se de azul”.....	240
ANEXO AA	Página “Contato”	241

ANEXO BB – Página “Acesso à Informação”	242
ANEXO CC – Página “e-SIC”	243
ANEXO DD – Decreto Nº 9.445, de 8 de junho de 2015 (primeira página)	244
ANEXO EE – Página “Governo”	245
ANEXO FF – Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Vera Cruz – Transferência financeira	246
ANEXO GG – Página “Contas Públicas”	247
ANEXO HH – Página “LicitaCon Cidadão” referente à Prefeitura Municipal de Vera Cruz.....	248
ANEXO II – Página “Contratos”	249
ANEXO JJ – Página de busca – filtro “Projetos”	250
ANEXO KK – Página “FAQ”	251
ANEXO LL – Notícia “Novembro Azul também previne o câncer de pele”	252
ANEXO MM – Notícia “Pavimentação comunitária tem início na José Rodrigues de Carvalho”	253
ANEXO NN – Notícia “Diárias de outubro podem ser conferidas”	254
ANEXO OO – Página “Contato”	255
ANEXO PP – Página “Serviço de Informação – SIC”	256
ANEXO QQ – Página “Portal de Acesso à Informação Pública”	257
ANEXO RR – Lei Municipal nº 3.965, de 10 de dezembro de 2013 (primeira página).....	258

1 INTRODUÇÃO

Neste século XXI, a sociedade vive o período que Milton Santos chamou de meio técnico-científico-informacional. O que o difere dos demais períodos é o fato de a informação¹ ser um fator extremamente importante na forma como os territórios são constituídos e utilizados, dando à união já existente entre ciência e técnica um novo sentido. Neste período, a globalização se expande, tanto através da ciência quanto da técnica e, principalmente, da informação, tornando mercados globais, territórios globais, culturas globais, e estando voltada, em grande parte, aos interesses hegemônicos da economia e da sociedade. A desigualdade já existente agora passa, também, a ser medida pela presença ou pela escassez dos novos fatores-chave, uma vez que a ciência, a tecnologia e a informação são a base técnica da vida social atual. Contudo, a presença deste meio não se faz presente em todos os lugares de forma igualitária, sua expansão é seletiva, pois o mundo atual é extremamente hierarquizado. Dessa forma, uma vez que os territórios passaram a exigir volumosas parcelas de informação, esta se apresenta como fator de agravamento de diferenças entre regiões, com grande concentração de informações em um limitado número de territórios (SANTOS, 1997, 2006; SANTOS, SILVEIRA, 2006).

A informação – assim como a ciência e a técnica – irá influenciar no processo de desenvolvimento de uma região, sendo o seu conhecimento um fator extremamente importante. Por mais que as técnicas presentes no meio técnico-científico-informacional estejam, em grande parte, vinculadas aos interesses hegemônicos – influenciando, assim, no acesso e conhecimento de informações –, à práticas perversas, esta perversidade está vinculada ao seu uso, não às técnicas em si. Desse modo, estas mesmas técnicas, se colocadas a serviço de outros fundamentos, tanto sociais quanto políticos, podem ser utilizadas para outros fins, com outros objetivos, tornando possível se falar em um outro desenvolvimento, distinto do formato atual, que está voltado para a competitividade, para o consumo, para uma evolução negativa da sociedade (SANTOS, 2000).

¹ A informação é aqui compreendida enquanto mensagem predominantemente informativa e unidirecional – um dos polos, sempre ou predominantemente, atua como transmissor, enquanto o outro, sempre ou predominantemente atua como receptor. Difere, assim, da comunicação, compreendida enquanto mensagens predominantemente comunicativas e bidirecionais, ou seja, um diálogo genuíno no qual ambos os polos, em princípio, compartilham do mesmo poder como transmissor e receptor, com a mesma capacidade de alteração instantânea entre as formas de atuação (PASQUALI, 2005).

O ideal de um outro desenvolvimento está relacionado à capacidade de participação da sociedade nas ações dos órgãos públicos, tendo em vista um crescimento voltado para a satisfação de suas necessidades e expansão de suas liberdades reais, ou seja, a melhora da qualidade de vida dos cidadãos. Trata-se de um processo endógeno, autônomo e democrático, que permite aos cidadãos exercerem sua cidadania plena ao não apenas decidir seus representantes, mas também participar das decisões, fiscalizar e exigir ações dos entes públicos. Aqui, a comunicação se faz presente, enquanto meio para favorecer a participação da sociedade, o diálogo entre cidadãos e administrações públicas, contribuindo para a auto-emancipação cidadã e ampliação da cidadania (SERVAES, 2000; SEN, 2000). Este processo comunicacional², voltado para a cidadania e para o desenvolvimento endógeno, irá exigir mais do que apenas a difusão de informações, irá envolver a garantia de acesso às mesmas, de modo a promoverem o conhecimento e permitirem o empoderamento e a capacitação dos cidadãos para a participação, irá envolver o estabelecimento de meios que possibilitem o diálogo, que permitam aos cidadãos se expressarem, agirem, exercerem sua cidadania.

A comunicação para o desenvolvimento³ – ou C4D, do inglês *Communication for Development* – tem como função central promover o acesso à informação e reforçar a participação, se apresentando enquanto uma ferramenta para a transformação social e política, promovendo a participação e a mudança social através de métodos e instrumentos da comunicação interpessoal, dos meios comunitários e das tecnologias da informação. Nesse sentido, a comunicação para o desenvolvimento tem como intuito facilitar e garantir o acesso à informação, promover a participação e o empoderamento cidadão, bem como influenciar políticas públicas. O processo comunicacional dentro desta perspectiva se realiza de forma horizontal, bi/multidirecional, com foco em processos, transmitindo informação com emoção e

² Processo comunicacional é visto aqui enquanto uma prática que envolve não apenas os meios/canais, mas também os agentes – dotados de crenças e intuições –, os fluxos informacionais, de diálogo, e o conteúdo compartilhado, buscando a equidade nas relações de poder entre emissor e receptor, bem como a simetria nos fluxos e na compreensão – a garantia de todos poderem ser, ao mesmo tempo, emissores e receptores, ouvir e ter voz, serem capazes de compreender e serem compreendidos. Trata-se, portanto, de um processo dialético, possuidor de contradições, de tensões, assim como de forças transformadoras da realidade.

³ Neste trabalho também são utilizadas expressões como “comunicação para a cidadania”, “comunicação voltada para a cidadania e para o desenvolvimento endógeno”, todas consideradas um sinônimo para “comunicação para o desenvolvimento”, tendo em vista o seu igual sentido: uma comunicação voltada à garantia de acesso à informação, à promoção da participação da sociedade, ao empoderamento cidadão e à influência em políticas públicas.

mensagens para todos os sentidos, com o objetivo de transformação social e política. Para tanto, o processo comunicacional se utiliza de canais como mídias sociais, meios comunitários, eventos públicos, entre outros, e sua responsabilidade fica à cargo de comunicadores e *experts* de desenvolvimento, em uma responsabilidade compartilhada. Esta forma de comunicação está baseada no diálogo, no apoio à mudança social e no respeito à cultura local (JENATSCH, BAUER, 2016).

Pensar um processo comunicacional voltado para a cidadania e para o desenvolvimento regional angaria a existência de uma relação entre cidadãos e administração pública, possibilitada através do acesso à informação e à canais participativos. O exercício da cidadania, por meio da participação do cidadão na administração pública, angaria, por sua vez, possuir informação – base do conhecimento – para que ocorra de forma satisfatória. Na Constituição Federal de 1988, o acesso à informação é considerado um direito fundamental, assim como é assegurado, em seu texto, o direito a receber informações de interesse particular ou coletivo provenientes dos órgãos públicos – o texto constitucional também garante o direito à liberdade de comunicação. Contudo, o direito de acesso à informação somente veio a ser regulamentado em lei específica no ano de 2011, através da Lei de Acesso à Informação (LAI). Desde então, a publicidade se tornou preceito geral e o sigilo exceção no que tange à divulgação de informações de interesse público por parte dos órgãos e entidades públicas, sendo estipuladas práticas de transparência ativa – divulgação proativa de informações – e práticas de transparência passiva – divulgação de informações mediante solicitação (BRASIL, 1988, 2011).

A LAI trouxe, assim, um grande avanço na garantia do direito de acesso às informações públicas, contudo, trata-se de uma construção exógena, uma imposição aos territórios. Para que sua normatização seja benéfica para os cidadãos, é necessário pensar em ações que estabeleçam uma relação entre a LAI e os territórios, a partir de mecanismos endógenos – como políticas públicas. Nesse sentido, a LAI não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como um meio para o alcance do conhecimento e da capacitação cidadã, tendo em vista que é ela que garante o direito de acesso à informação, informação esta que, do contrário, poderia nunca ser transmitida. Uma vez adquirido o conhecimento, através da informação, o cidadão pode se empoderar e exigir seus direitos, exercer sua cidadania e participar de forma efetiva da administração pública, contribuindo, assim, para a democracia e para a realização de um desenvolvimento com base endógena.

Assim, a informação se apresenta como base para a construção do conhecimento, do diálogo e da decisão, bem como base técnica da vida social atual – juntamente com a ciência e a tecnologia –, influenciando, assim, na constituição e uso dos territórios. A limitação ao seu acesso – acesso este considerado um direito e assegurado juridicamente – afeta diretamente o empoderamento e o potencial de participação da sociedade, ou seja, o exercício da cidadania, entendida enquanto indutora de um desenvolvimento endógeno dos territórios. Tendo em vista tais pressupostos, este trabalho tem como **problema** de pesquisa: como se constitui o processo comunicacional da administração pública em municípios selecionados da região do Vale do Rio Pardo (RS) a partir da Lei de Acesso à Informação e dos preceitos da comunicação pública? Com base nesta problemática, surgem como **questões norteadoras** do trabalho: qual é o uso dado à informação pública pelos profissionais responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais? Qual é a qualidade da informação pública disponível nos portais institucionais das administrações públicas municipais? Qual a relação dessas informações públicas – e do processo comunicacional no qual estão inseridas – com o território? O processo comunicacional das administrações públicas municipais possui potencial para o estabelecimento de uma comunicação pública?

A **justificativa** da escolha deste tema em detrimento de inúmeros outros se dá por o interesse pela temática de pesquisa vir de longa data, principalmente no que tange ao estudo da comunicação e suas contribuições para o empoderamento das pessoas, ao permitir às mesmas o direito de se informar, ter conhecimento, e de se expressar, ter voz. Tal assunto já havia sido abordado em outros trabalhos, porém, com a visão específica da área de comunicação, uma visão mais normativa. Pensar a temática sob outro foco, fora da especificidade da área, de início, se apresentou como um desafio, superado a cada nova leitura realizada. A prática comunicacional vai muito além da empresarial/mercadológica, a mais difundida tanto em teoria quanto em prática. Há o lado social da comunicação, voltado para as pessoas e suas necessidades reais.

Aproximar os conceitos de comunicação, cidadania e desenvolvimento endógeno, para além de um tema muito interessante, vem justamente reforçar esse lado social da comunicação, no qual seus veículos podem ser considerados bens públicos, no sentido de pertencerem “à União e, portanto, à coletividade, devendo, como tais, estar prioritariamente a serviço do bem-estar comum e não de pessoas ou

grupos que detêm o poder de controlá-los” (PERUZZO, 2004, p. 277-278). Por isso, neste trabalho, decidiu-se por abordar esta relação entre comunicação, cidadania e desenvolvimento, por considerar a comunicação uma prática fundamental ao se pensar o exercício pleno da cidadania e o empoderamento e mobilização da sociedade, através da participação e do diálogo, que podem ser vistas como as bases da construção de um desenvolvimento endógeno.

Pensar em um desenvolvimento endógeno, em um “outro desenvolvimento”, envolve interpretar o desenvolvimento enquanto um processo que tem origem no interior da sociedade, que surge “de baixo para cima”, voltado para a auto-emancipação cidadã, para a expansão das liberdades e melhora da qualidade de vida das pessoas, indo além do mero crescimento econômico (SERVAES, 2000; SEN, 2000). Nesse sentido, a relação existente entre Estado e sociedade se faz importante, pois, segundo a visão defendida neste trabalho, serão estes os principais agentes de um desenvolvimento com bases endógenas. Por isso, neste trabalho decidiu-se por estudar o processo comunicacional das administrações públicas municipais, essa relação estabelecida entre administração pública e cidadãos. A escolha da esfera municipal em detrimento das demais esferas – estadual e nacional –, se deu por considerar o município a esfera pública mais próxima dos cidadãos, uma vez que é nele o seu local de moradia e de ação.

Conforme afirma Castro (2005), o debate sobre o município no Brasil é oportuno, tendo em vista que se trata de um recorte federativo com importante grau de autonomia – com atribuições e recursos próprios –, bem como de uma escala política, ao constituir um distrito eleitoral formal para vereadores e prefeitos e informar para as demais eleições, acarretando consequências importantes para a sociedade e o território locais. Também, é no município que se habita e que se exercem os direitos e deveres da cidadania, onde são buscados serviços e onde se tem direitos enquanto cidadãos, onde a sociedade vota e candidatos são votados, além de ser nele que são concretizadas as políticas públicas. Dessa forma, a esfera municipal se apresenta enquanto o lugar de aprendizado da cidadania e da democracia, do exercício do direito político e do acesso às políticas públicas (CASTRO, 2005).

Assim, este trabalho foi pensado e elaborado possuindo como **objeto de estudo** três municípios pertencentes à região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Rio Pardo (RS), identificados por Encruzilhada do Sul, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. A escolha de tais municípios em

detrimento dos demais pertencentes ao COREDE do Vale do Rio Pardo se deu por distintos motivos, mas extremamente interligados com o objetivo deste trabalho⁴:

- Município de Santa Cruz do Sul: por poder ser considerado um polo industrial e comercial da região, bem como por possuir certa concentração de instituições de ensino superior, o que faz com que muitos cidadãos de outros municípios da região venham para Santa Cruz do Sul em busca de estudo ou trabalho, portanto, se trata de um município com destaque tanto econômico quanto social. Cabe destacar que a administração pública da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul recebeu o Prêmio de Boas Práticas de Transparência na Internet, concedido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), em 2015⁵;
- Município de Vera Cruz: por possuir grande proximidade com o município santa-cruzense, tanto em limites territoriais – o município de Vera Cruz divisa seu território com o município de Santa Cruz do Sul – quanto pelos movimentos pendulares característicos entre estes dois municípios, em especial os deslocamentos da população em decorrência de trabalho e de estudo – muitos cidadãos vera-cruzenses têm em Santa Cruz do Sul o seu local de trabalho ou estudo, mas não de moradia. Cabe destacar que a administração pública da Prefeitura Municipal de Vera Cruz também recebeu o Prêmio de Boas Práticas de Transparência na Internet, concedido pelo TCE-RS, em 2015;
- Município de Encruzilhada do Sul: por possuir uma realidade distinta da visualizada nos demais municípios mencionados, uma vez que pode ser considerado um município com características específicas. Um dos municípios mais antigos da região, Encruzilhada do Sul possui sua economia voltada, em grande parte, para atividades rurais – há grande relação do rural com a cidade –, possui baixa densidade demográfica, e sua população

⁴ A proximidade geográfica dos municípios, bem como a proximidade da pesquisadora com as realidades municipais – a mesma residiu em dois dos três municípios escolhidos –, também foram questões levadas em consideração no momento da escolha.

⁵ O Prêmio de Boas Práticas de Transparência na Internet é concedido à gestores públicos que adotam iniciativas para ampliar a divulgação de informações à sociedade. O objetivo de tal prêmio é o reconhecimento de esforços dos Executivos e dos Legislativos municipais no que diz respeito à transparência, a partir da avaliação de seus portais institucionais. Para tanto, são utilizados 22 critérios – um total de 88 itens de controle –, através dos quais é verificado o atendimento aos preceitos da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente em sua alteração pela Lei de Transparência da Gestão Fiscal (TCE-RS, 2015).

parece demonstrar uma proximidade de convívio societário pouco visualizada em grandes municípios. Cabe destacar que a administração pública da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul não foi agraciada com o Prêmio de Boas Práticas de Transparência na Internet, concedido pelo TCE-RS, em 2015, por não atender aos requisitos do mesmo.

Este trabalho tem, portanto, como **objetivo geral** analisar como se constitui o processo comunicacional da administração pública em municípios selecionados da região do Vale do Rio Pardo (RS) a partir da Lei de Acesso à Informação e dos preceitos da comunicação pública. **Especificamente**, busca verificar o uso dado à informação pública pelos profissionais responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais; evidenciar a qualidade da informação pública disponível nos portais institucionais das administrações públicas municipais; elucidar a relação dessas informações públicas – e do processo comunicacional no qual estão inseridas – com o território; e identificar se o processo comunicacional das administrações públicas municipais possui potencial para o estabelecimento de uma comunicação pública.

Tendo como marco teórico-metodológico o materialismo dialético, os **procedimentos metodológicos** empregados para o estudo de caso dos municípios selecionados foram entrevistas semiestruturadas e análise do conteúdo disponibilizado nos portais institucionais, a partir de uma pesquisa qualitativa. As entrevistas foram realizadas com os profissionais responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais, a saber: o Secretário Municipal de Comunicação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Régis de Oliveira Júnior; a Dirigente do Núcleo de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, Josileri Linke Cidade; e os servidores públicos do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Antonio Valpir da Rocha (gestor), Nei Carvalho e Cristine da Silva Machado.

A análise do conteúdo disponibilizado nos portais institucionais dos municípios selecionados foi realizada através da técnica de análise de conteúdo, se valendo de indicadores não frequenciais, a saber: a ausência ou a presença – total ou parcial – dos itens analisados. Fez parte dessa análise o conteúdo informacional disponibilizado pelas administrações públicas em observância ao cumprimento das exigências mínimas previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI), assim como os conteúdos trazidos pelas últimas três notícias divulgadas na seção “Notícias”, pela

seção “Fale Conosco”/“Contato” – inclui-se aqui o e-SIC, bem como informações sobre o SIC físico – e pela seção específica dedicada à divulgação das informações de que trata a LAI. Também, foram considerados os documentos referentes à regulamentação da LAI nos municípios. Ainda, buscou-se identificar as características das informações disponibilizadas, a saber: facilidade de acesso, facilidade de compreensão, intuito, abrangência e produção das informações públicas. Por fim, ainda buscou-se identificar o nível em que se encontra o processo comunicacional das administrações públicas municipais, a partir do “Modelo de comunicação para a construção de consensos” apresentado por López et al. (2004).

Dessa forma, este trabalho foi estruturado da seguinte maneira:

Inicialmente, o capítulo “Comunicação, cidadania e democracia: aportes para o desenvolvimento regional” aborda, em um primeiro momento, questões referentes aos territórios e suas transformações a partir do meio atual – meio técnico-científico-informacional –, tendo em vista a perspectiva comunicacional, bem como questões voltadas à ideia de uma possível desterritorialização dos territórios, em decorrência das possibilidades geradas pelas técnicas do meio técnico-científico-informacional, em especial a internet. Este capítulo também traz uma análise do processo comunicacional com vistas ao estímulo do exercício da cidadania e da democracia, sendo estas consideradas indutoras do desenvolvimento regional realizado de forma endógena, voltado para a expansão das liberdades e necessidades da região – aqui, a comunicação é vista enquanto uma forma de empoderamento do cidadão, contribuindo para sua auto-emancipação. Ao final, este capítulo aborda algumas reflexões e possibilidades da comunicação realizada pelas administrações públicas da esfera municipal. Os principais autores acionados neste capítulo são Santos (1997, 1998a, 1998b, 2000, 2004, 2006, 2007), Santos e Silveira (2006), Haesbaert (2007, 2012), Lévy (2010), Pinsky (2003, 2005), Benevides (2003), Martín-Barbero (2004, 2009), Servaes (2000), Sen (2000), Baquero (2012), Fossatti (2006), Weber (2017), Brandão (2007), Grunig (2011) e Bandeira (2000).

Na sequência, o capítulo “A política pública de acesso à informação” traz, inicialmente, questões relacionadas ao acesso à informação, considerado um direito humano fundamental e precedente aos demais, uma vez que seu acesso se apresenta enquanto um meio para alcance e uso dos demais direitos relacionados à cidadania. Neste capítulo, também é analisada a garantia do direito de acesso à informação, a partir das proposições da Lei de Acesso à Informação (LAI). Este capítulo ainda

aborda algumas reflexões sobre a normatização da Lei de Acesso à Informação nos territórios, tendo em vista que a LAI se apresenta enquanto uma força exógena, procurando compreender sua relação com o desenvolvimento aqui defendido, construído a partir de forças endógenas. Os principais autores e referências utilizados neste capítulo são Canela e Nascimento (2009), Duarte (2007), Vidal (2016), Peruzzo (2007), Studart (2007), Ferreira, Santos e Machado (2012), Controladoria-Geral da União (2011), Brasil (1988, 2011, 2012), Paes (2012), Gruman (2012), Wolton (2007), Pozobon (2011), Geraldés et al. (2016), Nóbrega (2017) e Vázquez Barquero (2002).

No capítulo seguinte, intitulado “Comunicação e cidadania na administração pública municipal: aportes para análise” são abordadas, em um primeiro momento, questões referentes ao marco teórico-metodológico adotado neste trabalho, o materialismo dialético, e sua utilização no estudo do processo comunicacional de administrações públicas municipais. Na sequência, o capítulo apresenta o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados para o estudo de caso, seguido de informações acerca dos municípios de estudo, para a contextualização de suas distintas realidades. Os principais autores acionados neste capítulo são Triviños (1987), Malagodi (1988), Fragoso, Recuero e Amaral (2011), Lakatos e Marconi (2001), Duarte (2006), Bardin (1977), López et al. (2004), Etges (2001), Silveira e Hermann (2001), assim como são trazidos dados provenientes dos portais institucionais municipais, da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A apresentação e a análise do processo comunicacional das administrações públicas dos municípios selecionados, bem como as considerações as quais se pode chegar com o estudo de caso, são trazidas no capítulo seguinte.

Por fim, no último capítulo deste trabalho são apresentadas as considerações finais obtidas com a realização do estudo de caso dos municípios selecionados, tendo em vista o problema e os objetivos de pesquisa. Também, são propostas outras questões para pesquisa, originadas dos resultados obtidos neste estudo, tendo em vista que o processo de pesquisa não é um fim em si mesmo, é um ciclo no qual um conhecimento gerará novas inquietações – nunca contentamentos –, que por sua vez resultarão na busca de ainda mais conhecimento, mais profundo, e assim sucessivamente. É esta busca incessante que permite o conhecimento não apenas do presente, mas do passado e, principalmente, das tendências para o futuro, de modo a possibilitar a transformação da sociedade através da ação.

2 COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E DEMOCRACIA: APORTES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A base técnica da vida social atual está na ciência, na tecnologia e na informação, estando estas extremamente vinculadas à constituição e às formas de utilização dos territórios. No meio técnico-científico-informacional, onde os objetos⁶ utilizam, produzem e são eles próprios informação, esta se apresenta como um recurso, sendo também responsável pelas desigualdades territoriais – territórios com abundância ou carência de informação (SANTOS, SILVEIRA, 2006; SANTOS, 2006). Assim, possuir informação pode ser considerado um sinônimo de possuir poder, um poder que, quando colocado nas mãos dos interesses hegemônicos, pode gerar perversidade⁷. Porém, esta mesma informação pode servir para outros fins, desde que colocada nas mãos da sociedade, gerando solidariedade e capacitando os cidadãos a buscarem suas liberdades.

Ao pensar no exercício da cidadania enquanto um direito, a informação se apresenta como um fator importante para a sua concretização. O conhecimento, gerado a partir do acesso e compreensão das informações, associado a meios de participação, pode contribuir para o empoderamento do cidadão, de modo a este exercer sua cidadania ativa (BENEVIDES, 2003). Desse modo, o cidadão poderá ser mais do que mero receptor de direitos e executor de outros poucos – como o voto –, lutando pela criação e efetivação de diversos direitos, se tornando agente de seu próprio destino. Um processo comunicacional voltado para a cidadania tem seu foco justamente no cidadão, em lhe possibilitar o conhecimento, através da informação, e a participação, através de meios que lhe permitam ter voz e contribuir efetivamente nas decisões e ações da administração pública. Assim como a cidadania, enquanto expressão do exercício da democracia, pode ser considerada indutora de um

⁶ Formas artificiais, um produto de uma elaboração social, resultado do trabalho (SANTOS, 2006).

⁷ Para Santos (2000), a perversidade do mundo atual se visualiza através do desemprego crescente, do aumento da pobreza e queda na qualidade de vida, da generalização da fome e do desabrigo, do retorno de velhas doenças consideradas erradicadas e do surgimento de novas, da permanência da mortalidade infantil, da inacessibilidade à uma educação de qualidade, do alastramento e aprofundamento de males como egoísmo, cinismo e corrupção. Trata-se de uma evolução negativa da humanidade, com a ampliação de desigualdades de todo gênero – interpessoais, de classes, regionais, internacionais. A perversidade possui relação com a competitividade que atualmente caracteriza as ações hegemônicas, em detrimento da solidariedade e da ética – e também da política. Soma-se a isso a alienação trazida com a substituição do debate civilizatório – e do ideal de democracia plena – pelo discurso único do mercado – e pela democracia de mercado –, o império do consumo que leva à negligência com relação à cidadania.

desenvolvimento regional realizado de forma endógena, com bases territoriais e voltado para os interesses e necessidades do cidadão, o mesmo pode ser pensado com relação ao processo comunicacional voltado para a cidadania e empoderamento do cidadão.

Há que se considerar as diversas dificuldades para a realização de um processo comunicacional com tais características, indo desde barreiras impostas pelo funcionamento tradicional da administração pública – burocracia, falta de vontade em criar meios participativos, etc. – até barreiras oriundas dos cidadãos – desconhecimento/dificuldade no acesso e absorção das informações, falta de vontade em participar, descrença em atividades políticas, etc. (BANDEIRA, 2000; SANT’ANA, 2009). Contudo, tais dificuldades não significam uma impossibilidade de realização. Trata-se de um processo lento e de conquistas, possível através do engajamento em prol de um mesmo objetivo: um desenvolvimento endógeno, democrático e cidadão. A comunicação, nessa perspectiva, poderá auxiliar na realização desse processo, sendo vista não como uma prática manipuladora e perversa, mas sim “considerada um direito sem o qual outros direitos estariam ameaçados: civis, difusos, humanos, políticos e sociais” (SILVA, 2011, p. 103).

Neste capítulo, inicialmente são abordadas questões referentes aos territórios e suas transformações a partir do meio técnico-científico-informacional, tendo em vista a perspectiva comunicacional. Também, é analisada a ideia de uma possível desterritorialização dos territórios, tendo em vista as possibilidades geradas pelas técnicas do meio técnico-científico-informacional, em especial a internet. Para tanto, são trazidos autores como Santos (1997, 1998a, 1998b, 2000, 2004, 2006, 2007), Santos e Silveira (2006), Haesbaert (2007, 2012) e Lévy (2010).

Na sequência, é analisado o processo comunicacional com vistas ao estímulo do exercício da cidadania e da democracia, sendo estas consideradas indutoras do desenvolvimento regional realizado de forma endógena, voltado para a expansão das liberdades e necessidades da região. A comunicação, nesse sentido, seria uma forma de empoderamento do cidadão, contribuindo, assim, para sua auto-emancipação. Os principais autores acionados para a discussão e análise do assunto são Pinsky (2003, 2005), Santos (1998b), Benevides (2003), D. Souza (2004), Sader (2013), Capobianco e Mesquita Neto (2004), Martín-Barbero (2009), Servaes (2000), Sen (2000), Baquero (2012) e Gohn (2004).

Por fim, este capítulo traz algumas reflexões e possibilidades da comunicação realizada pelas administrações públicas, sendo estas aqui pensadas com relação à esfera municipal. São trazidos neste momento autores como Fossatti (2006), Weber (2017), Brandão (2007), Duarte (2007), Monteiro (2007), Matos (2006), Martín-Barbero (2004), Grunig (2011), Bandeira (2000) e Sant'ana (2009).

2.1 A transformação dos territórios na perspectiva comunicacional

O conceito de território é amplamente utilizado em diversas áreas do conhecimento, o que acarreta em distintas maneiras de se visualizar e de se abordar o território, podendo este ser considerado amplo, abrangendo os diversos períodos da história humana, ou ser visto de forma mais restrita, relacionado apenas à determinado contexto histórico-social, dependendo, para tanto, da perspectiva adotada pelo pesquisador (HAESBAERT, 2007). Para Santos (1998a, 2007), território não se trata apenas de um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas⁸ sobrepostas, devendo a análise compreender o termo enquanto território usado, não o território em si. O território são formas, podendo ser constituído de lugares contíguos, as horizontalidades – lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial – e de lugares em rede, as verticalidades – pontos distantes entre si, ligados por formas e processos sociais, que garantem o funcionamento global da sociedade e da economia. O território usado, por sua vez, são objetos e ações, um sinônimo de espaço humano, de espaço habitado e de espaço geográfico, a união entre chão e identidade, sendo esta relacionada ao sentido de pertencimento e territorialidade.

O espaço geográfico é fato e fator social, se apresentando, nesse sentido, não apenas como um palco, um meio para a ação da sociedade, mas sim como condicionado e condicionador, uma instância ao mesmo tempo subordinada e subordinadora, uma vez que é o resultado de processos passados e a condição para processos futuros (SANTOS, 2004). Assim, o território⁹, considerado sinônimo de

⁸ Em Santos (2006, p. 41), as coisas são entendidas enquanto produto de uma elaboração natural, um dom da natureza, ou seja, formas naturais, em contraponto aos objetos, considerados formas artificiais, produto de uma elaboração social. “No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas”.

⁹ O território, neste trabalho, é entendido enquanto “território usado”, estando o uso do termo “território” vinculado ao sentido daquele, conforme apresenta Santos (1998a, 2007) [supracitado no corpo textual].

espaço geográfico, ao mesmo tempo irá influenciar e ser influenciado pela ação da sociedade, a afetando e sendo afetado pela mesma. Conforme afirma Santos (2007), é no território que se exercita a vida, pois é no mesmo que se fundamenta o trabalho, que se estabelece o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais. E isto determina não somente a constituição e uso dos territórios, mas também das interações sociais e condições de vida. Desse modo, o território também possui grande importância para questões relacionadas à política, uma vez que “uma ciência política que não se funde no funcionamento e na dinâmica do território pode, dificilmente, oferecer uma contribuição empírica à solução dos problemas nacionais” (SANTOS, 2007, p. 20). É a partir desta perspectiva que o território é visto e abordado neste trabalho, não somente enquanto local de ação do homem e de construção das relações sociais, mas também enquanto fator integrante e crucial para a realização e construção dessas ações e relações.

A principal forma de relação entre o homem e a natureza/meio se dá através da técnica, que se apresenta enquanto “conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006, p. 16). Essas técnicas estão relacionadas com as características da sociedade e do espaço geográfico ao longo de sua evolução, de modo que o conhecimento desses sistemas técnicos se torna essencial para o entendimento das formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, dos seus primórdios aos dias atuais. A técnica, nesse sentido, constitui um elemento de explicação das sociedades e de seus espaços geográficos, embora, por si só, não seja suficiente (SANTOS, 1997, 2006).

O estudo das técnicas ultrapassa [...] o dado puramente técnico e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais. São estas, finalmente, que explicam como, em diferentes lugares, técnicas, ou conjuntos de técnicas semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores (SANTOS, 1997, p. 64).

As técnicas não são um fim em si mesmas, e sim um meio para se alcançar determinado objetivo. O sentido do seu uso será dado pelas relações sociais nas quais estão inseridas, ou seja, pelas pessoas – e pelos interesses destas – envolvidas no processo. Segundo Santos (1997, 2006), cada técnica pode ser localizada no tempo, sendo o tempo do lugar marcado não apenas por uma técnica de forma isolada, mas por um conjunto de técnicas existentes naquele espaço. Assim, é possível identificar

três grandes períodos da história do meio geográfico: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional.

O primeiro período, o meio natural, se refere ao momento no qual o emprego das técnicas estava vinculado diretamente à dependência da natureza, da qual o homem fazia uso sem grandes transformações, limitando as atividades em prol da sua harmonização e preservação. Assim, a unidade era dada pela natureza, e o homem buscava se adaptar aos sistemas naturais. Neste período, a escassez existente era dos instrumentos artificiais necessários ao domínio do mundo natural. O segundo período, o meio técnico, se refere ao surgimento do espaço mecanizado, momento no qual ocorre a crescente sobreposição – e substituição – dos objetos técnicos sobre os objetos culturais e naturais. No Brasil, é possível identificar três subperíodos presentes no meio técnico: as técnicas pré-máquinas e, depois, as técnicas da máquina – somente na produção –, que definiam o país como um arquipélago da mecanização incompleta, e, mais tarde, com a incorporação das máquinas ao território – ferrovias, portos, telégrafo –, um meio técnico da circulação mecanizada e da industrialização iniciante, também caracterizado pelo princípio da urbanização interior (SANTOS, SILVEIRA, 2006; SANTOS, 2006).

No terceiro período, o meio técnico-científico-informacional, também é possível identificar uma primeira fase, um período apenas técnico-científico. Neste momento, as ideias que guiam a reconstrução – ou remodelação – dos espaços nacionais são providas pela ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento, também considerados grandes instrumentos políticos. Era o início de uma nova fase do percurso capitalista. No Brasil dos anos 1970, este período se caracterizou, dentre outros aspectos, pela revolução das telecomunicações, que passaram de apenas ondas curtas e cabos submarinos de baixa capacidade de transmissão para um sistema nacional de telecomunicações por rede hertziana. Também nos anos 1970, há a incorporação do satélite INTELSAT ao sistema, e, ao final dos anos 1980, são desenvolvidos os satélites nacionais Brasilsat I e II (SANTOS, SILVEIRA, 2006).

Com os novos recursos da informação, há uma renovação da união existente entre ciência e técnica, se estabelecendo, assim, o meio técnico-científico-informacional. Este período, proporcionado pelo funcionamento do mercado – que graças à ciência, à técnica e à informação se torna global –, se refere ao período atual do sistema capitalista de produção e transformação do espaço geográfico. Os objetos, neste período, além de serem científicos pela natureza de sua concepção e técnicos

pela sua estrutura interna – e científico-técnico por sua produção e funcionamento não separarem ciência e técnica – são também informacionais, pois, além de produzir a informação, trabalham a partir dela, bem como são eles próprios informação, com capacidade de transmissão de informação de objeto para objeto. É neste período também que, com os avanços tecnológicos, se expande e se consolida o processo de globalização. A globalização, a informação e as finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares a partir da presença ou escassez das novas variáveis-chave (SANTOS, SILVEIRA, 2006; SANTOS, 2006).

A ciência, a tecnologia e a informação se apresentam como a base técnica da vida social atual, estando na base das formas de utilização e funcionamento do território. O meio técnico-científico-informacional, portanto, se trata da nova cara do espaço e do tempo, e os territórios assim requalificados acabam por atender, principalmente, à interesses hegemônicos da economia e da sociedade, sendo incorporados às correntes de globalização e tornando determinados lugares mundiais. Apesar de esse meio técnico-científico-informacional estar presente em todos os lugares, suas dimensões variam de acordo com continentes, países e regiões – é uma expansão seletiva –, pois não se pode esquecer que o mundo atual é extremamente hierarquizado (SANTOS, 1997), acarretando em agravamento das diferenças entre os territórios, ao valorizar algumas regiões em detrimento de outras.

Segundo Santos e Silveira (2006, p. 93), tanto a constituição como o uso dos territórios exigem

parcelas volumosas de informação que se distribuem segundo métricas diversas. A natureza dessa informação e sua presença desigual entre as pessoas e os lugares tampouco é alheia a esses conteúdos científico-técnicos. Estaríamos autorizados, por isso, a entender a informação como um recurso, com áreas de abundâncias e áreas de carências.

Assim, haveriam territórios bem informados, territórios pouco informados e infinitas situações intermediárias, demonstrando a importância de se compreender a qualidade da informação – banal ou secreta, de abrangência local ou global, verticalizada (informação globalmente organizada, tributária de técnicas como satélites) ou horizontal (construída na copresença) –, quem são seus produtores e possuidores – empresas, Estado, sociedade –, e os usos que estes lhe atribuem – busca de lucro, defesa da soberania, conservação dos recursos naturais, etc. (SANTOS, SILVEIRA, 2006). Esta situação influencia a constituição e o uso dado aos

territórios, uma vez que grande quantidade de informação tende a ficar concentrada em determinadas regiões, gerando mais informações e conhecimentos técnico-científicos de forma concentrada, dificultando que territórios menos informados tenham acesso a um maior conhecimento, gerando e alimentando, além de desigualdade, certa dependência. Daí a importância de se relacionar

[...] o conhecimento do lugar com o conhecimento produzido no lugar. Essa informação endógena nutre-se da força da contiguidade territorial e da energia de um acontecer homólogo, e constitui uma possibilidade de dinamizar, pela base, a economia. Ela também fundamenta a divisão territorial do trabalho. Famílias de técnicas consideradas obsoletas e organizações locais são, com frequência, as bases desse trabalho de produzir e distribuir informação no lugar (SANTOS, SILVEIRA, 2006, p. 100).

Rádios e jornais comunitários, sindicatos, associações e organizações comunitárias, entre outros, irão surgir como produtores de um saber local. Todo esse cenário irá interferir no modo como o processo comunicacional entre administração pública e cidadãos se constitui, bem como nas possibilidades de exercício da cidadania que esse processo poderá – ou não – oportunizar.

Para Santos (1998a, p. 17), na atualidade a informação se apresenta como “o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território”. Nessa perspectiva, é possível pensar a informação, também, enquanto um dos fatores de ligação entre distintos territórios, estando essa ligação, em decorrência das técnicas possibilitadas pelo meio técnico-científico-informacional, não necessariamente restrita à territórios contíguos, podendo se dar entre regiões territorialmente distantes, de forma virtual. Essa possibilidade, por sua vez, pode induzir à uma primazia das verticalidades sobre as horizontalidades, prejudicando, de certa forma, a construção de relações e formas de ação territorialmente concentradas. Pelo advento dessa possibilidade de virtualidade, muito se tem discutido sobre um provável fim dos territórios, uma desterritorialização. Desse modo, o meio técnico-científico-informacional estaria contribuindo, através de suas técnicas e do ideal de mundo globalizado que se consolidou nesse período, para criar uma suposta unicidade de espaço – bem como de tempo –, representada pela virtualidade da internet.

2.1.1 A des-re-territorialização no meio técnico-científico-informacional

O processo de globalização, cuja expansão e consolidação foi possibilitada pelos avanços realizados no meio técnico-científico-informacional – muitos justamente com esse intuito –, trouxe consigo muitas dúvidas quanto ao futuro dos territórios, chegando a ser debatida a possibilidade de um fim dos mesmos, de uma desterritorialização. Essa ideia de desterritorialização surge em função do

impacto dos processos de globalização que “comprimiram” o espaço e o tempo, erradicando as distâncias pela comunicação instantânea e promovendo a influência de lugares os mais distantes uns sobre os outros, a fragilização de todo tipo de fronteira e a crise da territorialidade dominante, a do Estado nação, nossas ações sendo regidas mais pelas imagens e representações que fazemos do que pela realidade material que nos envolve, nossa vida imersa numa mobilidade constante, concreta e simbólica (HAESBAERT, 2012, p. 19-20).

Nesse sentido, pode-se entender a desterritorialização enquanto uma dinâmica de “esvaziamento” do espaço em relação ao tempo e vice-versa. Já não há a necessidade obrigatória de o contexto, enquanto entorno imediato ou condições ambientais diretas, ser o principal elemento para a compreensão das relações sociais. A dinâmica social, cada vez mais, “se efetiva em relação com outros níveis espaciais, outros pontos de referência, muitas vezes completamente alheios às circunstâncias locais ou de contato face a face” (HAESBAERT, 2012, p. 159).

Na perspectiva da globalização, um dos elementos mais destacados para a explicação da desterritorialização está relacionado à difusão das novas tecnologias de informação e o chamado ciberespaço (HAESBAERT, 2012). Ciberespaço trata-se do novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores, especificando não somente a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo de informações que abriga, bem como os indivíduos que navegam e alimentam esse universo – a internet é o principal ambiente do ciberespaço. Com as tecnologias digitais, surge um novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, bem como há uma virtualização da informação e do conhecimento. Por virtual, pode-se entender tudo o que existe em potência, mas não em ato, algo “não-presente”, sendo essa virtualização a desterritorialização no ciberespaço (LÉVY, 2010). A desterritorialização, portanto, seria o abandono do território em decorrência da virtualização, do deslocamento para o não-lugar, ou seja, a internet. Ao fazer parte dessa rede global, as relações com o espaço e o tempo

deixariam de existir, pois, no ciberespaço, só há a unicidade de tempo e espaço – um espaço-tempo global.

Contudo, ao assim pensar a desterritorialização, essa visão não considera a possibilidade de construção de um território por meio de conexões que articulam espaços na descontinuidade. Segundo Santos (2006), dentre os mais eficazes transmissores do processo de globalização, estão as redes, das quais é inseparável a questão do poder, que por sua vez influencia na organização do espaço. No período técnico-científico-informacional, os suportes das redes encontram-se parcialmente no território – nas forças naturais dominadas pelo homem – e parcialmente nas forças elaboradas pela inteligência e contidas nos objetos técnicos, sendo ao mesmo tempo virtuais e reais, técnicas e sociais, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e centrífugas. Desse modo, é possível falar de território-rede, de conexões entre territórios não necessariamente delimitados, podendo essa conexão se dar através de uma mobilidade concreta, no sentido de um deslocamento físico, ou de uma mobilidade virtual, no sentido de acionar diferentes territorialidades sem deslocamento físico, ou seja, uma multiterritorialidade, sendo esta entendida como a forma contemporânea da reterritorialização (HAESBAERT, 2012).

O território trata-se de um híbrido entre material e ideal, sociedade e natureza, política, economia e cultura, sendo a territorialidade e a dimensão espacial um componente indissociável da condição humana, uma vez que o conceito de sociedade implica sua espacialização, sua territorialização. Em sua interação com a sociedade, o território participa em um sentido explicitamente relacional, enquanto “ator” e, também, enquanto “objeto de ação”. Por ser relacional, o território também é movimento, fluidez, interconexão, e, por isso, comporta dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização. A virtualização, nesse sentido, não é somente desterritorializadora, pois pode estar – talvez até sempre esteja – impregnada de processos simultâneos de reterritorialização (HAESBAERT, 2012). Assim, a visão de um fim dos territórios, em decorrência do meio técnico-científico-informacional, não tem sustentação, pois, por mais que as técnicas do meio atual possam promover uma desterritorialização, esta ocorre para uma posterior reterritorialização, sendo os vínculos com o território, a territorialidade, somente reformulados, ressignificados, nunca extinguidos.

Conforme afirma Santos (1998b), a territorialidade não provém do fato de viver em um local, mas sim da comunhão que se mantém com o mesmo. Por mais que seja

mencionada, pelos pesquisadores do ciberespaço, a perda das bases materiais na configuração dos processos sociais que ocorrem no mesmo,

ignora-se que mesmo o espaço “virtual” do ciberespaço não pode prescindir de bases materiais e contatos face-a-face, assim como a territorialidade – enquanto “qualidade” necessária à constituição de territórios – pode se manter mesmo sem a sua base material (HAESBAERT, 2007, p. 60).

O ciberespaço é formado por redes – mesmo que virtuais –, e estas possuem suporte no território, mesmo que parcialmente. Assim, há e são necessárias bases materiais para a formulação dessa virtualidade e das relações lá contidas. Por mais que a territorialidade não exija uma base material, ela envolve muito mais do que estar fisicamente presente em um território, envolve os vínculos com o mesmo, o sentimento de pertencimento, de identidade, fatores imateriais, mas nem por isso desterritorializados. Portanto, pode-se pensar a desterritorialização não como um movimento que está relacionado ao desaparecimento dos territórios, mas sim à um processo relacional de des-re-territorialização, no qual o território se torna mais complexo e múltiplo,

por um lado mais híbrido e flexível, mergulhado que está nos sistemas em rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação e, por outro, mais inflexível e fechado, marcado pelos muros que separam ricos e pobres, grupos “mais” e “menos seguros”, mais e menos “territorializados” (HAESBAERT, 2007, p. 66).

No meio técnico-científico-informacional, a informação está estritamente vinculada à constituição e ao uso dos territórios, estando, assim, presente nos processos de des-re-territorialização. Desde modo, seu conhecimento se torna importante para a ação da sociedade. A informação e o saber local podem se apresentar como a base para a ação endógena, voltada para os interesses e necessidades dos cidadãos. Como afirma Santos (1997), na atualidade, a sociedade e as regiões necessitam de conhecimento, se iniciando com o conhecimento do mundo e se ampliando com o conhecimento do local, sendo daí que surge uma possibilidade de ação. Segundo o autor, com o conhecimento dos mecanismos do mundo, é possível perceber o motivo de as intencionalidades estranhas virem se instalar em determinado território, possibilitando a sociedade ter capacidade de sugerir ações de interesse social.

Contudo, não se pode esquecer que as técnicas presentes no meio técnico-científico-informacional estão, em grande parte, vinculadas aos interesses hegemônicos, o que pode influenciar no acesso e conhecimento das informações, bem como das técnicas disponíveis e capazes de serem utilizadas de acordo com outros intuitos, para outros fins. Porém, por mais perversos que possam ser os usos das técnicas no meio atual, não se pode transmitir essa perversidade para as técnicas em si, pois as mesmas bases técnicas nas quais o grande capital se apoia para construir a globalização perversa podem servir a outros objetivos, basta, para tanto, que sejam colocadas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos (SANTOS, 2000). Claro que haverá o risco de uma ação ser tornada funcional para a ordem global, mas pelo fato de o trabalho no território precisar e criar informação sobre a produção e o mercado, é possível descobrir, “acima dos conflitos, interesses comuns que podem conduzir a uma consciência política, na base de uma densidade comunicacional dinâmica e transformadora” (SANTOS, SILVEIRA, 2006, p. 101).

Possuir informação, no meio técnico-científico-informacional, é quase um sinônimo de possuir poder. Nas mãos dos interesses hegemônicos e do capitalismo, essa informação pode conduzir para ações perversas, e para uma comunicação cujo intuito é incentivar o consumo e produzir a alienação da sociedade. Já quando colocada nas mãos da sociedade, dos cidadãos, essa mesma informação pode contribuir para a construção de uma comunicação voltada para a cidadania, para o incentivo de ações locais, endógenas, voltadas para o empoderamento de sujeitos que contribuem para o processo de desenvolvimento da região de acordo com suas particularidades, buscando a expansão de suas liberdades reais (SEN, 2000) e a satisfação de suas necessidades (SERVAES, 2000), ou seja, a qualidade de vida e um outro desenvolvimento.

2.2 O processo comunicacional voltado para o exercício da cidadania e da democracia e sua materialidade nos territórios

Cidadania é um conceito que varia de acordo com o tempo e o espaço. Surgido originalmente na Grécia Antiga, o conceito de cidadania significava a vivência política ativa na comunidade, na cidade (pólis), e, durante muito tempo, a ideia de cidadania esteve ligada à privilégios, uma vez que o título de cidadão – bem como os direitos cidadãos – era restrito a determinadas classes e grupos de pessoas. Por cidadão era

considerado o homem nascido em terras gregas, que poderia usufruir de todos os direitos políticos. Mulheres e estrangeiros eram proibidos de exercerem a política. Com o tempo, o conceito de cidadania foi sendo aprimorado e, na Idade Moderna, os direitos universais foram unidos ao conceito de nação, sendo introduzidos os princípios de liberdade e igualdade perante a lei e contra privilégios. Contudo, mesmo com esse aprimoramento, a cidadania ainda estava restrita às elites, sendo os direitos políticos ainda vetados para a maioria. A cidadania, enquanto processo de inclusão total, é uma visão contemporânea (GUARINELLO, 2003; ODALIA, 2003).

No que tange à visão clássica do Direito Constitucional, cidadania é compreendida como a condição da pessoa natural que, enquanto membro de um Estado, se acha no gozo dos direitos que lhe permitem participar da vida política, ou seja, o conjunto de direitos políticos do quais goza um indivíduo e que lhe permite intervir nos negócios públicos do Estado. Assim, é considerado cidadão o titular dos direitos políticos de votar – participação direta – e de ser votado – participação indireta. Nessa visão, povo enquanto ator político significa povo dotado de poder para, efetivamente, participar da gestão da coisa pública, ou seja, da formação do governo e da sua administração (DANTAS, 2011; NALINI, 2004).

Contudo, ser cidadão, na visão de Pinsky (2003), não é somente participar no destino da sociedade, votar e ser votado, ou seja, ter direitos políticos, é também ter direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei, ou seja, ter direitos civis, bem como ter direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à uma velhice tranquila, ou seja, ter direitos sociais. É o indivíduo ter garantia à participação na riqueza coletiva, uma vez que direitos políticos e civis não asseguram a democracia sem os direitos sociais. Justamente por cidadania não ser um conceito estanque, o “ser cidadão” também difere em diversos países, não apenas pelas regras que definem quem pode ou não ser titular da cidadania, mas também pelos distintos direitos e deveres que caracterizam o cidadão em cada Estado nacional contemporâneo. Ao longo dos últimos séculos, mesmo dentro de cada Estado nacional, o conceito e a prática da cidadania vem sendo alterados, seja para uma abertura maior ou menor do estatuto do cidadão para a população, seja para possibilitar a participação política a diferentes grupos, ou ainda referente aos direitos sociais (PINSKY, 2003).

Para Santos (1998b, p. 12), nos países subdesenvolvidos, “[...] há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são”. A

cidadania concreta está extremamente vinculada ao componente territorial, e cada indivíduo tem o seu valor estipulado de acordo com a sua localização no território, valor esse em constante mudança, em decorrência das diferenças de acessibilidade e independentemente de sua condição própria, uma vez que as oportunidades não se dão de forma igualitária nos distintos territórios. Por isso, a importância das realidades locais servirem como ponto de partida para o raciocínio dos administradores públicos, não apenas enquanto o local de ações desencontradas e ineficazes. Também, a importância de as populações locais terem direito à palavra, terem voz, não apenas enquanto parcela viva de um Estado ou nação, mas enquanto membros ativos de uma realidade regional que lhes afeta diretamente. A sociedade não se pode definir fora do território, e este deve ser utilizado como forma de se alcançar um projeto social igualitário, avançando, assim, de uma cidadania abstrata para uma cidadania concreta. Enquanto todos não forem considerados cidadãos, independentemente do local que se encontram, a redemocratização jamais estará completa (SANTOS, 1998b).

Além disso, nos dias atuais, o cidadão foi substituído pelo consumidor. Este não pode ser considerado cidadão – assim como não o pode o eleitor –, pois sua dimensão é singular, seu papel se esgota no momento do consumo – assim como o do eleitor no voto –, e somente alcança satisfações limitadas, pois não tem direito a debater os objetivos de suas ações, sejam elas públicas ou privadas. O cidadão é multidimensional, sendo cada dimensão articulada com as demais na procura de um sentido para a vida, e isso é o que o torna o indivíduo em busca do futuro, com base em uma concepção de mundo (SANTOS, 1998b). Para ser cidadão, antes de tudo é necessário se ter consciência, uma consciência cidadã, para então buscar conhecer os direitos e exigir o direito de se ter direitos, entendendo, também, que essa consciência não pode ser comprada, vendida, barganhada ou encontrada, ela precisa ser construída (SOUZA, D., 2004). Assim,

ser cidadão, ou cidadã, é poder ter condições de romper as barreiras da ignorância moral, espiritual e intelectual. É ter a capacidade de pensar e refletir a vida política, econômica, cultural e social em que vive, local e globalmente. Ser capaz de adquirir, e ter sempre presente em si, uma consciência histórica, democrática e internacional, cuja plataforma seja o direito de igualdade de oportunidade, a tolerância, a solidariedade, o respeito, a paz e a justiça (SOUZA, D., 2004, p. 50).

Cidadania engloba um conjunto de direitos, deveres e atitudes com relação ao cidadão, considerado enquanto indivíduo que estabeleceu um contrato com seus pares para utilização de serviços em troca de pagamentos – taxas e impostos – e de sua participação – ativa ou passiva – na administração comum. Cidadania, então, pressupõe o pagamento de impostos, mas também a fiscalização de sua aplicação, bem como o direito às condições básicas de existência – alimentação, moradia, educação, saúde – e a obrigação de zelar pelo bem comum. Nesse sentido, exercer a cidadania plena significa ter direitos civis, políticos e sociais, podendo a cidadania ser entendida, em sua acepção mais ampla, como a expressão concreta do exercício da democracia. Contudo, sonhar com uma cidadania plena em uma sociedade pobre, na qual o acesso aos bens e serviços é limitado, seria utópico, mas se os avanços da cidadania têm relação com a riqueza do país e a divisão de riquezas, também vão depender da luta e das reivindicações, ou seja, da ação concreta dos indivíduos, uma vez que a cidadania, enquanto liberdade, não pode ser outorgada, mas sim conquistada (PINSKY, 2003; 2005).

Muitas das dificuldades que são encontradas para o exercício pleno da cidadania no Brasil têm relação com a história do país, com o modo como a Nação brasileira surgiu e se articula com o Estado. No Brasil, o Estado precedeu a Nação, ou seja, a instituição jurídica foi criada sem a existência da correspondente base social. Também, há uma tensão permanente entre o princípio de igualdade proclamado pelo conceito de cidadania e a desigualdade intrínseca ao sistema capitalista. Por isso, a democracia brasileira só irá se consolidar no momento em que os indivíduos se perceberem cidadãos, com direitos e deveres, mas também como grupo – que angaria organização –, pois a cidadania é mais do que uma conquista individual (PINSKY, 2005; SANTOS, 1998b), e democracia também é conquista. É necessário ter em vista, contudo, que uma sociedade democrática e igualitária envolve diversas outras ações políticas, provindas da ação do Estado, como reformas tributária, política e social, bem como uma política de cidadania cultural, voltada para o desmonte do imaginário autoritário da classe dominante (CHAUI, 2013), mas a ação da sociedade, no exercício do seu direito de cidadão, torna-se peça fundamental, até mesmo para pressionar a ação do Estado em tais questões.

Para Sader (2013), o Brasil necessita democratizar o acesso à palavra, uma vez que país democrático é aquele no qual há meios de comunicação pluralistas, que expressam a diversidade cultural e de opiniões de sua população, e não as opiniões

de apenas alguns poucos privilegiados. Para o autor, a democracia não deve se reduzir ao acesso de todos aos direitos sociais fundamentais, devendo incluir o direito à expressão, de modo a permitir à população uma participação política mais plena, indo além da forma limitada do voto, elevando, assim, o indivíduo à sujeito de sua história, não apenas objeto das políticas de governo. Trata-se de incentivar o exercício de uma cidadania ativa, que ocorre através da participação do cidadão na esfera pública, enquanto não somente portador de direitos e deveres, mas como criador de novos direitos, para além da atividade eleitoral, que se esgota na escolha para cargos executivos e legislativos – a cidadania passiva, nesse sentido, seria aquela na qual os cidadãos são apenas os titulares de direitos já estabelecidos e concedidos pelo Estado, sem intuito participativo. Para tanto, torna-se essencial a garantia ao povo de informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação (BENEVIDES, 2003).

Além de votar em eleições, a participação da população nas atividades políticas ou públicas das esferas municipal, estadual e federal pode ser realizada de distintas maneiras, em maior ou menor grau. Tal participação pode incluir atividades relacionadas

à divulgação de informações, expressão de opiniões, manifestações públicas, contatos com autoridades, colaboração na solução de problemas comunitários, colaboração com organizações da sociedade civil ou com partidos políticos (CAPOBIANCO, MESQUITA NETO, 2004, p. 241).

A organização e mobilização da sociedade contribui significativamente para o fortalecimento das práticas de cidadania, seja para reivindicar direitos, maior transparência dos órgãos públicos e políticos, atenção para as necessidades da população e abertura para a participação da mesma no desenvolvimento de políticas públicas, seja para propor mudanças que promovam maior legitimidade, eficácia e eficiência das instituições e políticas públicas, tornando-as mais democráticas e capazes de resolver efetivamente os problemas que afetam a qualidade de vida da população e suas possibilidades de desenvolvimento (CAPOBIANCO, MESQUITA NETO, 2004). A participação da sociedade é fundamental para a boa governança e para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, assim como para o desenvolvimento da região pensado de forma endógena. Contudo, essa participação nem sempre é assegurada, seja pela não-organização da sociedade, seja pela falta de conhecimento e acesso aos meios participativos, ou até mesmo pela não-ação das

administrações públicas em incentivar e proporcionar canais de diálogo e participação com a sociedade.

Ter o direito de se expressar, de se comunicar e de participar na esfera pública torna-se, junto com os direitos civis, políticos e sociais, quesitos fundamentais para se pensar uma sociedade democrática e cidadã. A comunicação voltada para esse fim irá ter no incentivo à participação e na cessão de voz aos cidadãos seus principais pilares, bem como na disponibilização de informações públicas – a base para todas essas práticas –, de modo a proporcionar para a sociedade o conhecimento daquilo que lhe diz respeito, e na busca da inclusão de todos os envolvidos no diálogo. Assim, o que se busca é o alcance de uma cidadania ativa, a qual “coloca em relação Estado e sociedade na disputa e negociação de recursos e direitos cidadãos” (COGO, 2010, p. 48), ou seja, ir além de somente portar direitos e deveres e da atuação no processo eleitoral – uma cidadania passiva, conforme apresenta Benevides (2003). Segundo Martín-Barbero (2009), as pessoas falam do que acontece em seu bairro, em seu povoado, mas também têm coisas para dizer ao país, e não somente pedidos, mas propostas e ideias para colocar em debate. Para o autor,

o fato mais importante que está ocorrendo na comunicação não é o que está acontecendo na tecnologia, mas na comunicação como uma chave de transformação política, como esboço de uma nova democracia. Isto é, as pessoas sabem que, na comunicação, começam a ter um poder que nunca tiveram, que não é só a palavra, são os contos, músicas, narrativas, não apenas a transmissão da palavra mas a visibilidade política para se fazerem presentes com novas formas de cidadania (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 161).

A sociedade poder participar da administração pública, ter direito a se expressar, a propor mudanças e discutir as tomadas de decisões e ações do órgão público, se apresenta, portanto, como fundamental para o exercício de uma cidadania ativa, na busca de igualdade e democracia¹⁰. A comunicação, nesse sentido, servirá

¹⁰ Neste trabalho, se compartilha a visão de Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2003, p. 75-76), de que é possível haver uma coexistência entre democracia participativa e democracia representativa, estando a democracia representativa presente em nível nacional e a democracia participativa em nível local. Os autores também irão mencionar uma segunda possibilidade de combinação entre tais modelos de democracia, a complementaridade, que implica uma articulação mais profunda entre democracia representativa e democracia participativa, pressupondo “o reconhecimento pelo governo de que o procedimentalismo participativo, as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte do processo de representação e deliberação tais como concebidos no modelo hegemônico de democracia”, uma concepção com maior complexidade de implementação, devido às alterações necessárias no processo democrático atual para sua existência.

como aporte para essa ação da sociedade, empoderando-a. Uma vez empoderados, os cidadãos poderão se tornar agentes de seu próprio futuro e buscar um outro desenvolvimento, voltado para as suas particularidades e necessidades.

2.2.1 Empoderamento para um outro desenvolvimento

Segundo Servaes (2000), há três paradigmas de desenvolvimento: modernização e desenvolvimento, dependência e subdesenvolvimento, e multiplicidade/outro desenvolvimento. O primeiro paradigma define desenvolvimento enquanto crescimento econômico, alcançado através da transferência de tecnologia e cultura sociopolítica das sociedades desenvolvidas para as consideradas subdesenvolvidas, um processo que traria somente maior desigualdade e subdesenvolvimento. O segundo paradigma propõe um desenvolvimento nacional autônomo, desassociado dos mecanismos de mercado mundial que geram as relações de dependência e mantém o subdesenvolvimento, um processo “utópico” para muitos países considerados subdesenvolvidos, pois não possuem condições econômicas para operar de forma autônoma. O terceiro paradigma, por sua vez, baseia-se no princípio de que o crescimento é gerado pela satisfação de necessidades, um processo endógeno e autônomo que está em harmonia com o meio ambiente. Dentre os critérios deste paradigma se encontra a democracia participativa. A comunicação entraria neste último paradigma para favorecer a geração de iniciativas capazes de contribuir para a auto-emancipação cidadã, sendo a participação popular uma estratégia para a ampliação da cidadania. Não se trata de somente difundir informações, mas de criar condições para que estas realmente cheguem a todos, de forma a promover o conhecimento.

Visão semelhante de desenvolvimento pode ser encontrada em Sen (2000), que aborda a questão do desenvolvimento econômico e social para além do tradicional índice de renda per capita – Produto Interno Bruto (PIB) –, considerando-o um processo de expansão das liberdades reais desfrutadas, relacionando-o com a melhora da qualidade de vida das pessoas e o fortalecimento de suas liberdades. O autor não ignora a renda em sua visão de desenvolvimento, pelo contrário, a considera um importante meio para expandir as liberdades, mas enfatiza que estas dependem, também, de outros fatores, como disposições sociais e econômicas – serviços de educação, saúde – e direitos civis – liberdade de participar de discussões e

averiguações públicas. A visão de liberdade adotada por Sen (2000) envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que os indivíduos possuem, tendo em vista suas condições pessoais e sociais.

Assim,

o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade¹¹ que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais [...] é *constitutiva* do desenvolvimento (SEN, 2000, p. 10, grifo do autor).

A condição de agente¹² dos indivíduos se apresenta como central para lidar com essas privações, bem como um motor fundamental do desenvolvimento. Mas é preciso ter em vista que esta condição é restrita e limitada pelas oportunidades sociais, econômicas e políticas das quais os indivíduos dispõem (SEN, 2000). Para o autor, a expansão da liberdade é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento – respectivamente o papel constitutivo e o papel instrumental da liberdade no desenvolvimento. Tendo em vista a perspectiva instrumental – expansão da liberdade enquanto meio do desenvolvimento –, Sen (2000) apresenta cinco tipos distintos de liberdades: as liberdades políticas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência, as facilidades econômicas e a segurança protetora. Estas liberdades instrumentais podem atuar de forma complementar e estão estritamente inter-relacionadas, bem como ajudam a promover a capacidade geral de um indivíduo, aumentando sua liberdade humana, ou seja, suas liberdades substantivas – liberdade total do indivíduo que, ao fim, constitui o desenvolvimento.

Por segurança protetora pode-se compreender a proteção necessária para proporcionar uma rede de segurança social aos indivíduos vulneráveis às privações de liberdade – miséria, fome, etc. As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos possuem para utilização de recursos econômicos, seja para consumo, produção ou troca. As garantias de transparência referem-se à garantia de sinceridade e informação genuína, estando vinculadas à inibição de corrupção, irresponsabilidade financeira e transações ilícitas. As oportunidades sociais são as

¹¹ Por privações de liberdade, Sen (2000, p. 18) considera “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”.

¹² Termo “agente” entendido enquanto alguém que age e ocasiona mudanças, tendo em vista o indivíduo como membro do público e participante de ações econômicas, sociais e políticas (SEN, 2000).

disposições que influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor, como educação, saúde, etc. – pode-se incluir aqui a mídia e o acesso à informação. Estas oportunidades são importantes, também, para uma participação mais efetiva da sociedade em atividades econômicas e políticas. Por fim, por liberdades políticas pode-se compreender as oportunidades que permitem aos indivíduos a escolha de governantes, a possibilidade de fiscalização e crítica às autoridades, bem como o direito de possuir liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura (SEN, 2000). Desse modo, percebe-se que a comunicação, no que tange ao acesso à informações públicas e estabelecimento de canais participativos, possui relação com as liberdades apresentadas por Sen (2000), bem como pode vir a ser um mecanismo – embora não o único – para a eliminação de suas privações, no momento em que auxilia no alcance das mesmas, seja por garantir informações transparentes, por disseminar conhecimento do que está sendo realizado pelas administrações públicas, ou por disponibilizar canais de diálogo entre sociedade e governo.

Nessa perspectiva de Sen (2000), a participação efetiva da sociedade na construção de políticas públicas ganha força, tornando-se fator crucial para o desenvolvimento, sendo que este não atenderia mais a interesses hegemônicos externos, e sim a interesses internos da sociedade. Uma sociedade mais participativa gera a criação de oportunidades sociais que permitem a expansão das capacidades humanas, de modo a possibilitar a sua efetiva participação – e, aqui, a comunicação voltada para a cidadania, ou seja, para o empoderamento cidadão, se faz útil. Mesmo que o indivíduo não possua interesse imediato em exercer sua liberdade de expressão ou sua participação, não ter escolha nessas questões ainda representa uma privação de suas liberdades, e o processo de desenvolvimento com vistas à ampliação da liberdade humana necessita incluir a eliminação da privação do indivíduo. As recompensas do desenvolvimento humano vão além da melhora direta na qualidade de vida, influenciando as habilidades produtivas das pessoas e, conseqüentemente, influenciando também o crescimento econômico (SEN, 2000).

Assim, pensar em um desenvolvimento mais justo, para além do crescimento econômico, baseado nas necessidades da sociedade, ou seja, um desenvolvimento endógeno, angaria a participação do cidadão na tomada de decisões, quesito fundamental da cidadania e da democracia. Portanto, a cidadania pode ser vista como indutora de um desenvolvimento endógeno, sendo o exercício da cidadania a participação do cidadão na administração pública. Para tanto, capacitar esse cidadão

para a participação, através de informações – considerada a base de todo o conhecimento –, se torna essencial, bem como a disponibilização de meios para tal ação e a abertura da administração pública para o diálogo. A comunicação voltada para a cidadania e o desenvolvimento se apresenta enquanto

uma esfera original de fluxos de informação que se estabelecem com o fim de promover e agilizar o processo de conhecimento e a sua apropriação pela sociedade, com a finalidade de transformar e melhorar as condições de vida dos sujeitos. [...] na comunicação para o desenvolvimento não é suficiente fazer “para” o outro, mas o ideal é fazer “com” o outro (HEBERLÉ, 2014, p. 13).

A comunicação, nesse sentido, pode ser vista como um processo de empoderamento do cidadão, ao permitir que o mesmo receba a informação, absorva o conhecimento e, principalmente, tenha voz, possa exercer a sua cidadania ativa.

Empoderamento trata-se de um termo largamente utilizado em distintas áreas do conhecimento, e que vem

constituindo-se em ferramenta de governos, organizações da sociedade civil e agências de desenvolvimento em agendas direcionadas para a melhoria da qualidade de vida e dignidade humana de setores pobres, boa governança, maior efetividade na prestação de serviços e responsabilização social (BAQUERO, 2012, p. 174).

O tema empoderamento tem seu marco histórico na eclosão dos movimentos sociais da década de 1960, nos Estados Unidos, que lutavam contra o sistema de opressão em movimentos de libertação e de contracultura. Apesar de ser anterior a isso, com raízes na Reforma Protestante, é nesse momento que empoderamento passa a ser considerado enquanto sinônimo de emancipação social. Neste século XXI, o termo se expressa nas lutas por direitos, em movimentos feministas e na ideologia da ação social, podendo ser identificado três níveis de ocorrência: individual, organizacional e comunitário. O empoderamento individual é uma auto-emancipação, e refere-se às variáveis intrafísicas e comportamentais. O empoderamento organizacional é gerado na e pela organização, referindo-se à mobilização participativa de recursos e oportunidades na mesma. O empoderamento comunitário, por sua vez, trata-se de um processo através do qual os sujeitos de uma comunidade, por meio da participação, desenvolvem ações para alcançar seus objetivos coletivamente definidos, envolvendo, assim, um processo de capacitação desses grupos e indivíduos para a articulação de interesses, na busca pela conquista dos

direitos da cidadania, pela defesa de suas necessidades e pela influência nas ações da administração pública (BAQUERO, 2012).

Nesse sentido, empoderamento está vinculado às noções de democracia, de direitos humanos e de participação, mas não está limitado a estas.

É mais do que trabalhar em nível conceitual, envolve o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens – econômica política e cultural – que conformam a realidade, incidindo sobre o sujeito. Neste sentido, um processo de empoderamento eficaz necessita envolver tanto dimensões individuais quanto coletivas (BAQUERO, 2012, p. 183-184).

Empoderar, portanto, angaria dar voz, visibilidade, tornar os cidadãos capazes de agir e tomar decisões, bem como ter a possibilidade de influenciar ações e decisões da administração pública. A comunicação se apresenta, assim, como fator importante para a construção e execução desse empoderamento, estando presente desde a busca pelo conhecimento e capacitação até a ação final, a participação efetiva. Segundo Gohn (2004), somente a partir da participação dos indivíduos e grupos sociais organizados que é possível pensar uma sociedade democrática. Não se pode mudar toda a sociedade apenas com a participação no plano local, mas é a partir dele que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade, pois é no local, no território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, o seu poder. E esse poder, por sua vez, necessita de organização para existir, estando voltado para objetivos que respeitem as particularidades locais, que gerem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política. A participação da sociedade na esfera pública, segundo a autora, não tem o intuito de substituir o Estado, mas sim de lutar para que este cumpra o seu dever.

Segundo Wolton (2007, p. 38), “não há sociedade aberta nem democrática sem liberdade de informação e de comunicação, e as batalhas pela democracia, pela liberdade de imprensa [...] sempre tiveram sua ação inscrita nesta perspectiva de emancipação do homem”. É através da comunicação que as pessoas compartilham experiências, ideias e sentimentos, e, ao se relacionarem, enquanto seres interdependentes, se influenciam de forma mútua, assim como, juntas, modificam a realidade na qual estão inseridas (BORDENAVE, 1997). Pensar uma sociedade mais participativa, capacitada e empoderada para exercer sua cidadania e contribuir para o desenvolvimento de sua região envolve comunicação e colocar o seu poder à serviço de tais ideais. Participar da vida política da região não significa apenas exercer

o direito político do voto, mas também ter a possibilidade de intervir nas decisões da administração pública, sugerir ações com base nas necessidades da sociedade, e, principalmente, ter direito ao diálogo, pois sem voz não há participação. Somente assim é possível pensar uma sociedade democrática e cidadã. E, para tanto, a sociedade precisa se empoderar, na busca por um outro desenvolvimento, endógeno e voltado para suas liberdades. A comunicação se apresenta como viabilizadora desse processo, empoderando o cidadão ao lhe dar acesso ao conhecimento e à expressão. O processo comunicacional da administração pública que buscar essa comunicação voltada para a cidadania necessita atentar para essa relação entre informação e diálogo, e não prezar por uma em detrimento da outra.

2.3 A comunicação das administrações públicas: reflexões e possibilidades

Conforme apresenta a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, a administração pública – direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – necessita obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A publicidade – de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos –, por sua vez, deve possuir caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, o § 3º do Art. 37 da Carta Magna teve sua redação alterada, transformando em matéria constitucional a participação do cidadão na administração pública direta e indireta, através de reclamações relacionadas à prestação dos serviços públicos em geral – bem como a garantia de manutenção de serviços de atendimento ao cidadão e avaliação periódica da qualidade dos serviços –, de acesso à registros administrativos e à informações sobre atos do governo, e de disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública (BRASIL, 1988; FOSSATTI, 2006). Desse modo, é possível perceber que a comunicação permeia – pelo menos em teoria e lei – todo o processo de administração pública, desde os princípios a que esta necessita obedecer – como a publicidade – até as orientações de suas práticas – publicidade de caráter informativo, afirmação da possibilidade de participação do cidadão na administração pública.

Também com a Constituição Federal de 1988, foi outorgado aos municípios maior grau de autonomia e emancipação, passando estes a se comportarem como mais um ente da Federação. A partir de então, coube

aos municípios a missão de reestruturarem (instituindo formas de participação do cidadão) seus organogramas administrativos (setor, departamentos, assessorias) com um destaque especial para uma gestão atuante da área de comunicação (jornalismo, relações públicas e publicidade/propaganda). Sob o enfoque de ambientes participativos, novas formas de comunicação colocam frente a frente as administrações municipais e os respectivos agentes de interesses, acentuando-se as demandas por: informação, notícias, maior visibilidade dos programas do governo, acompanhamento dos objetivos e metas contratados pela comunidade (FOSSATTI, 2006, p. 10).

O município, enquanto entidade político-administrativa, está situado em terceiro grau na ordem decrescente da Federação brasileira – em primeiro grau está a União e em segundo grau os Estados –, tendo a administração pública municipal como função atender às demandas e solucionar os problemas da sociedade, ao mesmo tempo em que esta reconhece o papel central dos governos na promoção do desenvolvimento econômico e social (FOSSATTI, 2006). Desse modo, pode-se entender o município enquanto a esfera pública que está mais próxima dos cidadãos, proximidade esta que pode vir a facilitar a participação destes na administração pública em âmbito municipal. Contudo, trata-se de um cenário relacional diverso, no qual estão presentes a controvérsia, os atritos, interesses e conflitos, tornando necessária a cooperação, a negociação, o entendimento e a busca de consenso na tomada de decisão (FOSSATTI, 2006), situações que carecem de diálogo, podendo a comunicação ser compreendida enquanto facilitadora do processo.

Conforme afirma Fossatti (2006), as duas últimas décadas do século XX introduziram, de forma significativa, a necessidade de gestão das relações nos governos municipais. Para o autor, a Constituição Federal foi resultado de uma consciência do cidadão, que há tempos ensaiava suas cobranças, exigindo maior responsabilidade dos administradores públicos, bem como compromissos frente aos objetivos e metas dos programas e projetos municipais. Em decorrência desse novo cenário legal – estreitamento das relações entre governos municipais e cidadãos, necessidade de divulgação de mais informações, estabelecimento de uma comunicação mais direta com os públicos e participação da sociedade –, os recursos na área de comunicação passaram a ser demandados pelas administrações públicas

municipais, ampliando-se, assim, o espaço da comunicação e a presença de profissionais da área nos governos municipais¹³ (FOSSATTI, 2006).

As administrações públicas municipais trazem consigo a missão de educar o cidadão para o exercício da cidadania e, para tanto, cabe a garantia de alguns direitos, como o acesso à informação e aos meios de informação, a disponibilização de estrutura adequada para o recebimento da informação – bem como a educação necessária para receber essa informação –, receber informação apropriada e clara sobre as ações do governo, poder informar e ser ouvido. O processo comunicacional da administração pública municipal, nesse sentido, envolve tanto a disseminação de informações, de modo a transmitir conhecimento ao cidadão e despertar seu interesse pelas notícias, acontecimentos e fatos da realidade local – bem como o interesse em participar e exercer sua cidadania ativa –, como a possibilidade de participação dos cidadãos na administração pública, seja através de “sistemas de cogestão, autogestão, planejamento participativo, orçamento participativo, comunidades virtuais e os instrumentos de consulta constitucional” (FOSSATTI, 2006, p. 30).

A comunicação com foco nos cidadãos e no incentivo à participação é trabalhada, principalmente, por autores que discutem o conceito de comunicação pública. Conforme afirma Weber (2017), a comunicação pública se apresenta enquanto instância do debate público, com capacidade para mobilização da comunicação institucional do Estado – três poderes e instituições –, da comunicação mediática – mídias de massa e alternativas – e da comunicação da sociedade – sociedade organizada, grupos e públicos – nas democracias contemporâneas. A autora, ao falar de comunicação pública, ainda apresenta duas premissas:

a comunicação pública como instância de defesa e resistência da democracia e o debate público como processo constitutivo da comunicação pública. A primeira é de ordem normativa e deve ser defendida como princípio irrecusável dos sistemas de comunicação do Estado. A segunda, de ordem epistemológica, significa entender a participação da sociedade na sustentação das democracias, através de práticas de comunicação. Estas duas perspectivas estão vinculadas ao interesse público (WEBER, 2017, p. 23-24).

Assim, é possível entender que esta forma de comunicação coloca o interesse público acima do interesse particular, sendo fruto do debate público e um meio de

¹³ Fossatti (2006) irá, ainda, reforçar a importância de a área/setor de comunicação estar vinculada ao Gabinete do Prefeito ou à uma secretaria específica, ou seja, que possua visibilidade dentro da estrutura administrativa dos governos.

estímulo para o mesmo, visando não somente o fornecimento de informações, mas também qualificar a sociedade para o exercício da participação, quesito fundamental para a construção da cidadania e da democracia. Ou seja, não envolve somente a divulgação de informações, mas também interação, participação (DUARTE, 2007; MONTEIRO, 2007). A comunicação pública, enquanto um debate público, é acionada “por temas de interesse público provocados a partir dos poderes da República, de instituições, sistemas de mídia ou redes de comunicação capazes de gerar disputa de opiniões, ações coletivas, associações, mobilizações consequentes ou não” (WEBER, 2017, p. 29). Portanto, esta comunicação se constitui a partir do momento em que temas de interesse público são acionados, proporcionando mobilização social e debate público, e se apresentando mais abrangente que uma comunicação de governo, ao envolver diversas práticas comunicacionais provindas de distintos sujeitos e instituições.

Segundo Weber (2017), uma vez que as variáveis da comunicação nas democracias têm origem na informação e na participação, tornam-se necessários processos de visibilidade e acessibilidade, de modo a permitir o conhecimento, a reflexão, a argumentação, o posicionamento e a deliberação. Sem possuir informação não é possível a argumentação, e sem possibilidade de crítica/argumentação não é possível a comunicação, prevalecendo a propaganda e a divulgação do poder que busca se legitimar, não existindo, portanto, comunicação pública. Mas tal comunicação ainda está em construção, do mesmo modo que a sociedade ainda está em processo de aprendizagem sobre sua participação nas decisões do Estado, este estando cada vez mais impermeável e distante da perspectiva pública da comunicação. Ao pensar nessa forma de comunicação, mesmo nas democracias, é necessário ter em mente que “a promoção de relações com a sociedade e o debate público podem ser ameaçadores aos poderes constituídos controlados pelo voto, pelas mídias, pelo capital num processo de disputa, pactos, convergências, dominação e submissão” (WEBER, 2017, p. 27-28), e isto pode se apresentar como uma das principais barreiras para o estabelecimento de uma comunicação pública efetiva, voltada para a divulgação de informações públicas sem restrições e para o diálogo com o cidadão.

Contudo, o processo de comunicação realizado pelas administrações públicas nem sempre se enquadra nesse modelo. Brandão (2007), ao falar sobre o conceito de comunicação pública, apresenta outras duas modalidades de comunicação

existentes e que podem ser utilizadas no processo comunicacional da administração pública municipal: a comunicação governamental e a comunicação política. A comunicação governamental trata-se da área que compreende ser responsabilidade do Estado e do governo estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos, direcionando o seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômicos e social, e provocar o debate político – de modo formal. Este formato de comunicação está voltado, principalmente, para a comunicação realizada pelos governos, o que pode acarretar em alterações no processo em caso de mudança no comando da administração pública. A comunicação política, por sua vez, trata-se da área que utiliza instrumentos e técnicas de comunicação para expressão pública de ideias, crenças e posicionamentos políticos, tanto de governos quanto de partidos. Este formato de comunicação está mais voltado para a divulgação de informações de caráter eleitoral (BRANDÃO, 2007).

A comunicação pública trata-se, como dito anteriormente, de um modelo mais abrangente, estando as demais formas de comunicação – governamental e política – presentes enquanto partes integrantes desse processo comunicacional – assim como outras formas de comunicação que não envolvem governos, mas sim o interesse público. Assim, o conceito é utilizado como o próximo passo nas relações comunicativas entre o Estado – não o governo – e a sociedade, viabilizando a participação no debate coletivo, através do qual se criam as condições para uma democracia ampliada. O interesse comum aparece como condição necessária para a legitimidade do exercício do poder – que está sempre em jogo – e da racionalidade na tomada de decisões políticas, não estando estas restringidas apenas ao voto durante o processo eleitoral, mas às decisões que afetam a vida dos atores sociais. A comunicação pública trata-se, assim, de um processo contínuo e ampliado, lhe dizendo respeito apenas temas e interesses comuns (MATOS, 2006). Nesse sentido, ao se falar de um processo comunicacional voltado para a cidadania, que além de disponibilizar informações promova a participação do cidadão na administração pública, o conceito de comunicação pública pode ser invocado, pois esta forma de comunicação preza pelo estabelecimento de um diálogo entre administração pública e sociedade voltado para dar voz ao cidadão e, conseqüentemente, empoderá-lo.

Ao falar em comunicação, se está, conseqüentemente, falando de uma via de mão dupla, um processo dialógico de entendimento, diferindo, assim, da informação,

um processo de mão única no qual há somente transmissão e recepção, ou até troca de informação, mas através de uma unidimensionalidade, uma extensão de um polo a outro (SILVA, 2011). Nesse sentido,

apesar da fascinação tecnológica e do relativismo axiológico que os manuais de pós-modernismo pregam, comunicar foi e continuará sendo algo muito mais difícil e amplo que informar, pois comunicar é tornar possível que homens reconheçam outros homens em um duplo sentido: reconheçam seu direito a viver e a pensar diferente, e reconheçam a si mesmos nessa diferença, ou seja, que estejam dispostos a lutar a todo momento pela defesa dos direitos dos outros, já que nesses mesmos direitos estão contidos os próprios (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 70-71).

Grunig (2011) traz quatro modelos de relações públicas que podem ser também aplicados ao processo comunicacional como um todo, de modo a melhor compreendê-lo: agência de imprensa/divulgação, informação pública – ambos de mão única –, assimétrico de duas mãos e simétrico de duas mãos. O primeiro modelo, agência de imprensa/divulgação, engloba os programas que buscam obter publicidade favorável para uma instituição ou para indivíduos, como é o caso da promoção de políticos perante a sociedade. O segundo modelo, informação pública, engloba apenas a disseminação de informações na mídia, através de vários meios – televisão, rádio, internet, folhetos, etc. As práticas do terceiro modelo, assimétrico de duas mãos, se utilizam de pesquisas para a busca de informações perante os públicos, de modo a planejar mensagens com maior eficácia de indução, embora o discurso ainda se trate de um monólogo – estratégias de marketing são bons exemplos desse modelo. Por fim, o quarto modelo, simétrico de duas mãos, é o que utiliza efetivamente a comunicação, no sentido de estabelecer um diálogo entre as partes envolvidas no processo comunicacional, baseando-se nas relações de negociação e concessão – este é o modelo no qual a participação é viabilizada.

Ao pensar o processo comunicacional da administração pública, a comunicação pública e o modelo simétrico de duas mãos de Grunig (2011) se apresentam como alternativa “ideal” – ou pelo menos como a alternativa almejada. Assim, poderiam ser dadas as possibilidades para o cidadão adquirir o conhecimento do que está sendo realizado pela administração pública, através da divulgação de informações, bem como expor sua opinião, seus desejos e necessidades, de modo a participar das ações de governo, exercendo assim a sua cidadania ativa, sendo sujeito de seu destino, um cidadão empoderado, ciente de seus direitos e deveres. A participação trata-se do instrumento básico para a construção de uma sociedade mais

justa e democrática, sendo sua falta considerada uma das principais causas do fracasso de diversos tipos de políticas, programas e projetos. Sem participação, a administração pública acaba por desconhecer os anseios da sociedade, fazendo com que suas ações sejam mal calibradas e não alcancem os objetivos desejados. Contudo, para que esta participação seja efetiva e, principalmente, produtiva, torna-se necessário que sejam superados determinados entraves oriundos das formas tradicionais de atuação da esfera pública, como formalismos, burocracias e decisões tomadas “de cima para baixo” (BANDEIRA, 2000).

São grandes as dificuldades existentes para a criação e consolidação de canais de comunicação que estabeleçam uma relação entre cidadãos e administração pública. Além de a atuação da esfera pública ser fortemente caracterizada pela centralização do poder decisório, pelo formalismo e pela burocracia, há também entraves como o desconhecimento, por parte dos cidadãos, de seus direitos previstos em lei, dos deveres e funcionamento do poder público, dos meios de acesso à administração pública e às informações públicas. Também, há as barreiras relacionadas à absorção dessas informações e transformação destas em conhecimento, de modo a capacitar o cidadão à participação. Ainda, há a falta de vontade, por parte da administração pública, em disponibilizar informações e canais de participação da sociedade, assim como há a falta de vontade, por parte dos cidadãos, de se engajar e participar da administração pública (BANDEIRA, 2000; SANT’ANA, 2009). Desse modo, o estabelecimento de um processo comunicacional voltado para a cidadania, para a participação e empoderamento do cidadão, envolve muito mais do que mudanças na cultura organizacional predominante na administração pública, envolve também mudanças comportamentais dos indivíduos envolvidos no processo, sejam sujeitos políticos ou cidadãos.

Porém, tais dificuldades não devem ser encaradas como sinônimo de impossibilidade, nem tal comunicação deve ser encarada como uma utopia. Trata-se de um processo de conquistas, assim como a cidadania e a democracia demonstram ser. No meio técnico-científico-informacional, as técnicas possuem seus vínculos, em grande parte, nos interesses hegemônicos, e isso influencia o modo como vemos o mundo e nos comunicamos. Mas, como afirma Santos (2000), as mesmas técnicas que produzem a perversidade podem promover a solidariedade, basta, para tanto, serem colocadas a serviço de outros fundamentos políticos e sociais. Portanto, por mais que as técnicas atuais estejam vinculadas à processos globalizantes, é possível

pensá-las enquanto possibilitadoras de uma distinta integração, com bases no território, voltada para a região, seus cidadãos e sua qualidade de vida, ou seja, de um outro desenvolvimento, endógeno e sustentável. A comunicação, ao ser colocada à disposição desses objetivos, auxiliará na disseminação do conhecimento, a partir da informação, e na articulação dos diferentes atores, a partir da participação, do empoderamento do cidadão. Se comunicar e ser informado é um direito que abre espaço para a busca e conquista de outros direitos, e isso é o que será discutido no próximo capítulo.

3 A POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO

O direito à cidadania requer, como ponto de partida, uma relação política entre um sujeito individual e uma comunidade política, preconizando para o seu exercício uma condição comunicacional e informacional (GÓMEZ, 2002). Ao pensar a comunicação para a cidadania, a informação se apresenta como a base para a realização desse processo. No meio atual, o meio técnico-científico-informacional, a informação passa a nortear a ação humana e, conseqüentemente, afeta o uso que esses atores dão aos territórios. Não se trata de considerar a informação o único quesito, mas sim de considerá-la fundamental para um processo comunicacional voltado para o cidadão. Neste processo, a participação também ganha destaque, enquanto possibilidade de o cidadão exercer seu direito de opinar e ser ouvido.

Contudo, para que a participação ocorra de forma satisfatória, a informação se apresenta como essencial, uma vez que melhor capacitará o cidadão para o diálogo, ao deixá-lo ciente das ações da administração pública. A informação fundamentar a comunicação se trata do uso social da informação, sendo essa produção social de sentido o item basilar de uma vida civil transformadora da realidade. A comunicação, nessa perspectiva, pode desempenhar bem mais do que uma atividade mercadológica, abrigando uma esfera pública através da qual podem ser discutidas propostas de mudança social. Nesse sentido, “informação, comunicação, mobilização e mudança funcionariam, então, como quatro pilares para o exercício de uma cidadania autônoma (e não outorgada)” (SILVA, 2011, p. 108).

A informação se apresenta enquanto um dos fatores-base da vida social atual. É, também, a base do conhecimento, capacitando os cidadãos para a participação, o diálogo e a tomada de decisão (DUARTE, 2007), conseqüentemente o empoderando. A garantia ao seu acesso é considerada um direito fundamental, não apenas no texto da Constituição Federal brasileira, mas também em diversas declarações ao redor do mundo. Ao se falar em acesso às informações públicas de órgãos e entidades do poder público, se está falando de um direito fundamental na promoção da cidadania, uma vez que sua disponibilização permite o conhecimento das ações realizadas pelas administrações públicas, de modo a permitir a fiscalização e eventual participação na tomada de decisão por parte dos cidadãos (STUDART, 2007).

Apesar de presente no texto constitucional, o direito de acesso à informação veio a ser regulamentado em lei específica no ano de 2011, com a Lei de Acesso à Informação (LAI). Com tal legislação, a publicidade se torna o preceito geral e o sigilo a exceção em matéria de divulgação de informações de interesse público por parte dos órgãos e entidades públicos, estipulando práticas de transparência ativa – divulgação proativa de informações – e práticas de transparência passiva – divulgação de informações mediante solicitação (BRASIL, 2011). A LAI, dessa forma, se apresenta enquanto um avanço no direito do cidadão brasileiro de ter conhecimento e acesso às informações públicas. Contudo, enquanto uma construção normativa exógena, sua relação com os territórios pode ser vista como uma imposição, uma verticalização. Cabe, então, pensar em ações que estabeleçam essa relação de forma mais satisfatória, através de mecanismos endógenos, de forma a beneficiar os cidadãos com os avanços trazidos pela LAI, quanto a garantia do direito de ser informado e ter acesso à essa informação, e permitir que esse benefício sirva para seu empoderamento, sua capacitação a participar e se comunicar com as administrações públicas, de modo a exercer sua condição de agente, de cidadão.

Neste capítulo, são trazidas, inicialmente, questões relacionadas ao acesso à informação, considerado um direito humano – e cidadão – fundamental e anterior aos demais, tendo em vista que o seu acesso se expressa enquanto um meio para o alcance e uso dos demais direitos relacionados à cidadania. Os principais autores acionados para a discussão e análise do assunto são Canela e Nascimento (2009), Duarte (2007), Vidal (2016), Peruzzo (2007), Studart (2007), Santos (2000) e Ferreira, Santos e Machado (2012).

Posteriormente, é analisada a garantia do direito de acesso à informação, a partir dos pressupostos da Lei de Acesso à Informação (LAI). Para tanto, as referências utilizadas são Controladoria-Geral da União (2011), Brasil (1988, 2011, 2012), Studart (2007) e Ferreira, Santos e Machado (2012).

Por fim, este capítulo traz algumas reflexões sobre a normatização da Lei de Acesso à Informação nos territórios, tendo em vista que a mesma se apresenta enquanto uma força exógena, e buscando entender sua relação com o desenvolvimento aqui defendido, construído a partir de forças endógenas. Neste momento, são trazidos autores como Faleiros (2011), Paes (2012), Gruman (2012), Paesani (2000), Wolton (2007), Santos (2000, 2006), Pozobon (2011), Geraldés et al. (2016), Nóbrega (2017) e Vázquez Barquero (2002).

3.1 O acesso à informação: um direito cidadão

A informação se apresenta enquanto a base primária do conhecimento, do diálogo e da decisão. Quando adequadamente assimilada, a informação possibilita a produção de conhecimento e traz benefícios ao desenvolvimento pessoal e coletivo da sociedade. Ter acesso à informação, nesse sentido, pode ser considerado um direito que antecede outros, ao servir como um meio para o alcance e uso dos demais direitos referentes à cidadania. Assim, o acesso à informação, além de um direito individual, se apresenta como um direito pertencente à coletividade (CANELA, NASCIMENTO, 2009; DUARTE, 2007). É a partir do direito à informação que são possíveis a luta e a conquista de outros direitos, como o direito de se expressar, de participar e de comunicar, não apenas no sentido de estabelecimento de um diálogo, mas também no de possuir acesso aos meios comunicacionais. Desse modo, a informação pode ser considerada a base do conhecimento, o direito à ela a base da conquista de outros direitos, e a garantia à seu acesso a base para uma comunicação com foco na cidadania e no empoderamento do cidadão.

O direito à informação é um tema abordado em textos de diversos documentos ao redor do mundo, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art. 19), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Art. 19), a Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos (Art. 13), a Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos (Art. 9) e a Convenção Europeia sobre Direitos Humanos (Art. 10), entre outros. Em tais artigos, o acesso às informações públicas é tratado e reconhecido enquanto um direito humano fundamental (CANELA, NASCIMENTO, 2009), podendo os direitos humanos fundamentais serem compreendidos enquanto um conjunto de direitos do ser humano cuja finalidade maior é o respeito à sua dignidade, “por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana” (VIDAL, 2016, p. 206).

Dignidade, liberdade e igualdade humana são expressões que se fazem presentes ao se fazer referência aos direitos humanos fundamentais, devendo tais prerrogativas estarem consagradas em Constituição e possuir reconhecimento nos âmbitos nacionais e internacionais (VIDAL, 2006). No Brasil, o direito à informação – bem como à liberdade de comunicação – está presente no texto da Constituição Federal de 1988 – Art. 5º e Art. 220 –, bem como o direito à receber informações de

interesse particular ou coletivo provenientes dos órgãos públicos, devendo as administrações públicas obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e a publicidade – de atos, programas, obras, serviços e campanhas – possuir caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo conter indícios de promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos – Art. 37 (BRASIL, 1988). Desse modo, é possível perceber que o direito de acesso à informação, além de possuir reconhecimento em distintos documentos internacionais enquanto um direito humano fundamental, também ganha destaque no texto constitucional do país, estando no rol dos direitos e garantias fundamentais do cidadão brasileiro.

Para Peruzzo (2007), possuir acesso à informação e aos canais de expressão se trata de um direito de cidadania, podendo ser considerado um direito de primeira geração, circunscrito à dimensão civil da cidadania, que assegura, dentre outros, o direito de liberdade de opinião, de expressão de ideias, crenças, etc.; um direito de segunda geração, ao prever o acesso à bens; mas também um direito de terceira geração, por se deslocar da noção de direito do indivíduo para a de direito coletivo¹⁴. Visão semelhante pode ser encontrada em Studart (2007), que considera a informação pertencer a todos um quesito na promoção da cidadania, uma vez que se trata de um bem vital da sociedade, sendo o cidadão o verdadeiro titular do direito de informação. Ao retomar alguns artigos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, a autora apresenta que o direito à livre comunicação de ideias e opiniões é um dos bens mais preciosos para o homem, assim como o direito de solicitar a prestação de contas a todo agente público. As informações governamentais são de suma importância para o exercício da democracia. Sua disponibilização permite aos cidadãos o conhecimento do que está sendo realizado pelos órgãos públicos, de modo a fiscalizar suas ações e ter condições para exigir mudanças. Nesse sentido,

o direito de acesso à informação pública guarda uma relação de enorme importância com o desenvolvimento democrático de uma sociedade, pois é uma pré-condição para o exercício de outros direitos políticos, econômicos e sociais. Também é uma ferramenta que gera incentivos para o exercício de uma cidadania de maior intensidade, uma vez que permite uma maior visibilidade e controle sobre a função pública por parte da sociedade. Quanto

¹⁴ Segundo Peruzzo (2007), são considerados de primeira geração os direitos civis e políticos, enquanto que os direitos sociais são considerados de segunda geração. Por direitos de terceira geração são considerados os direitos coletivos e os que pregam o respeito às diferenças.

à sua relação com as políticas públicas, o direito de acesso à informação se apresenta como um requisito indispensável para que o ciclo de políticas se desenvolva de maneira transparente, responsável e permita estabelecer condições para a prestação de contas vertical e horizontal (GAITÁN, 2016, p. 112, tradução nossa)¹⁵.

Ter conhecimento das informações que estão em poder do Estado permite que seja feito o monitoramento das decisões tomadas pelos governantes que afetam a vida em sociedade. Um controle social mais atento torna mais difícil a realização de práticas como abuso de poder e implementação de políticas baseadas em motivações privadas, ou seja, o benefício do particular em detrimento do público. Também, ao direito do cidadão de possuir acesso às informações públicas se contrapõe o dever dos agentes públicos em divulgar informações e serem transparentes em suas ações. O cumprimento desse dever contribui para o aumento da eficiência do poder público, da diminuição da corrupção e da promoção da prestação de contas (CANELA, NASCIMENTO, 2009). Porém, para que tal prática seja válida, é necessário ter consciência de que a apropriação da informação se dá, em geral, por interação social, e depende de fatores como conhecimento de sua existência, disponibilidade, oportunidade, acesso, de ambiente que viabilize a interação e de linguagem adequada (DUARTE, 2007), ou seja, é necessário tornar conhecida a disponibilidade da informação, a possibilidade de seu acesso, bem como a informação necessita ser de fácil compreensão e seu acesso oportunizado a todos.

Contudo, em um país no qual há grande desigualdade, a oportunidade de um cidadão comum conhecer as possibilidades de participação, instrumentos de acesso, seus direitos à informação, à expressar sua opinião ou à um atendimento digno tende a ser equivalente à sua posição na estrutura social. A informação se trata de um bem de interesse geral ainda acessível para poucos, o que restringe o potencial de participação em termos igualitários, tanto de acesso quanto de capacidade de tomar decisões. É corriqueiro assumir como natural que a simples existência de instrumentos significa a sua apropriação para uso pelos interessados, mas a realidade

¹⁵ No original: “El derecho de acceso a la información pública (DAIP) guarda una relación de enorme importancia con el desarrollo democrático de una sociedad, pues es una precondition para el ejercicio de otros derechos políticos, económicos y sociales. También es una herramienta que genera incentivos para el ejercicio de una ciudadanía de mayor intensidad, a la vez que permite una mayor visibilidad y control sobre la función pública por parte de la sociedad. En cuanto a su relación con las políticas públicas, el derecho de acceso a la información se presenta como un requisito indispensable para que el ciclo de políticas se desarrolle de manera transparente, responsable y permita establecer condiciones para la rendición de cuentas vertical y horizontal” (GAITÁN, 2016, p. 112).

do mundo atual nem sempre é determinada por projetos, intenções, leis, documentos e discursos. As grandes barreiras em comunicação não são a falta de instrumentos ou informação, mas a dificuldade em auxiliar o interessado a descobrir que ela existe, onde pode ser encontrada, como pode ser acessada e utilizada para aumentar seu conhecimento e sua capacidade de agir, ou seja, permitir que todos cidadãos tenham conhecimento pleno dos assuntos que lhe dizem respeito para tomar a melhor decisão possível (DUARTE, 2007). A informação estar disponível para acesso em domínio público não garante a sua visibilidade, bem como o seu conhecimento e assimilação. É necessário trabalhar a sua divulgação, bem como a forma de sua apresentação, para garantir que os interessados saibam onde buscar a informação, e que esta seja encontrada e compreendida facilmente.

A forma de apresentação da informação, por sua vez, pode ser considerada mais um dos fatores de dificuldades ao seu acesso, não apenas por questões relacionadas à sua compreensão e assimilação, mas também pelo fato de quem possui essa informação. Conforme afirma Santos (2000, p. 19), as condições técnicas do meio atual – técnico, científico e informacional – “deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca”, porém, nas atuais condições, o uso dado à essas técnicas da informação – bem como da informação em si – estão geralmente vinculadas aos objetivos particulares de um grupo de atores – os poucos que a possuem –, o que acarreta em um aprofundamento dos processos de criação de desigualdades. Assim, a informação transmitida ganha ares de informação manipulada, que ao invés de esclarecer, confunde, uma situação extremamente séria, tendo em vista que a informação constitui um dado essencial e imprescindível da vida econômica e social atual. Ainda segundo Santos (2000), a informação atual se apresenta, portanto, com duas faces: uma pela qual busca instruir e outra pela qual busca convencer, sendo esta a face mais presente, em virtude da publicidade exigida em função da competitividade instaurada com o processo de globalização. Mas, por mais que o uso da informação e suas técnicas sejam subordinadas aos interesses dos poderes hegemônicos, as mesmas possuem flexibilidade, são dóceis e adaptáveis a todos os meios e culturas, e “quando sua utilização for democratizada, essas técnicas doces estarão ao serviço do homem” (SANTOS, 2000, p. 85).

Ao mencionar quem possui a informação, outra barreira que se apresenta à luta pelo direito de acesso à informação se encontra na vontade política. Conforme

afirmam Ferreira, Santos e Machado (2012, p. 4), são frequentes os casos em que as demandas socioculturais são ignoradas, não havendo vontade por parte dos políticos de resolver os problemas informacionais dos cidadãos, o que torna cada vez mais necessária a conscientização da sociedade, “para que esta lute pela elaboração de políticas ou programas públicos de informação que possibilitem o acesso de todos os cidadãos às informações governamentais, jurídicas, econômicas sociais e culturais”. Para os autores, um dos aspectos importantes de uma política pública de informação é assegurar a inclusão digital de todas as pessoas, devido às limitações socioeconômicas de grande parcela da população brasileira. Isto incluiria não somente a disponibilização de informações, mas também a disponibilização dos meios tecnológicos e educacionais, englobando, nesse processo, tanto a aquisição de habilidades para o uso da tecnologia quanto a formação de uma cultura informacional e a aquisição de uma competência informacional.

Neste século XXI, a sociedade vive sob a égide de uma dimensão informacional cada vez mais complexa e densa – o meio técnico-científico-informacional – e, com isso, o Estado adquire novos contornos, bem como a cidadania tende a criar novos mecanismos informacionais para o exercício dos direitos políticos, sociais e civis. É neste quadro que as políticas públicas de informação ganham destaque. As políticas públicas de informação podem ser entendidas, de uma forma simplificada, como o conjunto de premissas, decisões e ações produzidas pelo Estado, e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social, que englobam diversos aspectos – administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc. – relacionados à produção, uso e preservação da informação de natureza pública e privada (JARDIM, SILVA, NHARRELUGA, 2009). Junto às políticas públicas de informação, há o conceito de governança informacional. Sua operacionalização permite estabelecer alguns critérios de gestão e política de informação que atendem ao alargamento e horizontalização do processo decisório, bem como às demandas de controle social e prestação de contas do Estado. Nesse sentido, “a governança informacional pode ser definida pelas condições de transparência, convergência e articulação das relações de comunicação-informação entre o Estado e a sociedade”, podendo “atribuir-se aos órgãos da administração pública que possuam ‘abertura’, ‘transparência’ e ‘acessibilidade’”¹⁶ (GÓMEZ, 2002, p. 36).

¹⁶ Gómez (2002, p. 36) compreende por abertura “a extensão em que uma organização, livre e universalmente, oferece informações compreensivas sobre todas as suas atribuições e mantém

O acesso à informação, a liberdade de expressão e o princípio da transparência surgem, desse modo, como uma oportunidade para os cidadãos recuperarem um pouco de sua autonomia (PAES, 2012), e participarem da gestão da administração pública. Há de se considerar, entretanto, que a participação de todos em todas as questões do país se trata de um cenário caótico, o que justifica o fato de diversos elementos da vida em sociedade serem executados por representantes ou intermediários (CANELA, NASCIMENTO, 2009). O importante nesse processo é os representados continuarem sendo informados e terem possibilidade de opinar e participar quando for de seu interesse, bem como os representantes não esquecerem o fato de estarem falando em prol do coletivo, não em favor de seus interesses particulares. Para que não ocorra uma assimetria de informações nesse processo – o representante sabe de muito e o representado fica sem saber nada –, ou, pelo menos, reduzir os riscos de tal situação, são necessários o aprofundamento das relações de confiança e o estabelecimento de mecanismos institucionais de acesso às informações que estão em posse dos agentes públicos. Essa assimetria de informações entre os atores envolvidos no processo democrático gera riscos para a tomada de decisões qualificadas e para o exercício da democracia (CANELA, NASCIMENTO, 2009).

A assimetria de informação se apresenta, então, como mais um empecilho para a efetivação do direito de acesso à informação pública de forma abrangente. A garantia dos direitos de expressão e manifestação, de existência de uma imprensa livre e pela exigência de obrigatoriedade na oferta das informações em poder dos órgãos públicos, salvo raras exceções, se apresentam como os instrumentos capazes de diminuir essas assimetrias informacionais (CANELA, NASCIMENTO, 2009). Quem detém o controle da informação detém, de certa forma, um poder sobre a situação a qual a informação faz referência. Torná-la pública e, portanto, transferir esse poder para a sociedade, essa possibilidade de controle por parte do cidadão, se apresenta como um risco não desejado em muitos casos, pois impede a manutenção de

comunicação regular e direta para todos os seus membros”. A transparência é “expressa pela densidade da informação oferecida sobre a agência em questão e o valor revelatório do conteúdo, devendo dar visibilidade às operações internas dos órgãos do Estado, de modo que os cidadãos tenham acesso às informações pertinentes”. Segundo o autor, a transparência no domínio das relações Estado-sociedade depende, também, de condições como a convergência dos sistemas e serviços de comunicação e informação pública e a articulação dos sujeitos envolvidos em processos progressivos de democratização. Por fim, o autor define acessibilidade como a “facilidade e ‘profundidade’ com que os usuários-cidadãos podem interagir com as fontes de informação (pessoas, agências, documentos)”.

privilégios e a manipulação de situações. Conforme afirma Canela e Nascimento (2009), é necessário ter em mente que, por vontade própria, os governantes não possuem incentivos suficientes para divulgar informações contrárias aos seus interesses, daí a necessidade de garantia do direito à informação através de legislação específica, que defina de forma clara os procedimentos e prazos para a divulgação de informações, bem como as responsabilidades pelo descumprimento de tal obrigação. Esta legislação poderá empoderar os cidadãos diante do Poder Público, uma vez que a sociedade terá o conhecimento de que

as informações públicas são um bem de propriedade de todos os brasileiros e todas as brasileiras e não um instrumento de poder deste ou daquele governante, deste ou daquele funcionário público. Os corruptores e corruptos que se escondem sob o manto da desinformação e do segredo serão expostos pelo dever da transparência, pela luz do dia. A ética e os éticos só tenderão a ganhar (CANELA, NASCIMENTO, 2009, p. 35).

Ter acesso à informação, para além de minimizar as assimetrias informacionais, também se apresenta como quesito essencial para garantir que as políticas públicas implementadas pelos governos sejam potencializadas pela participação dos cidadãos, desde seu planejamento até a sua execução e avaliação, uma vez que a participação pode ser considerada uma variável importante no sucesso de iniciativas públicas. Para se obter um maior grau de participação dos cidadãos nas ações e decisões do governo, é preciso ter em vista que esta participação irá depender de um melhor acesso às informações, assim como o próprio sistema de participação irá contribuir para aprimorar o fluxo informacional. Para além dos benefícios de redução de casos de corrupção ou de descoberta de manipulações de governantes, ter acesso à informação pública permite a proteção dos direitos humanos e dos trabalhadores, a promoção da saúde – ao disponibilizar aos cidadãos informações detalhadas sobre produtos e práticas saudáveis e perigosas –, o fortalecimento da economia – empresas podem demandar informações sobre políticas do governo para tomar decisões –, e o auxílio à preservação do meio ambiente – ao permitir ao cidadão identificar ações de governantes com potencial de geração de poluição e redução de recursos naturais. Nesse sentido, o direito de acesso às informações públicas pode ser considerado, como já mencionado, a base comum de diversos direitos e garantias da sociedade (CANELA, NASCIMENTO, 2009).

Ao pensar em uma comunicação voltada para a cidadania e o empoderamento do cidadão, o direito à informação e ao seu acesso se apresenta como o principal fator

desse processo. Conforme afirma Sousa Jr., De Paula e Rampin (2016, p. 15), para a construção de um ambiente mais democrático, participativo e transparente, esta forma de comunicação se mostra enquanto condição fundamental, estando nela incluso “tanto o direito de ser informado quanto o direito de se informar”, assim como o direito de acesso aos meios comunicacionais e às formas de participação. O direito à informação e a garantia ao seu acesso no Brasil, embora já estivesse presente no texto constitucional, veio a ser regulamentado em legislação específica apenas no ano de 2011, com a Lei de Acesso à Informação (LAI), abordada na sequência.

3.2 A garantia do direito: a Lei de Acesso à Informação (LAI)

O direito ao acesso à informação se trata de um tema presente nos textos de diversas declarações ao redor do mundo, sendo considerado um direito humano fundamental. Contudo, para garantia desse direito se torna necessária a criação de legislação específica, capaz de regulamentar a divulgação e o acesso das informações, de modo a efetivar o acesso às mesmas enquanto um direito cidadão. Segundo a Controladoria-Geral da União (2011), a primeira nação do mundo a desenvolver um marco legal sobre o acesso à informação foi a Suécia, no ano de 1766. Os Estados Unidos, por sua vez, aprovaram sua Lei de Liberdade de Informação – *Freedom of Information Act* (FOIA) – no ano de 1966 e, desde então, vêm realizando diferentes emendas para adequar a legislação à passagem do tempo. Nos países da América Latina, a Colômbia foi pioneira, estabelecendo, no ano de 1888, um Código que permitia o acesso à documentos do governo. Também possuem leis de acesso à informação, dentre outros, Chile, Uruguai e México, sendo a legislação deste, datada de 2002, considerada referência, uma vez que estabelece a instalação de sistemas rápidos de acesso, supervisionados por órgão independente.

No Brasil, com a reabertura democrática e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o acesso à informação pública foi considerado um direito fundamental. Em seus artigos 5º e 220, a Constituição assegura o direito à informação e à liberdade de comunicação, bem como o direito à receber informações de interesse particular ou coletivo provenientes dos órgãos públicos, conforme apresentado no Art. 37 da Carta Magna (BRASIL, 1988). Dessa forma, o texto constitucional representa uma espécie de “minicartilha” do direito à comunicação, incluindo o direito de informar, o direito de se informar e o direito de ser informado, bem como a garantia de acesso

às informações públicas. Nesse sentido, é possível dizer que se está perante o trinômio “direito-dever de informar, direito-poder de ser informado e direito-poder de conhecer” (STUDART, 2007, p. 123). Contudo, até então não havia uma regulamentação por lei específica, sendo o direito dos cidadãos de ter acesso à informação reconhecido no texto constitucional e, salvo exceções, dificilmente efetivado na prática.

No ano de 2011, originada nos debates travados no âmbito do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção, órgão vinculado à Controladoria-Geral da União (CGU), foi promulgada a Lei nº 12.527, conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI), que regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º¹⁷, no inciso II do § 3º do Art. 37¹⁸ e no § 2º do Art. 216¹⁹ da Constituição Federal. Com a LAI, fica efetivado o direito de que todos têm prerrogativa de receber dos órgãos públicos, além de informações do seu interesse pessoal, também aquelas de interesse coletivo. Em seu Art. 3º, é apresentado que os procedimentos previstos pela Lei se destinam a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, tendo como diretrizes a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitação, a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, o fomento ao desenvolvimento de uma cultura de transparência na administração pública e o desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

Estão subordinados ao regime da Lei de Acesso à Informação os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo,

¹⁷ “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 1988).

¹⁸ “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] § 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: [...] II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII” (BRASIL, 1988).

¹⁹ “Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 1988).

incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A LAI também atinge as entidades privadas sem fins lucrativos que recebem, para a realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou por meio de auxílios sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou por outros meios semelhantes. Nestes casos, as entidades necessitam tornar público tudo o que se refere aos recursos públicos recebidos e à sua destinação (BRASIL, 2011).

Segundo a Controladoria-Geral da União (2011, p. 12), “a implementação de um sistema de acesso à informação tem como um de seus principais desafios vencer a cultura de segredo que, muitas vezes, prevalece na gestão pública”. Conforme afirma, em uma cultura de segredo é disseminado o princípio de que a circulação de informações representa riscos, favorecendo a criação de barreiras para a disponibilização de informações. A ideia de que o cidadão só tem direito a solicitar informações que lhe digam respeito, de que os dados disponibilizados podem ser utilizados de forma indevida por grupos de interesse, de que a demanda por informações sobrecarrega os servidores, comprometendo outras atividades, de que a liberação ou não da informação cabe sempre à chefia, ou ainda de que os cidadãos não estão preparados para exercer seu direito de acesso à informação são alguns exemplos das percepções existentes em uma cultura de segredo. Nesse cenário, a informação é retida, com frequência perdida, “a gestão pública perde em eficiência, o cidadão não exerce um direito e o Estado não cumpre seu dever” (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2011, p. 12).

A disponibilização de informações ao cidadão, como prevê a LAI, exige uma cultura de acesso na qual há consciência, por parte dos agentes públicos, de que a informação pública pertence ao cidadão, cabendo ao Estado fornecê-la de forma oportuna e compreensível, atendendo de forma eficaz às demandas da sociedade. Nessa perspectiva, a demanda do cidadão é considerada legítima, podendo este solicitar a informação pública sem necessidade de justificativa, bem como são criados canais de comunicação eficientes entre governo e sociedade e são estabelecidos procedimentos e regras claras para a gestão da informação. Assim, o fluxo de informações tende a favorecer a tomada de decisões, a boa gestão de políticas públicas, bem como a inclusão do cidadão (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO,

2011). Contudo, essa mudança cultural, que, em muitos casos, pode se caracterizar por drásticas alterações de práticas e mentalidades, pode vir a ser um empecilho para a efetivação do direito ao acesso à informação previsto na Lei, assim como uma mudança difícil e de longo prazo.

Por informação, a LAI considera dados – processados ou não – que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato, devendo sua divulgação ocorrer de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Aos órgãos e entidades do poder público, cabe assegurar a gestão transparente da informação, propiciando seu amplo acesso e divulgação, a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e integridade²⁰, bem como a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal. A negação de acesso às informações, quando não fundamentada, sujeitará o responsável às medidas disciplinares previstas na Lei – Art. 32 e Art. 33 (BRASIL, 2011). Em seu Art. 7º, a LAI especifica o que compreende por direitos de acesso à informação:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária²¹, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores (BRASIL, 2011).

²⁰ Por disponibilidade, a LAI compreende a “qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados”. Por autenticidade, compreende a “qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema”. Por integridade, compreende a “qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino” (BRASIL, 2011).

²¹ Por primariedade, a LAI compreende a “qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações” (BRASIL, 2011).

Qualquer cidadão interessado pode apresentar um pedido de acesso à informação aos órgãos e entidades, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter o nome do solicitante, um número de documento de identificação válido, a especificação – clara e precisa – da informação solicitada, e o endereço – físico ou eletrônico – do solicitante para recebimento de comunicações ou da informação desejada. Contudo, para acessar as informações públicas, a identificação necessária não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação. A LAI ainda dispõe sobre o acesso imediato à informação disponível e os prazos e procedimentos a serem cumpridos pelos órgãos ou entidades nos casos em que o acesso imediato à informação solicitada não é possível. Em caso de negativa de acesso às informações, a LAI determina que o cidadão pode entrar com recurso à autoridade hierarquicamente superior àquela que emitiu a decisão, e, em caso de persistência da negativa, o cidadão pode recorrer ao Ministro de Estado da área ou, se descumpridos os procedimentos e prazos estipulados pela LAI, à Controladoria-Geral da União. Em última instância, cabe recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações²² (BRASIL, 2011, 2012).

Contudo, a LAI não é absoluta, havendo restrições de acesso à certas informações. As exceções à regra de acesso incluem dados pessoais e informações classificadas como sigilosas pelas autoridades²³. A informação pública somente pode ser classificada como sigilosa quando considerada imprescindível à segurança da sociedade – à vida, segurança ou saúde da população – ou do Estado – soberania nacional, relações internacionais, atividades de inteligência –, podendo ser considerada ultrassecreta, secreta ou reservada. Cada nível de classificação possui um prazo máximo de restrição de acesso à informação, tendo a informação ultrassecreta um prazo de segredo de vinte e cinco anos – passível de renovação uma única vez –, a informação secreta um prazo de quinze anos e a informação reservada um prazo de cinco anos²⁴. Informações sob a guarda do Estado que dizem respeito à

²² A Comissão Mista de Reavaliação de Informações foi instituída com a LAI, e decide, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas, tendo competência para requisitar esclarecimento ou conteúdo parcial ou integral da informação à autoridade que a classificou como ultrassecreta e secreta, rever a classificação de informações ultrassecretas e secretas, de ofício ou mediante solicitação do cidadão interessado, e prorrogar o prazo de sigilo da informação classificada como ultrassecreta, observando o prazo previsto em Lei (BRASIL, 2011).

²³ O Art. 27 da LAI especifica as autoridades que possuem prerrogativa de classificar as informações nos diferentes graus de sigilo, sendo quanto mais estrito o sigilo, maior o nível hierárquico do agente público.

²⁴ A autoridade máxima de cada órgão ou entidade necessita publicar anualmente – até dia 1º de junho de cada ano –, nos respectivos portais institucionais, o rol das informações desclassificadas e das

intimidade, honra e imagem da pessoa ficam protegidas por um prazo máximo de cem anos, podendo ser autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros perante previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referem (BRASIL, 2011; CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2011).

A divulgação das informações independentemente de requerimentos, por dever dos órgãos e entidades públicos, necessita ser realizada em local de fácil acesso, através de mecanismos objetivos e ágeis. Nessa divulgação é necessário constar, no mínimo, o registro das competências, estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades, bem como horários de atendimento ao público; o registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; o registro das despesas; as informações referentes à procedimentos licitatórios – respectivos editais e resultados –, bem como todos os contratos celebrados; os dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e as respostas às perguntas mais frequentes da sociedade. Para cumprimento da disponibilização das informações, os órgãos e entidades públicos devem utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo a divulgação em seus portais institucionais obrigatória – exceto municípios com menos de dez mil habitantes²⁵ (BRASIL, 2011). O Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a LAI, estabelece as exigências para as quais os portais institucionais devem atentar na disponibilização das informações:

Art. 7º É dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observado o disposto nos Arts. 7º e 8º da Lei nº 12.527, de 2011.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão implementar em seus sítios na Internet seção específica para a divulgação das informações de que trata o caput.

§ 2º Serão disponibilizados nos sítios na Internet dos órgãos e entidades, conforme padrão estabelecido pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República:

I - banner na página inicial, que dará acesso à seção específica de que trata o § 1º; e

II - barra de identidade do Governo Federal, contendo ferramenta de redirecionamento de página para o Portal Brasil e para o sítio principal sobre a Lei nº 12.527, de 2011.

informações classificadas em cada grau de sigilo, bem como relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos e informações estatísticas agregadas dos solicitantes. Essas informações também devem ser mantidas em meio físico, para consulta pública em suas sedes (BRASIL, 2012).

²⁵ Apesar de não possuírem a obrigatoriedade de divulgação das informações referentes à LAI pela internet, os municípios com população até dez mil habitantes necessitam manter a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2011).

§ 3º Deverão ser divulgadas, na seção específica de que trata o § 1º, informações sobre:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - repasses ou transferências de recursos financeiros;

IV - execução orçamentária e financeira detalhada;

V - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;

VI - remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; (Redação dada pelo Decreto nº 8.408, de 2015)

VIII - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do Art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC; e (Redação dada pelo Decreto nº 8.408, de 2015)

IX - programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. (Incluído pelo Decreto nº 8.408, de 2015)

§ 4º As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

[...]

Art. 8º Os sítios na Internet dos órgãos e entidades deverão, em cumprimento às normas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atender aos seguintes requisitos, entre outros:

I - conter formulário para pedido de acesso à informação;

II - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

III - possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

IV - possibilitar acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

V - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

VI - garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;

VII - indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade; e

VIII - garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência (BRASIL, 2012).

Além da divulgação nos portais institucionais, a LAI também traz, em seu Art. 9º, que a asseguarção do acesso às informações públicas se dá mediante realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação, bem como à criação de um serviço de informações ao cidadão nos órgãos e entidades do poder público. O Decreto nº 7.724 também aborda esta

questão, e estipula, em seu Art. 9º, a criação do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, com o objetivo de atender e orientar o público quanto ao acesso à informação, de informar sobre a tramitação de documentos nas unidades, e de receber e registrar pedidos de acesso à informação. O SIC se trata de uma unidade física identificada, de fácil acesso e aberta ao público, cujas competências englobam o recebimento dos pedidos de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação solicitada; o registro dos pedidos de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega do número de protocolo, contendo a data de apresentação do pedido; e, quando for o caso, o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação solicitada (BRASIL, 2012) – há também o e-SIC, Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão desenvolvido pela Controladoria-Geral da União com a mesma finalidade do serviço físico.

A LAI, portanto, determina as normas gerais referentes à garantia do direito de acesso à informação, a serem cumpridas pelos órgãos e entidades a ela subordinados em todo o território nacional. No que tange à sua aplicação nos territórios estaduais e municipais, a LAI determina, em seu Art. 45, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em legislação própria e obedecida as normas previstas na Lei, devem definir regras específicas às suas realidades. Esse regulamento deve conter o tratamento dado à informação; a organização do portal da transparência, incluindo a forma de divulgação do Relatório Anual; a criação de serviço de informações ao cidadão; a definição de quem serão os gestores da informação sigilosa, em perspectiva hierárquica e com mecanismo de segurança dessa informação e credenciamento das pessoas envolvidas; as normas sobre recursos, com criação de órgão similar à da Comissão Mista, sem esquecer sua composição, organização, funcionamento e mandato dos integrantes; a forma e os prazos da reavaliação de documentos classificados (BRASIL, 2011). Com isso, a LAI traz, de certa forma, uma exigência para que administrações públicas locais pensem a sua aplicação de acordo com o seu território, e criem, a partir de suas particularidades, seu próprio regulamento, em obediência à Lei, mas também atentando para a sua realidade.

Conforme afirmam Ferreira, Santos e Machado (2012), a LAI criou o que ficou conhecido por transparência ativa, que consiste na divulgação de informações de relevante interesse público e coletivo em meios de fácil acesso ao cidadão por iniciativa da própria administração pública – sem necessidade de solicitação –, e também a transparência passiva, que consiste nos procedimentos realizados para

atender às demandas específicas dos cidadãos – os pedidos de acesso à informação aos órgãos públicos, pessoalmente ou via internet. Para efetivar essa transparência, os órgãos públicos têm por obrigação manter um Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), seus portais institucionais atualizados com dados em formato aberto – livre de patentes – e fornecer informações sem cobrança de justificativa do solicitante e de forma gratuita – exceto nos casos em que há custos na reprodução dos documentos. As informações solicitadas devem ser fornecidas em um prazo máximo de vinte dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por mais dez dias (BRASIL, 2011; FERREIRA, SANTOS, MACHADO, 2012).

A Lei de Acesso à Informação, nesse sentido, pode ser vista como um mecanismo de ampliação da participação cidadã, uma vez que regulamenta o direito à informação, base do conhecimento e da decisão, estritamente vinculado ao exercício da cidadania e ao alcance de outros direitos. Com ela, é garantido o direito dos cidadãos de possuir acesso à informação pública, propiciando aos mesmos a possibilidade de maior controle sobre essas informações, permitindo, assim, que participem dos processos de decisão de forma mais convicta, exigindo a ação ou omissão do Estado, que monitorem a ação do Estado, de modo a combater a corrupção e promover a eficiência (FERREIRA, SANTOS, MACHADO, 2012). Contudo, ao analisar as exigências trazidas pela Lei, como a obrigatoriedade de divulgação das informações em meio digital, é possível questionar o real alcance dessa garantia de acesso e sua real contribuição para uma auto-emancipação cidadã, levando, também, à uma reflexão acerca da normatização da LAI nos territórios, assunto do item seguinte.

3.3 A normatização da LAI nos territórios: a relação entre forças exógenas e forças endógenas

A transparência não se trata de um assunto novo no Brasil. A partir da Constituição Federal de 1988, diferentes leis e políticas contemplaram, de maneiras diversas, a questão da transparência de órgãos e entidades públicos. São alguns exemplos a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Processo Administrativo, a Lei do Habeas Data e a Lei de Arquivos, que entraram em vigor prevendo que governos divulgassem, dentre outros, dados orçamentários e financeiros, bem como atos

administrativos. O Portal da Transparência do Governo Federal²⁶ foi uma importante iniciativa nesse sentido. Lançado em 2004, o Portal permite o acompanhamento de informações – atualizadas diariamente – sobre a execução do orçamento, a obtenção de informações sobre os recursos públicos transferidos e sua aplicação direta – origens, valores e favorecidos (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2011). Contudo, no que tange à garantia de acesso às informações públicas, não apenas fiscais e orçamentárias, a Lei de Acesso à Informação é a responsável. Por mais que tais direitos estivessem previstos no texto constitucional, é com a LAI que a regulamentação e as diretrizes para efetivação do direito de acesso à informação pública têm sua materialidade.

A Lei de Acesso à Informação se apresenta como essencial para a melhora das condições de acesso às informações públicas no Brasil, isso não pode ser negado. A existência de uma legislação que regulamenta e garante ao cidadão um melhor acesso às informações públicas, e que guie com clareza as ações dos órgãos públicos na prestação desse serviço, é fundamental para a democracia. Contudo, a existência da legislação garante o direito, mas não sua efetivação, assim como não reduz, por si só, a desigualdade social, uma vez que a lei não é neutra, está inscrita em um processo político de relações de força e de condições desiguais de imposição da lei. Desse modo, devido às características sociais e políticas, o direito de acesso à informação tende a permanecer incompleto enquanto não houver a incorporação do mesmo à uma política pública que seja capaz de transformar esse direito em um conjunto de ações que garantam efetivamente o acesso à informação (FALEIROS, 2011; PAES, 2012). E tais políticas públicas, diferentemente da lei, estarão em sintonia com as necessidades e realidades dos cidadãos e suas regiões. Por mais que a LAI traga a exigência de criação de legislações estaduais e municipais próprias, vinculadas às realidades locais, muito da imposição normativa e exógena da Lei ainda poderá se fazer presente nesse processo, daí a necessidade de ações endógenas, que vinculem essas distintas forças em benefício do cidadão.

Não são somente as leis que garantem que um problema – no caso, a falta de acesso às informações públicas – seja tratado. Para grande parte dos problemas, são necessárias políticas públicas que possam dar conta dos mesmos (GRUMAN, 2012). Não há uma única nem melhor definição sobre políticas públicas, mas, de modo geral,

²⁶ Disponível em: <www.transparencia.gov.br>.

pode-se considerar por políticas públicas o campo do conhecimento que busca, paralelamente, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor alterações no curso da mesma. As políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico das decisões políticas e do processo de construção e atuação de tais decisões, podendo ser compreendidas como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Nesse sentido, são dois os seus elementos fundamentais: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público, sendo este a essência conceitual de políticas públicas. A razão para o estabelecimento de uma política pública está na busca de tratamento ou resolução de um problema entendido como coletivamente relevante, sendo o termo “problema” entendido como a diferença entre a situação atual – considerada inadequada – e uma situação ideal possível para a realidade pública. Essa intenção de responder a um problema público é o que irá definir se uma política é ou não pública, e não o fato de o tomador de decisão ter personalidade jurídica estatal ou não estatal (SECCHI, 2014; SOUZA, C., 2006).

Segundo a LAI, os órgãos e entidades públicos devem utilizar todos os meios e instrumentos de que dispuserem para a disponibilização das informações públicas, mas a obrigatoriedade se encontra na divulgação em seus portais institucionais. A utilização de ferramentas digitais para informar e se informar não se trata de uma consequência natural da configuração da internet, mas sim de uma decorrência direta da liberdade de informação fundamentada em um preceito constitucional (PAESANI, 2000). Contudo, é sabido que, em grande parte dos casos, as ações governamentais tendem a se restringir às obrigações trazidas por lei, deixando de lado questões nas quais pode decidir executar ou não executar. No caso da LAI, essa obrigatoriedade de disponibilização de informações públicas em meio digital pode resultar em uma divulgação apenas em meio digital, por mais que seja proposto o uso de todos os meios e instrumentos disponíveis²⁷. Além de um único meio de divulgação ser prejudicial para o acesso de todos ao conteúdo, há as dificuldades impostas pelo meio

²⁷ Cabe destacar aqui que a LAI, bem como o Decreto que a regulamenta, dispõem sobre outras formas obrigatórias de acesso às informações públicas, como o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, embora o mesmo esteja mais vinculado à prática de transparência passiva, ou seja, que o cidadão vá em busca da informação e a solicite. Na internet, além da prática de transparência passiva – solicitação de informações via formulário digital –, é possível a prática da transparência ativa – divulgação proativa de informações. Isto também é possível em outros meios de comunicação, porém, não há obrigatoriedade de divulgação nos mesmos, apenas na internet. Assim, a prática de transparência ativa pode ficar restrita a um único meio, afetando a possibilidade de acesso de forma igualitária.

digital, potencialmente igualitário, mas ainda segregador, devido à desigualdade de acesso à internet existente no país. Conforme afirma Maldonado (2010), os processos comunicacionais digitais possuem inúmeras possibilidades de criação, produção e mudança social, assim como ainda há grandes obstáculos culturais, educativos, políticos e sociais freando a mudança. Assim, o contexto da competência se torna essencial, pois, uma vez que não se tenha a competência para assimilação do aprendizado, “os sistemas de informação e de conhecimentos erguerão outros tantos muros intransponíveis” (WOLTON, 2007, p. 135).

Ao observar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondentes ao acesso à internet em domicílios brasileiros no ano de 2015, por mais que o percentual de acesso tenha se mantido em ascensão – em 2014, o percentual aumentou de 48,0%, em 2013, para 54,9%, o equivalente a 36,8 milhões de domicílios –, subindo para 57,8%, o que corresponde a 39,3 milhões de domicílios, grande parcela da população brasileira ainda não possui acesso à internet. Ao analisar a situação de domicílio, percebe-se que grande parte desse percentual é referente à população da área urbana – dos 57,8% de domicílios com acesso à internet, 63,9% estavam situados na área urbana e 21,2% na área rural. Ainda, no que tange à classe de rendimento mensal domiciliar per capita, quanto maior o rendimento, maior o percentual de domicílios com acesso à internet, com domicílios da classe que possuía mais de cinco salários mínimos alcançando o percentual de 90,7%, enquanto domicílios da classe que possuía até um salário mínimo ficando abaixo da média nacional de 57,8%. As demais classes também apresentaram percentuais superiores à média nacional, exceto a classe sem rendimento a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, que apresentou um percentual de 29,7% de domicílios com acesso à internet, o menor observado (IBGE, 2016).

Conforme afirma Santos (2000, p. 13), “quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual”, o que pode resultar em um aumento das disparidades nas possibilidades de conhecimento e acesso da informação, de participação e diálogo dos cidadãos, beneficiando apenas determinada parcela da população. Há de se atentar que “os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excelente e assegura exclusividades, ou, pelo

menos, privilégios de uso” (SANTOS, 2000, p. 14). Não há um único meio de comunicação que possua alcance total, portanto, a utilização de distintos meios pode permitir uma maior disseminação das informações públicas. Possuir o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC físico, nesse sentido, é extremamente importante ao se considerar a garantia de acesso à informação para aqueles que não possuem acesso à internet. Contudo, trata-se de um serviço de busca de informações, o que acarreta em o cidadão ser informado de sua existência para poder usufruir do mesmo, e essa informação precisa circular em mais meios, pois, se ocorrer apenas em meio digital, se voltará à questão da limitação e privilégios.

Para superar esse “fosso digital”, Lemos e Lévy (2010) apresentam algumas medidas que poderiam ser tomadas pelas administrações públicas, como a implantação de centros de acesso à internet nos serviços públicos, incentivo à doações de equipamentos obsoletos, cursos gratuitos para o ensino da tecnologia, dentre outras, todas com foco na inclusão – tanto tecnológica quanto social – daqueles que não possuem meios de acesso à internet. Tais ações, em teoria, contribuiriam para a superação da exclusão, contudo, não eliminariam a desigualdade, nem as relações de poder que permeiam o processo de comunicação, seja *online* seja *offline*. Com isso, o ideal de um meio de comunicação igualitário é questionável. A internet não pode ser considerada igualitária enquanto o processo que a utiliza não o for. Ela pode ser considerada potencialmente igualitária, mas, para tal efetivação, diversos outros fatores devem ser observados, para além da ferramenta comunicacional, pois “[...] por mais que as redes ofereçam oportunidades inovadoras de participação, são necessários uma cultura e um sistema político com condições (e interesse) de acolhê-los” (POZOBON, 2011, p. 183).

Outro ponto que pode ser levantado é a compreensão das informações por parte dos cidadãos. A Lei de Acesso à Informação traz a necessidade de as informações serem apresentadas de modo a garantir uma fácil compreensão, além de estarem disponíveis em local de fácil acesso. Contudo, nem sempre este ponto é levado em consideração. Muitas vezes não há um padrão para acesso às informações publicadas, sendo as mesmas disponibilizadas em dados de difícil absorção, em linguagem extremamente técnica e de difícil compreensão por pessoas leigas, além de estarem, muitas vezes, “escondidas” entre outros conteúdos e *links* (FERREIRA, SANTOS, MACHADO, 2012). Também, para além da compreensão das informações, há o conhecimento das mesmas. Não é incomum as pessoas desconhecerem o seu

direito de acessar informações públicas, bem como desconhecerem os procedimentos e locais para acesso. A divulgação não somente das informações, mas também do direito a acessá-las e onde as mesmas podem ser encontradas faz-se necessária.

Uma política de acesso à informação depende de uma legislação adequada, mas não se restringe a isso. Também é necessária uma mudança na cultura administrativa, ou seja, a formação de uma cultura de acesso à informação, envolvendo tanto a burocracia estatal quanto os gestores públicos (PAES, 2012). Além disso, disponibilizar as informações públicas aos cidadãos é necessário, mas não suficiente, devendo as administrações públicas estimular a participação ativa da sociedade na tomada de decisões e na formulação de políticas, estabelecendo um diálogo entre ambas em uma nova forma de gestão da administração pública (GRUMAN, 2012). Nesse sentido, a legislação pode ser considerada um ponto de partida, um meio para se chegar a um fim: o empoderamento do cidadão, sua capacitação para participar da administração pública e exercer sua cidadania ativa. Contudo, para que exista essa conexão entre meio e fim, é necessário ir além das exigências da LAI – pois ela não é um fim em si mesma – e pensar em ações, através de políticas públicas, que permitam o real acesso das informações e sua compreensão e uso por parte dos cidadãos, de modo a ir além da divulgação de informações e estabelecer um diálogo entre administração pública e sociedade, ou seja, uma comunicação para a cidadania.

Também, conforme afirmam Geraldine et al. (2016, p. 27),

[...] a mera positivação do direito à informação não é suficiente para garantir a sua aplicação. A sociedade civil organizada precisa se manter vigilante para que os órgãos públicos cumpram com os ditames da lei e prestem as informações solicitadas. É preciso, sobretudo, trabalhar para a mudança da mentalidade, para entronizar no pensamento da administração pública que a transparência é a regra. Ainda há profundas resistências. Números da própria Controladoria-Geral da União revelam que o governo nega quase todos os recursos. Da Academia partem pesquisas que comparam a aplicação da LAI em diversos países, a oferecer relevantes insumos para o debate a aprimoramento dos procedimentos nacionais. Entre a positivação e a consolidação de uma sociedade mais transparência ainda há um longo caminho de necessária mobilização.

Segundo Nóbrega (2017), a implementação da LAI – que está em vigor há mais de cinco anos – tem sido um processo lento e difícil, uma vez que a mesma consolidou a construção de uma cultura de transparência e criou práticas que não eram adotadas por grande parte das administrações públicas, justificando o fato de ainda serem

visualizadas falhas e lacunas na implementação da LAI nos territórios. A autora menciona que há uma grande heterogeneidade na aplicação da legislação, com diferentes e decrescentes graus de efetivação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Apesar de o uso de ferramentas digitais tenha se mostrado positivo ao longo dos anos – ainda sendo necessária a garantia de acesso *offline* às informações –, há a ausência de portais institucionais capacitados para realizar pedidos de informação, o que se configura como um limitador para o exercício do direito de acesso à informação conforme os preceitos estabelecidos pela LAI. Outro ponto apresentado por Nóbrega (2017) referente à da efetivação da LAI são as excessivas exigências que diferentes órgãos, mesmo no âmbito federal – mas com mais destaque em exemplos estaduais e municipais –, têm imposto com relação à identificação dos solicitantes, o que pode resultar em coibição da procura por informação. Também, ainda há baixa divulgação por transparência ativa de informações de qualidade que possam viabilizar a participação dos cidadãos de forma efetiva, e há, em certos casos, um grande número de respostas incompletas aos pedidos de acesso, ou até mesmo negativas de informação.

Ao pensar a comunicação voltada para o desenvolvimento regional, ou seja, com vistas a promover a qualidade de vida das pessoas e à sustentabilidade e valorização da região, pensar o processo comunicacional para além da técnica em si, ou seja, para o objetivo de seu uso, considerando os fundamentos culturais, sociais, políticos e econômicos – mas não se restringindo a somente estes –, pode contribuir de forma mais produtiva para a auto-emancipação cidadã, com o intuito de tornar o indivíduo agente de sua própria história. Para tanto, o acesso à informação pública se apresenta, para além de um direito, um critério, uma vez que se trata da base de conhecimento sobre os territórios, quesito fundamental do exercício da cidadania em uma sociedade democrática. Afinal, como afirma Wolton (2007, p. 38), “não há sociedade aberta nem democrática sem liberdade de informação e de comunicação”, bem como não há subsídios para o exercício pleno da cidadania, influenciando direta ou indiretamente na forma como se constitui o desenvolvimento de uma região.

Nesse ponto, a Lei de Acesso à Informação, ao garantir o direito de acesso às informações públicas, possibilita aos cidadãos possuírem conhecimento sobre as ações das administrações públicas, de modo a fiscalizá-las e propor mudanças. Contudo, suas exigências não possuem grande relação com os territórios, pois trata-se de uma construção exógena, normativa, até mesmo verticalizada, no sentido que

Santos (2006, p. 193) apresenta, de “vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”, características identificáveis em uma legislação que abrange todo o território nacional. É então que as políticas públicas voltadas para a efetivação do direito de acesso à informação tornam-se fundamentais, enquanto ações endógenas e horizontalizadas, no sentido de “tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada” (SANTOS, 2006, p. 193). Serão elas que permitirão que a LAI tenha relação com a sociedade, e que esta possa absorver as informações e demonstrar a sua posição quanto a elas, ou seja, que possa ser receptora de informação e, também, emissora, que tenha voz e espaço.

Conforme afirma Vázquez Barquero (2002), com a globalização da economia e da sociedade – novo paradigma que percorre o mundo há mais de uma década –, os sistemas produtivos e os mercados adquiriram uma dimensão global, assim como o Estado cedeu o seu papel de protagonista e a sua liderança às empresas inovadoras, geralmente multinacionais. Com isso, se instaurou um novo cenário de competição entre as empresas e entre os territórios, dando início à introdução de inovações por organizações e empresas, à geração de formas mais flexíveis de organização da produção e ao surgimento de novos espaços produtivos. Frente a esse cenário,

as cidades e as regiões passaram a dar respostas estratégicas aos desafios colocados pelo aumento da concorrência nos mercados. [...] as cidades e as regiões voltaram a colocar-se a questão do desenvolvimento – ou seja, a dos fatores que determinam os processos de acumulação de capital –, na busca de uma alternativa capaz de atender às necessidades e demandas dos cidadãos (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002, p. 13).

O desenvolvimento é promovido pelos atores de uma sociedade, e os mesmos possuem uma cultura, formas e mecanismos próprios de organização, o que explica o fato de existirem distintas formas de se desenvolver. No início dos anos 1980, devido a uma profunda alteração na política econômica, os atores locais e regionais passaram a empreender ações cujo intuito era influenciar os processos de crescimento das economias locais. Assim surgiu a política de desenvolvimento local, enquanto resposta das comunidades aos desafios postos pelo fechamento de empresas, desindustrialização e aumento do desemprego, desencadeando os processos de desenvolvimento endógeno. Esta visão parte de uma abordagem “de baixo para cima”, na qual são os atores locais que desempenham o papel central na definição, execução e controle da política de desenvolvimento, podendo ser

considerada uma reação à insatisfação provocada pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento “de cima para baixo” proposto nos anos 1960 e 1970 (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002).

Segundo Vázquez Barquero (2002), o desenvolvimento endógeno se propõe a atender às necessidades e demandas da população local, através do envolvimento da comunidade e da sua participação ativa. Seu objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Nesse sentido, as particularidades da região não apenas fazem parte do processo de desenvolvimento, mas sua valorização é vista, também, como o fim almejado, através da melhora na qualidade de vida da sociedade – e aqui se assemelha muito com a visão de desenvolvimento apresentada por Sen (2000). Para tanto, a participação dos cidadãos, o engajamento e ação dos órgãos públicos locais, o debate público, todos são fatores fundamentais. São essa capacidade de participação e mobilização e esse poder de decisão e liderança por parte dos cidadãos, esse fluxo “de baixo para cima”, que caracteriza o caráter endógeno do processo de desenvolvimento de uma sociedade. A imposição, o modelo pronto vindo “de cima para baixo”, é o que caracteriza o caráter exógeno de um processo, não possuindo nenhuma proximidade com a realidade local e, geralmente, buscando uma padronização, limitando a potencialidade de ação e a capacidade de decisão da sociedade de uma região.

Dessa forma, ao se pensar em forças exógenas e forças endógenas no processo comunicacional das administrações públicas municipais, tendo em vista a normatização da LAI nesses territórios, a Lei de Acesso à Informação se apresenta como uma imposição vinda “de cima para baixo”, e, por mais que possa ser uma necessidade local o conhecimento das informações públicas, o modo como as mesmas precisam ser tratadas e divulgadas difere de acordo com as realidades territoriais, especificidade que a LAI não aborda, uma vez que se trata de uma legislação a nível nacional, o que exige uma certa generalização – e até mesmo superficialidade. A criação de legislação própria, de acordo com as particularidades locais, é um avanço na proximidade entre a normatização da LAI e os territórios, contudo, ainda terá em si muito da imposição exógena da Lei. A vinculação da normatização da LAI com políticas públicas voltadas para a efetivação do direito de acesso às informações públicas trata-se de uma ação fundamental ao se pensar a relação da Lei com as realidades locais. Essas ações, pensadas “de baixo para cima”, que permitirão que a materialidade da LAI nos territórios esteja voltada para o

empoderamento do cidadão, e, uma vez tendo possibilidade de participação e capacidade de decisão, mesmo se valendo de algo considerado exógeno, a força endógena será acionada, estando voltada para o benefício da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Assim, indo para além das obrigações da Lei de Acesso à Informação e atentando para as necessidades e particularidades da região, é possível se valer dos benefícios trazidos, de forma geral, pela LAI – como o conhecimento do que é realizado pelos órgãos públicos – para capacitar os cidadãos, que poderão se utilizar dessa base informacional para se organizarem e reivindicarem direitos e ações do governo, participarem da gestão da administração pública e exercerem sua cidadania, rumo à realização de um desenvolvimento endógeno que valorize os preceitos da democracia e cidadania.

4 COMUNICAÇÃO E CIDADANIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: APORTES PARA ANÁLISE

A informação se apresenta enquanto a base para a construção do conhecimento, do diálogo e da decisão, bem como a base técnica da vida social atual – juntamente com a ciência e a tecnologia –, influenciando, assim, na constituição e uso dos territórios. A limitação ao seu acesso – acesso este considerado um direito e assegurado juridicamente – afeta diretamente o empoderamento e potencial de participação da sociedade, ou seja, o exercício da cidadania, entendida enquanto indutora de um desenvolvimento endógeno dos territórios. Tendo em vista tais pressupostos, este trabalho foi elaborado, com o objetivo de analisar como se constitui o processo comunicacional da administração pública em municípios selecionados da região do Vale do Rio Pardo (RS) a partir da Lei de Acesso à Informação e dos preceitos da comunicação pública.

Nesse sentido, este trabalho busca, de forma mais específica, verificar o uso dado à informação pública pelos profissionais responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais; evidenciar a qualidade da informação pública disponível nos portais institucionais das administrações públicas municipais; elucidar a relação dessas informações públicas – e do processo comunicacional no qual estão inseridas – com o território; e identificar se o processo comunicacional das administrações públicas municipais possui potencial para o estabelecimento de uma comunicação pública.

Para tanto, foi realizado um estudo de caso com três municípios pertencentes à região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Rio Pardo (RS), identificados por Encruzilhada do Sul, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. O estudo se deu a partir de uma pesquisa qualitativa, envolvendo a realização de entrevistas com os responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas dos municípios selecionados e análise do conteúdo disponibilizado nos portais institucionais das administrações públicas municipais. Este capítulo apresenta o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados em tal estudo²⁸.

Inicialmente, são abordadas questões referentes ao marco teórico-metodológico adotado neste trabalho, o materialismo dialético, e sua utilização no

²⁸ A apresentação e a análise do processo comunicacional das administrações públicas dos municípios selecionados serão abordadas no próximo capítulo.

estudo do processo comunicacional de administrações públicas municipais. Os principais autores trazidos para tanto são Triviños (1987) e Malagodi (1988).

Na sequência, são detalhados os procedimentos metodológicos utilizados para o estudo de caso dos municípios selecionados. Além dos relatos de campo, são acionados autores como Fragoso, Recuero e Amaral (2011), Lakatos e Marconi (2001), Duarte (2006), Bardin (1977) e López et al. (2004).

Por fim, são trazidas informações acerca dos municípios de estudo, de modo a contextualizar suas distintas realidades. As referências utilizadas para a discussão e análise do assunto são Etges (2001), Silveira e Hermann (2001), bem como dados provenientes dos portais institucionais das Prefeituras Municipais, da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.1 Materialismo dialético e o estudo do processo comunicacional de administrações públicas municipais

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo, método de análise da sociedade no qual se pode identificar quatro momentos: a primeira fase, representada por Karl Marx; a segunda, representada pelos trabalhos em conjunto de Karl Marx e Friedrich Engels; a terceira, que se resume, em geral, às contribuições de Vladimir Ilyich Ulyanov Lênin; e a quarta, que seria o contemporâneo, que apresenta várias tendências, sendo as principais a soviética e a chinesa, que reclamam para si a continuação genuína das ideias de Marx. O marxismo se inclui como uma tendência do materialismo filosófico e compreende três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política. Várias ideias fundamentais para o marxismo tiveram como base as concepções de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, como o conceito de alienação e seu ponto de vista dialético da compreensão da realidade. Contudo, ao invés de vincular tais ideias ao espírito absoluto hegeliano, Marx as desenvolve dentro de sua concepção materialista do mundo. Para o marxismo, a matéria é o princípio primordial e a consciência é um produto da matéria, permitindo, assim, que o mundo se reflita nela, o que assegura a possibilidade que o homem tem de conhecer o universo. A ideia materialista de mundo reconhece que a realidade existe independentemente da consciência (TRIVIÑOS, 1987).

A dialética, em sua origem nos tempos de Platão e Aristóteles, era entendida como a arte da discussão, à base de perguntas e respostas, e como técnica capaz de servir para classificar os conceitos e dividir os objetos em gêneros e espécies. Contudo, desde os tempos de Heráclito, começa a se defender outra ideia básica da dialética, a da mutabilidade do mundo e a da transformação de toda propriedade em seu contrário. A filosofia grega antiga ressaltou o aspecto contraditório do ser, que ao mesmo tempo que se transforma em outro, é único e múltiplo, imutável e passageiro (TRIVIÑOS, 1987). Assim, a dialética pode ser vista como “o movimento pelo qual as realidades sociais se desdobram e dão origem a novas realidades. [...] algo inerente ao movimento da história, à vida de qualquer sociedade”, e, enquanto concepção metodológica, pode ser considerada o método que permite a captação desse movimento, “não apenas no estudo do passado mas do próprio presente” (MALAGODI, 1988, p. 64).

O materialismo dialético tenta buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, possui uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, baseia-se numa interpretação dialética do mundo. A dialética materialista reconhece como essência do mundo a matéria, em constante movimento, sendo a mesma anterior à consciência – existindo independentemente desta –, opondo-se às concepções idealistas que admitem como substância de todos os fenômenos a “vontade divina”, o “espírito”, a “energia”, etc., significando, neste sentido, uma superação do materialismo pré-marxista, no que este tem de metafísico e idealista. O materialismo dialético rejeita a ideia de que o homem não possui capacidade de conhecer o mundo, tendo ciência de que o conhecimento é relativo em determinada época histórica e que o homem é capaz de apreender a verdade absoluta, algo não imediato, mas gradual, no qual “o pensamento avança no conhecimento do objeto” (TRIVIÑOS, 1987, p. 25).

Para o materialismo dialético, tanto o indivíduo quanto as próprias coisas existem na natureza e na história, e estas se apresentam enquanto sujeito – ou seja, autor – de um processo ao longo do qual se desenvolvem a espécie humana, as sociedades, as classes, etc. Sua principal busca está na “verdade universal”, universalidade esta possível pelo fato de o materialismo dialético escapar do vício comum de ver a sociedade a partir de um ponto de vista particular, seja de um indivíduo ou de uma classe. O caráter universal do materialismo dialético decorre do esforço de compreensão do conjunto do movimento, da totalidade da vida das

sociedades, ou seja, “o passado, o presente e suas tendências para o futuro” (MALAGODI, 1988, p. 20-21). Assim, o passado contribui para a compreensão do presente e, conseqüentemente, para a formação de uma visão de futuro e possível transformação da sociedade através da ação, da prática.

O critério da verdade sustentado pelo materialismo dialético é a prática social, afirmando que a prática é o critério determinante para identificar se um conhecimento é verdadeiro ou não e que a mesma está na base e no propósito final de todo o conhecimento – o processo de conhecimento da realidade social implica na transformação da própria sociedade, mas para transformar a realidade é preciso conhecê-la e, para tanto, é necessário estudá-la. O materialismo dialético entende o critério da prática em sentido amplo e variado, sendo considerada toda atividade material orientada para transformar a natureza e a vida social. A prática individual e a prática social estão profundamente relacionadas, pois a prática individual só pode se realizar e se desenvolver com êxito sobre a base da prática histórica e social acumulada pela humanidade ao longo dos tempos, assim como a prática social se desenvolve e se enriquece através da atividade prática e teórica dos diferentes indivíduos – cientistas, dirigentes sociais e políticos, operários de empresas, etc. – e coletividades (MALAGODI, 1988; TRIVIÑOS, 1987).

A prática social, juntamente com a matéria e a consciência, são as categorias fundamentais do materialismo dialético, e os conceitos de conexão, interdependência e interação são essenciais no processo dialético de compreensão do mundo. O materialismo dialético tem como categoria essencial a contradição que se apresenta na realidade objetiva, e como lei fundamental a da Unidade e da Luta dos Contrários – Lei da Contradição –, pois reconhece que a contradição é uma forma universal do ser, sendo esta lei também a essência da dialética. A contradição é uma interação entre aspectos opostos – interiores e exteriores, essenciais e não-essenciais –, e a origem do movimento e do desenvolvimento. Os contrários se excluem e, ao mesmo tempo, estão unidos, e sua luta leva à solução da contradição e à passagem da coisa de um estado qualitativo a um outro. Além da Lei da Unidade e da Luta dos Contrários, a dialética também possui as leis da Transformação da Quantidade em Qualidade e da Negação da Negação (TRIVIÑOS, 1987).

Objetos, coisas e fenômenos se distinguem entre si por sua qualidade, pelo conjunto de propriedades que os caracterizam – a estrutura destas propriedades, a função e a finalidade do objeto. Para além da qualidade, há a quantidade, que

caracteriza o objeto sob o ponto de vista do grau de desenvolvimento ou de intensidade das propriedades do mesmo, suas dimensões, peso e volume – quantidade é expressa por números. A passagem das mudanças quantitativas para as qualitativas é uma lei geral do desenvolvimento do mundo material (TRIVIÑOS, 1987). Isto não quer dizer que os dados quantitativos devem ser negligenciados, mas que devem ser utilizados no desencadeamento de análises qualitativas da realidade. O trabalho segundo o método dialético atenta para a materialidade em movimento, revelando inúmeras contradições, sendo a negação dialética resultado da luta dos contrários. É através da negação da negação que se busca o conhecimento, sem contentamentos ou conclusões precipitadas – um conhecimento, ao ser negado, gera outro, mais profundo, que é negado novamente, gerando outro conhecimento ainda mais profundo, e assim sucessivamente (SALVADOR, 2012). Contudo, o novo que surge não elimina o velho totalmente, pois possui muitos elementos do antigo, considerados positivos e que continuam existindo nele (TRIVIÑOS, 1987).

Desenvolver uma pesquisa segundo o materialismo dialético significa ter presente no estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, bem como da materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de se conhecer. Deve-se acrescentar a estes princípios básicos do marxismo a ideia de que existe uma realidade objetiva fora da consciência, e que esta consciência é resultado da evolução do material. E sobre estes fundamentos, deve-se considerar as categorias e leis da dialética. O pesquisador que optar por desenvolver seu trabalho dentro da concepção marxista da realidade, deve ter claros os conceitos capitais do materialismo histórico, como estrutura das formações socioeconômicas, modos de produção, força e relações de produção, classes sociais, ideologia, o que é a sociedade, base e superestrutura da sociedade, história da sociedade como sucessão das formações socioeconômicas, consciência social e consciência individual, cultura como fenômeno social, progresso social, concepção do homem, ideia da personalidade, da educação etc. (TRIVIÑOS, 1987).

O materialista dialético se apresenta como um realista, uma vez que investiga as reações reais-efetivas da sociedade, o que existe de fato, não o que deseja que exista ou pensa existir. Para não cair em conformismos, a atitude do materialista dialético não é de fazer puras constatações, mas compreender que o processo social é um processo dialético, uma vez que a realidade se transforma a partir das forças das próprias contradições e tensões internas dessa realidade. Tendo uma atitude de

busca de conhecimento e sendo um ser ativo, o materialista dialético deve “agir-com-conhecimento” e “conhecer-com-a-ação”, pois conhecimento e transformação do mundo são dois momentos de uma única síntese – não há como realizar plenamente uma sem realizar simultaneamente a outra. A percepção que o materialista dialético possui da realidade efetiva revela uma carência – algo que falta – e uma riqueza não posta – algo que está por vir – e, uma vez que vive no interior da sociedade, não pode se limitar a olhar “objetivamente” o movimento. Dessa forma, o resultado do esforço de conhecimento da vida e do mundo se apresenta enquanto um programa de mudanças das condições em que se vive e de toda a sociedade, motivo pelo qual, para o materialismo dialético, o esforço de conhecimento é manifestado na forma de crítica (MALAGODI, 1988). Pensar o processo comunicacional das administrações públicas municipais tendo em vista os preceitos de cidadania, democracia, empoderamento cidadão e desenvolvimento endógeno, na realidade atual, pode ser considerada “algo que falta”, mas que “está por vir”. É uma realidade de difícil alcance, devido às várias mudanças sociais necessárias para a sua viabilização, mas nem por isso deve ser vista como um idealismo inalcançável. Expor estas questões e trazê-las para o debate, de forma a analisar suas capacidades e limitações criticamente, é uma forma de demonstrar a possibilidade de materialidade dessa prática social e, uma vez sendo esta uma busca de conhecimento, também é uma forma de transformação.

A ciência, na perspectiva dialética, se alicerça na noção de historicidade, na transformação da realidade, que é analisada de modo crítico. Os trabalhos científicos se dedicam à interpretação da totalidade em movimento, chegando à essência do concreto, às contradições, às desigualdades e às possibilidades de mudança, tendo em mente que tudo está em constante movimento, que a história é construída em um movimento em espiral – ela se repete, mas nunca do mesmo modo – e que o material produzido historicamente influencia as ações humanas atuais. A prática social é considerada categoria fundamental no trabalho com o método dialético, sendo a atenção dada à essência – qualitativo – e não à aparência – quantitativo (SALVADOR, 2012). Portanto, analisar como se constitui o processo comunicacional da administração pública em municípios selecionados da região do Vale do Rio Pardo (RS) a partir da Lei de Acesso à Informação e dos preceitos da comunicação pública, sob o foco do materialismo dialético apresenta-se como importante, pois irá atentar para mais do que somente a aparência do processo, irá envolver a sua essência, o seu contexto, os conflitos existentes na comunicação em si e na implantação do

processo comunicacional, tendo em vista o direito à informação e sua essencialidade para o exercício da cidadania, por sua vez considerada indutora de um desenvolvimento voltado para a região, para as pessoas e suas liberdades, a partir de uma visão crítica da totalidade do processo, permitindo, assim, identificar seus benefícios e falhas e buscar sua superação.

4.2 Procedimentos metodológicos

O estudo de caso se deu a partir de uma pesquisa qualitativa, envolvendo a realização de entrevistas semiestruturadas e análise do conteúdo disponibilizado nos portais institucionais, de modo a analisar como se constitui o processo comunicacional da administração pública em municípios selecionados da região do Vale do Rio Pardo (RS) a partir da Lei de Acesso à Informação e dos preceitos da comunicação pública. A pesquisa qualitativa, como afirma Fragoso, Recuero e Amaral (2011), visa uma compreensão aprofundada e integral dos fenômenos de estudo, contextualizando e reconhecendo o seu caráter dinâmico na pesquisa social. Neste sentido, o número de componentes da amostra se torna menos importante que a sua relevância para o problema de pesquisa, passando os elementos da amostra a serem selecionados deliberadamente, conforme apresentem as características necessárias para a observação, percepção e análise do intuito da pesquisa. Com base nisso, foram selecionados três dos 23 municípios pertencentes à região do COREDE do Vale do Rio Pardo (RS), identificados por Encruzilhada do Sul, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, para serem objeto deste estudo de caso.

A escolha de tais municípios em detrimento dos demais pertencentes ao COREDE do Vale do Rio Pardo se deu por distintos motivos, mas extremamente interligados com o objetivo deste trabalho²⁹:

- Município de Santa Cruz do Sul: por ser considerado um polo industrial e comercial da região, bem como por possuir certa concentração de instituições de ensino superior, o que faz com que muitos cidadãos de outros municípios da região venham para Santa Cruz do Sul em busca de estudo ou trabalho, portanto, se trata de um município com destaque tanto

²⁹ A proximidade geográfica dos municípios, bem como a proximidade da pesquisadora com as realidades municipais – a mesma residiu em dois dos três municípios escolhidos –, também foram questões levadas em consideração no momento da escolha.

econômico quanto social. Cabe destacar que a administração pública da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul recebeu o Prêmio de Boas Práticas de Transparência na Internet, concedido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), em 2015³⁰;

- Município de Vera Cruz: por possuir grande proximidade com o município santa-cruzense, tanto em limites territoriais – o município de Vera Cruz divisa seu território com o município de Santa Cruz do Sul – quanto pelos movimentos pendulares característicos entre estes dois municípios, em especial os deslocamentos da população em decorrência de trabalho e de estudo – muitos cidadãos vera-cruzenses têm em Santa Cruz do Sul o seu local de trabalho ou estudo, mas não de moradia. Cabe destacar que a administração pública da Prefeitura Municipal de Vera Cruz também recebeu o Prêmio de Boas Práticas de Transparência na Internet, concedido pelo TCE-RS, em 2015;
- Município de Encruzilhada do Sul: por possuir uma realidade distinta da visualizada nos demais municípios mencionados, uma vez que pode ser considerado um município com características específicas. Encruzilhada do Sul possui sua economia voltada, em grande parte, para atividades rurais – há grande relação do rural com a cidade –, possui baixa densidade demográfica, e sua população parece demonstrar uma proximidade de convívio societário pouco visualizada em grandes municípios. Cabe destacar que a administração pública da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul não foi agraciada com o Prêmio de Boas Práticas de Transparência na Internet, concedido pelo TCE-RS, em 2015, por não atender aos requisitos.

As entrevistas, aqui entendidas como um procedimento utilizado para a coleta de dados, que consiste em um encontro entre duas pessoas com o intuito de que uma delas obtenha informações sobre determinado assunto, a partir de uma conversação de natureza profissional (LAKATOS; MARCONI, 2001), foram realizadas no formato semiestruturado, no qual cada questão é tratada da forma mais aberta

³⁰ O Prêmio de Boas Práticas de Transparência na Internet é concedido à gestores públicos que adotam iniciativas para ampliar a divulgação de informações à sociedade. O objetivo de tal prêmio é o reconhecimento de esforços dos Executivos e dos Legislativos municipais no que diz respeito à transparência, a partir da avaliação de seus portais institucionais. Para tanto, são utilizados 22 critérios – um total de 88 itens de controle –, através dos quais é verificado o atendimento aos preceitos da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente em sua alteração pela Lei de Transparência da Gestão Fiscal (TCE-RS, 2015).

possível, embora seja seguido um roteiro-base (DUARTE, 2006). Com o intuito de verificar o uso dado à informação pública pelos profissionais responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais, foram realizadas entrevistas com o Secretário Municipal de Comunicação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Régis de Oliveira Júnior; com a Dirigente do Núcleo de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, Josileri Linke Cidade; e com os servidores públicos do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Antonio Valpir da Rocha (gestor), Nei Carvalho e Cristine da Silva Machado³¹. As entrevistas seguiram um mesmo roteiro-base (APÊNDICE A).

Devido às eleições municipais que ocorreram no Brasil em outubro de 2016, na qual foram escolhidos os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos municípios do país, optou-se por realizar as entrevistas – bem como a análise dos portais institucionais municipais – no segundo semestre de 2017, em decorrência das alterações nas administrações públicas municipais ocasionadas pelo processo eleitoral. Assim, os entrevistados teriam um período maior de adaptação e aproximação com as realidades das administrações públicas municipais – se comparado à realização das entrevistas no primeiro semestre de 2017 –, bem como os conteúdos disponibilizados nos portais institucionais dos municípios teriam um maior prazo para atualização e adequação às eventuais mudanças.

Primeiramente, foi pesquisado nos portais institucionais dos municípios selecionados um contato dos responsáveis – ou do setor responsável – pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais. Neste momento, apenas o contato referente à Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul não foi possível de ser identificado, sendo obtido posteriormente, através de ligação telefônica. Tendo obtido os contatos necessários, em 24 de agosto de 2017 foi enviado, para estes contatos, um correio eletrônico (e-mail) apresentando a pesquisadora, o trabalho que estava sendo desenvolvido e convidando o responsável pelo setor de comunicação da prefeitura em questão para a realização de uma entrevista. Na mesma data foram recebidos os retornos positivos do Secretário Municipal de Comunicação da Prefeitura

³¹ A realização da entrevista com todos os servidores públicos do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, ao invés de apenas com o responsável pelo setor, como nos demais casos, foi uma necessidade identificada no momento do contato para o agendamento da entrevista. Neste contato, a servidora pública Cristine informou que, no setor, alguns trabalhos eram realizados de forma individual, não envolvendo todos no processo. Portanto, decidiu-se que, neste caso, todos os três servidores públicos do setor seriam entrevistados, de modo a ter uma visão mais completa do processo comunicacional realizado pelos mesmos.

Municipal de Santa Cruz do Sul, Régis, e da Dirigente do Núcleo de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, Josileri. O e-mail enviado para o contato da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul retornou, informando que o endereço eletrônico não havia sido encontrado. Devido ao conhecimento da pesquisadora de uma servidora pública do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Cristine, foi efetuado um contato direto com a mesma, através de uma mensagem no *site* de redes sociais *Facebook*. Este contato também foi realizado no dia 24 de agosto de 2017, sendo obtida a resposta no dia 28 de agosto de 2017, após um novo contato via ligação telefônica.

Após o retorno positivo dos contatos realizados, foram agendadas as entrevistas. A realização destas ocorreu na primeira quinzena do mês de setembro de 2017, nos municípios selecionados. A primeira entrevista realizada foi no município de Santa Cruz do Sul, na manhã do dia 11 de setembro de 2017. Agendada, em um primeiro momento, para o dia 8 de setembro de 2017, a entrevista com o secretário Régis necessitou ser reagendada, devido à um compromisso de última hora do secretário com o Prefeito do município. A entrevista aconteceu na sala do secretário, nas dependências da Secretaria Municipal de Comunicação, e teve duração aproximada de uma hora. A segunda entrevista realizada foi no município de Vera Cruz, na manhã do dia 12 de setembro de 2017, sendo entrevistada a dirigente Josileri. Esta entrevista aconteceu na sala do Núcleo de Comunicação Social, nas dependências do Gabinete do Prefeito, e teve duração aproximada de 45 minutos. As últimas entrevistas realizadas foram no município de Encruzilhada do Sul, na tarde do dia 18 de setembro de 2017, sendo entrevistados o gestor do Departamento de Comunicação, Antonio, e os servidores públicos Nei e Cristine. Estas entrevistas aconteceram na sala do Departamento, nas dependências da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, e tiveram duração aproximada de 15 minutos cada.

Além das entrevistas, o estudo de caso realizado neste trabalho também contou com a análise do conteúdo disponível nos portais institucionais dos municípios selecionados, com o intuito de evidenciar a qualidade da informação pública disponível nos portais institucionais das administrações públicas municipais. Fez parte dessa análise o conteúdo informacional disponibilizado pelas administrações públicas em observância ao cumprimento das exigências mínimas previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI), a saber: a) registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

b) registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; c) registro das despesas; d) informações referentes à procedimentos licitatórios – editais e resultados – e contratos celebrados; e) dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; f) respostas às perguntas mais frequentes da sociedade³². Também foram analisados os conteúdos trazidos pelas últimas três notícias divulgadas na seção “Notícias”, pela seção “Fale Conosco”/“Contato” – inclui-se aqui o e-SIC, bem como informações sobre o SIC físico – e pela seção específica dedicada à divulgação das informações de que trata a LAI³³. Ainda, foram considerados os documentos referentes à regulamentação da LAI nos municípios, conforme é trazido pelo Art. 45 do Decreto nº 7.724. A coleta destes dados ocorreu na primeira quinzena do mês de novembro de 2017.

A análise desses dados se deu através da técnica de análise de conteúdo, considerado um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relacionados às formas de produção e recepção das mensagens. Nesse sentido, o objetivo do analista é, além de compreender o sentido da comunicação enquanto um receptor normal, principalmente desviar o olhar para outra significação, outra mensagem visualizada por meio ou ao lado da mensagem primeira. Esta técnica possui três fases distintas, a saber: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas. A fase de exploração do material se trata da aplicação sistemática das decisões tomadas na fase anterior e consiste na construção das operações de codificação, regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. Por fim, a fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consiste no tratamento dos resultados brutos, de modo a serem significativos e válidos (BARDIN, 1977).

³² Durante a coleta de dados dos portais institucionais das administrações públicas municipais foi verificado que as mesmas informações, muitas vezes, se encontravam em páginas distintas quando comparado um portal a outro – ex.: informações referentes ao registro de competências podiam ser encontradas em uma única página, em um portal, enquanto em outro estavam divididas em páginas específicas de cada secretaria, setor, etc. Portanto, optou-se por não restringir a coleta à páginas específicas, e sim à conteúdos específicos.

³³ Esta seção é uma exigência trazida no Art. 7º do Decreto nº 7.724, que regulamenta a LAI. Foi considerada em separado dos demais itens pelo fato de, além de trazer as informações dos itens listados, também trazer informações adicionais consideradas pertinentes para a análise.

Em abordagens quantitativas, os indicadores utilizados na técnica de análise de conteúdo se fundam na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem. Já as abordagens qualitativas, se valem de indicadores não frequenciais, também suscetíveis de permitir inferências, como a presença ou a ausência de determinado elemento ou tema na mensagem analisada. Estes indicadores podem constituir um índice tanto – ou até mesmo mais – produtivo que a frequência de aparição, nos casos de pesquisas qualitativas (BARDIN, 1977). Como este estudo de caso parte de uma abordagem qualitativa, aqui são utilizados estes indicadores não frequenciais, a saber: a ausência ou a presença – sendo esta total ou parcial, para casos de informação existente, mas incompleta – dos itens supracitados.

Ainda dentro das exigências da LAI, buscou-se identificar as seguintes características das informações disponibilizadas: a) facilidade de acesso – a informação foi facilmente encontrada (poucos “cliques”³⁴), garantia de acessibilidade do conteúdo para pessoas com deficiência; b) facilidade de compreensão – a informação foi escrita em linguagem acessível, com pouca ou nenhuma utilização de termos técnicos; c) intuito informativo, educacional ou de orientação social – ausência de promoção pessoal ou partidária. Ainda sobre as características das informações públicas disponibilizadas, mas a partir da construção teórica apresentada por Santos e Silveira (2006), foi também considerado: d) abrangência – global ou local; e) produção – verticalizada (informação globalmente organizada, tributária de técnicas como satélites) ou horizontal (construída na copresença). Dessa forma, além de possibilitar evidenciar a qualidade da informação pública disponível nos portais institucionais das administrações públicas municipais, foi possível, também, elucidar a relação dessas informações públicas – e do processo comunicacional no qual estão inseridas – com o território. Para auxiliar a análise do conteúdo dos portais institucionais das administrações públicas municipais, foi elaborado o seguinte quadro:

³⁴ Aqui foi considerada a chamada “Regra dos Três Cliques” (*Three Click Rule*), apresentada por Jeffrey Zeldman (2001) e uma das principais referências em temas como usabilidade na *web*. Segundo esta regra, a facilidade de acesso à algum conteúdo em *sites* na *web* está no fato de o mesmo ser encontrado em até três “cliques”. Quatro “cliques” ou mais poderiam levar o usuário a desistir de sua busca. Apesar de críticas à essa regra mencionarem que, quando o usuário está em busca de alguma informação que deseja, o número de “cliques aceitáveis” aumenta – o que colocaria em xeque tal teria –, neste trabalho será considerada esta regra para classificar a facilidade do acesso às informações públicas nos portais institucionais dos municípios, tendo em vista ser esta a exigência trazida pela LAI.

QUADRO 1 – Quadro para auxílio na análise do conteúdo dos portais institucionais

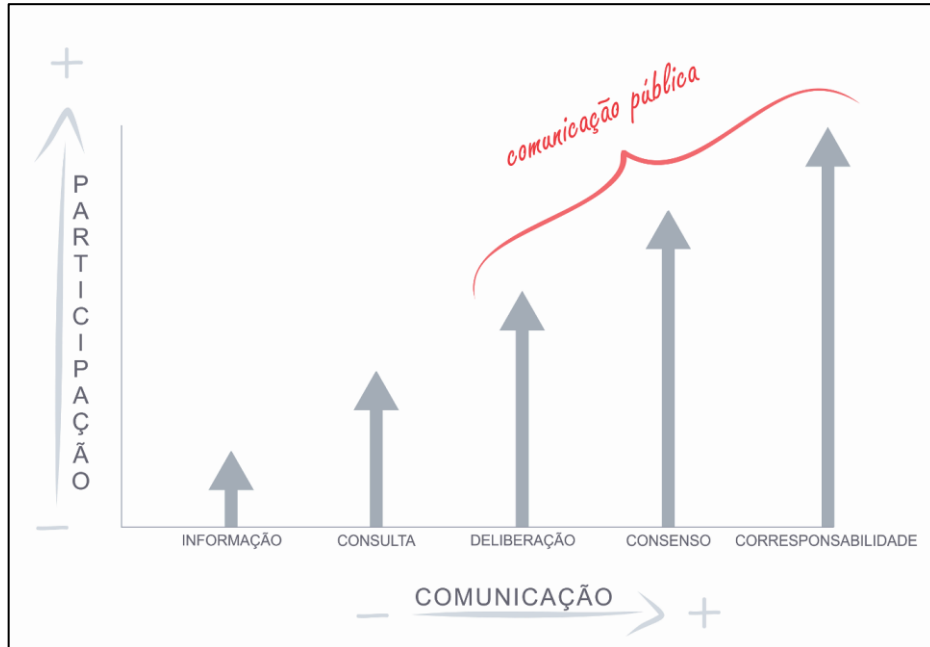
	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento								
Registro de repasses ou transferências de recursos financeiros								
Registro das despesas								
Informações sobre procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados								
Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades								
Respostas às perguntas mais frequentes								
Últimas três notícias divulgadas								
“Fale Conosco”/ “Contato”								
e-SIC								
SIC físico (informações)								
Seção específica sobre divulgação da LAI								
Regulamentação da LAI								

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, e com o intuito de identificar se o processo comunicacional das administrações públicas municipais possui potencial para o estabelecimento de uma comunicação pública, os dados obtidos com as entrevistas foram relacionados aos dados obtidos com a análise do conteúdo dos portais institucionais, de modo a

comparar a dialética intenção/realidade da produção e do uso dado à informação pública pelos responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas dos municípios selecionados. Tendo em vista que a comunicação pública não envolve apenas a divulgação de informações, mas também interação, participação (DUARTE, 2007), aqui buscou-se identificar o nível em que se encontra o processo comunicacional das administrações públicas municipais, a partir do “Modelo de comunicação para a construção de consensos” apresentado por López et al. (2004) – Figura 1. A participação em López et al. (2004) é considerada um componente da comunicação voltada para a construção de consensos, sendo a mobilização social um método de fortalecimento da participação, o que angaria a criação de espaços para que a mesma seja possível e para que possa ser trabalhado o incentivo à participação. Essa visão vai ao encontro do ideal de comunicação voltada para a cidadania e para o empoderamento do cidadão abordado neste trabalho, que, por sua vez, pode ser enquadrado no conceito de comunicação pública.

FIGURA 1 – Modelo de comunicação para a construção de consensos



Fonte: Elaborado pela autora a partir de López et al. (2004).

Segundo López et al. (2004), um grupo informado exerce um nível básico e primário de participação, e, aqui, a comunicação é uma prática unidirecional, voltada apenas para a divulgação de informação. Quando, além de informado, esse grupo é consultado sobre o que pensa acerca dos grandes problemas e decisões que o

afetam, a participação aumenta em proporção significativa, do mesmo modo que, se nesse mesmo grupo também são tomadas decisões de natureza política, através de processos deliberativos, a participação adquire um nível mais concreto e visível. Quando as decisões políticas resultam de propósitos de acordo, a participação se apresenta como um evento comunicativo que evolui para a construção de consenso. Por fim, o nível mais refinado de participação em um grupo – na sociedade se trata do pleno exercício da cidadania – implica que os processos coletivos resultem de acordos corresponsáveis, que, por sua vez, resultam do consenso entre aqueles que orientam e dirigem e aqueles que fazem parte da base do grupo.

Portanto, e segundo o modelo apresentado por López et al. (2004), é possível considerar por **informação** a capacidade de informar e o reconhecimento da necessidade de ser informado, sendo seu instrumento básico a notícia; por **consulta** a capacidade de consultar e disponibilidade de ser consultado através de instrumentos como entrevista, pesquisa, grupos focais, mesas de trabalho consultivas ou pesquisas de opinião; por **deliberação** a capacidade de deliberar e disposição para reconhecer os argumentos do outro em cenários como fóruns, palestras ou painéis, debate público ou discussão em grupo; por **consenso**³⁵ a capacidade de estabelecer consensos e disposição para negociar os próprios interesses em mesas de consenso ou de negociação; e por **corresponsabilidade** a capacidade de assumir compromissos de forma corresponsável, mediante a gestão conjunta ou participada. Em todos os níveis é possível que temas de interesse público sejam acionados, mas são nos três últimos em que a comunicação pode vir a proporcionar a mobilização social e o debate público, quesitos fundamentais para a identificação de uma comunicação pública.

Dessa forma, buscou-se responder ao problema de pesquisa e alcançar o objetivo geral de analisar como se constitui o processo comunicacional da administração pública em municípios selecionados da região do Vale do Rio Pardo (RS) a partir da Lei de Acesso à Informação e dos preceitos da comunicação pública.

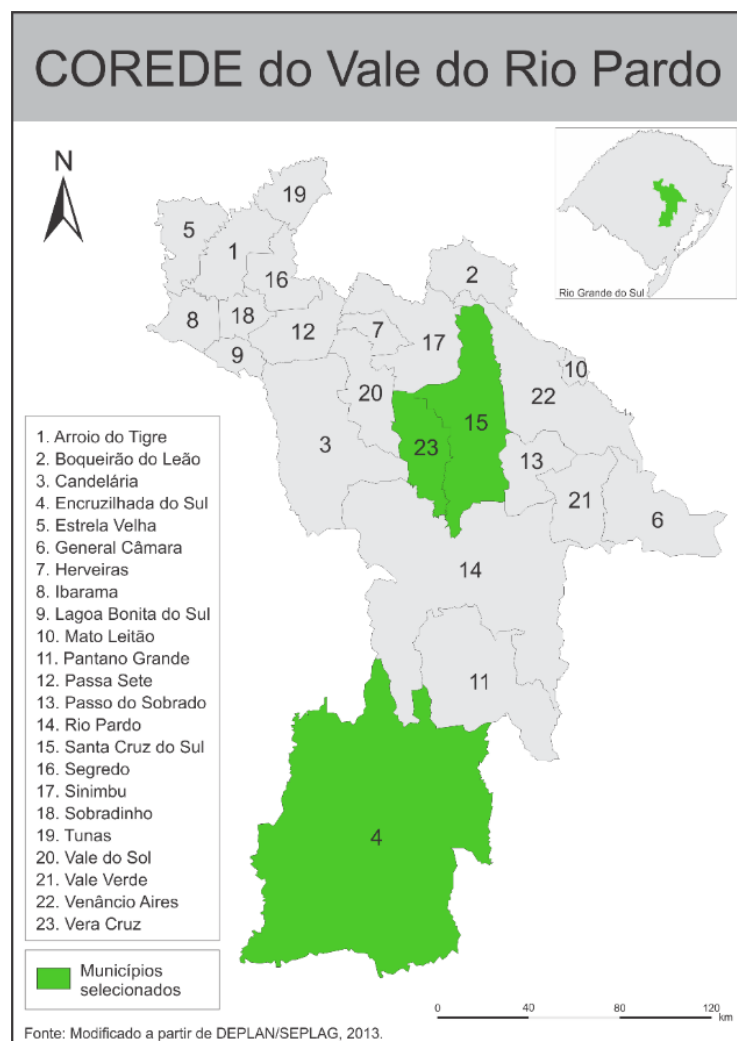
4.3 (Re)conhecendo os municípios de estudo

Este trabalho teve como foco o processo comunicacional das administrações públicas de três municípios pertencentes ao Conselho Regional de Desenvolvimento

³⁵ No original: “*concertación*” (LÓPEZ et al., 2004, p. 44). Também pode ser traduzido como “acordo”, “conciliação”. Neste trabalho, será utilizado o termo “consenso”.

(COREDE) do Vale do Rio Pardo (RS), os quais: Encruzilhada do Sul, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. A região do COREDE do Vale do Rio Pardo está localizada na parte centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul (FIGURA 2), e contava, no ano de 2015 (dado disponível mais recente), com 23 municípios, sendo eles: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Segundo dados disponíveis mais recentes (referentes aos anos de 2014 e 2015), a região administrativa do COREDE do Vale do Rio Pardo abrange uma área de 13.171,7 km², englobando uma população de 433.285 habitantes (FEE, *online*)³⁶.

FIGURA 2 – COREDE do Vale do Rio Pardo



³⁶ Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+Pardo>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Segundo Etges (2001), a região do Vale do Rio Pardo, de acordo com suas características socioculturais, políticas e econômicas, divide-se em três sub-regiões: o norte, área caracterizada pelo predomínio da pequena propriedade, com população constituída por descendentes de alemães, italianos e luso-brasileiros; o centro, área na qual está situado o polo industrial-comercial de Santa Cruz do Sul e municípios vizinhos; e o sul, área que abrange as médias e grandes propriedades, com predomínio de atividades agropastoris, principalmente pecuária e cultivo de arroz, e baixa densidade demográfica nas áreas rurais. Assim como em muitas regiões do Brasil, o desenvolvimento ocorreu de forma desigual nos municípios do Vale do Rio Pardo, com alguns locais se industrializando e urbanizando, enquanto outros se mantinham predominantemente agrícolas, fato extremamente vinculado à formação histórica dos municípios.

Conforme afirmam Silveira e Hermann (2001), o povoamento da sub-região sul do Vale do Rio Pardo iniciou, fundamentalmente com a cidade de Rio Pardo, estando sua origem vinculada ao interesse português de expansão e ocupação do território entre Laguna e Sacramento. Por ter sido um importante entreposto comercial, Rio Pardo cresceu rapidamente e, em 1809, tornou-se sede municipal de amplo território. Os territórios dos municípios selecionados para o estudo de caso deste trabalho pertenciam, à época, ao grande município de Rio Pardo – Vera Cruz tem como município de origem Santa Cruz do Sul, mas seu território fazia parte das terras santacruzenses emancipadas do município de Rio Pardo.

Ao final do século XVIII, a partir da construção da Capela Santa Bárbara, surge o povoado de Encruzilhada do Sul, estando sua economia alicerçada nas estâncias latifundiárias. Seu nome tem origem no cruzamento existente, nessa localidade, de antigos caminhos utilizados pelos tropeiros de gado. As primeiras sesmarias surgidas em seu território datam de meados do século XVIII, período após o qual chegaram os colonizadores açorianos e lagunenses. Sua emancipação foi obtida através de um longo processo – aproximadamente 100 anos –, com a então localidade de Santa Bárbara de Encruzilhada passando à categoria de freguesia, em 1837, e, posteriormente, à de município, em 1849. Atualmente, sua economia está baseada na ovinocultura, na fruticultura e no florestamento (SILVEIRA, HERMANN, 2001; PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA DO SUL, *online*)³⁷.

³⁷ Disponível em: <<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/prefeitura/historia/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

O município de Encruzilhada do Sul possui uma área de 3.348,3 km² (dado de 2015) e uma população estimada de 25.872 habitantes (dado para 2017) – densidade demográfica de 7,4 hab./km² (dado de 2013) –, sendo originário do município de Rio Pardo. Com um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 396.615,72 (mil), seu PIB per capita é equivalente a R\$ 15.464,41 (dados de 2014), e seu IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é de 0,657 (dado de 2010). Seu atual prefeito é Artigas Teixeira da Silveira – que já assumiu a liderança Prefeitura Municipal em outros mandatos –, do Partido Progressista (PP)³⁸. Segundo os dados obtidos com o Censo Demográfico de 2010, a população do município de Encruzilhada do Sul é 69,8% urbana e 30,2% rural. Quando analisados os dados referentes aos domicílios que possuem bens duráveis como microcomputador, rádio, televisão e telefone celular, é possível perceber a existência de 2.112 domicílios com microcomputador – 237 rurais e 1.875 urbanos –, sendo apenas 1.326 com acesso à internet – 40 rurais e 1.286 urbanos. No que se refere a posse de rádio, há 7.915 domicílios – 2.483 rurais e 5.432 urbanos –, e 7.893 domicílios com posse de televisão – 2.288 rurais e 5.605 urbanos. Quanto ao telefone celular, há 7.696 domicílios que possuem – 2.248 rurais e 5.448 urbanos –, mas a pesquisa não inclui dados sobre telefones celulares que possuem acesso à internet, uma realidade atual (FEE, *online*; IBGE, *online*)³⁹.

Na sub-região central do Vale do Rio Pardo, se encontram a maior parte dos municípios vinculados à colonização alemã. Estas povoações foram construídas ao longo de caminhos, junto à encruzilhadas, à um vale ou à uma capela, e as cidades e vilas aí constituídas tiveram origem nos núcleos planejados pelos demarcadores de lotes a serviço dos governos imperial e provincial. Também, em decorrência da necessidade do comércio, de local para contatos sociais, da circulação pelas linhas e da capela necessária ao espírito religioso dos colonos, muitos povoados foram formados de forma espontânea na zona rural e, muitas vezes, vieram a se tornar vilas e cidades. A colônia de Santa Cruz foi criada em 1849, localizada próxima às margens do Rio Pardo e, em 1855, teve início a concessão de lotes urbanos, na povoação que começava a surgir no Faxinal do João Farias. Em 1859, devido ao crescente

³⁸ Sua coligação, “Unidos com o povo”, foi composta, ainda, pelos partidos Partido Popular Socialista (PPS), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Rede Sustentabilidade (REDE), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Democrático (PSD) e Democratas (DEM).

³⁹ Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Encruzilhada+do+Sul>>; <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/encruzilhada-do-sul/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

desenvolvimento do núcleo urbano, a colônia foi elevada à freguesia e, em 1877, à condição de vila (SILVEIRA, HERMANN, 2001).

Em 1878, Santa Cruz do Sul se emancipou de Rio Pardo, se tornando um município independente. Com a emancipação, alguns pequenos agricultores ascenderam economicamente, possibilitando a criação de pequenos estabelecimentos comerciais e industriais. Desde cedo, a atividade fumicultora representou a principal base da economia santa-cruzense, articulando a produção de fumo na zona rural com o beneficiamento industrial do fumo na cidade – atualmente, o beneficiamento industrial do fumo fica sob a hegemonia de subsidiárias multinacionais. Com a inauguração da via férrea entre Santa Cruz do Sul e Rio Pardo – Estação do Couto –, em 1905, houve a integração do município com Porto Alegre, o que possibilitou o aumento da circulação de mercadorias e pessoas (SILVEIRA, HERMANN, 2001; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, *online*)⁴⁰.

No período atual, o município de Santa Cruz do Sul pode ser considerado o principal centro urbano da região, uma vez que, além de polo industrial-comercial, possui uma grande concentração de instituições de ensino superior, sendo a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) a com maior destaque, com oferta de cursos de graduação, técnicos, especializações e programas de mestrado e doutorado. Com uma área de 733,4 km² (dado de 2015) e uma população estimada de 127.429 habitantes (dado para 2017) – densidade demográfica de 165,1 hab./km² (dado de 2013) –, sendo originário do município de Rio Pardo, o município de Santa Cruz do Sul possui um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 7.984.043,50 (mil), seu PIB per capita é equivalente a R\$ 63.692,48 (dados de 2014), e seu IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é de 0,773 (dado de 2010). Seu atual prefeito é Telmo Jose Kirst – reeleito nas eleições municipais de 2016 –, do Partido Progressista (PP)⁴¹. Segundo os dados obtidos com o Censo Demográfico de 2010, a população do município de Santa Cruz do Sul é 88,9% urbana e 11,1% rural. Quando analisados os dados referentes aos domicílios que possuem bens duráveis como microcomputador, rádio, televisão e telefone celular, é possível perceber a existência

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/historico-do-municipio>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

⁴¹ Sua coligação, “Santa Cruz não pode parar”, foi composta, ainda, pelos partidos Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Solidariedade (SD), Partido Verde (PV), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Popular Socialista (PPS).

de 20.483 domicílios com microcomputador – 878 rurais e 19.605 urbanos –, sendo 15.599 com acesso à internet – 461 rurais e 15.138 urbanos. No que se refere a posse de rádio, há 38.196 domicílios – 4.176 rurais e 34.019 urbanos –, e 39.895 domicílios com posse de televisão – 4.117 rurais e 35.778 urbanos. Quanto ao telefone celular, há 36.645 domicílios que possuem – 3.380 rurais e 33.265 urbanos –, mas também não há dados sobre telefones celulares que possuem acesso à internet (FEE, *online*; IBGE, *online*)⁴².

O território no qual está situado o município de Vera Cruz teve sua colonização autorizada e iniciada no ano de 1854, no local próximo à várzea do Quilombo, atualmente conhecido como Linha Dona Josefa. Seu primeiro nome foi Faxinal de Dona Josefa. Em 1858, se deu a criação do povoado de Vila Teresa – segundo nome dado ao atual município de Vera Cruz –, e, em 1866, foram demarcados os seus primeiros nove quarteirões. A freguesia de Vera Cruz foi criada, através de Lei Provincial, em 1889, sendo também criado na ocasião um segundo distrito, cujas divisas eram as mesmas estabelecidas para a freguesia. O município de Vera Cruz foi estabelecido no ano de 1959 (PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ, *online*)⁴³. Apesar de sua emancipação do município de Santa Cruz do Sul, a proximidade entre os territórios ainda manteve certos vínculos entre os mesmos, possíveis de serem visualizados ao analisar os deslocamentos pendulares das populações dos municípios em questão, em especial os cidadãos vera-cruzenses, os quais se deslocam para Santa Cruz do Sul por aí estar localizado seu local de trabalho ou estudo, mas não de moradia.

O município de Vera Cruz possui uma área de 309,6 km² (dado de 2015) e uma população estimada de 26.024 habitantes (dado para 2017) – densidade demográfica de 79,5 hab./km² (dado de 2013) –, sendo originário do município de Santa Cruz do Sul. Com um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 613.055,57 (mil), seu PIB per capita é equivalente a R\$ 24.017,85 (dados de 2014), e seu IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é de 0,737 (dado de 2010). Seu atual prefeito é Guido Hoff – que já assumiu a liderança Prefeitura Municipal em outros mandatos –,

⁴² Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Santa+Cruz+do+Sul>>; <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

⁴³ Disponível em: <<http://www.veracruz-rs.gov.br/Pages/19387/Historia>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

do Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁴⁴. Segundo os dados obtidos com o Censo Demográfico de 2010, a população do município de Vera Cruz é 55,5% urbana e 44,5% rural. Quando analisados os dados referentes aos domicílios que possuem bens duráveis como microcomputador, rádio, televisão e telefone celular, é possível perceber a existência de 2.713 domicílios com microcomputador – 712 rurais e 2.001 urbanos –, sendo 1.590 com acesso à internet – 289 rurais e 1.301 urbanos. No que se refere a posse de rádio, há 7.658 domicílios – 3.365 rurais e 4.293 urbanos –, e 7.846 domicílios com posse de televisão – 3.426 rurais e 4.420 urbanos. Quanto ao telefone celular, há 7.227 domicílios que possuem – 3.040 rurais e 4.187 urbanos –, mas também não há dados sobre telefones celulares que possuem acesso à internet (FEE, *online*; IBGE, *online*)⁴⁵.

Uma vez (re)conhecidas as realidades dos municípios selecionados para estudo, cabe agora apresentar e analisar o processo comunicacional de suas administrações públicas, tema do próximo capítulo.

⁴⁴ Sua coligação, “De mãos dadas por Vera Cruz”, foi composta, ainda, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Vera+Cruz>>; <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vera-cruz/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

5 O PROCESSO COMUNICACIONAL EM ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS: UMA ANÁLISE DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO VALE DO RIO PARDO (RS)

Tendo em vista o objetivo de analisar como se constitui o processo comunicacional da administração pública em municípios selecionados da região do Vale do Rio Pardo (RS) a partir da Lei de Acesso à Informação e dos preceitos da comunicação pública, a seguir são trazidos os resultados obtidos com o estudo de caso dos municípios de Encruzilhada do Sul, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz.

Em um primeiro momento, são trazidas as informações obtidas com as entrevistas realizadas com os responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais. Em um segundo momento, são trazidos os resultados obtidos com as análises dos portais institucionais dos municípios selecionados. Por fim, são apresentadas as considerações obtidas com a análise do processo comunicacional das administrações públicas municipais.

5.1 O processo comunicacional na visão de quem dá uso às informações públicas

A constituição e o uso dos territórios, no meio técnico-científico-informacional, exigem volumosas parcelas de informação, tornando importante compreender a qualidade da informação, quem são seus produtores e os usos que estes lhe atribuem (SANTOS, SILVEIRA, 2006). Com vistas a isso, são trazidas, aqui, as visões dos responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais, separadas de acordo com o município em questão.

5.1.1 Encruzilhada do Sul

São apresentados, aqui, os resultados obtidos com as entrevistas realizadas com os servidores públicos do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Antonio Valpir da Rocha (gestor), Nei Carvalho e Cristine da Silva Machado, no dia 18 de setembro de 2017⁴⁶.

⁴⁶ Todas as informações verbais aqui referenciadas são baseadas em: CARVALHO, Nei Ubirajara. *O processo comunicacional da Prefeitura de Encruzilhada do Sul*. [setembro 2017]. Entrevistadora: T. Freitas. Encruzilhada do Sul, 2017. Entrevista concedida para a presente pesquisa. O áudio original da entrevista encontra-se disponível na mídia digital que acompanha este trabalho.

No Departamento de Comunicação, as tarefas são divididas entre os três servidores públicos do setor, sendo Antonio o profissional responsável por gerenciar todo o processo comunicacional do Departamento – também é responsável pelas demandas que envolvem o rádio, por ter trabalhado no ramo durante muitos anos –, cargo assumido em janeiro de 2017 e que já ocupou em outros dois mandatos do Prefeito Artigas; Nei o profissional responsável pela área de criação do Departamento – criação de arte, fotografia, vídeos, embora desenvolva outros trabalhos também –, uma experiência obtida em seu trabalho anterior, em uma empresa – Nei passou a trabalhar na Prefeitura no início de 2017; e Cristine a profissional responsável pela área de redação jornalística – embora possua formação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) –, uma experiência obtida em seu trabalho anterior, em um jornal – Cristine também passou a trabalhar na Prefeitura no início de 2017. O Departamento de Comunicação está ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito.

Quando questionados sobre a forma como é realizado o processo comunicacional da administração pública municipal, Cristine comenta que o Departamento atende à toda a estrutura da Prefeitura, participando, sempre que possível, de eventos, reuniões, acompanhando o Prefeito em visitas e eventos externos, e criando matérias sobre estes momentos. Segundo a mesma, as únicas exceções à divulgação estão ligadas às situações que ainda estão em tramitação e não foram completamente realizadas. Segundo Antonio, eles também realizavam, periodicamente, programas de rádio, que haviam sido suspensos devido a pendências com a emissora, mas que seriam retomados em breve.

Sobre a necessidade de consulta para a efetuação de alguma ação ou divulgação, Cristine menciona que

a maioria das vezes nós fazemos o texto quando compete a algum secretário, enviamos para ele, ele aprova e aí nós veiculamos na internet, mas a maioria das coisas, reuniões aqui, que eles falam “vamos fazer uma nota”, que teve, por exemplo, um deputado aqui, daí nós já colocamos direto. Coisas que envolvem principalmente dinheiro ou emenda com valor nós sempre procuramos alguém para revisar (informação verbal).

MACHADO, Cristine da Silva. *O processo comunicacional da Prefeitura de Encruzilhada do Sul*. [setembro 2017]. Entrevistadora: T. Freitas. Encruzilhada do Sul, 2017. Entrevista concedida para a presente pesquisa. O áudio original da entrevista encontra-se disponível na mídia digital que acompanha este trabalho.

ROCHA, Antonio Valpir da. *O processo comunicacional da Prefeitura de Encruzilhada do Sul*. [setembro 2017]. Entrevistadora: T. Freitas. Encruzilhada do Sul, 2017. Entrevista concedida para a presente pesquisa. O áudio original da entrevista encontra-se disponível na mídia digital que acompanha este trabalho.

Os materiais produzidos por Nei, segundo o mesmo, passam por um processo semelhante, uma vez que “geralmente [...] a secretaria que pede [...]. Eu faço, desenvolvo, mando para eles, eles veem se está de acordo, se é o que eles realmente querem, se é a identidade que eles querem, e eles dão o ok ou nós vamos alterando até chegar” (informação verbal). Antonio ainda afirma que

nós sempre trabalhamos em conjunto aqui, tem alguma coisa eu levo para os secretários, convido os secretários para falar sobre tal pauta, o rádio não precisa tanto você mostrar a matéria que você vai fazer com eles, como é o trabalho da Cristine, que tem que mostrar o trabalho. Com o Prefeito fazemos a mesma coisa, nós propomos o tema, conversamos com eles e decidimos o que nós vamos falar (informação verbal).

No processo comunicacional da administração pública de Encruzilhada do Sul, os meios de comunicação utilizados são o portal institucional do município, a página do mesmo no *site* de redes sociais *Facebook*, rádio e jornal. Cristine menciona também os programas de rádio, que não estavam sendo realizados, “mas [que] agora vai voltar, toda sexta-feira tem um programa de rádio” (informação verbal), e menciona também os demais contatos que o Departamento possui com a imprensa:

os jornais, que nós passamos toda segunda-feira o que teve durante a semana para eles colocarem o que tiverem interesse. Nós temos um contato também legal com a Gazeta, que às vezes eles divulgam alguma coisa, e a RBS também, mas aí nesses trabalhos pagos (informação verbal).

Quanto ao conhecimento do alcance desses meios utilizados, Cristine afirma que “do *Facebook* nós temos bastante porque nós geramos os relatórios. De quando nós pegamos a página, nós já temos mais de mil curtidas novas, tem publicações que chegam a 15 mil de alcance” (informação verbal). As principais temáticas que Cristine destaca como as que geram maior visualização são vagas de emprego e o auxílio aos universitários concedido pela Prefeitura. Quando questionada se considera que exista algum meio de comunicação que possua um maior alcance da população no município, Cristine afirma “que depende muito, porque a maioria das pessoas está no *Facebook*, só que aquele pessoal do interior, às vezes quer coisa de ICMS, essas coisas assim, é muito importante o rádio” (informação verbal).

Ainda sobre a questão do alcance dos meios utilizados, Antonio afirma que “principalmente essa parte de rádio tem bastante, e hoje com o *Facebook*, com a internet, isso melhorou bastante, em termos de divulgação do trabalho da Administração principal” (informação verbal). Segundo Antonio, divulgar o trabalho é

a preocupação do Departamento, pois “não adianta fazer um trabalho e não se haver uma divulgação” (informação verbal). Retomando a questão do alcance, mas abordando mais o retorno dos meios utilizados, Antonio menciona que

esse retorno ele é imediato, nós temos a resposta por causa de *Facebook* principalmente, quem não tem hoje um *Facebook*, não é? Todo mundo, rádio, todo mundo ouve, então tudo que você falar, que você colocar, o retorno sempre é imediato (informação verbal).

Quando questionados sobre o modo como veem o papel desempenhado pela comunicação em uma administração pública municipal – e na Prefeitura do município –, todos afirmaram ser um papel importante. Segundo Cristine, a maioria da população não possui informação do que acontece dentro da Prefeitura Municipal, daí a importância do trabalho que eles desenvolvem no Departamento de Comunicação, principalmente em mostrar à população o que acontece no dia a dia da administração pública municipal. Cristine ainda afirma que “com todos esses meios que nós temos, nós adequando todos, conversando iguais, eu acho que nós temos um grande alcance da população” (informação verbal), e que eles já vêm recebendo retornos positivos das pessoas, que os procuram para mencionar que agora estão recebendo informações e tendo conhecimento do que está acontecendo.

Ainda sobre a questão de como veem o papel desempenhado pela comunicação em uma administração pública municipal, Nei afirma ser essencial, e que é necessário ter, pelo menos, uma divulgação, pois isso “é benéfico para a gestão e para a comunidade em geral, porque você mostra o que você está fazendo e as pessoas veem o que você está fazendo, e isso é crucial, não adianta você fazer e não ter divulgação sobre isso” (informação verbal). Antonio, por sua vez, reforça que eles têm recebido retornos positivos e palavras de incentivo pelo trabalho que estão desenvolvendo, e que

até um tempo passado não se tinha essa ideia de divulgar tudo, então hoje a coisa mudou, temos que divulgar tudo que se faz. Eu acho que essa fonte de informação e esses meios que nós temos para informar, a comunidade tem que ficar sabendo, então nós temos que informar, é importantíssimo, hoje faz parte do contexto dessa Administração (informação verbal).

Outra questão trazida abordava a crença na existência de distinções entre comunicação pública, comunicação política e comunicação governamental, e se visualizava isso no processo comunicacional da administração pública municipal. Para

Cristine, isso não era visualizado e que “nós fomos orientados, e é a palavra do nosso Prefeito, que quando termina a eleição ele é o Prefeito do povo, independente se votou nele ou não, e é isso que nós utilizamos aqui” (informação verbal). Segundo Cristine, e mencionando a página da Prefeitura no *site* de redes sociais *Facebook*, não há nada que “puxe uma brasa para o assado de alguém”, todos são tratados iguais, sem cunho político, tanto que, “por exemplo, emendas de deputados, vem do deputado do PP, que é o nosso partido, ou o PT, ou qualquer uma que queira ajudar em Encruzilhada, o Prefeito abraça e nós divulgamos no *Facebook*” (informação verbal). Quando questionada se seria, então uma comunicação mais voltada para o município, para todos, Cristine responde de forma afirmativa. Para Antonio, o processo comunicacional da administração pública do município

é para o público, hoje você tem uma comunicação voltada geralmente ao público, o público que compõe a nossa comunidade é que tem que ficar sabendo. O ano eleitoral passou, é só na época, ‘como diz o outro’, e nós temos que informar o público do que está sendo feito, porque se você não informar eles vão “não informaram nada”, ninguém fica sabendo, então a nossa é realmente diretamente ligada ao público (informação verbal).

Ao questionar suas opiniões sobre se esta comunicação pública, mais voltada para o cidadão e sua informação, poderia contribuir para promover a participação popular, o engajamento e o empoderamento cidadão, Cristine responde de forma afirmativa, e menciona que “muitas coisas nós sabemos pelo *Facebook*, tem as pessoas que vão lá para reclamar, para criticar, mas outras também vão lá para incentivar a que continue assim, e que está no caminho certo” (informação verbal). Para Cristine, eles conseguem um feedback “legal da população, positivamente e negativamente, [...] tem os dois lados” (informação verbal). Segundo Antonio, que também responde de forma afirmativa à questão, sempre quando há interesse da população há uma procura, e que isso vem a partir do que é divulgado por eles. Conforme afirma, “as perguntas se sucedem aqui para nós também, a Cristine que tem incumbência de responder isso aí também, às vezes eu, o Nei, conforme cai aqui nós vamos respondendo, cada um no seu setor, mas é importante isso aí, é importante” (informação verbal).

No que tange à produção do portal institucional do município, Cristine afirma que se trata de uma estrutura que vem pronta e que não possui muitos recursos, estando a produção do mesmo dividida, cabendo ao Departamento de Comunicação a gerência da seção de notícias. Nei também afirma ser bem dividida a produção do

portal institucional, “tem uma parte que o próprio provedor do *site* que trabalha nele, [...], tem a informática que cuida de uma coisa, o jurídico cuida de outra parte, então o *site* é ramificado” (informação verbal). Quando questionada sobre a produção das informações fixas do portal institucional, como descrições de secretarias, etc., Cristine menciona que isto está desatualizado e que tem certos pontos do portal institucional que ainda estão sendo organizados pelo Departamento, que haviam ficado da administração anterior.

Quanto ao que é divulgado no portal institucional, Antonio afirma que as notícias que eles julgam ser mais importantes são mandadas para o portal institucional – há uma pessoa responsável pela parte técnica que auxilia neste processo –, notícias menores, como de reuniões, são divulgadas na página da Prefeitura no *site* de redes sociais *Facebook*. Segundo Cristine, eles procuram fazer publicações diárias na página da Prefeitura no *Facebook*, pois “*Facebook* é muito instantâneo, nós temos que estar toda hora ali, tem que estar aparecendo, porque senão daqui a pouco a página fica esquecida. [...] estar sempre sendo vistos, nós temos esse objetivo” (informação verbal). Esta criação e divulgação de informações, bem como a forma como são apresentadas no portal – e também nos demais meios utilizados – parte deles, segundo Cristine, e ela é a responsável por produzir essas notícias. Cristine ainda afirma que já possuía experiência de textos por trabalhar no jornal, “então é mais ou menos a mesma linha de informação que nós, para divulgar para comunidade, nós não fantasiamos muito, é aquilo ali e ponto” (informação verbal).

Quanto à demanda, Cristine afirma ser diversa, além de a demanda vir das secretarias e demais setores, eles também buscam informações que podem vir a se tornar notícia, “nós procuramos acompanhar tudo que está acontecendo ao mesmo tempo” (informação verbal). Cristine ainda menciona que, quando os secretários fazem viagens, como à Brasília, eles enviam fotos e informações, e a partir disso ela monta matérias para divulgação. Antonio reforça essa questão ao afirmar que as informações trabalhadas pelo Departamento de Comunicação são oriundas das secretarias ou qualquer órgão vinculado à Prefeitura Municipal, “nós ficamos vinculado a eles, o que eles pedirem nós fazemos” (informação verbal).

Ao questionar sobre sua opinião em divulgar informações públicas para os cidadãos, Cristine menciona que, no início, havia um receio sobre como as pessoas iriam interpretar essa informação, sobre como eles iriam passar essa informação, “só que o que nós víamos, que a maioria das pessoas infelizmente estão no *Facebook*

mas não é por isso que elas sabem interpretar uma informação, e por isso que eu digo que nós colocamos o mais breve possível” (informação verbal). Segundo Cristine, ela já foi questionada por não usar “termos mais difíceis”, mas que isto foi uma decisão com vistas à compreensão das pessoas, “muitas vezes você não pode fazer um texto ‘super’ elaborado se o público não vai entender, por essa parte é mais complicado” (informação verbal). Para Nei, divulgar informações para os cidadãos é algo importante, e afirma que

um fator principal de uma gestão hoje em dia é divulgação, porque se você quer vender um produto, digamos, não que você esteja vendendo, mas você quer mostrar um produto ou vender, você tem que divulgar, e nós estamos querendo mostrar o trabalho, não vendendo o trabalho, mas estar mostrando, e tem que divulgar isso, é essencial divulgação (informação verbal).

Antonio, ao ser questionado sobre a divulgação de informações públicas aos cidadãos, menciona considerar isso algo muito importante, pois a população necessita saber o que seu administrador está fazendo. Segundo o mesmo, a população “tem o poder de fiscalizar também, porque ela colocou o administrador, ela tem que fiscalizar, e a maneira dela fiscalizar é sabendo o que está acontecendo” (informação verbal). Antonio ainda menciona que, muitas vezes, o cidadão só vai à Prefeitura quando toma conhecimento de alguma situação através da notícia por eles divulgada, “hoje esse elo de ligação entre administração, o nosso Departamento aqui e a comunidade é importantíssimo, tanto na parte escrita como internet, rádio, isso é importante” (informação verbal).

Quando questionados sobre a possibilidade de as pessoas, ao conhecerem a informação, terem maior capacidade de participação na administração pública, Cristine responde de forma afirmativa e menciona que acredita que a questão da transparência está visível. Segundo a mesma, é importante essa divulgação que o Departamento de Comunicação está realizando, pois se “eles não sabem nada, as pessoas ficam alienadas” (informação verbal), e que acredita que a população interage, embora nem sempre da maneira que eles desejam. Nei, ao responder também de forma afirmativa, menciona como exemplo a página da Prefeitura no *site* de redes sociais *Facebook*, na qual, desde o início do trabalho que eles vêm desenvolvendo, houve um aumento de “curtidas” significativo. Segundo ele,

isso quer dizer que quando você começa a divulgar as pessoas começam a procurar. Querendo ou não tem críticas positivas e negativas, e qualquer uma delas é positiva para nós, porque, no momento que a pessoa está falando

que está errado, é um momento de nós vermos e corrigirmos certas coisas. Então, a divulgação é positiva, sempre (informação verbal).

Quanto à relação existente entre o acesso à informação pública e o processo comunicacional desenvolvido pelo Departamento, Cristine responde de forma afirmativa ao ser questionada se o processo comunicacional do Departamento estava voltado para a garantia desse acesso à informação. Antonio também responde de forma afirmativa e menciona que “estamos procurando fazer todas aquelas informações que são importantes para comunidade, então eu acho que estamos no caminho certo, o caminho é esse, senão já tinham nos dito” (informação verbal). Nei também responde de forma afirmativa, pois

nós divulgamos em todos os meios possíveis, nós tentamos divulgar, como eu falei, é impossível você alcançar todo mundo, mas todas as ferramentas que nós temos nós tentamos usar, rádio, jornal, panfleto, *Facebook*, o que é possível é feito, até nós mesmos, nós sempre tentamos compartilhar, porque às vezes tem uma pessoa que é nosso amigo e não curtiu a página, não tem acesso àquilo ali, nós compartilhamos pelo nosso *Facebook*, ou a partir daquilo ali começa a curtir. Então, nós sempre tentamos melhorar o máximo possível a divulgação (informação verbal).

Ao questionar sobre o conhecimento do disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI), Cristine menciona ter visto um pouco na faculdade, mas que não se ateve muito a ela. Antonio, por sua vez, menciona não ter conhecimento sobre a LAI, mas afirma que tem conhecimento que, hoje, as pessoas tem acesso à informação, é algo livre, e que também é necessário saber o modo como você dá a informação, sem efetuar ofensas ou comentários que possam trazer prejuízo à Administração ou aos envolvidos no processo comunicacional, “acho que tem que ser uma informação correta, dentro da norma especificada” (informação verbal). Nei também menciona não ter tanto conhecimento sobre a LAI, mas menciona acreditar que o trabalho desenvolvido pelo Departamento não deixa nada pendente com relação a isso, “porque nós fazemos o possível para divulgar, e acredito eu que nós usamos todos os meios e mais um pouco ainda de divulgação, nós fazemos o possível para divulgar, que a nossa meta mesmo é divulgar, não é deixar nada em *off* ou deixar passar” (informação verbal).

Ao mencionar a obrigatoriedade trazida pela Lei de Acesso à Informação em divulgar informações públicas, garantindo assim o acesso às mesmas, a opinião sobre essa imposição foi questionada. Segundo Cristine, para eles é algo “super importante, quanto mais nós pudermos trabalhar e divulgar é melhor, e eu acho que também para

as pessoas” (informação verbal). Cristine menciona como exemplo a situação atual do país, e afirma que “se não tivesse todos esses meios que nós somos bombardeados de informação, se isso tudo é verdade ou não nós não sabemos, mas nós temos esse acesso a saber o que está acontecendo” (informação verbal). Para ela, qualquer setor, público ou privado, necessita de divulgação.

Quanto ao processo comunicacional desenvolvido pelo Departamento de Comunicação, se o mesmo busca atender à essa ideia de garantir o acesso à informação, Cristine responde de forma afirmativa e menciona a situação pela qual passaram ao iniciar seu trabalho:

quando nós pegamos a página no *Facebook*, eles não permitiam mensagens, as pessoas que mandavam não eram respondidas, então logo eu já falei para o Nei, “o que nós fazemos?”, nós ficamos, em um primeiro momento, “não vamos liberar”, mas a Prefeitura está virando as costas para as pessoas que querem questionar? Então nós liberamos, e coisas que são do nosso alcance nós respondemos, o que não é nós orientamos que faça um protocolo, que procure o secretário na secretaria, quem é o responsável por tal coisa. [...] Não tem muitas reclamações, mas quando tem nós orientamos também, que eu acho importante ter um retorno (informação verbal).

Sobre essa mesma questão, de buscar atender à ideia de garantir o acesso à informação, Antonio também responde de forma afirmativa, assim como Nei. Nei ainda menciona que “nós tentamos divulgar o máximo possível do que acontece aqui, tanto é que nós temos basicamente um cronograma diário de postagem, [...] não adianta em um dia você pegar e largar uma avalanche de informação, porque não vai alcançar todo mundo” (informação verbal).

Ao questionar se consideram importante a existência de uma lei que regulamente e garanta o acesso à informação, Cristine responde de forma afirmativa e menciona que “é algo que faz com que isso não seja banal” (informação verbal), pois, do contrário, pode ocorrer de não considerar necessária a divulgação, se apresentando então como uma imposição positiva. Antonio, por sua vez, menciona que acredita “que para tudo tem que ter norma, tem que ter uma regência, eu acho que tem que ter, eu concordo que tem que ter” (informação verbal). Ao mencionar sua área de atuação, o rádio, Antonio menciona que “no rádio tem uma regra, o jornalismo também tem, tem que ter a ética, por isso que eu acho importante também” (informação verbal).

Quanto à relação existente entre o dever de informar, próprio da administração pública, e a imposição trazida pela LAI, Cristine afirma considerar essa relação

positiva e menciona uma pesquisa que efetuou sobre outras prefeituras da região, para ter conhecimento de como está a Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul. Cristine menciona como exemplo a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, que não possuía página no *site* de redes sociais *Facebook* e que, em sua opinião, apresentava menos informações. Para Nei, o principal problema está no fato de o *Facebook*, a principal ferramenta por eles utilizada, não ser visto como uma ferramenta de comunicação, “mas é a mais usada, se você quer realmente informar as pessoas você tem que avisar pelo *Facebook*, apesar de não ser a ferramenta oficial” (informação verbal). Segundo o mesmo, as prefeituras não possuem página no *site* de redes sociais *Facebook* por esta não ser uma ferramenta oficial, mas afirma que “como a nossa ideia é informar e passar o que está acontecendo mesmo, nós usamos o *Facebook* basicamente como a principal” (informação verbal).

Ao questionar se a ideia, então, é estar onde a população está, Nei responde de forma afirmativa e menciona que “não adianta você pegar e ‘vamos passar só no meio oficial’, é o *site*, hoje em dia poucas pessoas entram no *site*” (informação verbal). Segundo Cristine, a campanha do atual Prefeito do município iniciou no *site* de redes sociais *Facebook* – da qual eles participaram, todos os três servidores públicos do Departamento de Comunicação, juntamente com mais algumas pessoas –, e foi uma estratégia que obteve resultados positivos, sendo este meio o “forte” da campanha. Nei ainda complementa afirmando que “hoje em dia se você quer informar, divulgar ou vender alguma coisa, você tem que usar o *Facebook*, não existe outra maneira” (informação verbal).

Quando questionados se a obrigatoriedade trazida pela LAI altera, de alguma forma, o processo comunicacional do Departamento, ou se o mesmo está em sintonia com essa norma de acesso às informações públicas, Antonio afirma considerar que o dever de informar, que com a LAI se apresenta como uma obrigatoriedade, possui relação com o processo comunicacional desenvolvido pelo Departamento, e menciona que “as matérias que são feitas aqui, são todas matérias que vem de encontro à informação exata, não podemos fazer nada que não seja, não se faz isso, [...] aquela estrada foi feita, aquela obra foi feita, aí nós vamos divulgar, a norma é essa” (informação verbal). Cristine também responde de forma afirmativa e ainda menciona que “caso depois o jurídico venha a fazer um estudo sobre isso e alguma coisa tem que mudar, nós vamos nos adequar a isso, mas eu acho que nós estamos pelo caminho de que tudo que pode nós colocamos” (informação verbal). Nei complementa

afirmando que se algo não está sendo divulgado é por questão jurídica – como é o caso de editais, um exemplo citado por Cristine –, por “alguma pendência que nós não podemos usar aquele meio, porque de resto nós usamos tudo, *Facebook*, *site*, rádio” (informação verbal).

Sobre os demais serviços de atendimento ao cidadão, como o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC – presencial, Cristine menciona que não há esse serviço no Departamento, “só o que cada um marca, porque o Prefeito é bem aberto a receber, então a maioria das pessoas que quer marca reunião” (informação verbal). Ao ser questionada sobre o recebimento de solicitações de informações para além do portal institucional e da página no *site* de redes sociais *Facebook*, Cristine afirma que há a procura por parte dos jornais e das rádios, mas que a procura por parte da população é muito pouca. Antonio também menciona não haver atendimento presencial e que muitas perguntas surgem através do portal institucional e da página no *Facebook*, as quais eles buscam responder ou direcionar para o setor competente. Quando questionado se o interesse da população está geralmente relacionado à procura pela internet, não à procura presencial, Antonio afirma que no Departamento de Comunicação sim, mas que “nas secretarias há um ou outro trabalho também, que o pessoal vai às vezes direto” (informação verbal).

Ao questionar sobre como se dá o acesso à informação de quem não possui acesso à internet, Cristine afirma que o mesmo ocorre por meio do rádio e do jornal. Segundo a mesma,

quando tem algo primordial, que nem o do ICMS ou coisa assim, que o pessoal do interior precisa, é sempre divulgado no rádio e no jornal, e toda semana no jornal sai alguma coisa, às vezes não sai tudo porque tem muita coisa, mas as coisas importantes que a comunidade precisa saber está sempre no jornal (informação verbal).

Antonio também reforça o uso de rádio e jornal para levar informações a quem não possui acesso à internet, “porque se você não tem internet, o rádio o pessoal vai ouvir, se você não tem o rádio, você vai ler o jornal, então eu digo sempre, a rádio vai onde o jornal não vai e o jornal entra onde a rádio não tem” (informação verbal). Nei menciona que também são realizadas audiências públicas, “aparece um programa novo, alguma coisa, basicamente todo o mês sai uma audiência pública explicando” (informação verbal), e isto também é transmitido no rádio, conforme afirma Cristine.

Dessa forma, conclui Nei, “tudo que acontece de novo nós prestamos algum tipo de conta para comunidade” (informação verbal).

Quanto à forma como esses outros meios são selecionados, se esta seleção se dá com base no conhecimento deles sobre o que alcança a população, Cristine responde de forma afirmativa e reforça que um importante meio “aqui no interior ainda é o rádio” (informação verbal). Nei complementa ao dizer que “pessoal para fora mesmo não tem jornal, pouco acessa o *Facebook*” (informação verbal). Quando questionados se há esta preocupação em informar quem não está na internet e em buscar informar em todos os meios possíveis para alcançar o máximo de cidadãos, Cristine responde de forma afirmativa, assim como Antonio, que complementa listando os meios utilizados:

se você pegar nós temos plano, nós temos boletim de rádio, nós temos entrevista de rádio, nós temos *site*, nós temos notícia em jornal, se você pegar o jornal, muitas vezes não nos dão os créditos, mas essas matérias que sai da Administração são todas coisas feitas pela Cristine (informação verbal).

Ao questionar sobre como é vista a limitação de acesso à internet ao trabalhar com comunicação, Cristine menciona considerar algo bem negativo para quem divulga, pois as principais ferramentas por eles utilizadas é na internet – o portal institucional e a página no *site* de redes sociais *Facebook* –, “então o que nós tentamos é passar para os meios impressos. Isso é ruim para nós, mas no momento é o que nós temos, porque nós não temos um jornal próprio, uma rádio própria que nós possamos passar informações o tempo todo” (informação verbal). Para Antonio, o Departamento de Comunicação não tem muito o que fazer,

nós temos que assessorar ele em dizer, colocar as matérias para eles, o pessoal vai ter vontade de ler, mas um trabalho para nós fazermos é bem difícil. As matérias são veiculadas e são de conhecimento público, [...] queríamos que mais pessoas participassem, mas pelo que tem aí eu acho que está bom, [...] dos números de acesso que nós temos, pelo controle, é uma coisa que funciona bem (informação verbal).

Sobre uma possível influência dessa limitação no planejamento das ações e na divulgação de informações, Cristine afirma não haver pois eles sempre procuram fazer da mesma forma, “tem algumas coisas que realmente só no *Facebook*, [...] tem coisa que não tem como nós passarmos para o jornal, mas mesmo assim vai uma matéria que fala um pouco sobre isso, nós não deixamos sem informação nos outros meios” (informação verbal). Nei complementa informando que, em determinadas ações,

também são produzidos panfletos – o custo, neste caso, não é do Departamento, e sim da secretaria que solicitou o material; o Departamento desenvolve apenas a arte do material e encaminha, após aprovação pela secretaria, para a empresa responsável pela confecção do material. Segundo Nei, eles buscam atingir tudo que é possível, “mas alguma coisa vai ficar faltando sempre, que nem todo mundo tem total acesso” (informação verbal). Para Antonio, essa ideia de informar a população, independente do meio, vai permear o processo comunicacional do Departamento, pois é esse o objetivo, “é o que nós temos a nível de Encruzilhada do Sul, rádio, jornais, internet, é o que nós temos, se nós tivéssemos uma TV, alguma coisa, poderíamos até ampliar, mas hoje é o que nós temos aqui” (informação verbal).

5.1.2 Santa Cruz do Sul

Aqui são apresentados os resultados obtidos com a entrevista realizada com o Secretário Municipal de Comunicação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Régis de Oliveira Júnior, no dia 11 de setembro de 2017⁴⁷.

Régis possui formação em Jornalismo, pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e, atualmente, cursa pós-graduação em Comunicação Governamental, pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Assumiu a Secretaria de Comunicação em fevereiro de 2017, tendo anteriormente trabalhado como assessor de comunicação do Prefeito, pertencendo, então, ao Gabinete – sua carreira na Prefeitura iniciou em 2013, como estagiário. Segundo Régis, a Secretaria de Comunicação foi instituída a aproximadamente dois anos, estando a Comunicação Social anteriormente vinculada à Secretaria de Administração. Hoje, a Secretaria de Comunicação está situada, na estrutura organizacional da Prefeitura, dentro do Gabinete do Prefeito, respondendo direta e exclusivamente ao mesmo. Sobre as funções da Secretaria, Régis destaca que

hoje a função da Comunicação é basicamente acompanhar toda a rotina do Prefeito, a agenda do Prefeito, visitas à obras, eventos, cerimoniais, toda essa questão que envolve diretamente o Prefeito, e também a Administração, porque além de comunicação, de núcleo de jornalismo, nós também fazemos publicidade, que é uma incumbência da Secretaria (informação verbal).

⁴⁷ Todas as informações verbais aqui referenciadas são baseadas em: OLIVEIRA JÚNIOR, Régis de. *O processo comunicacional da Prefeitura de Santa Cruz do Sul*. [setembro 2017]. Entrevistadora: T. Freitas. Santa Cruz do Sul, 2017. Entrevista concedida para a presente pesquisa. O áudio original da entrevista encontra-se disponível na mídia digital que acompanha este trabalho.

No momento da entrevista, a Secretaria de Comunicação possuía uma equipe de nove pessoas, mas Régis destaca que seriam incorporados mais dois servidores, tendo em vista a abertura da Central de Atendimento ao Cidadão (CACI), e que também seriam contratados mais um jornalista e um estagiário de jornalismo, devido ao intuito de criação de uma página da Prefeitura no *site* de redes sociais *Facebook*, algo previsto para o ano de 2018.

Sobre como é realizado o processo comunicacional da Prefeitura, Régis menciona que, desde o momento em que assumiu a Secretaria, determinados processos de gestão comunicacional passaram a ser alterados. Segundo o mesmo, o intuito era trazer novos elementos para a Secretaria, como uma maior proximidade com a imprensa “porque havia um distanciamento, era aquela coisa de que a imprensa apenas recebia releases” (informação verbal). Para tanto, Régis destaca a incorporação de um grupo no aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones *WhatsApp*, através do qual os jornalistas da região e do Estado recebem mensagens diárias, grupo este alimentado pelo secretário e outros colegas. Conforme afirma Régis, esta

foi uma forma de aproximar a imprensa, eles conseguem, também, saber em tempo real quando tem uma coletiva de imprensa, quando o Prefeito visita uma escola, então nós criamos ali uma vivência mais harmoniosa com a imprensa. [...] e aqui, além da Comunicação, nós escolhemos membros da Administração que tem contato direto, por exemplo, Secretaria de Trânsito tem um representante aqui e um fiscal de trânsito, para quando fechar uma rua, quando acontece um acidente, o Prefeito foi visitar um projeto social, eu gravei para colocar no grupo. Aqui nós ficamos colocando as principais informações, as campanhas que acontecem, vídeos relacionados ao município, [...], vamos ver quantos membros nós estamos... Com 54 jornalistas participantes nesse grupo, incluindo os servidores do município logicamente. Então, nós mudamos esse primeiro processo de qualificação do contato com a imprensa (informação verbal).

Ainda sobre o processo comunicacional da Prefeitura, Régis menciona que eles também percebiam a existência de um problema relacionado à marca do município, que era aplicada de distintas maneiras. Com sua chegada à Secretaria, foi produzido o primeiro manual de aplicação da marca do município, “até para que nós pudéssemos solidificar a nossa marca, porque o município tem uma marca, [...], então nós padronizamos toda a documentação, crachá, adesivo de carro, uma série de itens para criarmos uma marca e [para que] as pessoas consigam identificar” (informação verbal). Régis também menciona a criação de um slogan – “Viver aqui é bom demais” –, situação que, segundo o mesmo, causou controvérsia na Câmara de Vereadores,

“querendo dizer que nós estávamos pessoalizando, mas na verdade nós não pessoalizamos o governo”, a ideia era “criar uma frase positiva na comunidade” (informação verbal).

Outro ponto trazido por Régis sobre o processo comunicacional da Prefeitura foi a criação de um novo canal de comunicação entre a administração pública municipal e seus cidadãos, uma conta no aplicativo *WhatsApp*. Segundo o secretário, “nós criamos uma ferramenta que em um primeiro momento nos assustou, [...]. No primeiro mês de *WhatsApp* nós recebemos cinco mil mensagens, e nós não conseguimos dar conta, porque era muita mensagem, as pessoas queriam falar” (informação verbal). Régis afirma que, atualmente, a ferramenta é mais útil e que eles conseguem fazer diversas coisas através da mesma,

umas das principais coisas é, você quer saber que horas abre seu posto de saúde, se tem o medicamento disponível na farmácia, qual o horário de ônibus, porque está faltando água, queimou uma lâmpada, então nós temos um relatório semanal das principais demandas, tudo o que acontece, a pessoa envia a mensagem e logo já recebe um texto informando o que foi feito, para onde foi passado, porque quando as pessoas ligavam no telefone para a Prefeitura, muitas informações se perdiam, então ali nós conseguimos ter relatos e a pessoa tem a certeza também que a demanda dela foi encaminhada (informação verbal).

Segundo Régis, o intuito é serem mais efetivos no contato com a comunidade e, neste ponto, menciona o disposto na Lei de Acesso à Informação no que tange ao acesso imediato ao conteúdo, afirmando que no aplicativo *WhatsApp* isso pode ser visualizado, uma vez que é uma ferramenta instantânea e que grande parte da população possui, motivo que teria levado à decisão de a Prefeitura se comunicar com os cidadãos através da mesma. Conforme afirma Régis, a Prefeitura não possui página no *site* de redes sociais *Facebook*, mas que “nós estamos com plano de montar isso a partir de fevereiro do ano que vem, mas isso tem que ser pensado, porque a partir do momento que você migra para uma rede social você vai sofrer crítica, nós temos que estar preparados para dar resposta para a população” (informação verbal). Régis ainda menciona a existência de uma Lei de Patrocínio, que prevê o modo de aplicação da marca do município, e explica como ocorre o processo comunicacional:

O secretário geralmente entra em contato comigo, “Régis, hoje nós vamos estar pavimentando determinada rua”, eu troco uma ideia com o Prefeito, se ele acha interessante ele vai até o local fiscalizar a obra, tira uma fotografia, nós fazemos um texto e mandamos para a imprensa. Nós fazemos um acompanhamento diário, por exemplo, de todas as notícias que são produzidas e como que elas estão sendo publicadas, nós fazemos o

acompanhamento, “saiu no Jornal Gazeta”, se não saiu, vamos descobrir porque não saiu, porque é importante que todas as nossas ações estejam sendo publicizadas, porque a administração pública tem cinco princípios, entre eles a publicidade, então nós precisamos passar essas informações para a população (informação verbal).

Quando questionado sobre quem possui o poder de decisão final no processo comunicacional da Prefeitura, Régis menciona depender muito da situação, “tem coisas que eu mesmo decido, até porque eu sou o incumbido, secretário da Comunicação, e tem coisas que eu levo para o Prefeito” (informação verbal), processo que também ocorre no momento de decisão sobre a realização de ações. Régis também reforça a relação existente entre a Secretaria de Comunicação e o Prefeito, pois “a Comunicação, além de comunicar, também está cuidando da agenda do Prefeito, então tem uma sintonia entre o que o Prefeito faz, o que é publicado e os eventos que o Prefeito vai” (informação verbal).

Sobre os meios utilizados no processo comunicacional da Prefeitura, muitos já mencionados – como portal institucional, aplicativo *WhatsApp*, contato com a imprensa e a não utilização do *site* de redes sociais *Facebook* –, Régis afirma que o rádio também é um meio muito acionado. O secretário menciona que eles possuem um programa fixo na Rádio Santa Cruz, “que fala para agricultores e para moradores do interior, é um programa muito específico da Prefeitura para se comunicar com essas pessoas do interior, sobre o que está sendo feito de obras, programas de semente” (informação verbal). Também, segundo Régis, são produzidos spots de rádio, veiculados na Rádio Gazeta e na Rádio Atlântida três vezes ao dia, que tratam “de vários temas ao mesmo tempo, por exemplo, esse mês nós estamos trabalhando o suicídio, estamos trabalhando a semana do trânsito que vai entrar e nós estávamos divulgando a campanha da raiva” (informação verbal).

No que tange ao conhecimento do alcance desses meios, Régis menciona que, ao chegar à Secretaria de Comunicação, também possuía esta preocupação e, por isso, realizou uma pesquisa para entender o mercado da Prefeitura. Conforme afirma,

foi contratado o Instituto Methodus e nós fizemos uma pesquisa com 400 pessoas da comunidade, porque nós também queríamos entender o desempenho da Administração, qual era a opinião em relação ao Prefeito, principalmente de saber quais os principais pontos turísticos da cidade, se o Prefeito tinha feito aquilo que as pessoas esperavam, uma análise de fato de governo, e uma das coisas que nos preocupava bastante era em relação à comunicação. Nós avaliamos vários serviços, creches, saúde, educação, e na parte da comunicação nós perguntamos “qual seria a melhor forma da Prefeitura comunicar-se com o cidadão?”, então, 48% da população prefere

que se comunique através do rádio, 46% através de jornal, 31% através de *Facebook*, 23% através do *site* da Prefeitura, 16% através do *WhatsApp*, por telefone, *Instagram*, *Twitter* e pessoas que não opinaram (informação verbal).

Ainda sobre a pesquisa realizada, Régis destaca que a televisão não foi citada pelo público pesquisado, e que outro tema abordado na ocasião foi a frequência de acesso ao portal institucional do município. Conforme afirma, o portal possui uma média de oito mil acessos ao dia, embora seja “muito em função da nota fiscal, o público não está buscando a informação no *site* por conta do nosso conteúdo, produzido pela Comunicação” (informação verbal). Régis menciona a estratégia criada para fazer com que as pessoas acessassem o portal institucional, uma parceria com o SINE através da qual são divulgadas, diariamente, as vagas do mesmo no portal do município, algo que veio a gerar um aumento no número de acessos ao portal. Conforme apresenta Régis, a pesquisa demonstrou que, de todas as pessoas pesquisadas, “nunca acessaram o *site* mais de 63% da população, nunca acessou o *site* da Prefeitura, raramente 25%, então nós já estamos falando aqui de praticamente 90% que nunca nem tocaram no *site* ou, se foram, buscaram uma informação muito específica” (informação verbal), e isso fez com que percebessem que deveriam dar maior atenção para o rádio e para o jornal em seu processo comunicacional.

Sobre a crença na existência de algum meio de comunicação mais adequado para alcance da população, Régis menciona considerar todos os meios adequados, uma vez que a Prefeitura possui públicos muito específicos. Aqui menciona novamente o aplicativo *WhatsApp*, “quando nós iniciamos a campanha de divulgação do *WhatsApp*, [...] ia começar na segunda-feira, mas na sexta-feira já começaram a encher nossa caixa de mensagem” (informação verbal). Segundo Régis, a população passou muito tempo sem resposta, então decidiram enviar suas questões pelo aplicativo *WhatsApp*, pois ali iriam ter uma resposta, “e foi muito bacana porque nós tivemos vários *feedbacks* positivos” (informação verbal). Além de um canal de comunicação entre Prefeitura e cidadãos, o aplicativo *WhatsApp* também é utilizado como um canal informativo, como Régis demonstra em sua fala:

nós utilizamos esse canal para mandar o nosso conteúdo para eles, o que nós queremos que as pessoas vejam, por exemplo, um vídeo institucional do município, nós fazemos um resumo das principais notícias e mandamos toda sexta-feira para essas pessoas, porque elas enviaram mensagem, automaticamente elas aceitam receber o nosso conteúdo, se elas não quiserem tem a opção de excluir, mas nós mandamos semanalmente uma lista das principais notícias da semana, até para nós aproximarmos esse público (informação verbal).

Ao ser questionado sobre como vê o papel desempenhado pela comunicação em uma administração pública, de modo geral, e na Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Régis afirma que considera a Comunicação uma das secretarias mais importantes do governo, pois “governo que não se comunica não diz o que fez” (informação verbal). Régis menciona que, durante a campanha eleitoral – da qual ele participou –, foi percebido que a população possuía dificuldade em saber o que o governo havia feito durante o mandato anterior, “então o meu papel aqui se tornou mais difícil, porque nós temos que deixar a marca de um Prefeito gestor, transparente, que isso ficou muito evidente durante a campanha eleitoral” (informação verbal). Aqui, menciona que estão buscando tornar os processos cada vez mais transparentes, algo que as pessoas têm cobrado da Prefeitura, “da responsabilidade de aplicação dos recursos públicos” (informação verbal), e menciona também que o governo fez muito pela cidade, mas que as pessoas não tinham conhecimento disso, daí considerar a comunicação fundamental, “você não tem um governo sem comunicação” (informação verbal).

Ainda sobre a questão do papel desempenhado pela comunicação na administração pública municipal, Régis menciona que esta importância da comunicação para um governo foi o que fez com que o Prefeito transformasse a Comunicação em uma única Secretaria,

para de fato o governo cumprir com o princípio da publicidade, porque existe a publicidade ativa e a publicidade passiva, a ativa é tudo aquilo que o governo informa o tempo todo, sem que ninguém peça, e a passiva é aquela que, justamente quando a Tamara quer saber, ela vai questionar o governo sobre aquela informação que já deveria estar pública. Então nós temos um papel bem significativo na condução do governo, porque a comunicação é desde um adesivo de carro, para informar que aquele é um carro do município, [...] até o horário de funcionamento de um posto de saúde, até uma grande campanha, que nós temos duas, primeiro semestre foi a de trânsito, agora no segundo semestre nós vamos lançar uma campanha de *bullying*, então, é tudo a comunicação, a publicidade em um governo, porque ele mostra o que quer fazer, como vai fazer, porque vai fazer e que público ele vai atingir com determinada obra (informação verbal).

Outra questão trazida abordava a crença na existência de distinções entre comunicação pública, comunicação política e comunicação governamental, e se visualizava isso no processo comunicacional da administração pública municipal. Para Régis, o Prefeito “não dá a importância que governos dão para partidos, o Prefeito ele escolhe pessoas” (informação verbal), e exemplifica: “na Secretaria de Saúde nós temos uma médica, na Secretaria de Administração nós temos um advogado, na

Secretaria de Fazenda nós temos um contador, na Secretaria de Planejamento um engenheiro, na Comunicação um jornalista” (informação verbal). Segundo Régis, saber tudo o que acontece em toda a Prefeitura é algo difícil, e que há “muitos projetos bons que nós estamos descobrindo agora e que estamos valorizando” (informação verbal). Régis ainda menciona a vinda da rede de televisão Record para Santa Cruz do Sul, algo diferenciado que demonstra que eles estão apostando em coisas diferentes. Segundo o mesmo, “pela primeira vez na história do Estado do Rio Grande do Sul, um estúdio de inverno [veio] para o interior do Estado” (informação verbal), permitindo com que Santa Cruz do Sul fosse projetada para o Estado e para o país, “nós tivemos quatro matérias, tem até todo um levantamento de todas as informações que saíram em relação ao município na Rede Record, então a obrigação da comunicação é também projetar o município para fora” (informação verbal).

Quando questionada a sua opinião sobre a possibilidade de a comunicação pública promover participação popular, engajamento e empoderamento do cidadão, Régis afirma que as pessoas estão cada vez mais exigentes, e com razão, pois se trata de dinheiro público, o que torna necessária a responsabilidade dos gestores com a aplicação de recursos, “nós não podemos aplicar de qualquer maneira no que achamos que é importante, e o *WhatsApp* veio para somar nisso, nós percebemos que o cidadão está preocupado com as coisas e quer estar bem informado, tanto que está buscando os nossos canais” (informação verbal). Régis também menciona a criação de um canal da Prefeitura no *site* de compartilhamento de vídeos *YouTube*, através do qual são divulgados vídeos sobre eventos, inaugurações, projetos “e projetos de fato que mudam a vida das pessoas” (informação verbal).

Então, eu acho que hoje a Comunicação está oferecendo canais mais efetivos para existir uma participação da comunidade, tanto que nós fechamos essa parceria com o Senac para poder colocar uma central de atendimento ao cidadão em funcionamento, é um local onde vai ter servidores à disposição da comunidade para que eles venham esclarecer dúvidas, fazer pedidos, é fortalecer o trabalho da ouvidoria, não só as coisas ruins que não acontecem, nós recebemos muita coisa boa, muitos elogios em relação a coisas que o governo faz, e esse feedback da população é importante (informação verbal).

Ainda nessa questão, Régis menciona a situação da saúde pública de Santa Cruz do Sul: “se nós vamos fazer qualquer tipo de comparação nós vamos perceber que a nossa saúde pública é a melhor do Estado do Rio Grande do Sul, aqui ninguém fica dormindo em chão de hospital, aqui as pessoas são bem atendidas” (informação

verbal). Régis segue sua fala mencionando alguns números da administração pública municipal, como a redução do “déficit de vagas de creche em 63%, então nós estamos fazendo coisas para melhorar a vida das pessoas” (informação verbal), a pavimentação de ruas, são “21 ruas sendo pavimentadas, pavimentamos 10, agora tem mais 11 que vão ser pavimentadas, e ruas emblemáticas” (informação verbal), entre outros. Segundo o secretário, “nós temos um projeto de cidade, não um projeto de poder, porque de fato o que importa são as obras que nós vamos deixar, o legado que vamos deixar para a comunidade [...] nós precisamos dizer para a população” (informação verbal). Régis menciona ainda o programa recém lançado, chamado Mapa da Cidade, através do qual “de fato nós vamos saber, conhecer a cidade, quantos bueiros, quantos postes de luz, quantas casas, quantas pessoas vivendo em área invadida, quantas sub-habitações, quantas ruas não pavimentadas em determinado bairro” (informação verbal), assim, o governo terá o conhecimento da situação, de modo a poder investir de forma mais adequada.

Sobre o processo de produção do portal institucional do município, Régis afirma que, desde que assumiu a Secretaria de Comunicação, foi iniciado um trabalho de reformulação do mesmo, para o tornar mais atrativo e moderno.

Agora, nós temos aqui todas as secretarias, informando o nome do secretário, o perfil do secretário, o telefone, o endereço e até o *Google Maps*. Uma coisa bacana que nós também implantamos no *site*, que não tinha, é colocar a informação de todas as EMEIs, com foto, com endereço, nome da diretora, e isso nada tinha. [...] questão dos pontos turísticos nós aumentamos também, colocamos uma galeria de fotos, com todos os pontos turísticos, com informação, [...] nós criamos essa aba de comunicação, que é aquilo que te falei da aplicação da marca do município, [...] colocamos aqui o manual atualizado, modelo de convite, modelo de cerimonial, para que toda a Administração Pública fale a mesma linguagem o tempo todo, então a utilização correta da marca, o atendimento à imprensa, nós também criamos um *link* que, geralmente a imprensa fora daqui também entra muito em contato, então tem a opção de colocar o nome, o e-mail e a mensagem para que nós possamos responder, nós começamos a disponibilizar os áudios, as campanhas institucionais, criamos uma Lei de Patrocínio, até para que o município também tenha a sua marca em eventos que são de seu interesse, criamos a aba de vídeos que nós não tínhamos antes, nós temos um canal no *YouTube* (informação verbal).

O secretário segue mencionando as reformulações realizadas no portal institucional do município, como a criação de “botões, um para o cidadão, para as empresas, para o servidor público e também para o turista” (informação verbal), a lateral da página inicial, com informações sobre “o programa Mapa da Cidade, o programa Regularize Cidadão, nota fiscal, as vagas de emprego, o Plano Municipal

de Saúde, lista de medicamentos” (informação verbal). Régis também demonstra as áreas do portal institucional dedicadas ao “acesso à informação, o Portal da Transparência, consulta de protocolos, Plano Diretor, [...] Câmara de Vereadores, que é um *link* que redireciona, transporte coletivo, a rodoviária, cartão SUS” (informação verbal). O intuito, segundo Régis, é disponibilizar o máximo de informações possíveis no portal institucional, para que a população, ao pesquisar, já encontre o que deseja e não precise entrar em contato com a Prefeitura, “a nossa ideia é que a informação já esteja toda ali, então é só quando alguém tiver alguma dificuldade [...] nós estamos oferecendo os canais, as pessoas só precisam aproveitar esses canais” (informação verbal).

Ao questionar sobre o que é divulgado no portal institucional, se há preferência por alguma temática, Régis menciona que não há preferência, “nós divulgamos tudo o que o município faz em determinadas áreas” (informação verbal). Sobre esse processo, Régis comenta que todas as secretarias mandam suas sugestões de reportagem e que “aquilo que nós entendemos que rende nós produzimos textos para colocar no *site*” (informação verbal). Segundo o secretário, eles possuem três jornalistas na Secretaria, então é necessário elencar prioridades, “às vezes nós mandamos só o fotógrafo para fazer foto e depois pegamos as informações por telefone, é igual uma redação de jornal, nós temos critérios de noticiabilidade, nós definimos o que é importante divulgar e a forma como isso vai ser feito” (informação verbal). Régis ainda complementa informando que, quando é algo significativo, ele mesmo pega a informação e entra em contato com os veículos para “vender [a] pauta” (informação verbal), e que eles possuem “essa percepção de que determinadas informações nós passamos para um determinado público, para um determinado veículo que interessa a Prefeitura naquele momento” (informação verbal).

Sobre o cunho da informação ser o de informar o cidadão, Régis afirma que “não, às vezes são só números” (informação verbal). Ao trazer como exemplo uma situação na qual foi solicitada uma opinião do município sobre um determinado caso – a colocação da taxa de lixo na conta de água, uma discussão que está sendo feita pela FAMURS estadual –, Régis menciona que eles geralmente não emitem comentários. Segundo o secretário, as formas de comunicação da Prefeitura são três: release, manifestação oficial e nota, assim como as próprias notícias com as quais a Secretaria colabora com a imprensa, “então o município se manifesta de diversas formas” (informação verbal). Quanto aos responsáveis pela gerência de todo esse

processo, Régis afirma que a Secretaria de Comunicação gerencia toda a informação – tanto recebe informações quanto vai em busca das mesmas –, assim como cabe à Secretaria definir a forma como a informação é apresentada/divulgada, mas que há casos em que a imprensa entra em contato direto com as demais secretarias, algo que “nós também não vamos impedir, criar uma restrição em relação ao fluxo de informação” (informação verbal).

Ao questionar sua opinião sobre a divulgação de informações públicas aos cidadãos, Régis afirma que “a informação é um dever do município, não tem informação que não possa ser dada, porque nós estamos dentro de um processo transparente, dentro de uma democracia, e nós somos responsáveis por aquilo que nós produzimos de informação” (informação verbal). Mas o secretário menciona que algumas coisas o incomodam, como a exposição de servidores públicos por parte dos cidadãos, embora tenha consciência de que o servidor está vulnerável a este tipo de situação. Para Régis,

é obrigação da Prefeitura disponibilizar o máximo de informações possíveis ao cidadão, tudo o que ele precisa saber, e esse é o dever que nós estamos cumprindo aqui, principalmente de dar publicidade para todos os atos do Prefeito, de todos os atos da Administração Pública, seja através da publicidade legal, da publicidade de utilidade pública, ou da própria publicidade institucional [...]. Existem as categorias de publicidade que nós trabalhamos, a de utilidade pública é para dizer que a sinaleira não está funcionando, ou que a rua está fechada, ou que o posto de saúde não vai abrir, [...] a legal é aquela de contratos, de editais que são publicados através de um diário oficial do município, que hoje é a Gazeta do Sul, que ganhou a licitação, e a publicidade institucional é para divulgar o Mapa da Cidade, uma campanha de trânsito, a campanha de *bullying* que vai entrar agora no segundo semestre. Então, nós temos também por objetivo discutir o assunto, administração não é só o funcionamento e as ações, é uma obra, é um posto de saúde, nós também precisamos informar sobre dengue, sobre HIV, sobre redução de danos, sobre alcoolismo, sobre o tratamento dos animais no interior, sobre diversificação. O município tem a incumbência de dar toda a assessoria técnica para os órgãos, entidades vinculados, ou associações nos casos dos feirantes, o município tem toda essa incumbência de passar informações para os órgãos e não só para população (informação verbal).

Ao ser questionado se acredita que o conhecimento da informação pública por parte da população pode resultar em uma maior capacitação e participação da mesma na administração pública, Régis afirma “tanto que nós estamos considerando o que as pessoas querem. Nós fizemos uma pesquisa para saber o que as pessoas pensam sobre a cidade” (informação verbal). Segundo o secretário, não é possível fazer um governo sem a participação popular, é necessário que as pessoas interajam com a administração pública, por isso considera importante responder todas as colunas que

tenham no jornal falando da Prefeitura – bem ou mal –, “nós respondemos, respondemos todas, sem exceção, não há uma carta do leitor na Gazeta do Sul que não mereça resposta, às vezes demora um tempo mais, até para nós buscarmos as informações” (informação verbal). Régis menciona que o município, hoje, aceita muito bem a crítica e que desde que passou a utilizar o aplicativo *WhatsApp*, as reclamações para o jornal diminuíram, “porque não adianta reclamar para o jornal, tem que reclamar para a Prefeitura, não é o jornal que vai concertar a rua, algumas coisas são publicadas ainda, até por conta de um tempo que ficou, demorou” (informação verbal).

No que tange à relação do acesso à informação pública e o processo comunicacional da administração pública municipal, Régis afirma acreditar que a Secretaria está oferecendo as ferramentas necessárias à garantia do acesso à informação. Segundo o secretário, até setembro – mês de realização da entrevista – haviam sido realizados 20 pedidos de informação via Lei de Acesso à Informação, embora a Secretaria seja demandada o tempo todo, e exemplifica com os pedidos vindos da Câmara de Vereadores, aproximadamente 120 até o momento. Conforme afirma Régis, “o município o tempo todo é demandado com informações, e nós tentamos passar essas informações, e lógico que nós estamos prestando contas daquilo que está sendo feito com o dinheiro público” (informação verbal).

Quando questionado sobre o seu conhecimento acerca do disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI), Régis inicia mencionando o período da ditadura militar, no qual o país passou “por 21 anos de censura, de que muitos dados do próprio governo não eram passados para a população” (informação verbal). Sobre a LAI, traz que

a Lei de Acesso à Informação já vinha de um tratado internacional, de compromissos que o Brasil tinha firmado inclusive com a ONU. Em 2005, um texto foi apresentado à Câmara, só que estavam mais preocupados em relação a quais informações deixar sigilosas ao invés de dizer as informações que a população deveria ter acesso. Hoje eu não tenho conhecimento de nenhuma informação que seja ultrassecreta, secreta ou reservada no município, toda a informação é passada [...]. Nós temos aquele prazo legal definido por Lei de 20 dias, com justificativa mais 10, [...] Então, a Lei de Acesso à Informação veio justamente para trazer esse processo de transparência (informação verbal).

Segundo o secretário, o município de Santa Cruz do Sul “já foi premiado duas vezes como o município mais transparente do Brasil, reconhecido pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Ministério Público Federal” (informação verbal), e a Controladoria-Geral da União definiu o portal institucional da Prefeitura como um dos mais transparentes do país. Régis afirma que eles se preocupam com o processo de

informação, em passar a informação correta, mas que há servidores que possuem receio em passar a informação correta, por achar que podem ser prejudicados, “nós percebemos essa resistência, mas isso está acabando aos poucos, a Lei é muito recente, é de 2011” (informação verbal). Segundo Régis, o município estudo aderir ao Programa Brasil Transparente, oferecido pelo Ministério da Transparência, para capacitar os servidores que chegarão à administração pública. Régis ainda menciona o que a LAI prevê quanto à pedidos de informação, sobre a não necessidade de justificativa do pedido, se a pessoa “quer saber que hora o médico trabalha no posto de saúde, é uma informação que ela sabe como ela vai utilizar, e é dever da administração pública passar” (informação verbal). Neste ponto também relembra o Art. 5º da Constituição Federal, que diz ser “um direito fundamental o acesso à informação” (informação verbal), e menciona que acredita que

o Brasil demorou muito tempo para aderir a isso, mas, de todos os textos, de todos os países que tem leis, a LAI, o texto do Brasil, a Constituição, é uma das melhores, e já foi inclusive reconhecida pela ONU como um dos melhores textos de acesso à informação. Hoje nós não temos nenhum problema com isso, não temos nenhuma reclamação, nunca foi necessário ninguém recorrer, todas as informações nós acabamos prestando (informação verbal).

Ao questionar sua opinião sobre as imposições trazidas pela LAI e a relação existente entre o dever de informar de uma administração pública e a obrigatoriedade trazida em Lei, Régis afirma ser importante definir prazos, e menciona a dispensa do cumprimento da LAI de municípios com menos de 10 mil habitantes, “mas no caso do município de Santa Cruz, com 130 mil, nós precisamos cumprir a Lei e nós cumprimos as imposições legais da Lei, então nós estamos tentando cumprir os prazos” (informação verbal). O secretário reforça a informação de que a Prefeitura não possui informação ultrassecreta, secreta ou reservada, pois todas as informações são públicas, “é aquela coisa da publicidade ativa e passiva, a ativa nós tentamos bombardear todas as informações possíveis” (informação verbal). Régis também reconhece que a população não consegue assimilar tudo o que é divulgado, por isso se utilizam de diferentes formas para alcançar os cidadãos – internet, rádio, jornal. O secretário ainda afirma serem necessárias as imposições legais, “são importantes, até para regular um direito básico da população que é o acesso à informação” (informação verbal).

Sobre uma possível alteração no processo comunicacional por eles realizado, em decorrência do disposto na LAI, ou a existência de um alinhamento entre o

processo e a legislação, Régis menciona que a servidora pública agora encarregada das questões da LAI está assimilando o seu trabalho, pois, antes, era outro servidor público que possuía essa responsabilidade, mas que a mesma estudou e fez cursos para melhor compreender essas questões. O secretário afirma que algumas dificuldades o município possui, pois acontece de chegarem pedidos muito amplos ou solicitando opiniões sobre determinado assunto, e “o município não pode emitir opinião através de Lei de Informação, então tem coisas que são descartadas, que não é a Lei de Acesso e nós passamos a informação para a pessoa” (informação verbal). Segundo Régis, há dificuldades até pelo fato de a população não possuir a informação de como questionar da forma correta,

elas precisam dizer qual é o período, qual é a informação precisa que ela quer, porque senão é uma coisa muito ampla, por exemplo, você não pode obrigar o município a fazer um levantamento, uma estatística dizendo “na escola tal, quantas crianças são de baixa renda?”, o município não tem isso catalogado, não é obrigação dele catalogar para te passar essa informação, nós podemos dizer que existem determinadas famílias com essa renda e você vai compilar e formar esses dados, hoje nós não somos o instituto de pesquisa que faz análise de dados, essas coisas, a Lei nos impede até de fazer e não nos obriga a responder. São fatos, informações muito específicas, nome, salário de servidor, perguntam muito para nós, não precisam nem perguntar porque está no *site*, mas muitos perguntam (informação verbal).

Quando questionado se percebia, então, que a população ainda necessita de conhecimentos sobre como chegar à Secretaria, qual informação pedir e onde a encontrar, Régis afirma não visualizar dificuldade em as pessoas encontrarem as informações, pois tudo que é questionado é respondido, principalmente através do aplicativo *WhatsApp*. Segundo o secretário, a LAI prevê o acesso imediato à informação, e é isso o que ocorre com o aplicativo *WhatsApp*, pois “a Lei de Acesso à Informação pode ser através do *site*, você preenchendo o formulário, você pode vir pessoalmente aqui na Secretaria de Comunicação preencher o formulário, ou você pode simplesmente perguntar pelo *WhatsApp*” (informação verbal). Para Régis, todas as informações necessárias são passadas pela Prefeitura em tempo real.

Sobre os demais serviços ao cidadão, como Portal da Transparência, o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC – presencial, Régis menciona que a Secretaria de Comunicação apenas responde aos pedidos de informação, sendo o Portal da Transparência administrado pela Secretaria de Administração e Transparência, assim como pela Secretaria de Fazenda e Planejamento. Quanto à sua opinião sobre a existência desses serviços, Régis afirma considerar “de extrema importância ter o SIC,

Serviço de Informações ao Cidadão” (informação verbal), e comenta sobre a Central de Atendimento ao Cidadão (CACI), um compromisso de campanha do Prefeito e cuja realização está sob sua responsabilidade. Segundo o secretário isto é “fenomenal, tanto que nós estamos criando novos canais, o *WhatsApp*, os vídeos, os programas de rádio, agora a Central” (informação verbal), e afirma que o município de Santa Cruz do Sul será “o primeiro município na região do Vale do Rio Pardo que vai ter uma [Central], que é de fato, eu creio que hoje nós ainda não temos demanda para isso, mas nós vamos ter esse serviço à disposição da população” (informação verbal). Sobre a procura por esses serviços físicos por parte da população, Régis menciona que “se deve ter vindo dois aqui, através do pedido de informação, foi muito” (informação verbal).

Ao questionar como os cidadãos que não estão *online* recebem as informações da administração pública municipal, Régis retoma os meios por eles utilizados no processo comunicacional – “*site*, internet, rádio, televisão” (informação verbal) – e menciona que eles chegam às casas dos cidadãos das mais diversas formas. Como exemplo, cita a campanha Regularize Cidadão, na qual

para aquelas pessoas que não acessam as informações nós mandamos entregar folders nas casas, nós produzimos 40 mil folders e entregamos em todas as residências do município, todo mundo recebeu a informação, de alguma forma ou de outra ela foi atingida pela informação, ou ela acessou o Portal Gaz e viu o banner, ou ela ligou o rádio e estava dando a propaganda, ou ela estava assistindo novela e passou o comercial, ou ela estava na caixa de correio e recebeu o folder (informação verbal).

Segundo o secretário, a administração pública municipal está sempre preocupada em se comunicar com todos os públicos e das mais diversas formas, “nós colocamos cartaz em ônibus, em unidade básica de saúde, em escola, então a população não pode dizer que nós não passamos informações” (informação verbal). Régis também menciona o exemplo do CadÚnico, para o qual foi realizado um trabalho direcionado mais para a zona sul, pois era para um público muito específico. Segundo o mesmo, “cada informação é tratada de uma forma diferente para um público específico, e nós utilizamos uma estratégia diferente, umas através da mídia, outras da não-mídia, então varia muito” (informação verbal). Quando questionado se esse processo irá depender, portanto, do público que a Secretaria pretende atingir, Régis responde de forma afirmativa e menciona que “até a espera do telefone, quando

você liga para a Prefeitura e fica em espera, tem uma campanha institucional rodando ali” (informação verbal).

Quando questionado se a Secretaria busca ter essa atenção com as pessoas que não possuem acesso à internet ou ao portal institucional do município, Régis afirma que o intuito é que as pessoas tenham conhecimento do que está sendo feito e que elas necessitam buscar o serviço. Cita como exemplo as pessoas que moram em áreas de vulnerabilidade social,

elas talvez não tenham uma televisão, não tenham acesso à internet, então elas precisam ter acesso à informação, até para que elas possam fazer o cadastramento do Bolsa Família e não perder o benefício, ou fazer o cartão SUS para garantir o atendimento no posto de saúde, tem algumas coisas que é obrigação do município passar essa informação (informação verbal).

O secretário ainda menciona que a Secretaria de Comunicação não trabalha apenas com esses dados em tempo real, mas que também realizam toda a clipagem de material, de fotos, áudios e vídeos, bem como das próprias reportagens referentes ao município. Todo este material está à disposição para consultas.

Sobre como visualiza a limitação existente no acesso à internet ao trabalhar com comunicação, Régis afirma que eles estão tentando mudar essa realidade e “que existem limitações de acesso, até porque grande parte da população não sabe como acessar as informações corretamente” (informação verbal), sendo esta a maior barreira, em sua opinião, “as pessoas terem conhecimento de como perguntar, de que forma saber, quem procurar, onde procurar e como procurar” (informação verbal). Segundo Régis, as ferramentas estão sendo por eles ofertadas, mas que talvez estejam errando ao não tornar esse processo ainda mais democrático, e este é o motivo pelo qual estão buscando colocar em funcionamento a Central de Atendimento ao Cidadão, “para aquele público que ainda não tem telefone, que vai vir aqui pessoalmente falar e buscar a informação e que vai sair daqui com a informação na mão” (informação verbal).

Ao ser questionado se essa preocupação com quem não possui acesso vai permear o planejamento das ações e a comunicação da administração pública municipal, Régis afirma “tanto que nós estamos tentando estar em todos os ambientes” (informação verbal). Segundo o secretário, em 2018 será veiculado o Minuto Santa Cruz, que irá ao ar todos os domingos, no intervalo do programa Fantástico, e irá trazer “um resumo das principais ações da semana em um dos

programas de maior audiência, que está todo mundo sentado em casa esperando, onde é que está indo o dinheiro público” (informação verbal). O Minuto Santa Cruz também será veiculado em todas as rádios, indo ao ar um minuto ao meio dia e um minuto às 18 horas. Além disso, a Prefeitura de Santa Cruz do Sul também irá estar nos *sites* de redes sociais *Instagram* e *Facebook*. Régis afirma que a Prefeitura

está buscando novos ambientes para prestar contas sobre o que está sendo feito, principalmente em relação a todos os seus programas, todos os seus projetos, as suas campanhas institucionais, porque é responsabilidade do município alertar sobre diversos problemas, sobre álcool, sobre os problemas no trânsito, por isso que nós ficamos batendo tanto. 30% do valor das multas de trânsito tem que ser investido em educação de trânsito, então nós estamos pegando esse valor e investindo nisso, toda decisão judicial que acarreta de dano ao consumidor, uma porcentagem das multas fica para o Procon aplicar em campanhas educativas para promover os direitos das pessoas, então nós estamos pegando essas verbas que vem específicas e aplicando elas em comunicação (informação verbal).

O secretário também traz como exemplo os recursos vinculados enviados pelo Ministério da Saúde para aplicação em determinadas ações de conscientização de doenças, como dengue, chicungunha, e menciona que “nós estamos nos preocupando com isso e criando ações específicas para cada um desses pontos, tanto para promover eventos, para tudo, mesmo” (informação verbal).

Ao final da entrevista, o secretário Régis mostrou o relatório contendo as mensagens enviadas pelos cidadãos via aplicativo *WhatsApp* na última semana. Dentre a grande gama de assuntos estavam questões como “O que preciso para receber o sinal HD?”. Segundo Régis, “é uma coisa que não é da Prefeitura, mas que nós buscamos a informação” (informação verbal). Além de listar as questões trazidas pelos cidadãos, é feito um catálogo contendo a frequência de assuntos. Como exemplo, Régis apresenta que “10 pessoas perguntaram sobre o processo seletivo, sobre concursos da Prefeitura, tivemos 155 mensagens essa semana [...] 29 pessoas reclamaram de lâmpada queimada” (informação verbal). Conforme afirma o secretário, já houve casos em que foram recebidas denúncias e que, em decorrência disso, foram abertos processos administrativos para a investigação de determinadas condutas dos servidores. Para Régis, “nós estamos sendo muito efetivos na comunicação hoje, creio eu que nós estamos cumprindo com a nossa obrigação de informar” (informação verbal).

5.1.3 Vera Cruz

São apresentados, aqui, os resultados obtidos com a entrevista realizada com a Dirigente do Núcleo de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, Josileri Linke Cidade, no dia 12 de setembro de 2017⁴⁸.

Josileri possui formação em Jornalismo pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e começou a trabalhar na Prefeitura Municipal de Vera Cruz em janeiro de 2017, a convite do atual Prefeito, Guido. Josileri não teve relação com a campanha eleitoral do Prefeito, afirmando que o convite se deu “pelo reconhecimento do meu trabalho, que até então era na Gazeta Grupo de Comunicação” (informação verbal). Josileri é Dirigente do Núcleo de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, setor responsável por “toda a parte de assessoria de comunicação, [contato] com a imprensa, alguma coisa de marketing” (informação verbal). O Núcleo de Comunicação responde diretamente ao Gabinete do Prefeito e, até o momento da entrevista, contava apenas com Josileri, que afirma receber

uma ajuda muito grande, hoje, do secretário de Cultura, que até [...] meados do fim do governo passado, [...] na verdade foram oito anos a Prefeita anterior, e ele trabalhou todo o primeiro mandato e parte do segundo mandato, o Lucas Dalfrancis, [...] hoje ele é secretário de Cultura, então muitas dúvidas às vezes que me surgem, por não estar antes no meio executivo, na política, eu me remeto à ele para todas essas questões (informação verbal).

Sobre como é realizado o processo comunicacional da administração pública municipal, Josileri afirma trabalhar como um veículo de comunicação, “as secretarias, os setores, os departamentos me passam as pautas, eu agendo, se é para hoje ainda, se é para amanhã, vou colocando na minha agenda, e vou trabalhando dessa forma” (informação verbal). Segundo a dirigente, quando há mais de um evento no mesmo dia, as secretarias auxiliam fazendo fotos, mandando relatos, e “nós trabalhamos com essa pauta, para quem nós vamos direcionar, é para rádio, às vezes já agenda entrevista, com antecedência, ou é para o impresso, faz um texto maior, rende uma reportagem” (informação verbal). Josileri também menciona o trabalho que o município vem realizando nas redes sociais e que cursou uma capacitação para

⁴⁸ Todas as informações verbais aqui referenciadas são baseadas em: CIDADE, Josileri Linke. *O processo comunicacional da Prefeitura de Vera Cruz*. [setembro 2017]. Entrevistadora: T. Freitas. Vera Cruz, 2017. Entrevista concedida para a presente pesquisa. O áudio original da entrevista encontra-se disponível na mídia digital que acompanha este trabalho.

melhor atender essa demanda. Em resumo, Josireli afirma que o processo comunicacional da Prefeitura “é basicamente isso, é em cima da pauta mesmo, é texto, foto, às vezes vídeo, ao vivo, agora tem as *lives*, e as entrevistas de rádio, toda essa questão” (informação verbal).

Quando questionada sobre quem possui o poder de decisão, é responsável pelo processo comunicacional da Prefeitura, Josileri afirma ser normalmente ela. Segundo a dirigente, há situações em que o Prefeito solicita que algo vá para determinado lugar, que determinada pessoa seja convidada para participar de determinado evento, “normalmente ele diz ‘chama a imprensa’, não direciona, mas nós sabemos que tem alguns conteúdos que vão interessar só para o nosso jornal local, então acabo chamando eles, ou se é uma pauta maior, divulgo para toda a imprensa” (informação verbal). Josileri afirma também utilizar o aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones *WhatsApp*, e menciona o portal institucional do município, “que nós temos prêmio pelo *site*, e agora nós estamos licitando o *site* novo, para conseguir abranger mais serviços e oferecer diferenciais também para o contribuinte a partir do *site*” (informação verbal).

Sobre a necessidade de autorização para essa tomada de decisões, Josileri afirma possuir autonomia e que, algumas vezes, o Prefeito a consulta sobre o que fazer com determinada situação, no que tange à sua divulgação. Como exemplo, Josileri menciona a renegociação de débitos que a Prefeitura realizou, para a qual foram feitos investimentos em divulgação como “campanha em rádio, fizemos várias matérias, entrevista, ‘cardzinho’ no *Facebook*, *Instagram*, toda essa divulgação” (informação verbal), para que as pessoas tivessem conhecimento e fossem fazer sua renegociação.

Quanto aos meios de comunicação utilizados no processo comunicacional da Prefeitura, Josileri menciona que

a Prefeitura não tem rádio e TV como acontece com a Assembleia, por exemplo, com o Governo do Estado, nós temos só o *site*, que é o nosso meio de comunicação digamos, e as redes sociais, mas nós nos utilizamos da rádio local, do jornal local, enviamos pautas para todos os veículos de comunicação, tanto na região, aqui mesmo no município, no Estado, até alguma coisa a nível federal. Nosso *mailing* inclui também os deputados, a própria Assembleia, o Governo do Estado [...]. A UNISC seguidamente vem aqui, a TV fazer matéria. Então, todos os meios de comunicação nós acabamos pautando e entregando pauta para eles, para que nós possamos, como não temos dentro da Prefeitura, fazer com que a informação chegue até a população (informação verbal).

Sobre o conhecimento do alcance desses meios, Josileri afirma que isso é algo complicado. Como já trabalhou em rádio, a dirigente menciona as diversas pesquisas que são realizadas nesse meio, que “embora [...] não são compradas, nós sabemos que quem faz a pesquisa também quer dar uma fidelidade, e quando você está em um grupo, eu já trabalhei em vários grupos, [...] você é líder, quando você está no outro grupo você também é líder” (informação verbal). Segundo Josileri, o conhecimento desse alcance é difícil e eles não possuem uma fidelidade de pesquisa, o que eles sabem decorre muito dos comentários das pessoas, “você escuta 10 pessoas dizerem que escutam essa rádio e duas, três dizerem que escutam a outra, ou passa no comércio, por exemplo, e vê em cinco locais tal jornal em cima do balcão, em outros dois locais tal jornal” (informação verbal), e é a partir desse conhecimento que são pensados os investimentos em divulgação. Josileri ainda menciona que o investimento também é pensado de acordo com a campanha que eles possuem, e cita como exemplo a campanha da Saúde, para a qual

nós conseguimos fazer um vídeo, então nós nem investimos nela ainda, porque como é uma campanha para as pessoas ligarem e marcarem a sua consulta no SUS, até então os agendamentos estão todos lotados, eu tenho conversado com a secretária, eu disse para ela “a hora que der uma reduzida nisso nós investimos em uma campanha de rádio, porque agora não adianta investir”, [...] está tudo funcionando (informação verbal).

Ao questionar se haveria algum meio de comunicação mais adequado para um maior alcance da população de Vera Cruz, Josileri acredita ser o rádio, “ainda em rádio, não só para nós aqui, mas para todos os municípios, talvez para algum ou outro que não tenha rádio local é mais complicado, mas eu acho que o rádio tem uma abrangência que o jornal muitas vezes não chega” (informação verbal). Segundo a dirigente, para os moradores do interior, muitas vezes a informação só vai chegar através de outra pessoa – um vizinho – ou através do rádio.

Quando questionada sua opinião sobre o papel que a comunicação desempenha em uma administração pública municipal, bem como na Prefeitura Municipal de Vera Cruz, Josileri menciona ser fundamental, “tanto que eles me contrataram antes mesmo de iniciar a Administração, eles sabiam disso, e principalmente por o Lucas também estar com eles desde o início, coordenou a campanha, então ele sabia dessa importância” (informação verbal). Segundo a dirigente, o Prefeito também conhece a importância da comunicação, e menciona como exemplo os discursos do mesmo, onde sempre saúda a imprensa e agradece

sua presença, “porque ele sabe que é a imprensa que acaba levando a informação, não adianta nós fazermos um trabalho magnífico, maravilhoso, as pessoas estarem elogiando, mas a imprensa não levar isso às demais pessoas” (informação verbal).

Voltando à questão do retorno, Josileri menciona que o percebe, ao pensar a imprensa como um todo, pelo aumento da participação das pessoas nos eventos da Prefeitura. Segundo a dirigente, mesmo as pessoas fazendo o “boca a boca”, a imprensa auxilia na divulgação, “levando para mais pessoas o sucesso de tudo o que está acontecendo” (informação verbal). Josireli afirma que os elogios têm se multiplicado e que a aderência ao aplicativo *WhatsApp* se deu para que os cidadãos fizessem reclamações e trouxessem sugestões,

nós queremos estar junto com a comunidade, tanto que o slogan do governo é “Vera Cruz é você”, você tem que nos ajudar, você tem que trazer a sua demanda, porque senão nós não vamos chegar no bairro, nós não vamos saber que seu esgoto está estragado, que tem vazamento de água, e as pessoas têm vindo atrás, têm nos trazido, “estragou a iluminação pública”, principalmente, várias coisas, e depois elogiado, “obrigada pelo concerto, está tudo funcionando, está bem agora, está legal” (informação verbal).

Ao questionar se há, então, o uso do aplicativo *WhatsApp* no processo comunicacional da administração pública municipal, Josileri responde de forma afirmativa e complementa: “o *Facebook*, por e-mail, as pessoas ligam, de todas as formas” (informação verbal). Josileri também menciona a forma como foi realizada a divulgação desses meios: “nós aproveitamos tudo que nós precisamos fazer, por exemplo, o carnê do IPTU, nós aproveitamos a contracapa para divulgar esses canais de atendimento, [...] não adianta nós termos o canal de atendimento mas as pessoas não virem até nós” (informação verbal).

Outra questão trazida abordava a crença na existência de distinções entre comunicação pública, comunicação política e comunicação governamental, e se visualizava isso no processo comunicacional da administração pública municipal. Para Josileri não há tanta diferença. Segundo a dirigente, ela veio de uma comunicação que não possuía nada disso, mas que hoje já entende mais do processo, tanto que questiona o Prefeito se a condução de determinada situação está indo para o lado correto. Josileri afirma que o Prefeito

se candidatou dizendo que não concorreria mais, que seria o último mandato dele, isso, claro, nós sabemos que pode mudar politicamente, mas ele não tem esse compromisso, tanto que os secretários dele não têm vinculado a partido fielmente, ele tem secretários que são filiados a partidos políticos, mas

tem secretários muito mais técnicos do que partidários, não tem essa coisa de politicagem que nós chamamos, de ficar direcionando por causa disso, não, nós estamos trabalhando para a população. A comunicação também vai nesse sentido (informação verbal).

Josileri ainda menciona acreditar que em outros municípios podem ocorrer situações assim, em que é pedido para os assessores trabalharem dessa maneira, assessorando, muitas vezes, mais o Prefeito do que a Administração. A dirigente cita como exemplo o Governador do Estado, que possui um assessor próprio, que está todo o tempo junto dele, “então a pessoa acaba, não digo que comunicando para isso, mas se contaminado talvez com isso, e a comunicação acaba saindo dessa forma também” (informação verbal).

Quanto à sua opinião acerca da possibilidade de a comunicação mais voltada para o cidadão promover a participação popular, o engajamento da população, uma cidadania ativa, Josileri afirma acreditar nessa promoção. Segundo a dirigente, eles têm buscado muitas parcerias com a comunidade, uma vez que o governo está iniciando e os recursos são escassos, e que os cidadãos têm ajudado. Como exemplo cita a Feira da Produção, ocorrida em junho, para a qual foram criados bancos de palets, pois a praça de Vera Cruz não possuía bancos e o evento ocorreria na mesma. Conforme explica Josileri, a Secretaria de Obras do município passou em construções solicitando a doação de palets que não seriam utilizados, “e o pessoal doou, tanto que deu acho que 20 bancos, 18 bancos, alguma coisa assim, porque nós não tínhamos recurso para comprar banco novo para a praça” (informação verbal). Outro exemplo trazido por Josileri é referente ao pergolado abaixo da caixa d’água:

tinha um senhor no balcão do Protocolo e a Larissa, que trabalha ali, conhecia ele e perguntou para ele “o que o senhor acha que nós vamos gastar de madeira”, ele tem uma serraria, “que o senhor acha que nós vamos gastar em madeira para fazer um pergolado ali na caixa d’água, embaixo? Nós queremos fazer uma decoração para a Feira da Produção”, mostrou umas fotos para ele, “está sendo feita uma cesta gigante, que vai uns produtos dentro, milho, algumas coisas assim, fictícios, de material”, e ele disse “eu vou doar”, na hora assim, gostou, achou legal o projeto, e doou, o pessoal da Prefeitura montou, mas ele doou toda a madeira (informação verbal).

Sobre como é realizada a produção do portal institucional do município, Josileri menciona que há uma empresa contratada – que no momento da entrevista estava em processo de licitação para continuar ou outra empresa assumir –, que desenvolveu o portal institucional e continua prestando manutenção, mas que, internamente, cada setor possui um servidor que cuida da seção referente ao mesmo no portal

institucional, e ela possui acesso a todo o portal. Segundo Josileri, às vezes os servidores a procuram para sanar alguma dúvida, pois “eu tenho acesso a todo o conteúdo do *site*, todo o organograma, eu vou modificando se eles precisam, [...] e nós vamos alimentando com informações, com fotos diferentes, com tudo que precisa ser atualizado” (informação verbal).

Quanto à seleção do que é divulgado no portal institucional do município, Josileri afirma que algumas coisas ela direciona. Segundo a dirigente, quando se trata de uma matéria maior, a informação é publicada no portal institucional, quando se trata de uma nota ou esclarecimento, a informação é publicada na página da Prefeitura no *site* de redes sociais *Facebook*. Como exemplo, Josileri cita o desfile de 7 de setembro, para o qual

fiz uma galeria de fotos no *Facebook* e no *site* eu coloquei menos fotos, mas coloquei a informação completa de todo o desfile, no *Facebook* eu coloquei só uma frase, coloquei um *link* para que se as pessoas quisessem mais informação do desfile e mais fotos, porque nós sabemos que a rede social exige mais imagem do que texto (informação verbal).

Esta seleção normalmente parte de Josileri, mas, conforme menciona, há casos em que os secretários pedem, por exemplo, para que ela faça uma galeria com as fotos tiradas em determinado evento, “porque às vezes na correria é tanta coisa, como eu sou sozinha, estou dando atenção para outras coisas, enfim, passa despercebido, nem lembro de fazer, [...] aí depois tiro um tempo para fazer isso” (informação verbal). A responsabilidade do processo de divulgação de informações no portal institucional do município é de Josileri, conforme afirma, em parceria com a empresa contratada, embora esta seja responsável pela parte técnica do portal, “às vezes nós precisamos um suporte maior, eu quero trocar alguma coisa mais de software mesmo, de um lugar para outro, daí ele mexe, nós mandamos e-mail e ele mexe por lá” (informação verbal).

Ao questionar sobre o processo de criação e divulgação de informações, se os setores criam suas respectivas informações e a gerência do todo cabe a ela, Josileri responde de forma afirmativa e menciona a elaboração de um infográfico. Segundo a dirigente, há servidores que não estão acostumados com assessoria de comunicação, não tem conhecimento do que uma assessoria faz, “às vezes vê uma matéria no jornal e acha que foi o próprio jornal que escreveu quando partiu da assessoria, então eu estou criando um infográfico para encaminhar para todos os setores” (informação verbal). Conforme afirma Josileri, a ideia é

dizer “tem alguma coisa que dá para agendar? Liga para cá, ou manda e-mail, manda *WhatsApp*, que nós vamos colocar na agenda. Fez uma foto de um evento legal? Manda que nós divulgamos também”, todo esse processo que às vezes para nós é tão comum, [...] Para as pessoas às vezes é mais difícil, acha que uma foto tem que ser só o fotógrafo que vem para fazer, que acaba sendo eu também que vou lá e faço a foto, mas precisa ser com câmera profissional, e hoje a rede social aceita uma foto de celular, mesmo que daqui a pouco nós vamos até pautar, porque se me manda a foto pelo *WhatsApp* e está acontecendo o evento agora, e eu posto no *Facebook*, daqui a pouco o jornal já se desloca e vai, então é bem instantâneo, precisa dessa instantaneidade (informação verbal).

Sobre a demanda na criação e divulgação de informações, Josileri menciona que muita coisa vem dos outros setores da Prefeitura, que avisam quando um evento irá ocorrer, mas que ela também busca informações, ligando para os setores quando percebe que está “muito parado [...] porque às vezes, como eu disse antes do processo da comunicação, eles não têm noção de que aquilo pode virar uma pauta” (informação verbal). Josileri também afirma sugerir a realização de eventos, para tornar determinada ação conhecida pela população. Segundo a dirigente, a forma como essa informação vai ser apresentada normalmente parte dela, mas afirma que há servidores – ela cita como exemplo o secretário Lucas – que já possuem uma ideia de como direcionar e trazer essa informação. Neste momento, traz como exemplo novamente a campanha referente aos agendamentos de consulta do SUS, “Fila é Coisa do Passado”, cuja foto de divulgação conta com usuários do serviço no município. Para Josileri, “essa foto ficou muito bacana porque são pessoas daqui, e como nosso slogan é ‘Vera Cruz é você’, tem que ser pessoas que nós conhecemos, que a comunidade vai olhar e vai se enxergar nelas, para que isso ganhe uma dimensão diferente” (informação verbal).

Ao questionar sua opinião sobre a divulgação de informações para os cidadãos, Josileri menciona considerar muito importante, pois “o cidadão precisa saber o que está acontecendo dentro do município, uma administração hoje que não tem transparência é uma administração travada” (informação verbal). Para Josileri, este talvez seja o motivo pelo qual as pessoas têm correspondido aos pedidos de parceria da Prefeitura, por estarem visualizando o que ocorre na administração pública e a forma como o governo trabalha. Josileri cita como exemplo o decreto criado pelo Prefeito, que exige que sejam divulgadas as diárias dos servidores, “para onde o servidor foi, o que ele foi fazer, quanto ele gastou, e isso está no *site*, está ali para todas as pessoas verem” (informação verbal). A dirigente menciona a existência dessa informação no Portal da Transparência, “mas ele é complicado de as pessoas

entrarem, pesquisarem, tem que pesquisar servidor por servidor, e assim não, fica ali, explícito para as pessoas verem” (informação verbal). Para Josileri, isso é importante para o cidadão, pois quando ele tem conhecimento do que acontece dentro da Prefeitura,

ele vê que é do povo realmente, que está sendo bem aplicado, que é dessa forma que ele queria, e se ele não vê, ele acaba reclamando, que é o que acontece com o *WhatsApp*, com o *Facebook*, ele entra em contato para dizer “não estou gostando disso, quem sabe vocês melhoram ali”, e eu acho que é esse retorno, esse feedback que gera, que faz rodar a engrenagem da administração (informação verbal).

Quanto a considerar que o conhecimento da informação pública por parte das pessoas pode incentivar a participação da população, Josileri menciona que vê este retorno, inclusive das campanhas. A dirigente traz como exemplo o investimento em um “card” no *site* de redes sociais *Facebook*, que trouxe várias pessoas à Prefeitura para pagarem o Refim – a campanha para os contribuintes quitarem suas dívidas com a Prefeitura. Conforme afirma Josileri, “as pessoas vêm pagar suas dívidas, ou vêm fazer reclamação, ou vêm nos ajudar a partir de uma campanha, [...] então é esse o retorno que nós temos das informações que nós publicamos ou dos pedidos que nós fazemos” (informação verbal).

Sobre a sua opinião quanto à relação entre o acesso à informação e o processo comunicacional da administração pública municipal, se visualiza que o processo comunicacional da Prefeitura possui relação com a ideia de acesso à informação, Josileri responde de forma afirmativa, “totalmente, de todas as formas” (informação verbal). Segundo a dirigente, se uma pessoa entra em contato através do aplicativo *WhatsApp* e questiona, por exemplo, sobre a inscrição no processo seletivo da Prefeitura, ela busca a informação no portal institucional do município, encaminha ao solicitante e oferece ajuda caso o mesmo não consiga visualizar a informação da forma correta. Para Josileri, “nós tentamos levar a informação para a pessoa de todas as formas, se ela não conseguiu de alguma maneira nós tentamos de outra maneira” (informação verbal).

Ao questionar se possui conhecimento do disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI), Josileri responde de forma afirmativa e menciona que, para elaborar a licitação do portal institucional do município, se debruçou sobre esta temática, inclusive consultando editais de outras prefeituras, “para ter uma ideia de como eles trabalham e de como nós queríamos trabalhar aqui, até para manter essa questão do

prêmio de transparência do TCE, e para conseguir atender a todos os requisitos deles” (informação verbal). Josileri menciona que eles têm conhecimento que certas coisas mudam conforme os anos, mas que o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) possui uma cartilha bem especificada, que indica tudo o que precisa ser realizado, e que eles buscam atender a todos os quesitos. Segundo Josileri, o portal institucional do município atende a maior parte do que é solicitado, “tanto que se você ver na matéria que saiu até na Gazeta, Vera Cruz é o único portal que atende a todos os requisitos, mas como eu disse mudou algumas coisas, então nós vamos tentando adaptar” (informação verbal). Quando questionada se o intuito é estar sempre atualizados, Josileri responde de forma afirmativa, “porque o TCE nós sabemos que eles fazem monitoria de tempos em tempos, e nós ficamos com medo deles irem monitorar o *site* e ele não estar de acordo, depois que você está no topo você não quer descer” (informação verbal).

Sobre a sua opinião quanto às imposições trazidas pela LAI, Josileri afirma considerar “bacana”, mas que “algumas coisas são muito burocráticas, mesmo estando ali as pessoas não vão entender daquela forma, poderia até ser mais facilitado” (informação verbal). A dirigente menciona que conversa com a pessoa responsável pelo suporte ao portal institucional do município e indica formas de apresentação das informações,

[eu] digo para ele, “eles pedem dessa forma, quem sabe se nós fizemos assim, assim e assim, nós vamos estar atendendo mas vai estar com um *plus* a mais”, como nós brincamos, vai estar com um *plus* em cima do que eles estão pedindo, então se eles forem ali olhar vai estar além do que eles querem, então vai ser mais bacana ainda, não só por estar além do que o TCE pede, mas porque vai facilitar para o cidadão, a pessoa vai acessar e vai encontrar de uma forma mais bacana. Nós sabemos que o *site* não atinge todas as pessoas talvez, essa questão da diária, do decreto que eu falei do Prefeito antes, nós temos elas no *site*, mas elas estão no mural ali embaixo, se a pessoa chegar aqui no dia cinco, ou no quinto dia útil de cada mês, ela vai encontrar ali embaixo um documento, uma relação de todas as diárias que foram pagas no mês anterior (informação verbal).

Ao ser questionada se considera importante a existência de uma legislação que garanta o direito de acesso à informação, Josileri responde de forma afirmativa e menciona que acredita ser a partir disso que se trabalha a transparência do governo. Para a dirigente, “quando as pessoas têm acesso a tudo que está acontecendo aqui dentro do governo, seja a partir do que é exigido ou seja a partir das informações que nós levamos, tudo contribui para que a população esteja bem informada” (informação

verbal). Segundo Josileri, é sabido que a política e os governos, como um todo, estão desacreditados, e considera que “é dos municípios para cima que vai, se no município está funcionando bem nós temos como cobrar do Estado” (informação verbal). Para Josileri, se no município estiver tudo ocorrendo da forma correta, as pessoas vão gostar e acabar cobrando além, a mudança “tem que partir daqui” (informação verbal).

Quanto à sua opinião sobre a relação existente entre o dever de informar, próprio da administração pública, e a obrigatoriedade em informar trazida pela LAI, Josileri menciona que considera que ambas caminham juntas, pelo menos na Prefeitura Municipal de Vera Cruz. Segundo a dirigente, o portal institucional do município foi elaborado conforme o que é exigido pela legislação, “não porque é obrigatório, mas como eu te disse, nós tentamos ir além, pensando na proatividade” (informação verbal). Para Josileri, não adianta querer apenas levar informação ou divulgar determinada informação, é necessário pensar na pessoa que busca o portal institucional, “que informação que ela vai buscar, nós temos que nos colocar no lugar do contribuinte para tentar colocar a informação que ele precisa, não o que nós queremos ali” (informação verbal).

Sobre um possível vínculo entre o disposto na LAI e o processo comunicacional da Prefeitura, se a LAI causa alguma mudança no processo realizado, Josileri afirma que no portal institucional há essa relação, pois tudo que é feito no portal é a partir das exigências trazidas pela legislação, por mais que às vezes vá além. Segundo a dirigente, no processo comunicacional do dia a dia essa relação talvez não seja tão visualizada,

nós vamos mais pelo que o cidadão precisa mesmo, tanto que o *WhatsApp* foi uma coisa que nós logo dissemos, “todo mundo usa o *WhatsApp* hoje, como que a Prefeitura...”, que nós entramos com essa ideia de que o município tem que ser você, e que a Prefeitura tem que ser moderna, tem que atender as pessoas das formas mais modernas, colocamos *WiFi* na praça, temos *Facebook*, temos *Instagram*, então, o que as pessoas usam hoje? Usam *WhatsApp* também, então nós temos que chegar até elas da forma como elas se utilizam do dia a dia, e foi a partir disso que nós colocamos o *WhatsApp* (informação verbal).

Para Josileri, o trabalho é realizado de acordo com a forma de procura da Prefeitura por parte do cidadão, buscando levar para ele essa transparência, “então talvez a questão da transparência, sim, influencie” (informação verbal). A dirigente ainda menciona que a essa legislação – a Lei da Transparência ou Lei de Acesso à Informação – é “muito mais burocrática do sistema de legislação, do sistema de

contribuição, do funcionamento da Prefeitura no dia a dia, do que realmente em relação à comunicação, ao jornalismo, a publicidade, ao que se faz nessas áreas” (informação verbal).

Quanto aos demais serviços ao cidadão, como o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC – presencial, o Portal da Transparência, e sua realização, Josileri afirma que esta se dá por cada setor. Conforme menciona, dentro do portal institucional do município há uma seção de “Fale Conosco”, na qual a pessoa pode escolher para qual setor direcionar seu contato, “se é um problema de falta de água, por exemplo, ela vai direcionar para o Sema, é um problema de legislação ela vai direcionar para a Administração” (informação verbal). Segundo Josileri, quando acontece de a pessoa não saber quem vai resolver seu problema, ou precisa de alguma informação, tem alguma dúvida e não sabe para quem direcionar, muitas vezes é selecionada a Imprensa, pois normalmente esta possui acesso a todas as informações. Josileri afirma receber muitos e-mails a partir do portal institucional e que, às vezes, ela não os resolve, acaba perguntando ou repassando ao setor competente, mas que quando possui conhecimento responde “para pessoa pelo e-mail da Imprensa mesmo” (informação verbal).

Ao questionar sua opinião sobre a existência desses outros serviços de informação ao cidadão, para além da Lei de Acesso à Informação, Josileri afirma considerar que facilita, mas que

hoje ele já está digamos que ultrapassado. A pessoa muitas vezes não vai entrar no *site*, não vai preencher todo um formulário, se ela pode nos contatar pelo *Facebook* ou pelo *WhatsApp* e ficar sabendo muito mais rápido, o *Facebook* também ela vai ter que acessar, vai ter que mandar uma mensagem e vai ter que esperar, e no *WhatsApp* é tudo muito mais instantâneo. Eu acho que funciona, a Lei é boa, mas ela ainda precisa ir se adaptando também de acordo com os serviços (informação verbal).

Sobre o conhecimento da procura dos cidadãos por esses serviços e pelas informações públicas, Josileri afirma que eles possuem um feedback muito pequeno a partir do portal institucional, apenas quando o cidadão faz algum questionamento, “talvez todas as dúvidas deles estejam sanadas ali nas informações, eles entram, pesquisam, tiram suas dúvidas e acabam não entrando em contato conosco, é dessa forma que nós procuramos abastecer o *site*” (informação verbal). Josileri ainda menciona que considera importante, pois é dessa forma que os cidadãos procuram ou não a Prefeitura, e que “se eles não estão nos procurando não quer dizer que o

serviço não está bom, é porque talvez eles estejam com todas as dúvidas sanadas” (informação verbal).

Quanto ao acesso às informações públicas por quem não possui acesso à internet, Josileri menciona que “as pessoas não têm obrigação de ter rádio, as pessoas não têm obrigação de ter assinatura do jornal, as pessoas não têm obrigação de ter internet, nenhuma dessas questões” (informação verbal). Para a dirigente, talvez o equívoco deles seja pensar muito na era digital, muito mais no virtual do que no pessoal. Segundo Josileri, quando o Prefeito discursa nos eventos, e como o Núcleo auxilia na elaboração dos discursos, são acrescentadas nos mesmos informações sobre determinados serviços que estão sendo oferecidos. A dirigente ainda menciona que “talvez a questão daquele velho mural lá na secretaria, com todas as informações, ainda precisa ser retomado, repensado” (informação verbal), e comenta sobre um informativo que a Prefeitura possui, que foi distribuído desvinculado da assinatura do jornal e que

estava em todas as secretarias, estava em todos os balcões, no banco, na rodoviária, em todos os lugares, para que as pessoas pegassem e levassem para casa, mas também nem todas as pessoas podem ter acesso a isso. Então, realmente ainda falta talvez pensar não só no virtual, mas também no pessoal (informação verbal).

Quando questionada se eles procuram ter essa atenção com quem não está *online* no processo comunicacional da Prefeitura, em levar informação à essas pessoas, Josileri responde de forma afirmativa e menciona que o telefone no qual eles têm o aplicativo *WhatsApp* é um número de telefone. Segundo a dirigente, muitas vezes as pessoas não possuem o aplicativo *WhatsApp*, pois o telefone é modelo mais antigo, e ligam para o número para sanarem suas dúvidas, e eles atendem e buscam passar todas as informações que elas precisam. Como exemplo de uma dúvida frequente durante o ano, Josileri cita o pagamento do IPTU, que muitas pessoas entraram em contato para informar que não conseguiriam ir até a Prefeitura para efetuar o pagamento do IPTU e queriam saber como proceder. Conforme afirma, em 2017 as pessoas receberam um carnê com os boletos para pagamento do IPTU, antes, as pessoas recebiam um aviso de que precisavam ir até a Prefeitura para efetuar o pagamento, “então muitas dúvidas surgiram e o telefone tocava direto, e nós atendíamos, não é porque o número é para o *WhatsApp* que nós vamos usar só no *WhatsApp*... Ou mensagem de texto também, só para lembrar” (informação verbal).

Sobre como visualiza a limitação existente no acesso à internet ao trabalhar com comunicação, Josileri afirma considerar complicado, pois quase toda a comunicação da Prefeitura, hoje, é direcionada para o *online*, inclusive “eu fiz capacitação até para melhorar a forma como a informação vai ser levada pelo *Facebook* ou pelo *Instagram*, ou seja pelo *site* também” (informação verbal). Para a dirigente, eles tentam, e cita como exemplo a disponibilização de sinal *WiFi* na praça de Vera Cruz, que poderia possibilitar o acesso à internet para mais pessoas, assim como o acesso às informações divulgadas pela Prefeitura, embora saiba “que nem todas as pessoas vão ter um celular que possa acessar *WiFi*” (informação verbal). Segundo Josileri, ela possui uma lista de contatos que entraram em contato com a Prefeitura através do aplicativo *WhatsApp*, para que consigam levar informações até essas pessoas, “porque às vezes a pessoa está com pouco saldo, ela não vai querer acessar o *site* para pegar informação” (informação verbal), mas que tem consciência de que também é pela internet. Para Josileri,

o que nós precisamos fazer é talvez tentar levar até as escolas, tentar levar até todas as secretarias, até todos os departamentos, os setores, aquele velho mural que vai levar a informação impressa, que vai ter fotos, que vai ter a galeria antiga aquela com as fotos impressas, mas nem tão antigo assim. Nós sabemos que talvez hoje um número bem reduzido de pessoas não tenha acesso à informação de forma virtual, mas essas pessoas também precisam da informação, nós precisamos pensar no município como um todo, não só para as pessoas que têm *WiFi* ou que tem um plano de internet (informação verbal).

Quanto ao conhecimento do número de pessoas com acesso à internet no município, Josileri menciona não possuir esses dados e cita algumas alternativas para tentar buscar essa informação, como a realização de uma pesquisa com as empresas fornecedoras de internet. A dirigente também menciona sua intenção de iniciar, a partir da licitação, o monitoramento dos acessos ao portal institucional do município, pois se pretende fazer um evento de lançamento do novo portal, para que as pessoas tenham conhecimento e, talvez, despertar o interesse das mesmas em acessar. O intuito, segundo afirma Josileri, é “ver como que estava os nossos acessos e como vai ficar, para nós tentarmos sempre melhorar” (informação verbal).

Ao ser questionada se a limitação no acesso à internet influencia o processo comunicacional da Prefeitura, se há a intenção de utilizar outros meios para levar a informação para quem não está *online*, Josileri responde de forma afirmativa e

menciona que buscam colocar a informação no rádio, no jornal, em todos os meios possíveis. A dirigente menciona também o informativo, que foi elaborado

pensando nisso também, nas pessoas que não vão ter acesso à jornal, ou pelo menos não vão comprar sempre o jornal, ou nem todo dia você escuta a rádio, às vezes você consegue, às vezes não, perde uma informação, então o informativo tentou levar um pouco do que foi realizado nos primeiros seis meses, e a nossa ideia é essa, fazer um informativo a cada seis meses, para colocar ali o principal daquele meio ano (informação verbal).

Segundo Josileri, no processo comunicacional da Prefeitura Municipal de Vera Cruz se busca utilizar diversas formas para levar a informação para as pessoas que não estão “no mundo dos computadores, digamos assim” (informação verbal).

5.2 O processo comunicacional realizado nos portais institucionais dos municípios selecionados

O acesso à informação é considerado um direito fundamental pela Constituição Federal brasileira, mas que veio a ser regulamentado por lei específica apenas em 2011, com a Lei de Acesso à Informação (LAI). Dentre as disposições da LAI, encontra-se a obrigatoriedade de divulgação de informações públicas nos portais institucionais de órgãos e entidades públicos – exceto municípios com menos de dez mil habitantes. Tendo em vista esta exigência, aqui são trazidos os resultados da análise do conteúdo disponível nos portais institucionais dos municípios selecionados, separados de acordo com o município em questão.

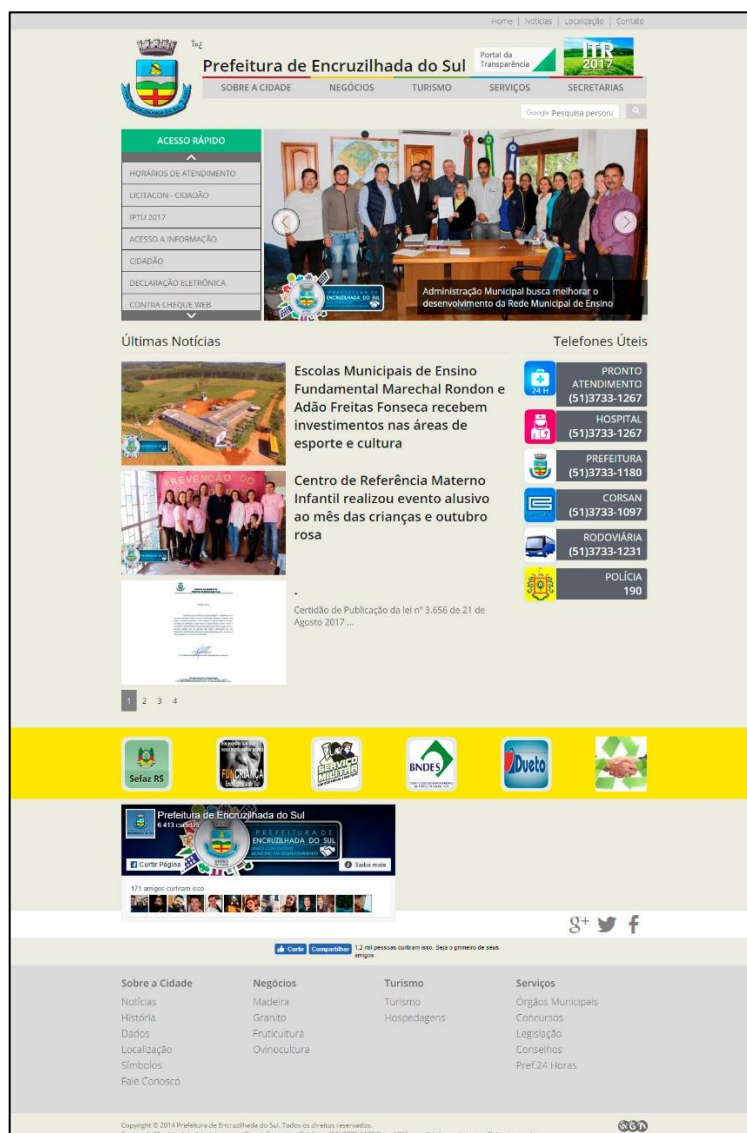
5.2.1 Encruzilhada do Sul

Ao analisar o portal institucional da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul⁴⁹, foi possível visualizar como a mesma cumpre as exigências trazidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI). Em sua página inicial (FIGURA 3), o portal institucional da Prefeitura possui um espaço dedicado aos *links* de acesso rápido, onde se encontra a opção “Acesso à Informação”, junto a opções como “IPTU 2017”, “Cidadão”, “Nota Fiscal Eletrônica”, “SIC”, “Horários de Atendimento”, “Concursos”, “Lei Orgânica”, entre outras. Também há espaço para as notícias do município, telefones úteis, *link* para a página da Prefeitura no *site* de redes sociais *Facebook*, *link* para o Portal da

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.encruzilhadadosul.rs.gov.br/prefeitura/home/>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

Transparência, na parte superior da página, e, na parte inferior, *links* para acesso de informações do município, sobre negócios e turismos, serviços e “Fale Conosco”, itens também presentes na barra de menu, na parte superior da página – aqui inclui-se o item “Secretarias”.

FIGURA 3 – Página inicial do portal institucional da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul



Fonte: (<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/prefeitura/home/>).

No que tange às informações referentes ao **registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento**⁵⁰, é possível encontrar tais informações em páginas distintas dentro do portal institucional.

⁵⁰ Os itens de análise serão destacados no texto para melhor compreensão e identificação.

Na página “Secretarias” (ANEXO A), acessível através do menu superior da página inicial, encontram-se a estrutura organizacional, com a lista de secretarias e nomes dos respectivos secretários – exceto Secretaria de Agricultura e Secretaria de Obras, sem informação dos secretários –, bem como o telefone para contato de cada secretaria. Na página “Horários de Atendimento” (ANEXO B), acessível através do menu lateral da página inicial “Acesso Rápido”, encontram-se a lista dos setores/secretarias, endereço e horário de funcionamento. Na página dedicada ao Portal da Transparência, acessível através de *link* na página inicial do portal institucional do município, no item de acesso rápido “Serviço de Informação ao Cidadão” (ANEXO C), encontram-se informações referentes ao registro das competências da Prefeitura Municipal e de suas secretarias, contendo também informações referentes à endereço, horário de atendimento, contatos – telefônico e eletrônico – e nome do responsável.

QUADRO 2 – Informações referentes ao registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento	-	X	-	Parcial (um clique por página, mais de três cliques para Portal da Transparência; identificadas opções para facilidade de acesso para PcD apenas no Portal da Transparência)	Sim	Informativo	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes ao **registro de repasses ou transferências de recursos financeiros** e ao **registro das despesas**, é possível encontrar tais informações ao consultar o Portal da Transparência (ANEXOS D e E), acessível através de *link* na página inicial do portal institucional do município. Para

encontrar as informações, é necessário navegar pelos menus do Portal, selecionar a informação específica desejada – opções de ano, período, entidade, origem, unidade gestora, tipo de despesa, etc. – e gerar as tabelas contendo as informações. Não foram encontradas informações semelhantes nas páginas do portal institucional do município.

QUADRO 3 – Informações referentes ao registro de repasses ou transferências de recursos financeiros e ao registro das despesas da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Registro de repasses ou transferências de recursos financeiros / Registro das despesas	X	-	-	Parcial (mais de três cliques; foram identificadas certas indicações para facilidade de acesso para PcD)	Parcial (utilização apenas de tabelas e dados numéricos)	Informativo	Local	Horizontal (apesar de não ser uma página própria, as informações têm origem nos dados cedidos pela Prefeitura)

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes aos **procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados**, é possível encontrar tais informações na página “LicitaCon Cidadão”, do TCE-RS, referente às informações da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul (ANEXO F), acessível através do menu superior da página inicial do portal institucional. Nesta página, é possível consultar a visão geral das licitações e contratos do órgão, a totalidade das licitações e contratos, bem como licitações e contratos novos, em andamento e encerradas – aqui é mostrado o número de licitações e contratos em cada caso já na página inicial. Através do menu superior da página inicial do portal institucional do município também é possível acessar páginas, dentro do próprio portal, sobre chamadas públicas, concorrências, leilão, tomada de preços, entre outras opções.

QUADRO 4 – Informações referentes aos procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Informações sobre procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados	X	-	-	Parcial (um clique por página; não identificada facilidade de acesso para PcD nas páginas do portal do município – LicitaCon possui opções, como leitor de tela)	Sim (salvo escrita de documentos oficiais – chamadas públicas, por exemplo)	Informativo	Local	Horizontal (apesar de uma das páginas não ser própria, as informações têm origem nos dados cedidos pela Prefeitura)

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes aos **dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades**, é possível encontrar tais informações, de certa forma, ao consultar o Portal da Transparência, acessível através de *link* na página inicial do portal institucional do município. O Portal da Transparência não irá trazer os dados gerais sobre programas, ações, projetos e obras da administração pública municipal, e sim as despesas com os mesmos. Dessa forma, é possível visualizar para quais atividades está indo o dinheiro público – consequentemente há a listagem das atividades –, mas não se obtém o conhecimento exigido pelo item. Não foram encontradas informações semelhantes nas páginas do portal institucional do município.

QUADRO 5 – Informações referentes aos dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades	-	-	X	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes às **respostas às perguntas mais frequentes**, é possível encontrar tais informações ao consultar o Portal da Transparência (ANEXO G), acessível através de *link* na página inicial do portal institucional do município. Para encontrar as informações, é necessário acessar a opção “Perguntas Frequentes”, no menu do Portal – item “Acesso Rápido” ou “Acesso à Informação”. Nesta página encontram-se respostas à perguntas como “Qual o objetivo da Transparência Ativa?”, “Qual a fundamentação legal?”, “Que informações são disponibilizadas para consulta?”, “Qual a origem dos dados?”, entre outras questões, embora todas referentes, basicamente, ao Portal da Transparência, não à Lei de Acesso à Informação. Não foram encontradas informações semelhantes nas páginas do portal institucional do município.

QUADRO 6 – Informações referentes às respostas às perguntas mais frequentes da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

(continua)

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Respostas às	-	X	-	Parcial (mais de três)	Sim	Informativo	Global	Vertical

(conclusão)

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
perguntas mais frequentes				cliques; foram identificadas certas indicações para facilidade de acesso para PcD)			(essa informação é idêntica para todos os Portais de Transparência)	(essa informação é idêntica para todos os Portais de Transparência)

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes às **últimas três notícias divulgadas**, é possível encontrar tais informações na página inicial do portal institucional do município, na seção “Últimas Notícias”. Também é possível acessar tais informações através do menu superior da página inicial, selecionando “Notícias” em “Sobre a Cidade”. A primeira notícia selecionada – e última divulgada no momento desta análise – foi divulgada no dia 1 de novembro de 2017, sob o título “Centro de Referência Materno Infantil realizou evento alusivo ao mês das crianças e outubro rosa” (ANEXO H). Na notícia, são descritas as atividades realizadas nos dias 23, 24 e 26 de outubro pelo Centro de Referência Materno Infantil com crianças e mulheres do município, bem como, ao final, traz um agradecimento da equipe do Centro à todas as pessoas e entidades participantes do evento, uma foto acompanha o texto.

A segunda notícia selecionada também foi divulgada no dia 1 de novembro de 2017, sob o título “Presidente da Câmara de Vereadores Álvaro Sperb assume o cargo de Prefeito Municipal” (ANEXO I). Na notícia, é divulgada a cerimônia de transmissão do cargo de Prefeito para o Presidente da Câmara de Vereadores, Álvaro, realizada no dia 31 de outubro, em decorrência do afastamento para viagem do titular legal Artigas, bem como é mencionado o motivo de o Vice-Prefeito não assumir o cargo – licença paternidade – e o período da mudança, uma foto acompanha o texto.

A terceira notícia selecionada foi divulgada no dia 19 de outubro de 2017, sob o título “Executivo Municipal quer garantir a continuidade dos serviços na agência do IPE local” (ANEXO J). Na notícia, é divulgada a reunião ocorrida entre o Prefeito do município, Artigas, e o presidente do IPE, Otomar, para o acerto dos detalhes da

transferência de um servidor público da Prefeitura para atender no escritório local do IPE, para garantir a continuidade dos serviços do mesmo, também são mencionados os demais presentes e as ações que serão realizadas para a realização da transferência, uma foto acompanha o texto.

QUADRO 7 – Informações referentes às últimas três notícias divulgadas da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Últimas três notícias divulgadas	X	-	-	Parcial (poucos cliques por notícia; não identificada facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo (todas notícias de divulgação)	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes ao **“Fale Conosco”/“Contato”**, é possível encontrar tais informações acessando a página **“Fale Conosco”** (ANEXO K), através da opção **“Fale Conosco”** no menu inferior da página inicial ou através do menu superior, selecionando **“Fale Conosco”** em **“Sobre a Cidade”**. Nesta página, há o texto **“Entre em contato conosco com suas dúvidas, sugestões ou reclamações”** seguido de caixas de textos, nas quais se preenche nome, e-mail, telefone, assunto e mensagem, ao final há as opções **“Enviar”** ou **“Limpar”**. Informações de contato – telefônico e/ou eletrônico – da Prefeitura Municipal não se encontram nesta página, mas podem ser visualizados, na barra inferior do portal institucional do município, os contatos do Departamento de Informática da Secretaria Municipal de Administração, bem como demais informações de contato podem ser visualizadas em outras páginas, como supracitado.

QUADRO 8 – Informações referentes ao “Fale Conosco”/“Contato” da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
“Fale Conosco”/“Contato”	X	-	-	Parcial (um clique para acesso; não identificada facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes ao **SIC físico** e ao **e-SIC**, é possível encontrar tais informações na página “Serviço de Informação ao Cidadão – SIC” (ANEXO L), acessível através de *link* na seção “Acesso Rápido”, na página inicial do portal institucional do município. Nesta página, há as informações resumidas sobre o Serviço de Informações ao Cidadão, tanto eletrônico quanto físico, há informação de localização interna – no Protocolo do Centro Administrativo Municipal –, endereço, *link* que redireciona para a página “Horários de Atendimento” e contato telefônico, há uma breve informação sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) e o *link* de acesso à mesma, um contato eletrônico para a solicitação de informações, bem como um *link* para o formulário eletrônico de solicitação de acesso à informação. Ao acessar este *link*, se visualiza uma página semelhante à do “Fale Conosco” (ANEXO M), com o texto “Entre em contato conosco com suas dúvidas, sugestões ou reclamações”, caixas de textos para preenchimento de nome, e-mail, telefone, assunto e mensagem, e as opções “Enviar” ou “Limpar” ao final. Também há informações sobre o SIC no Portal da Transparência do município.

QUADRO 9 – Informações referentes ao SIC físico e ao e-SIC da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
SIC físico (informações) / e-SIC	X	-	-	Parcial (poucos cliques para acesso; não identificada facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes à **seção específica sobre divulgação da LAI**, é possível encontrar a página “Acesso à Informação” (ANEXO N), acessível através de *link* na seção “Acesso Rápido”, na página inicial do portal institucional do município. Contudo, nesta página há apenas a informação sobre atendimento presencial, contendo a sua localização na Prefeitura, contato telefônico, *link* para o Portal da Transparência do município e *link* para acesso à publicação das contas públicas do Estado – *link* externo, para *site* da FAMURS. Informações sobre a LAI não foram encontradas nesta página – a página que trará alguma informação sobre a LAI, mesmo que breve, será a dedicada ao SIC.

QUADRO 10 – Informações referentes à seção específica sobre divulgação da LAI da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Seção específica sobre divulgação da LAI	-	-	X (há a página, mas não há a informação adequada)	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes à **regulamentação da LAI**, é possível encontrar tais informações na página “Legislação – Leis”, acessível através do menu superior da página inicial do portal institucional do município, na opção “Legislação”/“Leis” em “Serviços”. Nesta página é possível acessar os documentos referentes às legislações municipais. Para facilitar a pesquisa do documento desejado, se utilizou da barra de filtro disponível na página. Ao filtrar por “acesso à informação”, dois documentos permanecem na página, um referente à regulamentação do acesso à informação no âmbito do Poder Legislativo municipal e outro referente à regulamentação do acesso à informação no âmbito do município de Encruzilhada do Sul – Poder Executivo. Ao acessar este documento, é possível visualizar a Lei nº 3.238, de 6 de novembro de 2012 (ANEXO O), na íntegra, cujo conteúdo possui relação com o disposto na LAI e as formas de sua aplicação no município – como criação do SIC e comissão responsável, forma de solicitação de informação, recursos, responsabilidades, etc.

QUADRO 11 – Informações referentes à regulamentação da LAI da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Regulamentação da LAI	X	-	-	Parcial (poucos cliques para acesso – em caso de uso de filtragem de conteúdo; não identificada facilidade de acesso para PcD)	Sim (salvo forma de escrita de documentos oficiais)	Informativo/educacional (embora regulatório)	Local	Vertical (provém de uma imposição exógena)

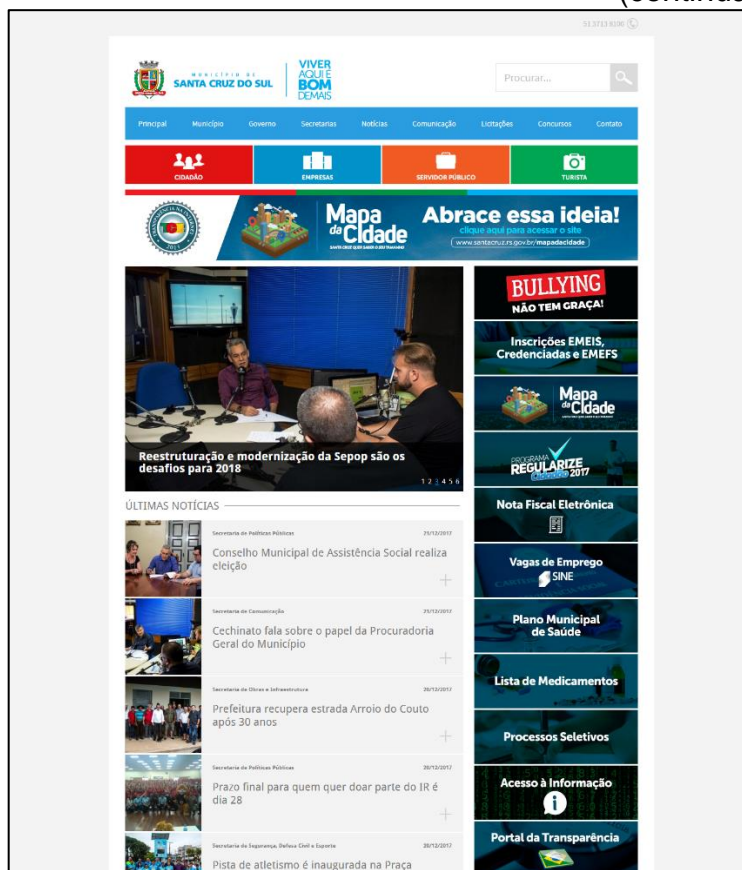
Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.2 Santa Cruz do Sul

Ao analisar o portal institucional da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul⁵¹, foi possível visualizar como a mesma cumpre as exigências trazidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI). Em sua página inicial (FIGURA 4), o portal da Prefeitura possui, logo abaixo do menu superior, quatro banners: “Cidadão”, “Empresa”, “Servidor Público” e “Turista”. Também, na lateral direita, há os banners de “Acesso à Informação”, “Portal da Transparência”, “Nota Fiscal Eletrônica”, “Vagas de Emprego SINE”, “Plano Diretor”, “CACI”, “Câmara dos Vereadores”, “WhatsApp”, dentre outros. Ainda na página inicial há espaços dedicados às notícias do município, aos destaques de pontos turísticos e eventos a serem realizados. Na parte inferior da página inicial está disponível um campo de “Entre em Contato”, assim como contato telefônico da Secretaria de Comunicação, endereço e contato telefônico da Prefeitura.

FIGURA 4 – Página inicial do portal institucional da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

(continua)



⁵¹ Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

(conclusão)

The screenshot displays the website for Santa Cruz do Sul, RS. It features a central news feed with various articles, a vertical navigation menu on the right, and a contact form at the bottom. The news feed includes items such as 'Oficinas do Departamento de Cultura estão com inscrições abertas', 'Feira de adoção noturna de animais será nesta quinta', and 'Secretário de Obras destaca projeto de cidade e melhorias no interior'. The navigation menu lists services like 'Consulta de Protocolos', 'Plano Diretor', 'Câmara de Vereadores', and 'Transporte Coletivo'. The contact form provides details for the 'Secretaria de Comunicação' and includes fields for name, email, and a message.

Imagem	Assunto	Data
	Oficinas do Departamento de Cultura estão com inscrições abertas	28/12/2017
	Feira de adoção noturna de animais será nesta quinta	28/12/2017
	Secretário de Obras destaca projeto de cidade e melhorias no interior	28/12/2017
	Prefeitura cria serviço para pessoas surdas	28/12/2017
	Operação de guerra no combate ao Aedes aegypti	19/12/2017
	Monitores sociais recebem capacitação para atuar nos abrigos municipais	19/12/2017
	Regularize Cidadão oferece 50% de desconto até sexta-feira	19/12/2017
	Prazo para retirada de atestado de vaga encerra na sexta-feira	19/12/2017
	Prefeitura lança edital para pavimentação das ruas Fernando Abbott e Juca Werlang	19/12/2017
	Campanha Bullying não tem graça: encerra o ano com sessão de cinema para alunos da Emef Menino Deus	19/12/2017
	Em inauguração do Centro de Videomonitoramento, Schirmer anuncia implantação do IGP para 2018	19/12/2017
	Lista de espera na educação infantil tem redução de mais de 80%	18/12/2017
	Secretário de Transportes e Serviços Urbanos prevê novo projeto de mobilidade urbana para 2018	18/12/2017
	Alraso nos repasses não diminuiu a qualidade na saúde em 2017	15/12/2017
	Divulgada a classificação do processo seletivo da Prefeitura	15/12/2017

[Ver todos as notícias](#)

Ver todos os pontos turísticos

EVENTOS

- 13** jan: ESTACÃO VERÃO 2018 - Local: URSUL E PRAÇAS
- 15** jan: COLÔNIA DE FÉRIAS - Local: PARQUE DA OTOBERNAY
- 20** jan: ESCOLHA DA CORTE DO CARNAVAL 2018 - Local: PAVILÃO CENTRAL - PARQUE DA OTOBERNAY

[Ver todos os eventos](#)

Secretaria de Comunicação
Palácio da Praça da Bandeira - Centro

Endereço
Rua Rongel Medeiros, 450 - Centro
Santa Cruz do Sul - RS
CEP: 96203-130
53.3732-8206
CNPJ: 05.9463317/0001-08

Entre em contato

Seu nome:

Seu e-mail:

Digite sua mensagem:

SANTA CRUZ DO SUL

Supporte Técnico: support@saltacruzsul.rs.gov.br

No que tange às informações referentes ao **registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento**, é possível encontrar tais informações em diversas páginas do portal institucional do município. No menu superior da página inicial do portal institucional do município, há as opções “Governo” e “Secretarias”, e nestas estão listadas as páginas específicas de cada secretaria e gabinete. Ao acessar a página “Gabinete do Prefeito Municipal” (ANEXO P), é possível encontrar informações referentes ao perfil do Prefeito, foto, formação e carreira profissional do mesmo, bem como nome de servidores vinculados, endereço, contato telefônico e eletrônico e horário de atendimento do Gabinete. O mesmo se aplica ao acessar as páginas referentes às secretarias. Nestas, além de informações sobre o secretário – foto, formação, carreira profissional –, endereço, contato telefônico e eletrônico e horário de atendimento das secretarias, é possível encontrar um *link* para outra página, contendo a estrutura das secretarias e suas atribuições.

QUADRO 12 – Informações referentes ao registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento	X	-	-	Parcial (um clique por página; não identificada facilidade de acesso para PcD nestas páginas)	Sim	Informativo	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes ao **registro de repasses ou transferências de recursos financeiros**, ao **registro das despesas** e aos **dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades**, é possível encontrar tais informações na página “Portal da

Transparência”, acessível através de *link* na página inicial do portal institucional do município – banner na lateral direita da página. Nesta página, há uma descrição sobre o Portal, orientações para uso do mesmo, *links* para a página “Acesso à Informação” e para o Portal da Transparência da Câmara de Vereadores do município, e um menu para navegação na lateral direita.

Neste menu, é possível encontrar as opções “Registro de repasses ou transferências”, “Registro de despesas” e “Acompanhamento de Projetos e Obras”. Ao acessar a primeira opção, é possível visualizar uma página contendo *links* que direcionam para outras páginas (ANEXO Q). Contudo, dos sete *links*, apenas um leva à alguma página – o Portal da Transparência do Governo Federal –, ao tentar acessar os demais, é visualizada uma mensagem afirmando que a página não foi encontrada. Ao acessar a segunda opção, é possível visualizar uma página contendo *links* que direcionam para outras páginas (ANEXO R). Para acessar a informação nestas páginas, é necessário selecionar as opções desejadas nos campos – exercício, recurso, órgão, destinação, etc. – e gerar as tabelas contendo as informações. Ao acessar a terceira opção, é possível visualizar a página “Controle Social – Consulta de Obras” do TCE-RS (ANEXO S). Para acessar a informação nesta página, é necessário selecionar as opções desejadas nos campos – órgão, situação do contrato, bem público, empresa contratada, etc. – e gerar os dados para consulta. Informações sobre programas e ações não foram encontrados.

QUADRO 13 – Informações referentes ao registro de repasses ou transferências de recursos financeiros, ao registro das despesas e aos dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

(continua)

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Registro de repasses ou transferências de recursos financeiros	-	X	-	Parcial (poucos cliques para acesso; não identificada facilidade de acesso para PcD)	Parcial (utilização apenas de tabelas e dados numéricos)	Informativo	Local	Horizontal

(conclusão)

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Registro das despesas	X	-	-	Pouca (mais de três cliques para chegar à informação; não identificada facilidade de acesso para PcD)	Parcial (utilização apenas de tabelas e dados numéricos)	Informativo	Local	Horizontal
Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades	-	X	-	Parcial (poucos cliques para acesso; não identificada facilidade de acesso para PcD)	Sim (utilização de tabelas e dados acompanhados de gráficos)	Informativo	Local	Horizontal (apesar de não ser uma página própria, as informações têm origem nos dados cedidos pela Prefeitura)

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes aos **procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados**, é possível encontrar tais informações através do menu superior da página inicial do portal institucional do município, em “Licitações”, que contém as opções “Contratos”, “Licitações” e “Parcerias” – também é possível acessar essas informações através da página “Portal da Transparência”. Na página referente à opção “Contratos” (ANEXO T), o acesso às informações depende da seleção das opções desejadas nos campos – “exercício contrato”, “exercício licitação”, “modalidade”, “situação”, “tipo”, etc. – e da geração de tabelas. Na página referente à opção “Licitações” (ANEXO U), se encontram informações sobre localização, horário de atendimento e contatos telefônicos da Divisão de Licitações, *link* para o LicitaCon Cidadão e uma lista contendo opções como “Chamadas Públicas”, “Concorrências”, “Pregões Eletrônicos”, entre outros. Na página referente à opção “Parcerias” (ANEXO V), há informações sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e sobre Chamamentos Públicos. Mais informações sobre contratos e licitações também estão disponíveis na página

“LicitaCon Cidadão”, do TCE-RS, referente às informações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.

QUADRO 14 – Informações referentes aos procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Informações sobre procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados	X	-	-	Parcial (um a dois cliques por página; não identificada facilidade de acesso para PcD nas páginas do portal do município – LicitaCon Cidadão possui opções)	Sim (salvo escrita de documentos oficiais – chamadas públicas, por exemplo)	Informativo	Local	Horizontal (apesar de uma das páginas não ser própria, as informações têm origem nos dados cedidos pela Prefeitura)

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes às **respostas às perguntas mais frequentes**, é possível encontrar tais informações na página “FAQ - Perguntas Frequentes” (ANEXO W), acessível através da página “Acesso à Informação”, cujo *link* se encontra na página inicial do portal institucional do município – banner na lateral direita da página. Nesta página é possível encontrar as respostas à perguntas como “Qual o objetivo da Lei de Acesso à Informação?”, “Quem pode solicitar informações?”, “Qual o valor a ser pago para obter informações requeridas?”, “Quem pode acessar os dados do Portal da Transparência?”, “Onde encontro o endereço, telefone, e-mail das Secretarias Municipais de Santa Cruz do Sul, bem como o nome dos titulares da Pasta?”, dentre outras questões.

QUADRO 15 – Informações referentes às respostas às perguntas mais frequentes da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Respostas às perguntas mais frequentes	X	-	-	Parcial (poucos cliques para acesso; não identificada facilidade de acesso para PcD na página)	Sim	Informativo/educativo	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes às **últimas três notícias divulgadas**, é possível encontrar tais informações através da página inicial do portal institucional do município, na seção “Últimas Notícias”, bem como através do menu superior da página, em “Notícias”. A primeira notícia selecionada – e última divulgada no momento desta análise – foi divulgada no dia 8 de novembro de 2017, sob o título “Santa cruz recebe prêmio em segurança pública” (ANEXO X). Na notícia, são trazidas informações sobre a solenidade de premiação na qual o município recebeu o Prêmio Gestor Público Especial 2017 na área de segurança, sobre o projeto premiado e sobre a premiação, fotos da ocasião acompanham o texto.

A segunda notícia selecionada também foi divulgada no dia 8 de novembro de 2017, sob o título “Prefeitura destina R\$ 50 mil para a realização do Enart” (ANEXO Y). Na notícia, são trazidas informações sobre a assinatura do termo de repasse de R\$ 50 mil para a realização do 32º Encontro de Arte e Tradição Gaúcha (Enart), incluindo depoimentos e menção aos presentes, uma foto acompanha o texto.

A terceira notícia selecionada foi divulgada no dia 7 de novembro de 2017, sob o título “Palacinho veste-se de azul” (ANEXO Z). Na notícia, é divulgada a ação alusiva ao Novembro Azul, na qual o Palacinho da Praça da Bandeira, sede do Executivo Municipal, “se veste” de azul para alertar sobre a importância da prevenção do câncer de próstata, também são trazidas informações sobre demais atividades, como oficinas de saúde, palestras, testes rápidos, entre outras, uma foto acompanha o texto.

QUADRO 16 – Informações referentes às últimas três notícias divulgadas da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Últimas três notícias divulgadas	X	-	-	Parcial (poucos cliques por notícia; não identificada facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo (todas notícias de divulgação)	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes ao **“Fale Conosco”/“Contato”**, é possível encontrar tais informações na parte inferior da página inicial do portal institucional do município, que possui caixas de textos nas quais é possível preencher nome, e-mail e mensagem, seguidas do botão “Enviar”. No menu superior da página inicial do portal institucional também há a opção “Contato” e, ao acessá-la, é possível visualizar informações referentes ao contato via aplicativo *WhatsApp*, endereço da Secretaria de Comunicação, endereço e contato telefônico da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, bem como possui as mesmas caixas de textos visualizadas na parte inferior da página inicial do portal institucional (ANEXO AA).

QUADRO 17 – Informações referentes ao “Fale Conosco”/“Contato” da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
“Fale Conosco”/“Contato”	X	-	-	Parcial (um clique para acesso; não identificada facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes à **seção específica sobre divulgação da LAI**, ao **SIC físico** e ao **e-SIC**, é possível encontrar tais informações através da página “Acesso à Informação” (ANEXO BB), acessível através de *link* na página inicial do portal institucional do município – banner na lateral direita da página. Nesta página, há uma breve explicação sobre a LAI, indicação do instrumento normativo local, com *link* para acesso ao documento, informações e orientações breves sobre a solicitação de informações de forma eletrônica e física, também com *links* para documentos e formulários específicos, informações sobre o acompanhamento dos pedidos de informação e sobre os relatórios estatísticos dos pedidos de informação, contendo o *link* para acesso ao documento. Não foram encontradas informações sobre localização, contato e horário de atendimento do SIC na página.

Ao acessar o *link* referente ao formulário eletrônico de solicitação de informações do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, é possível visualizar a página na qual se encontra o formulário, com caixas de textos para preenchimento de assunto, mensagem, nome, contato, entre outros (ANEXO CC). Não há nenhuma informação sobre o SIC na página, apenas o formulário eletrônico.

QUADRO 18 – Informações referentes à seção específica sobre divulgação da LAI, ao SIC físico e ao e-SIC da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

(continua)

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Seção específica sobre divulgação da LAI	-	X	-	Sim (poucos cliques para acesso; identificadas opções para facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo/educativo	Local	Horizontal
SIC físico (informações)	-	X	-	Parcial (poucos cliques para acesso; não identificada facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo	Local	Horizontal

(conclusão)

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
e-SIC	X	-	-	Parcial (poucos cliques para acesso; não identificada facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo (relativo à página anterior ao formulário eletrônico)	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes à **regulamentação da LAI**, é possível encontrar tais informações, também, através da página “Acesso à Informação”, acessível através de *link* na página inicial do portal institucional do município – banner na lateral direita da página. Esta página possui um *link* para acesso ao Decreto Nº 9.445, de 8 de junho de 2015, que regulamenta o acesso às informações e a aplicação da LAI no âmbito da administração pública municipal. Ao acessar o *link*, é possível visualizar o Decreto na íntegra (ANEXO DD), cujo conteúdo possui relação com o disposto na LAI e as formas de sua aplicação no município – como promoção de transparência ativa, criação do SIC e Ouvidoria, pedidos de acesso à informação, recursos, classificação de informações, grau e prazos de sigilo, responsabilidades, etc.

QUADRO 19 – Informações referentes à regulamentação da LAI da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

(continua)

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Regulamentação da LAI	X	-	-	Parcial (poucos cliques para acesso;	Sim (salvo forma de escrita de documentos oficiais)	Informativo/educacional (embora regulatório)	Local	Vertical (provém de uma imposição exógena)

(conclusão)

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
				não identificada facilidade de acesso para PcD)				

Fonte: Elaborado pela autora.

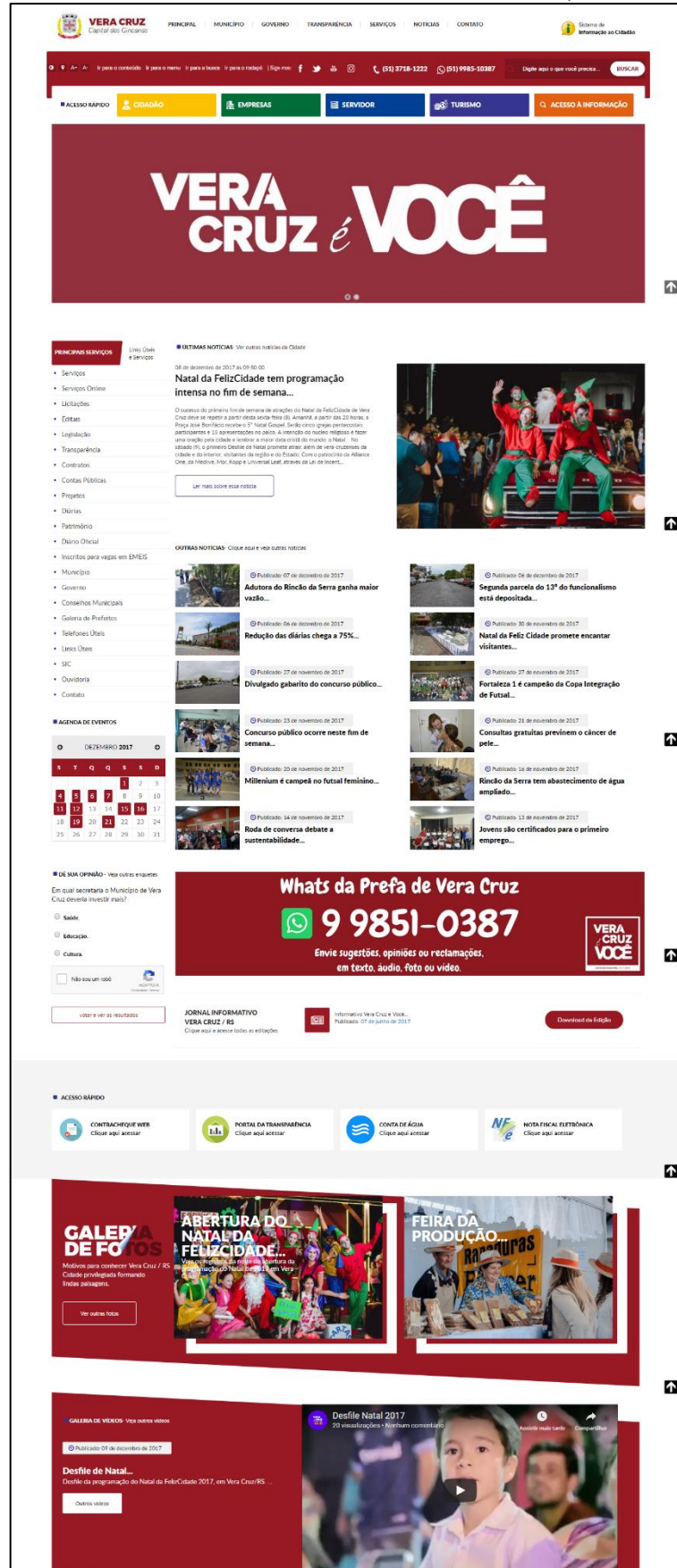
5.2.3 Vera Cruz

Ao analisar o portal institucional da Prefeitura Municipal de Vera Cruz⁵², foi possível visualizar como a mesma cumpre as exigências trazidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI). Em sua página inicial (FIGURA 5), o portal da Prefeitura possui, logo na parte superior, um botão referente ao Sistema de Informação ao Cidadão, seu menu superior possui opções como “Governo”, “Transparência”, “Serviços”, “Contato”, entre outras, e, logo abaixo do mesmo, é possível visualizar os botões de acesso rápido “Cidadão”, “Empresas”, “Servidor”, “Turismo” e “Acesso à Informação”. Na lateral esquerda, o portal institucional do município possui *links* úteis e para seus principais serviços, agenda de eventos e um campo denominado “Dê sua opinião”, contendo enquetes como “Em qual secretaria o município de Vera Cruz deveria investir mais?” – as opções desta enquete são “Saúde”, “Educação” e “Cultura”. A página inicial do portal ainda possui espaço dedicado às últimas notícias do município, banner de divulgação do aplicativo *WhatsApp* usado pela Prefeitura, *link* para download do Jornal Informativo da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, galerias de fotos e vídeos, previsão do tempo e, na parte inferior, endereço, contato telefônico e horário de atendimento da administração pública municipal. Há, ainda, um campo para cadastro de e-mail, para recebimento dos informativos da Prefeitura.

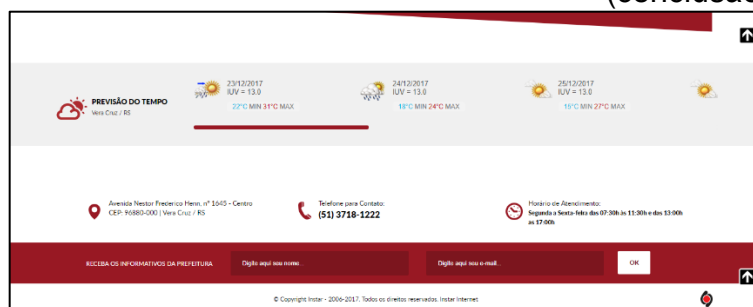
⁵² Disponível em: <<https://veracruz.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FIGURA 5 – Página inicial do portal institucional da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

(continua)



(conclusão)



Fonte: (<https://veracruz.rs.gov.br/>).

No que tange às informações referentes ao **registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento**, é possível encontrar tais informações na página “Governo” (ANEXO EE), acessível através de *link* disponível na lateral esquerda do portal institucional do município – ao acessar a mesma opção no menu superior do portal, não foi possível encontrar a página. Nesta página, é possível visualizar informações como endereço, contato telefônico e eletrônico, horário de atendimento e responsável, de toda estrutura organizacional – Gabinete do Prefeito, secretarias, departamentos e conselhos municipais –, sendo algumas informações acompanhadas de fotos. Ao selecionar determinado setor, como por exemplo o Gabinete do Prefeito, é possível visualizar mais informações acerca do mesmo, como registro de competências e setores vinculados. O mesmo se aplica para demais setores da estrutura organizacional, como secretarias, departamentos e conselhos do município.

QUADRO 20 – Informações referentes ao registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento	X	-	-	Sim (poucos cliques para acesso; identificadas opções para facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes ao **registro de repasses ou transferências de recursos financeiros**, é possível encontrar tais informações ao consultar o Portal da Transparência (ANEXO FF), acessível através de *link* na página inicial do portal institucional do município – opção “Transparência” na lateral esquerda da página. Para encontrar as informações, é necessário navegar pelos menus do Portal, selecionar a informação específica desejada – opções de ano, período, entidade, origem, etc. – e gerar as tabelas contendo as informações. Não foram encontradas informações semelhantes nas páginas do portal institucional do município.

QUADRO 21 – Informações referentes ao registro de repasses ou transferências de recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Registro de repasses ou transferências de recursos financeiros	X	-	-	Parcial (mais de três cliques; foram identificadas certas indicações para facilidade de acesso para PcD)	Parcial (utilização apenas de tabelas e dados numéricos)	Informativo	Local	Horizontal (apesar de não ser uma página própria, as informações têm origem nos dados cedidos pela Prefeitura)

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes ao **registro das despesas**, é possível encontrar tais informações na página “Contas Públicas” (ANEXO GG), acessível através de *link* na lateral esquerda da página inicial do portal institucional do município. Nesta página, há um campo para busca detalhada, contendo opções de categoria como “Balancetes mensais”, “Prestações de contas”, “Resumos da execução orçamentária”, entre outros, opções de subcategorias, campos para assunto, mês e ano. Além disso, é possível visualizar, sem necessidade de consulta prévia, 118 arquivos referentes à resumos e balancetes de receita e despesas mensais. Ao acessar os documentos, é possível visualizar uma tabela contendo as despesas do mês em questão.

QUADRO 22 – Informações referentes ao registro das despesas da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Registro das despesas	X	-	-	Parcial (poucos cliques; foram identificadas certas indicações para facilidade de acesso para PcD nas páginas do portal, não nos documentos)	Parcial (grande utilização de tabelas e dados numéricos)	Informativo	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes aos **procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados**, é possível encontrar tais informações em distintas páginas, acessíveis através de *links* na lateral esquerda da página inicial do portal institucional do município. No que tange aos procedimentos licitatórios, é possível visualizar a informação ao acessar a página “LicitaCon Cidadão” (ANEXO HH), do TCE-RS, referente às informações da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, na qual é possível consultar a visão geral das licitações e contratos do órgão, a totalidade das licitações e contratos, bem como licitações e contratos novos, em andamento e encerradas – aqui é mostrado o número de licitações e contratos em cada caso já na página inicial. Também é possível visualizar tais informações através da página “Cidade Compras”, da Confederação Nacional de Municípios, que traz os processos referentes à Prefeitura Municipal de Vera Cruz.

No que tange aos contratos celebrados, é possível visualizar a informação ao acessar a página “Contratos” (ANEXO II), no próprio portal institucional municipal, na qual há a opção de busca detalhada, contendo campos para nome da contratada, número do processo, data de assinatura, e os contratos em andamento – visualização sem necessidade de busca –, com a possibilidade de seleção do contrato para

obtenção de mais informações e opção de download de documento contendo o contrato na íntegra.

QUADRO 23 – Informações referentes aos procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Informações sobre procedimentos licitatórios (editais e resultados) e contratos celebrados	X	-	-	Sim (poucos cliques para acesso; identificadas opções para facilidade de acesso para PcD – exceto página “Cidade Compras” e documentos)	Sim (salvo forma de escrita de documentos oficiais)	Informativo	Local	Horizontal (apesar de algumas páginas não serem próprias, as informações têm origem nos dados cedidos pela Prefeitura)

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes aos **dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades**, é possível encontrar tais informações através de busca no portal institucional do município – ao tentar acessar a página “Projetos”, na lateral esquerda da página inicial do portal, foi visualizada apenas uma página em branco. Ao buscar por “projeto” na barra de pesquisa situada no canto superior direito do portal institucional do município, foi possível visualizar diversos resultados. Após filtrar por “Projetos” (ANEXO JJ), foi visualizada uma lista contendo informações sobre nove projetos, contendo nome, data e breve descrição do mesmo. Ao selecionar as opções, é possível acessar uma outra página, contendo mais detalhes sobre o projeto em questão. Não foram encontradas informações semelhantes em outras páginas do portal institucional do município.

QUADRO 24 – Informações referentes aos dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades	X	-	-	Parcial (mais de três cliques; foram identificadas certas indicações para facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes às **respostas às perguntas mais frequentes**, é possível encontrar tais informações na página “FAQ” (ANEXO KK), acessível através da página dedicada ao Serviço de Informações ao Cidadão, cujo *link* está disposto no canto superior direito da página inicial do portal institucional do município. Nesta página, é possível visualizar as respostas às perguntas frequentes referentes à LAI – como “Caso seja negada a informação posso apresentar recurso contra a decisão?”, “Os pedidos de informações devem ser motivados?”, “Todas as informações dos Poderes Públicos são de acesso público?”, entre outras –, ao Portal da Transparência – como “Qual a legislação que criou o Portal da Transparência?”, “Qual é o objetivo do Portal da Transparência?”, “Que tipo de informações poderão ser obtidas através do Portal da Transparência?”, entre outras – e ao SINE – como “Como me candidatar para uma vaga do SINE?”, “Qual é o prazo para requerer o seguro-desemprego?”, “O que preciso levar para fazer a Carteira de Trabalho?”, entre outras.

QUADRO 25 – Informações referentes às respostas às perguntas mais frequentes da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Respostas às perguntas mais frequentes	X	-	-	Sim (poucos cliques para acesso; identificadas opções para facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo/educativo	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes às **últimas três notícias divulgadas**, é possível encontrar tais informações através da página inicial do portal institucional do município, na seção “Últimas Notícias”, bem como através do menu superior da página, em “Notícias”. A primeira notícia selecionada – e última divulgada no momento desta análise – foi divulgada no dia 10 de novembro de 2017, sob o título “Novembro Azul também previne o câncer de pele” (ANEXO LL). Na notícia, são trazidas informações acerca da campanha realizada pela Secretaria de Saúde do município e pela Liga Feminina de Combate ao Câncer para a prevenção do câncer de pele, que faz parte das ações do Novembro Azul, são informadas também a oferta de consultas gratuitas, quem pode consultar e como proceder, uma foto acompanha o texto.

A segunda notícia selecionada foi divulgada no dia 9 de novembro de 2017, sob o título “Pavimentação comunitária tem início na José Rodrigues de Carvalho” (ANEXO MM). Na notícia, é divulgado o início da pavimentação da rua José Rodrigues de Carvalho, realizada através do Programa de Pavimentação Comunitária do município de Vera Cruz, pelo qual a Prefeitura Municipal realiza determinados serviços – como topografia, preparação do solo, reconstrução e limpeza de bocas de lobo, etc. – e os demais serviços são realizados por uma empresa contratada pelos moradores da localidade, ainda é divulgado a previsão de entrega da obra, a visita do Prefeito à mesma e a adesão de moradores de outras localidades do município ao Programa, uma foto acompanha o texto.

A terceira notícia selecionada também foi divulgada no dia 9 de novembro de 2017, sob o título “Diárias de outubro podem ser conferidas” (ANEXO NN). Na notícia, é trazida a informação de que as despesas com diárias no mês de outubro podem ser conferidas no portal institucional do município e no quadro de atos oficiais da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, também é trazido um resumo das informações referentes às despesas e três arquivos em anexo à notícia, contendo as relações de pagamento de forma mais detalhada.

QUADRO 26 – Informações referentes às últimas três notícias divulgadas da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Últimas três notícias divulgadas	X	-	-	Sim (poucos cliques por notícia; identificadas opções para facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo (todas notícias de divulgação)	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes ao “**Fale Conosco**”/“**Contato**”, é possível encontrar tais informações na página “Contato” (ANEXO OO), acessível através do menu superior da página inicial do portal institucional do município. Nesta página, é possível visualizar uma mensagem agradecendo a visita ao portal institucional e informando que sugestões e reclamações são bem-vindas e encaminhadas às áreas competentes, há informações de localização, contato telefônico e horário de atendimento da Prefeitura, bem como um formulário de e-mail para preenchimento de nome, telefone, e-mail e mensagem, com opção de seleção de departamento e botão “Enviar”.

QUADRO 27 – Informações referentes ao “Fale Conosco”/“Contato” da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
“Fale Conosco”/“Contato”	X	-	-	Sim (um clique para acesso; identificadas opções para facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo	Local	Horizontal

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes ao **SIC físico** e ao **e-SIC**, é possível encontrar tais informações na página “Serviço de Informação – SIC” (ANEXO PP), acessível através de *link* na página inicial do portal institucional do município. Nesta página, há um menu de navegação rápida, *link* para as perguntas frequentes, informações sobre o atendimento presencial – endereço, contato telefônico e eletrônico, horário de atendimento –, *link* para download de arquivo contendo o formulário para solicitação de informações, informações referentes à solicitação de informações – com menção à LAI e à legislação municipal –, *links* para acesso ao texto da LAI, da legislação municipal que regula o acesso à informação, acesso ao Portal da Transparência e aos relatórios anuais de solicitação de informações. Ainda nesta página, há campos para cadastro de e-mail e consulta de solicitações, bem como um relatório estatístico de solicitação de informações, contendo dados e tabelas informando número de pedidos – abertos, respondidos, indeferidos, resolvidos –, assunto dos pedidos, motivo da negativa de respostas e perfil dos solicitantes – divididos em pessoa física e pessoa jurídica.

Sobre o e-SIC, a informação existente na página diz respeito à a possibilidade de solicitação de informação via formulário de requerimento *online* presente no portal institucional do município. Contudo, não foi identificada a localização deste formulário no portal institucional, apenas semelhantes, como cadastro de manifestação na página “Ouvidoria”. Neste cadastro de manifestação, uma das opções é “solicitação”,

o que poderia se enquadrar em solicitação de informações, mas não há referência de ser este o caso ou ser este o caminho para o e-SIC. Ainda na página referente ao SIC, há uma opção “Faça seu cadastro”, mas não há nenhuma indicação de que isto possibilitaria o acesso ao formulário de requerimento *online*, e também há um contato eletrônico do SIC, mas não há indicação de que seria esta a forma de solicitação de informações via internet.

QUADRO 28 – Informações referentes ao SIC físico e ao e-SIC da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
SIC físico (informações)	X	-	-	Sim (um clique para acesso; identificadas opções para facilidade de acesso para PcD)	Sim	Informativo/educativo	Local	Horizontal
e-SIC	-	-	X	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes à **seção específica sobre divulgação da LAI**, é possível encontrar tais informações na página “Portal de Acesso à Informação Pública” (ANEXO QQ), acessível através do *link* “Transparência”, no menu superior da página inicial do portal institucional do município. Nesta página, as informações estão divididas em seções, contendo opções como “Contas Públicas”, “Licitações e Compras”, “Lei de Acesso à Informação”, “Serviço de Informação ao Cidadão”, “Relatórios”, entre outros. Ao selecionar as seções, é possível visualizar uma lista de itens relativos às mesmas, contudo, tais itens não são “clicáveis”, são apenas texto, sem mais informações ou indicações. Não foi identificada nenhuma

outra página referente à LAI no portal institucional, apenas esta e a referente ao SIC, que trará informações sobre o acesso à informação.

QUADRO 29 – Informações referentes à seção específica sobre divulgação da LAI da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Seção específica sobre divulgação da LAI	-	-	X (há a página, mas não há a informação adequada)	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às informações referentes à **regulamentação da LAI**, é possível encontrar tais informações através de *link* na página “Serviço de Informação – SIC”, acessível através de *link* na página inicial do portal institucional do município, ou através de pesquisa na página “Leis e Decretos”, acessível através do *link* “Legislação”, na lateral esquerda da página inicial do portal. Ao acessar o *link* referente à Lei Municipal nº 3.965, de 10 de dezembro de 2013, que regulamenta o acesso à informação no âmbito do município, é possível visualizar o texto da Lei na íntegra, ainda dentro do portal institucional (ANEXO RR), página que ainda contém as opções de visualização do texto compilado, visualização do texto original, em arquivo *Word* e visualização do texto consolidado. O conteúdo da Lei possui relação com o disposto pela LAI e as formas de sua aplicação no município – como criação do SIC, procedimentos para acesso à informação, recursos, composição da comissão do SIC, responsabilidades, etc.

QUADRO 30 – Informações referentes à regulamentação da LAI da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

	Presença total	Presença parcial	Ausência	Facilidade de acesso	Facilidade de compreensão	Intuito (informativo, educacional, orientação social)	Abrangência (global, local)	Produção (vertical, horizontal)
Regulamentação da LAI	X	-	-	Sim (poucos cliques para acesso; identificadas opções para facilidade de acesso para PcD)	Sim (salvo forma de escrita de documentos oficiais)	Informativo/educacional (embora regulatório)	Local	Vertical (provém de uma imposição exógena)

Fonte: Elaborado pela autora.

5.3 Comunicação, cidadania e desenvolvimento regional na materialidade das administrações públicas municipais

Os resultados obtidos com os procedimentos metodológicos empregados neste estudo, e aqui apresentados, possibilitaram analisar como se constitui o processo comunicacional da administração pública em municípios selecionados da região do Vale do Rio Pardo (RS), a partir da Lei de Acesso à Informação e dos preceitos da comunicação pública. Com as entrevistas e as análises do conteúdo disponibilizado nos portais institucionais municipais, foi possível verificar o uso dado à informação pública pelos profissionais responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais; evidenciar a qualidade da informação pública disponível nos portais institucionais das administrações públicas municipais; elucidar a relação dessas informações públicas – e do processo comunicacional no qual estão inseridas – com o território; e identificar se o processo comunicacional das administrações públicas municipais possui potencial para o estabelecimento de uma comunicação pública.

Dos três municípios selecionados, o município de Encruzilhada do Sul é o mais antigo – emancipado em 1849 –, com maior extensão territorial – 3.348,3 km² – e com menor número de habitantes – 25.872, levando em consideração estimativa para 2017. Também, possui o menor PIB – 396.615,72 (mil), sendo o PIB per capita equivalente a R\$ 15.464,41 – e o menor IDHM – 0,657. Sua economia está voltada,

em grande parte, para atividades rurais, sem concentração de grandes organizações, e sua população parece demonstrar uma proximidade de convívio societário pouco visualizada em grandes municípios.

Já o município de Santa Cruz do Sul, tendo em vista os três municípios selecionados para o estudo, possui um maior destaque regional, pois pode ser considerado um polo industrial e comercial da região, assim como apresenta certa concentração de instituições de ensino superior, o que faz com que muitos cidadãos de outros municípios da região venham para Santa Cruz do Sul em busca de estudo ou trabalho. Apesar de não possuir grande extensão territorial – 733,4 km² –, possui um grande número de habitantes, o maior dos três municípios – 127.429, levando em consideração estimativa para 2017 –, assim como o maior IDHM – 0,773. Quanto à sua economia, o município possui o maior PIB – 7.984.043,50 (mil) – e seu PIB per capita equivale a R\$ 63.692,48, sendo sua atividade econômica principal a fumicultura, sob a hegemonia de subsidiárias multinacionais.

O município de Vera Cruz, por sua vez, é o município mais novo dos três selecionados – emancipado em 1959 –, possuindo também a menor extensão territorial – 309,6 km². Com uma população de 26.024 habitantes, possui um PIB de 613.055, 57 (mil) – seu PIB per capita equivale a R\$ 24.017,85 – e um IDHM de 0,737. Emancipado do município de Santa Cruz do Sul, o município de Vera Cruz possui grande relação com o mesmo, sendo uma característica dessa proximidade os movimentos pendulares existentes entre estes dois municípios, em especial os deslocamentos da população em decorrência de trabalho e de estudo – muitos cidadãos vera-cruzenses têm em Santa Cruz do Sul o seu local de trabalho ou estudo, mas não de moradia.

Estas realidades distintas parecem refletir no modo como é estabelecido o processo comunicacional das administrações públicas municipais. Embora o intuito dos processos seja muito semelhante – voltado para a informação dos cidadãos –, o modo como o mesmo ocorre, na prática, se mostra distinto, sendo possível identificar um processo comunicacional mais informativo – Encruzilhada do Sul –, outro mais consultivo – Santa Cruz do Sul – e até mesmo um processo comunicacional que estimula práticas de corresponsabilidade – Vera Cruz. Com os procedimentos metodológicos de entrevista e análise dos portais institucionais, foi possível identificar esta dialética – intenção e ação –, a materialidade do processo, assim como visualizar as possibilidades de ação que, a partir disso, podem ser geradas.

Os setores de comunicação das administrações públicas dos municípios selecionados possuem denominações e estruturas distintas. No município de Encruzilhada do Sul há o Departamento de Comunicação, contendo três servidores públicos – destes, um com formação na área; o gestor possui anos de carreira profissional na área, sem formação acadêmica –, cada um responsável por uma área distinta – criação, redação, radialismo/gestão. No município de Santa Cruz do Sul há a Secretaria Municipal de Comunicação, contendo nove servidores públicos – o secretário possui formação na área – e núcleos internos – jornalismo, publicidade. No município de Vera Cruz há o Núcleo de Comunicação Social, contendo apenas uma servidora pública – a dirigente, que possui formação na área. Cabe destacar que, nos municípios de Encruzilhada do Sul e Santa Cruz do Sul, os profissionais responsáveis participaram da campanha eleitoral dos respectivos prefeitos municipais, bem como todos os entrevistados estão em seus cargos a convite dos atuais prefeitos – são cargos de confiança (CCs) –, o que pode vir a influenciar, mesmo que indiretamente, suas formas de comunicar.

A semelhança entre os setores se encontra no fato de todos estarem vinculados diretamente ao Gabinete do Prefeito, demonstrando a proximidade que os mesmos possuem com a gestão da administração pública municipal. O setor de comunicação estar vinculado ao Gabinete do Prefeito ou à uma secretaria específica é apresentado por Fossatti (2006) como importante, para que o setor possua visibilidade dentro da estrutura administrativa dos governos. Esta proximidade permitirá um reconhecimento da importância da comunicação em uma gestão – importância esta mencionada nos depoimentos dos entrevistados, juntamente com a importância de divulgar informações aos cidadãos –, assim como uma maior autonomia do setor.

Quanto à função dos setores, todos estão voltados para atender às demandas provindas da administração pública como um todo – secretarias, departamentos, etc. –, estando a Secretaria de Comunicação do município de Santa Cruz do Sul também extremamente envolvida com a agenda do Prefeito, conforme apresentado pelo secretário em entrevista. A divulgação de informações aos cidadãos também é um ponto em comum do processo comunicacional dos três municípios, sendo utilizados, para tanto, diversos meios de comunicação, algo que é trazido pela Lei de Acesso à Informação (LAI), ao mencionar, além da obrigatoriedade de divulgação em meio digital, através dos portais institucionais dos órgãos públicos, a utilização de todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem. Esse intuito de divulgar

informações públicas aos cidadãos vai ao encontro das diretrizes da LAI, de observância da publicidade como preceito geral, de divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitação, assim como o fomento ao desenvolvimento de uma cultura de transparência e do controle social na administração pública (BRASIL, 2011) – e muitos desses pontos são mencionados, direta ou indiretamente, nas entrevistas.

No que tange à divulgação, no processo comunicacional do município de Encruzilhada do Sul são utilizados o portal institucional do município, sua página no *site* de redes sociais *Facebook*, jornal e rádio locais – há também, nas entrevistas, menção às audiências públicas realizadas, enquanto um meio para informar a população sobre o que acontece no município, assim como materiais impressos para campanhas específicas. O intuito é divulgar em todos os meios possíveis e disponíveis, embora tenham conhecimento de que isto não garantirá o alcance total da população. A página do município no *site* de redes sociais *Facebook* é considerada o principal meio de divulgação utilizado pelo Departamento no processo comunicacional da administração pública, motivo pelo qual acreditam que a limitação de acesso à internet é negativa, pois sua principal ferramenta é *online*, mas consideram que o rádio ainda possui grande alcance da população, tendo em vista os moradores das áreas rurais. O atendimento presencial aos cidadãos não parece fazer parte das práticas do Departamento, ainda mais que não possuem relação com o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC.

Nas entrevistas realizadas com os servidores públicos do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul foi percebida a necessidade de aprovação dos textos em determinados casos, algo que pode limitar, de certa forma, a autonomia do setor, bem como pode sugerir algum receio quanto à divulgação de informações – nas entrevistas foi mencionado o fato de, no início do uso do *site* de redes sociais *Facebook*, não ser permitidas respostas às mensagens enviadas, situação que foi alterada por ponderação do Departamento, mas que também sugere um receio quanto ao repasse de informações, receio esse talvez não superado de modo geral. Este receio também foi mencionado pelo Secretário de Comunicação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, ao informar que há servidores da administração pública que ainda possuem certa resistência a passar informações, por temer serem prejudicados, uma situação segundo o qual já está sendo superada. Estes casos são exemplos da cultura de segredo mencionada pela

Controladoria-Geral da União (2011) como um dos principais desafios a serem vencidos com a implementação da LAI, uma prática muito enraizada nas administrações públicas e que tende a dificultar processos comunicacionais voltados para a capacitação dos cidadãos. Ao que pode ser constatado, nos municípios supracitados, há indícios dessa cultura, mas os setores demonstram estar trabalhando para a sua superação.

Já no processo comunicacional do município de Santa Cruz do Sul, são utilizados o portal institucional do município, televisão, rádios e jornais locais, canal no *site* de compartilhamento de vídeos *YouTube* e aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones *WhatsApp* – na entrevista é mencionado o uso, também, de material impresso para campanhas específicas, a divulgação de informações durante a espera do telefone, assim como a não utilização do *site* de redes sociais *Facebook*, embora esteja nos planos da Secretaria passar a utilizar em 2018. O ideal é levar informação para todos, por isso, possuem o aplicativo *WhatsApp*, utilizado não apenas para um relacionamento mais próximo com a imprensa, mas também com o cidadão, sendo este um canal tanto informativo quanto comunicacional. A partir do uso do aplicativo *WhatsApp*, são produzidos relatórios semanais contendo um resumo das solicitações dos cidadãos durante o período em questão, de modo a saber o que está sendo solicitado e com que frequência. O rádio também é mencionado na entrevista enquanto um meio muito utilizado – há um programa fixo na Rádio Santa Cruz, assim como há a divulgação de spots em todas as rádios do município.

Na entrevista com o Secretário de Comunicação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, foi mencionada a realização de uma pesquisa com a população do município, de modo a saber, dentre outras questões, como a administração pública deveria se comunicar com seus cidadãos – também foi identificado nesta pesquisa que poucas pessoas acessavam o portal institucional do município. Isto pode demonstrar um interesse por parte da administração pública municipal em adequar seu processo comunicacional às demandas dos cidadãos, estando presente nos meios mais adequados para os mesmos. Para o secretário, são disponibilizados os canais para a participação da sociedade e menciona a criação da CACI, central dedicada ao atendimento ao cidadão no que tange à divulgação de informação de forma presencial, permitindo que quem não possui internet ou telefone tenha acesso às informações públicas municipais – embora esta procura presencial não ocorra

frequentemente. Na entrevista também foi percebida a atenção dada às demandas trazidas pelos cidadãos, ao ser mencionado o estabelecimento de processos administrativos para averiguação de denúncias à servidores – aqui, percebe-se que os cidadãos estão se valendo desses meios para exercer sua cidadania e sua liberdade política (SEN, 2000), através da fiscalização e crítica às autoridades.

O processo comunicacional do município de Vera Cruz, por sua vez, se utiliza do portal institucional do município – que no momento da entrevista estava sendo licitado; na análise de conteúdo já estava reformulado –, página no *site* de redes sociais *Facebook*, conta na rede social de compartilhamento de fotos e vídeos *Instagram*, aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones *WhatsApp*, jornal informativo próprio, jornal e rádio locais – também é mencionada a realização de matérias pela UNISC TV no município e que há a disponibilização de informações em material impresso, no mural da Prefeitura. O intuito é disponibilizar a informação em todos os meios possíveis, levando a informação de todas as formas. Os meios *online* são os mais utilizados pelo processo comunicacional da administração pública municipal – há a menção à disponibilidade de sinal WiFi gratuito na praça do município, bem como a consciência de que isso não garantirá acesso a todos –, embora o rádio também seja mencionado com destaque na entrevista, enquanto meio com grande alcance da população – a seleção dos meios *offline* se dá muito pelo feedback ouvido da população. O aplicativo *WhatsApp* é utilizado de forma muito semelhante ao município de Santa Cruz do Sul, tanto como um meio de contato com o cidadão, de diálogo, quanto um meio informativo – muitos cidadãos também ligam para o número utilizado para o aplicativo *WhatsApp*.

Na entrevista com a Dirigente do Núcleo de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, foi mencionado o modo de divulgação da existência de tais meios para contato com a administração pública municipal, ocorrido através dos materiais produzidos pela Prefeitura, como o carnê do IPTU. Com isso, muito mais do que criar canais informativos, a administração pública municipal parece pretender estabelecer canais participativos, ao levar a informação sobre as possibilidades de contato aos cidadãos. Duarte (2007) já menciona que uma das grandes barreiras em comunicação é a dificuldade em auxiliar o interessado a descobrir que a informação existe, como pode ser acessada e utilizada para aumentar seu conhecimento e sua capacidade de agir, e isto se aplica também para os canais participativos, muitas

vezes desconhecidos pelos cidadãos. Essa divulgação, por parte da administração pública municipal, pode sugerir uma tentativa de superação desta barreira.

Também através da entrevista com a Dirigente, pode ser percebido um potencial participativo da população vera-cruzeense, estando presente em eventos da Prefeitura – muitos sugeridos com o intuito de levar ao conhecimento da população determinada ação –, colaborando através de doações de materiais, fazendo parte, de alguma forma, das ações da administração pública municipal quando esta solicita. Uma visão interessante trazida na entrevista faz referência à possibilidade de a população, ao participar e exercer seus direitos, exigindo ações da Prefeitura, ter a capacidade de agir e exigir, também, das esferas superiores, servindo, assim, o município como uma base para a ação da sociedade. Aqui percebe-se uma relação entre esta visão e o território em Santos (2004, 2007), que o considera um meio para a ação da sociedade, não um mero palco, sendo a ação – através da participação na administração pública municipal – determinante não apenas para a constituição e uso dos territórios, mas para as interações sociais e condições de vida. E isso pode ser visualizado no município de Vera Cruz – um exemplo está no programa de Pavimentação Comunitária.

Assim, é possível perceber, nos três municípios selecionados, a utilização de meios que possibilitam tanto a divulgação de informações quanto a comunicação entre administração pública e cidadãos, se aproximando do processo comunicacional da administração pública municipal apresentado por Fossatti (2006). Para o autor, este processo envolve tanto a disseminação de informações, de modo a transmitir conhecimento ao cidadão e despertar seu interesse pelos acontecimentos e fatos da realidade local, como a possibilidade de participação dos cidadãos na administração pública. Nos processos analisados, há a divulgação de informações e os profissionais responsáveis acreditam que esta divulgação incentiva a população a participar, assim como acreditam que disponibilizam os canais para que esta participação aconteça. Aqui, é possível perceber um discurso, de certa forma, tecnicista por parte dos entrevistados, voltado para a ideia de que possuem os meios, então a participação pode ser realizada. A existência de meios que possibilitem a participação da sociedade é importante, contudo, cabe destacar, como afirma Duarte (2007), que a simples existência de instrumentos não significa a sua apropriação para uso pelos interessados, é necessário o seu conhecimento, bem como o seu acesso e compreensão, portanto, envolve ações, por parte dos profissionais responsáveis pelo

processo comunicacional, que possibilitem mais que a existência dos meios, e sim sua apropriação por parte dos cidadãos.

Também, muito dos meios utilizados, principalmente os voltados para a participação da população, estão em meio digital, o que pode vir a limitar o acesso à certas informações e à possibilidade de expressão, pois, como afirma Maldonado (2010), apesar de os processos comunicacionais digitais possuírem inúmeras possibilidades de produção e mudança social, ainda há grandes obstáculos culturais, educativos, políticos e sociais. Nas entrevistas, foi mencionada a utilização de outros meios, como rádio, jornais, audiências públicas e ações específicas, assim como serviços de atendimento presencial aos cidadãos, o que pode possibilitar a redução das desigualdades informacionais e de expressão. Em um meio no qual a informação se apresenta como base da vida social, o seu conhecimento se torna extremamente importante, e a utilização de distintas técnicas pode permitir uma maior inclusão da população, uma vez que nem todos os cidadãos possuem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas (SANTOS, 2000).

A cidadania, como apresenta Santos (1998b), está extremamente vinculada ao território, sendo o valor do indivíduo estipulado de acordo com a sua localização no mesmo, daí a importância de todos possuírem acesso aos meios informacionais e, principalmente, participativos, de modo a exercerem sua liberdade, sem privações. Aqui entra a condição de agente dos indivíduos mencionada por Sen (2000), condição esta restrita e limitada pelas oportunidades sociais, econômicas e políticas das quais os indivíduos dispõem. Exercer sua condição de agente, sua cidadania ativa, passa por participar da administração pública, que, por sua vez, angaria informação. Nas entrevistas foi percebida uma unanimidade nas opiniões, com os entrevistados afirmando que a informação – e que a informação por eles divulgada – contribui para o estímulo à participação da população, e que a mesma se dá através dos canais por eles disponibilizados. Em prática, muito do que se visualizou foram situações de consulta, ou apenas repasse de informações, a participação em nível de ação, de corresponsabilidade, foi visualizada apenas no município de Vera Cruz. Aqui, é possível perceber uma certa tensão, uma contradição entre discurso e prática, pois há a consciência da importância da divulgação de informações e da participação dos cidadãos na administração pública, bem como da realização de tais atividades, mas, na prática, isto nem sempre é visualizado.

Outro ponto de unanimidade trazido nas entrevistas diz respeito ao papel desempenhado pela comunicação em uma administração pública, com todos os entrevistados afirmando a importância de tal área para levar informações aos cidadãos e mostrar o que está sendo feito pela administração pública – o Secretário de Comunicação do município de Santa Cruz do Sul ainda enfatiza que não há governo sem comunicação e participação da sociedade, bem como que é dever do município disponibilizar informações aos cidadãos. E a garantia de acesso às informações públicas é trazida com a Lei de Acesso à Informação (LAI). No meio técnico-científico-informacional – período atual do sistema capitalista de produção e transformação do espaço geográfico –, a informação se torna uma das variáveis de distinção dos lugares, a partir da sua presença ou da sua escassez (SANTOS, SILVEIRA, 2006; SANTOS, 2006). Territórios mais bem informados tendem a permanecer dessa forma, concentrando informação, ciência e tecnologia, enquanto outros territórios tendem a permanecer dependentes daqueles.

É interessante notar, aqui, o quanto territórios “mais informados” – como é o caso do município de Santa Cruz do Sul, que possui um processo comunicacional que envolve grande conhecimento sobre a LAI e grande disponibilidade de informação pública – possuem maior destaque econômico, enquanto territórios “menos informados” – como é o caso do município de Encruzilhada do Sul, que possui um processo comunicacional que envolve pouco conhecimento sobre a LAI e uma pequena disponibilidade de informação pública – possuem uma economia mais modesta, assim como parecem apresentar um êxodo de sua população para municípios com maior concentração econômica – e informacional. Isso pode indicar uma relação entre informação e desenvolvimento nesses territórios, podendo a informação ser considerada um fator – não o único – para o alcance do mesmo, ainda mais tendo em vista a importância da informação no meio técnico-científico-informacional.

No que tange ao conhecimento do disposto na LAI, como mencionado, foi percebido nas entrevistas que os servidores públicos do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul não possuem conhecimento sobre o disposto na LAI, mas que consideram importante esta exigência, tendo em vista que, do contrário, este direito não seria assegurado – a ideia de que se não é obrigatório, não precisa ser cumprido. Já o Secretário de Comunicação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul demonstrou um grande

conhecimento, mencionando não apenas o conteúdo trazido pela legislação, mas também pontos da Constituição Federal referentes ao direito de acesso às informações públicas. Na entrevista, foi mencionado que considera importante a existência da LAI, de forma a regulamentar o direito de acesso à informação. Um ponto interessante trazido na entrevista é o fato de, muitas vezes, a população não saber como solicitar informação, efetuando pedidos amplos. Talvez coubesse aqui alguma ação por parte da administração pública municipal, para melhor capacitar seus cidadãos no exercício de seu direito. Também foi mencionada a reformulação do portal institucional, com o intuito de disponibilizar toda a informação possível.

Quanto ao mesmo tema, a Dirigente do Núcleo de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Vera Cruz demonstrou, na entrevista, possuir conhecimento sobre o disposto na legislação, mencionando ainda que o portal institucional é produzido a partir de suas exigências – algo já imaginado, tendo em vista que o município de Vera Cruz também recebeu o Prêmio de Boas Práticas de Transparência na Internet concedido pelo TCE-RS, em 2015. Na entrevista, foi mencionado que é positivo existir tal imposição, mas que há muita burocracia, o que faz com que muitas coisas não sejam entendidas pelos cidadãos, bem como que determinadas questões estão ultrapassadas – um exemplo trazido é a não necessidade de acesso ao portal institucional para obter informação, uma vez que há a possibilidade de uso do aplicativo *WhatsApp* para questionamentos.

A LAI, uma vez que garante o direito de acesso às informações públicas, contribui para a garantia de transparência, uma liberdade apresentada por Sen (2000). Ao permitir o conhecimento de tais informações, contribui para a capacitação dos cidadãos à participação, à exercer sua condição de agente que, ao mesmo tempo em que é limitada pelas oportunidades sociais, é capaz de gerar mudanças e a melhora das mesmas, que também são uma das liberdades apresentadas por Sen (2000). Uma vez dotados de informação e meios participativos, os cidadãos podem fiscalizar as administrações públicas, ter direito à expressão livre e sem censura, situação extremamente vinculada à liberdade política mencionada por Sen (2000). Dessa forma, o processo comunicacional que possui meios de informar seus cidadãos e permitir que os mesmos participem da administração pública está relacionado às liberdades apresentadas por Sen (2000) e pode vir a contribuir para um desenvolvimento voltado para a qualidade de vida dos cidadãos. Os processos comunicacionais aqui analisados atendem, em maior ou menor nível, à esses

questos, portanto, podem vir a ser um mecanismo – mas não o único – para o auxílio no alcance do ideal de um outro desenvolvimento, bastando, para tanto, que as bases técnicas utilizadas sejam postas a serviços de fundamentos sociais e políticos voltados para os cidadãos, não para fins perversos (SANTOS, 2000).

Quanto aos portais institucionais municipais, o pertencente ao município de Encruzilhada do Sul já “veio pronto”, com setores auxiliando em sua manutenção – Informática, Jurídico, etc. – e o Departamento de Comunicação se responsabilizando pelas notícias nele divulgadas – nas entrevistas foi mencionado que estavam, também, organizando outras seções do portal institucional, atualizando informações que haviam ficado da gestão anterior. No que tange aos itens de análise com base nas exigências da LAI, foi percebido que as informações, em muitos casos, eram parciais, até mesmo ausentes, situação já imaginada, tendo em vista o não recebimento do Prêmio de Boas Práticas de Transparência na Internet, concedido pelo TCE-RS em 2015, pelo portal institucional não atender aos requisitos do mesmo. Para localizar determinadas informações, foi preciso percorrer mais páginas do que o esperado – mais de três cliques –, mas as informações disponíveis possuíam fácil compreensão, a exceção se encontra nas informações do Portal da Transparência, que angaria muitos cliques e traz informações apenas com números e tabelas, sem nenhuma simplificação do conteúdo para facilitar a interpretação dos dados – um problema não específico da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, mas sim do sistema do Portal da Transparência, independentemente do município.

O portal institucional da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul recebeu o Prêmio de Boas Práticas de Transparência na Internet concedido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), em 2015, o que demonstra o cumprimento das exigências trazidas pela Lei de Acesso à Informação – bem como pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Na análise do conteúdo do portal institucional do município, foi percebido que as informações públicas ali apresentadas estavam, em sua maioria, completas e eram de fácil compreensão. Para a localização das informações era necessário navegar pelos menus do portal institucional, mas isso se dava facilmente – menos de três cliques –, a exceção de alguns dados financeiros. Todos os itens de análise foram encontrados no portal institucional, embora alguns pontos importantes apresentassem informações parciais, como referentes à LAI e ao SIC – caberia uma explicação mais detalhada acerca dos mesmos, do serviço ofertado, até mesmo para facilitar a compreensão dos cidadãos acerca do que solicitar e como solicitar.

Já o portal institucional da Prefeitura Municipal de Vera Cruz passou por um processo licitatório no final de 2017, sofrendo alterações estéticas e estruturais. Na análise do conteúdo do portal institucional do município, foi percebido que as informações públicas pesquisadas estavam, em sua maioria, completas e disponíveis, embora em páginas importantes, como sobre a LAI e e-SIC, estivessem ausentes – aqui, a ausência pode ser explicada pelas alterações no portal institucional, que poderia não estar totalmente concluído, embora não existisse informação que indicasse tal situação. As informações visualizadas eram de fácil compreensão e sua localização também era fácil – menos de três cliques –, exceto em buscas e no Portal da Transparência. Nesta navegação, também foram encontradas páginas em branco, o que também pode vir a ser um indicativo de não finalização das alterações no portal institucional, ou algum problema na migração de informações do antigo modelo.

Quanto às características das informações públicas disponibilizadas, os portais institucionais dos três municípios selecionados apresentavam informações que diziam respeito ao município, a exceção de determinadas informações do Portal da Transparência, que se apresentam enquanto um padrão de todos os Portais, sem relação com a administração pública municipal. Este saber local, esta informação endógena, produzida no território é apresentada por Santos e Silveira (2006) como uma possibilidade de dinamizar a economia pela base, contribuindo para uma redução da dependência e da desigualdade entre locais. Também, esta informação pode se apresentar enquanto um fator de ligação entre diversas partes de um território, bem como entre distintos territórios, sendo estes contíguos ou distantes (SANTOS, 1998a). Nos casos analisados, as informações disponibilizadas diziam respeito apenas aos municípios, sem relação com outros territórios, demonstrando o quanto os municípios trabalham de forma isolada no que tange à comunicação, sem articulações regionais.

As informações públicas apresentadas possuíam, em grande parte, um intuito informativo – alguns casos também educativo –, não demonstrando, portanto, nenhuma promoção pessoal, política ou partidária de forma explícita, embora fosse possível identificar, em alguns conteúdos – e aqui também entram algumas falas das entrevistas –, características de uma comunicação governamental, até mesmo política, voltada para os governantes e seus feitos. Não se tratam de propaganda explícita, mas de informar o que está sendo feito, o que pode levar a interpretações distintas, como apenas informação ou como uma publicidade velada – e eis aqui um outro ponto de tensão, ao se comparar com o intuito mencionado nas entrevistas de

um processo comunicacional voltado para a população, uma comunicação para o público. Quanto à produção, por mais que algumas informações públicas estivessem presentes em páginas externas aos portais institucionais dos municípios, a mesma se dava de forma horizontal, pois provinham de dados repassados pelo município – à exceção da legislação municipal, que tem como base os preceitos de uma construção exógena. Um detalhe interessante visualizado no portal institucional do município de Vera Cruz diz respeito à uma seção dedicada à enquetes, perguntando a opinião dos cidadãos que acessam o portal institucional sobre determinada questão referente ao município, possibilitando a consulta da população também por esse meio.

No que tange à legislação que regulamenta o acesso à informação no âmbito municipal, o município de Encruzilhada do Sul possui a mais antiga dos três municípios selecionados, de 2012 – a LAI é de 2011. A legislação do município de Santa Cruz do Sul é a mais nova dos três municípios selecionados, de 2015, e o arquivo contendo seu texto apresenta, além das disposições legais exigidas, os formulários necessários em caso de solicitação de informações, recurso e resposta. A legislação que regulamenta o acesso à informação no âmbito do município de Vera Cruz data do ano de 2013, e apresenta os procedimentos para acesso à informação e referentes ao SIC no município. A criação de legislação própria, de acordo com as particularidades locais, é um avanço na proximidade entre a normatização da LAI e os territórios, contudo, ainda trazem em si muito da imposição exógena da Lei, se apresentando muito mais como uma produção vertical, “de cima para baixo”, do que uma produção horizontal.

Dessa forma, a administração pública do município de Encruzilhada do Sul, apesar de não apresentar excelência em todos os quesitos relacionados à LAI em seu processo comunicacional, possui atenção à divulgação de informações públicas aos cidadãos. Das notícias analisadas, todas estão relacionadas à divulgação de ações da administração pública municipal atual, mas possibilitam o acesso ao conhecimento do que está sendo realizado. Apesar de muitos canais serem apenas informativos, são disponibilizados canais potencialmente participativos, cabendo aos cidadãos se valerem das informações públicas divulgadas para o exercício de sua cidadania, e à administração pública a divulgação e o incentivo à possibilidade de participação da sociedade.

Tendo em vista estas questões, e levando em consideração o “Modelo de comunicação para a construção de consensos” apresentado por López et al. (2004),

é possível identificar o processo comunicacional da administração pública do município de Encruzilhada do Sul no nível primário, da informação⁵³, pois, por mais que exista um diálogo entre administração pública e cidadãos, não foi identificada a realização deste na forma do próximo nível, a consulta⁵⁴ – o diálogo se dá na busca de informações pelos cidadãos e resposta por parte da administração pública. Assim, ainda não é possível se falar em comunicação pública no processo comunicacional realizado pela administração pública municipal de Encruzilhada do Sul durante o período de realização desta pesquisa, pois o debate público, quesito fundamental para caracterizar a comunicação como pública, conforme apresenta Weber (2017), não foi visualizado na análise do período em questão.

A administração pública do município de Santa Cruz do Sul, por sua vez, apresenta grande atenção à divulgação de informações públicas aos cidadãos, algo visualizado tanto no discurso do secretário quanto na análise do conteúdo do portal institucional municipal. No que tange às informações divulgadas nas notícias analisadas, elas possuem relação com a divulgação de ações da administração pública atual – incluindo o recebimento de premiação. Apesar da maior utilização de canais informativos, são também disponibilizados canais potencialmente participativos, assim como já foi realizada uma prática consultiva, cabendo aos cidadãos se valerem dessas oportunidades para serem ouvidos e exercerem sua cidadania, e à administração pública a divulgação e a capacitação dos cidadãos, assim como o incentivo à possibilidade de participação da sociedade.

Tendo em vista estas questões, e levando em consideração o “Modelo de comunicação para a construção de consensos” apresentado por López et al. (2004), é possível identificar o processo comunicacional da administração pública do município de Santa Cruz do Sul no nível secundário, da consulta⁵⁵. Apesar de considerar as demandas trazidas pelos cidadãos em seu processo comunicacional, não foi identificada uma participação a nível de deliberação⁵⁶. Assim, ainda não é

⁵³ Capacidade de informar e reconhecimento da necessidade de ser informado, sendo seu instrumento básico a notícia (LÓPEZ et al., 2004).

⁵⁴ Capacidade de consultar e disponibilidade de ser consultado através de instrumentos como entrevista, pesquisa, grupos focais, mesas de trabalho consultivas ou pesquisas de opinião (LÓPEZ et al., 2004).

⁵⁵ Capacidade de consultar e disponibilidade de ser consultado através de instrumentos como entrevista, pesquisa, grupos focais, mesas de trabalho consultivas ou pesquisas de opinião (LÓPEZ et al., 2004).

⁵⁶ Capacidade de deliberar e disposição para reconhecer os argumentos do outro em cenários como fóruns, palestras ou painéis, debate público ou discussão em grupo (LÓPEZ et al., 2004).

possível se falar em comunicação pública no processo comunicacional realizado pela administração pública municipal de Santa Cruz do Sul durante o período de realização desta pesquisa, pois, como com o processo comunicacional do município de Encruzilhada do Sul, o debate público, a possibilidade de argumentação (WEBER, 2017), não foi visualizado na análise do período em questão.

Por fim, a administração pública do município de Vera Cruz apresenta um processo comunicacional voltado para a disponibilização de informações públicas aos seus cidadãos, através dos mais diversos meios, e possibilitando, também, o estabelecimento de diálogo, ao estabelecer canais potencialmente participativos. Quanto às informações visualizadas nas notícias analisadas, todas possuem um intuito de divulgação, sejam ações da administração pública municipal – e ações em parceria com a sociedade, como a Pavimentação Comunitária – ou divulgação da possibilidade de consulta de despesas – uma forma de prestação de contas determinada pela administração pública municipal. Por mais que sejam utilizados meios informativos, são disponibilizados canais potencialmente participativos, oferecendo aos cidadãos ferramentas para exercer sua cidadania, cabendo aos mesmos se valerem das informações e canais disponibilizados para exercerem sua função de agente, e à administração pública a divulgação e o incentivo à possibilidade de participação da sociedade em suas ações – participação esta que parece já estar ocorrendo.

Tendo em vista estas questões, e levando em consideração o “Modelo de comunicação para a construção de consensos” apresentado por López et al. (2004), é possível identificar o processo comunicacional da administração pública do município de Vera Cruz no nível máximo, da corresponsabilidade⁵⁷. Muito do seu processo comunicacional possui relação com o nível secundário, da consulta⁵⁸, contudo, quando a população é chamada a participar das ações da administração pública municipal, ela se mobiliza, exercendo sua cidadania em um processo de gestão participada. Assim, é possível se falar em comunicação pública no processo comunicacional realizado pela administração pública municipal de Vera Cruz durante o período de realização desta pesquisa.

⁵⁷ Capacidade de assumir compromissos de forma corresponsável, mediante a gestão conjunta ou participada (LÓPEZ et al., 2004).

⁵⁸ Capacidade de consultar e disponibilidade de ser consultado através de instrumentos como entrevista, pesquisa, grupos focais, mesas de trabalho consultivas ou pesquisas de opinião (LÓPEZ et al., 2004).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar a relação entre comunicação e desenvolvimento regional se mostrou uma tarefa árdua, mas extremamente instigante e satisfatória. A cada leitura realizada, o elo existente entre as áreas ficava mais nítido, e agora resta a certeza de que, ao se pensar em desenvolvimento regional, é imprescindível se pensar em comunicação. O processo de repasse de informações aos cidadãos, de debates, de consensos, de estímulo à participação, bem como a prática participativa em si, envolve comunicação. Por mais que seja difícil visualizar esta relação em um primeiro momento, ainda mais tendo em vista que é a comunicação empresarial/mercadológica – e não a social – a mais difundida e visualizada, ela existe e se mostra de suma importância ao se pensar em um desenvolvimento endógeno, com foco na qualidade de vida dos cidadãos. E isso que se buscou, também – vamos chamar de “objetivo informal” –, explicitar neste trabalho, de modo a incentivar mais debates acerca dessa relação, tornando ela ainda mais explícita e benéfica.

Com o objetivo geral de analisar como se constitui o processo comunicacional da administração pública em municípios selecionados da região do Vale do Rio Pardo (RS) a partir da Lei de Acesso à Informação e dos preceitos da comunicação pública, buscou-se, especificamente, verificar o uso dado à informação pública pelos profissionais responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais; evidenciar a qualidade da informação pública disponível nos portais institucionais das administrações públicas municipais; elucidar a relação dessas informações públicas – e do processo comunicacional no qual estão inseridas – com o território; e identificar se o processo comunicacional das administrações públicas municipais possui potencial para o estabelecimento de uma comunicação pública.

Aqui, foi analisado o processo comunicacional realizado pelas administrações públicas de três municípios pertencentes à região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Rio Pardo (RS), identificados por Encruzilhada do Sul, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. Para tanto, este trabalho possuiu o materialismo dialético enquanto marco teórico-metodológico, e realizou, a partir de uma pesquisa qualitativa, entrevistas semiestruturadas e análise do conteúdo disponibilizado nos portais institucionais municipais, sendo estes os procedimentos metodológicos utilizados para o estudo de caso dos municípios selecionados.

Com as entrevistas, foi possível verificar o uso dado à informação pública pelos profissionais responsáveis pelo processo comunicacional das administrações públicas municipais. Já com a análise do conteúdo disponível nos portais institucionais dos municípios selecionados, foi possível evidenciar a qualidade da informação pública disponível nos portais institucionais municipais e, também, elucidar a relação dessas informações públicas – e do processo comunicacional no qual estão inseridas – com o território. Os dados obtidos com as entrevistas foram, ainda, relacionados aos dados obtidos com a análise do conteúdo dos portais institucionais, de modo a comparar a dialética intenção/realidade da produção e do uso dado à informação pública pelos profissionais responsáveis, assim, foi possível identificar se o processo comunicacional das administrações públicas municipais possui potencial para o estabelecimento de uma comunicação pública.

Todos os profissionais entrevistados demonstraram grande atenção com a divulgação de informações públicas aos cidadãos, bem como consideraram extremamente importante o papel desempenhado pela comunicação em uma administração pública. Alguns possuíam mais conhecimento sobre o disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI), outros desconheciam detalhes, mas todos demonstraram a intenção de informar os cidadãos do município sobre o que acontece na administração pública municipal, de permitir o acesso à essas informações e através dos mais diversos meios, preceitos trazidos pela LAI. Das informações disponibilizadas, grande parte possuía relação com os territórios, sendo sua produção, em sua maioria, horizontal. Assim, estas informações podem ser vistas como potencialidades para a capacitação dos cidadãos para a participação na administração pública, uma vez que têm o conhecimento do que acontece, podem fiscalizar as autoridades e exigir a ação – ou não-ação – de seus representantes, visão esta compartilhada pelos entrevistados, uma vez que consideram que o acesso às informações públicas possibilita uma maior participação dos cidadãos nas ações das administrações públicas municipais, participação esta que ocorre de formas distintas.

No município de Encruzilhada do Sul, muito da participação está em procurar a administração pública municipal para sanar alguma dúvida, sendo esta relação muito mais informativa – pergunta e resposta – do que consultiva. Talvez, os cidadãos encruzilhadenses participem mais da administração pública pessoalmente, não passando necessariamente pelo Departamento de Comunicação. No município, as pessoas demonstram uma certa proximidade em seu convívio societário, podendo

sugerir uma participação mais próxima pessoalmente, não necessariamente mediada pela comunicação. Também, pode ser o caso de uma não-participação da sociedade nesses moldes, apenas no contato pergunta-resposta – por opção ou por falta de incentivo, fica a questão. Para sanar essas questões, caberia um estudo de caso mais próximo da sociedade, de modo a conhecer a sua percepção quanto à essa situação – devido ao tempo de duração desta pesquisa, optou-se por não incluir a percepção da sociedade na análise do processo comunicacional das administrações públicas municipais, mas se considera extremamente rico um estudo que aborde tal ponto.

No município de Santa Cruz do Sul, muito da participação é visualizada através dos meios utilizados pela administração pública municipal em seu processo comunicacional – com destaque para o aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones *WhatsApp*. Aqui, a participação se dá tanto por iniciativa da população quanto em resposta à um chamado da administração pública municipal, embora seja uma participação consultiva apenas. Outras formas de participação não foram mencionadas na entrevista, mas isso não significa que não existam. Como mencionado pelo secretário na entrevista, a Secretaria de Comunicação disponibiliza meios que permitem a participação da sociedade, portanto, seria o caso de a sociedade não estar interessada em participar em um nível além da consulta? Seria o caso de um maior incentivo à participação da sociedade por parte da administração pública municipal? Aqui também seria extremamente interessante uma pesquisa junto à sociedade para sanar tais questões.

Já no município de Vera Cruz, a participação é visualizada de distintas maneiras. Há tanto a participação através dos meios utilizados pela administração pública municipal em seu processo comunicacional quanto a participação em ações da administração pública – aqui o trabalho do Núcleo de Comunicação Social se mostra essencial para a mobilização da sociedade. Quando solicitada, a população vera-cruzense parece atender à solicitação de participação e contribuição com a administração pública, seja a partir de doações ou de parcerias em programas. Assim, é possível visualizar um nível de corresponsabilidade na participação da sociedade na administração pública municipal, pelo menos no período de desenvolvimento deste trabalho. Esta participação ocorre sempre? Esta mobilização seria uma característica de toda a população vera-cruzense? O processo comunicacional da administração pública municipal foi responsável por esse engajamento? São diversas as questões

que podem surgir desta situação e que angariariam diversos outros estudos, de modo a compreender a totalidade dessas ações.

No que tange à divulgação de informações, o município de Encruzilhada do Sul se utiliza de diversos meios, sendo a página no *site* de redes sociais *Facebook* considerada o principal meio de divulgação, embora tenha sido mencionada a importância do rádio. Em municípios em que há população residindo, também, na zona rural, o rádio é o principal meio utilizado para obter informação, até mesmo para levar avisos às pessoas distantes. Atentar para o uso desse meio em um município como Encruzilhada do Sul é extremamente importante, principalmente sendo o intuito levar informação para todos os cidadãos. O uso de mídias sociais digitais, por sua vez, pode ser prejudicial ao alcance total da informação ali divulgada, pois há as diversas barreiras impostas pelo meio digital. Atualmente, há mais facilidades, como internet móvel, *smartphones*, mas isso não elimina a desigualdade de acesso existente. Cabe, aqui, atentar para a divulgação das informações relevantes em todos os meios disponíveis – situação visualizada através das entrevistas.

O município de Santa Cruz do Sul, por sua vez, merece destaque pela forma como divulga as informações públicas, possuindo um portal institucional com muitas informações disponíveis, de fácil compreensão e localização, estabelecendo outros canais informativos e comunicativos para além do portal institucional, como o aplicativo *WhatsApp* – durante a entrevista pode ser visualizada a grande procura pela administração pública municipal, por parte da população, através desse meio, para sanar dúvidas ou informar uma determinada situação, assim como a utilização desse meio para, também, levar informação à população. Também, há a utilização de outros meios, como rádio e jornal, algo importante quando o intuito é levar informação à toda a sociedade e tendo em vista a limitação que o acesso à internet impõe. A utilização da espera do telefone para passar informação também é um detalhe interessante, demonstrando o engajamento que a administração pública municipal busca possuir com a divulgação de informações de distintas formas. O planejamento existente para 2018 e mencionado na entrevista, quanto ao uso de novos meios e veiculação de novos programas, se realizado, poderá possibilitar um maior alcance das informações públicas na população santa-cruzense.

O município de Vera Cruz também disponibiliza muitas informações públicas, e se utiliza de diversos meios para levar a informação à população, bem como para estabelecer um diálogo com seus cidadãos. Contudo, na análise do portal

institucional, algumas informações não foram encontradas, e outras necessitaram de mais cliques para serem localizadas, o que pode prejudicar o conhecimento das informações públicas. Talvez muito disso tenha ocorrido pelo fato de o portal institucional ter sofrido alterações, em decorrência do processo licitatório pelo qual estava passando – embora não houvesse nenhuma advertência informando estar o portal institucional em manutenção ou situação semelhante. Outro ponto que merece ser destacado está na grande utilização de meios digitais para a divulgação e contato com os cidadãos, algo que pode limitar o acesso à informação e ao diálogo. Contudo, foi mencionado na entrevista o uso de meios *offline*, como jornal, rádio e mural nas dependências da Prefeitura Municipal, o que pode vir a facilitar o acesso à informação por aqueles que não estão *online*.

Dessa forma, o processo comunicacional das administrações públicas dos municípios selecionados se constitui a partir de práticas tanto informacionais quanto comunicacionais, estabelecendo relação com o disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI), em maior ou menor grau, embora não tenha sido identificado preceitos de comunicação pública na totalidade dos processos. O município de Encruzilhada do Sul, possui a divulgação de informações aos cidadãos como intuito geral de seu processo comunicacional, mas não apresenta excelência no que tange aos quesitos da LAI. Em um processo voltado para práticas, basicamente, informativas, um nível primário de participação, preceitos da comunicação pública como diálogo – neste processo foi identificado apenas um diálogo de busca de informações pelos cidadãos e resposta por parte da administração pública – e debate público não foram visualizados.

O município de Santa Cruz do Sul, por sua vez, também possui a divulgação de informações aos cidadãos como intuito de seu processo comunicacional, intuito este visualizado na prática, pois seu portal institucional possuía todas as informações relativas aos quesitos da LAI analisados, embora algumas fossem apresentadas de forma parcial. Em seu processo comunicacional também não foram visualizados preceitos de comunicação pública, como o debate público, estando suas práticas voltadas para a consulta, um nível secundário de participação, mas ainda não pertencente aos níveis relativos à comunicação pública.

Já no processo comunicacional do município de Vera Cruz, pode ser identificado preceitos de comunicação pública, uma vez que seu processo comunicacional está voltado para o estímulo de práticas de corresponsabilidade, nível

máximo de participação. Também com um processo comunicacional cujo intuito está voltado para a divulgação de informações aos cidadãos, o município de Vera Cruz cumpre com o disposto na LAI, embora durante a análise tenha se percebido ausências de informações relacionadas aos quesitos pesquisados, talvez explicáveis pelas recentes alterações em seu portal institucional, que, por outro lado, não dispunha de informação relativa ao portal ainda estar em manutenção ou em ajustes, deixando em aberto a ausência de informações.

Assim, foi possível perceber não apenas o modo como se dá o processo comunicacional das administrações públicas dos municípios selecionados, mas também a importância da comunicação para o estabelecimento de uma cultura de transparência na administração pública, através da divulgação de informações públicas aos seus cidadãos, seja em cumprimento do disposto na LAI ou por considerar importante disponibilizar esse conhecimento para a sociedade. Também, foi visualizado o quanto a comunicação pode contribuir para o estabelecimento de um diálogo entre cidadãos e administração pública, bem como para o empoderamento e mobilização da população, incentivando a participação. Ter esses espaços para adquirir conhecimento e ter poder de expressão é fundamental para o estabelecimento de uma comunicação voltada para a cidadania, para a luta por direitos, para a garantia da democracia.

A comunicação para o desenvolvimento, abordada em diversos textos ao redor do mundo, traz o acesso à informação e a possibilidade de participação enquanto ferramentas para a transformação social e política, para a promoção de uma mudança social, através do empoderamento cidadão e do respeito à cultura local (JENATSCH, BAUER, 2016). O desenvolvimento, aqui visto em sintonia com o conceito trazido por Sen (2000), está além de crescimento econômico, envolve a qualidade de vida da sociedade, possível através da eliminação das privações de suas liberdades. Liberdades como garantia de transparência, oportunidades sociais e liberdades políticas (SEN, 2000) estão extremamente relacionadas aos processos comunicacionais voltados para a cidadania, uma vez que a divulgação de informações públicas e garantia ao seu acesso – preceitos da LAI – podem garantir a transparência de órgãos públicos, bem como a capacitação dos cidadãos para a participação e fiscalização de seus representantes. Estas práticas, por sua vez, tratam-se de liberdades políticas, que contribuem – assim como dependem – para as oportunidades sociais. Como apresenta Sen (2000), estas liberdades estão estritamente inter-

relacionadas, portanto, uma auxilia na conquista da outra e das demais – facilidades econômicas e segurança protetora.

Portanto, a busca por um outro desenvolvimento passa pela garantia das liberdades dos cidadãos, pela sua auto-emancipação e seu empoderamento. No meio técnico-científico-informacional, a informação se apresenta enquanto um fator extremamente importante na forma como os territórios são constituídos e utilizados, definindo, junto com outros fatores-chave, uma hierarquia territorial, gerando desigualdades e dependências. E, uma vez que é no território que se dá a ação da sociedade, a informação também se apresenta como importante para este processo (SANTOS, SILVEIRA, 2006; SANTOS, 2004). A comunicação, ao envolver tanto informação quanto diálogo e participação, torna-se um fator importante ao pensar a mobilização das técnicas atuais em busca de outros fundamentos sociais e políticos, na busca de um outro desenvolvimento (SANTOS, 2000).

Analisar o processo comunicacional de administrações públicas municipais, portanto, se apresentou pertinente para sair de teoria e visualizar sua prática. A esfera municipal é a esfera pública mais próxima dos cidadãos, seu local de moradia e de ação, logo, a base para um desenvolvimento construído de forma endógena. Nos casos aqui estudados, percebeu-se que as bases para o empoderamento e mobilização dos cidadãos estão presentes nos processos comunicacionais, embora nem sempre sejam acionadas. Como se trata de um processo, ainda há muito o que ser trabalhado para se alcançar o ideal de mobilização da sociedade em prol de um desenvolvimento endógeno, um trabalho que não é fácil, mas não é impossível, tendo em vista que certas ações já estão sendo realizadas. É isso que se buscou aqui, mostrar que a relação existente entre comunicação e desenvolvimento regional está para além das conexões teóricas, podendo ser vista na prática de processos comunicacionais de administrações públicas municipais da região.

Esta relação não está dada nem está pronta, há que ser trabalhada, melhor analisada e explorada, afinal, o conhecimento é a base da ação. Cidadania e democracia são conquistas, assim como o ideal de um desenvolvimento oriundo da sociedade. A comunicação é uma das técnicas que podem ser empregadas para tanto, mas a mudança está nas pessoas. Em alguns municípios, como bem exemplifica Vera Cruz, a mobilização e organização da sociedade, em parceria com a administração pública municipal, pode ser visualizada, tendo a comunicação um importante papel. Na visão deste trabalho, este é o início de um processo que pode

culminar em um outro desenvolvimento, basta os envolvidos assim o desejarem. Os demais municípios de estudo também possuem esta base, cabendo aos envolvidos se valerem da mesma para seu empoderamento. Como aqui foi trazida a visão do processo comunicacional de três municípios da região, cabe expandir esta pesquisa para outras localidades e para percepções de possíveis articulações entre os distintos territórios.

Pensar o desenvolvimento regional de forma endógena, “de baixo para cima”, passa pelo exercício da cidadania e da democracia, pela luta por direitos, e isso, por sua vez, passa pela obtenção de conhecimento – através da informação – e pelo diálogo. A prática comunicacional, nesse sentido, só tende a enriquecer o processo, pois, assim como as técnicas do meio técnico-científico-informacional, a perversidade não está na comunicação em si, está no uso que lhe é dado. Utilizar a comunicação para outros fins, sociais, políticos, é necessário, não apenas para a realização do ideal de um desenvolvimento endógeno, mas para superar as desigualdades, as crueldades, as indiferenças e as injustiças. Trata-se da conquista de uma sociedade cidadã, democrática e equitativa, possível através da articulação dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento – administração pública e cidadãos.

E é nesta construção que a comunicação se faz presente, como uma – não a única – das ferramentas cruciais, tendo em vista que permite a obtenção de conhecimento e a organização para a ação, ou seja, o empoderamento dos cidadãos. São os cidadãos, através de suas ações, que podem transformar a realidade. A necessidade está posta, e as alternativas para a superação da atual condição estão no conhecimento e na ação, na luta. Neste período do século XXI, carregado de perversidades, isso soa como utopia, mas já diria Milton Santos (2000), o mundo não é formado apenas pelo que já existe, mas pelo que pode vir a existir, e situações como a de agora podem parecer definitivas, mas não são verdades eternas.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira (Org.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 23-128.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26722/17099>>. Acesso em: 15 maio 2017.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é comunicação*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 1-33.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 28 jul. 2017.

_____. Decreto nº 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 mai. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Coord.). *Acesso à informação e controle social das políticas públicas*. Brasília, DF: ANDI; Artigo 19, 2009. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/publicacao/acesso-a-informacao-e-controle-social-das-politicas-publicas>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CAPOBIANCO, Eduardo; MESQUITA NETO, Paulo de. Práticas de cidadania contra o crime e a violência. In: PINSKY, Jaime (Org.). *Práticas de cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 241-257.

CARVALHO, Nei Ubirajara. *O processo comunicacional da Prefeitura de Encruzilhada do Sul*. [setembro 2017]. Entrevistadora: T. Freitas. Encruzilhada do Sul, 2017. Entrevista concedida para a presente pesquisa. O áudio original da entrevista encontra-se disponível na mídia digital que acompanha este trabalho.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 135-143.

CIDADE, Josileri Linke. *O processo comunicacional da Prefeitura de Vera Cruz*. [setembro 2017]. Entrevistadora: T. Freitas. Vera Cruz, 2017. Entrevista concedida para a presente pesquisa. O áudio original da entrevista encontra-se disponível na mídia digital que acompanha este trabalho.

COGO, Denise. Comunicação, cidadania e transnacionalismo. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (Org.). *Comunicação para a cidadania: temas e aportes teórico-metodológicos*. São Paulo: INTERCOM, 2010. p. 41-64.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. *Acesso à informação pública: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

DANTAS, Edmundo Brandão. Marketing: estigma e construção da cidadania. In: FORMIGA SOBRINHO, Asdrúbal Borges et al. *Comunicação e cidadania: conceitos e processos*. Brasília, DF: Francis, 2011. p. 203-220.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: _____; BARROS, Antonio (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 62-83.

_____. Instrumentos de comunicação pública. In: _____ (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 59-71.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 351-365.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social em sua relação entre econômico e político. In: FORMIGA SOBRINHO, Asdrúbal Borges et al. *Comunicação e cidadania: conceitos e processos*. Brasília: Francis, 2011. p. 3-17.

FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Apresenta informações sobre o perfil socioeconômico do COREDE do Vale do Rio Pardo (RS). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+Pardo>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Apresenta informações sobre o município de Encruzilhada do Sul. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Encruzilhada+do+Sul>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Apresenta informações sobre o município de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Santa+Cruz+do+Sul>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Apresenta informações sobre o município de Vera Cruz. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Vera+Cruz>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral; SANTOS, Elisete Sousa; MACHADO, Miriam Novaes. Política de informação no Brasil: a Lei de Acesso à Informação em foco. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, p. 1-13, mar. 2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/download/1616/1135>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

FOSSATTI, Nelson Costa. *Gestão da comunicação na esfera pública municipal*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet*. São Paulo: Sulina, 2011.

GAITÁN, Alfredo Edmundo Fernández de Lara. Acceso a la información pública en América Latina: análisis de su diseño institucional en Chile, Colombia y México (2002-2014). *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 111-140, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/62629/37270>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

GERALDES, Elen Cristina et al. O direito humano à comunicação e à informação: em busca do tempo perdido. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de et al. (Org.). *Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação*. Brasília, DF: FAC-UnB, 2016. p. 20-30. Disponível em: <https://faclivros.files.wordpress.com/2017/03/faclivros_direito_achadorua8.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2017.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7113/8586>>. Acesso em: 15 maio 2017.

GÓMEZ, Maria Nélide González de. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan.-abr. 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

GRUMAN, Marcelo. Lei de Acesso à Informação: notas e um breve exemplo. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 97-108, set.-dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/34229/23345>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

GRUNIG, James E. Uma teoria geral das relações públicas: quadro teórico para o exercício da profissão. In: _____; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. *Relações públicas: teoria, contexto e relacionamentos*. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 17-130.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-47.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HEBERLÊ, Antonio. O papel dos Relações Públicas na comunicação para o desenvolvimento. In: GONÇALVES, Gisela; FELIPPI, Ângela (Org.). *Comunicação, desenvolvimento e sustentabilidade*. Covilhã: UBI-LabCom, 2014. p. 9-20. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20141217-vol2_comunicacao_desenvolvimento_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99054.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

_____. *IBGE Cidades*. Apresenta informações sobre o município de Encruzilhada do Sul. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/encruzilhada-do-sul/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. *IBGE Cidades*. Apresenta informações sobre o município de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. *IBGE Cidades*. Apresenta informações sobre o município de Vera Cruz. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vera-cruz/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan.-abr. 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/743/535>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

JENATSCH, Thomas; BAUER, Richard. *Communication for Development: a practical guide*. Bern, Switzerland: Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), 2016. Disponível em: <https://www.eda.admin.ch/dam/deza/en/documents/publikationen/Diverses/Communication-for-development-Manual_EN.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

LÓPEZ, Juan Camilo Jaramillo et al. *Modelo de comunicación pública organizacional e informativa para entidades del Estado (MCPOI)*. Bogotá: Usaid/Casals & Associates Inc., 2004.

MACHADO, Cristine da Silva. *O processo comunicacional da Prefeitura de Encruzilhada do Sul*. [setembro 2017]. Entrevistadora: T. Freitas. Encruzilhada do Sul, 2017. Entrevista concedida para a presente pesquisa. O áudio original da entrevista encontra-se disponível na mídia digital que acompanha este trabalho.

MALAGODI, Edgard. *O que é materialismo dialético*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MALDONADO, Alberto Efendy. Transformação tecnocultural, cidadania e confluências metodológicas. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (Org.). *Comunicação para a cidadania: temas e aportes teórico-metodológicos*. São Paulo: INTERCOM, 2010. p. 67-84.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 57-86.

_____. Uma aventura epistemológica. *Matrizes*, ano 2, n. 2, p. 143-162, 1. sem. 2009. Entrevista concedida à Maria Immacolata Vassallo de Lopes. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38228/41001>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MATOS, Heloiza Helena Gomes de. Comunicação política e comunicação pública. *Organicom*, ano 3, n. 4, p. 59-73, 1. sem. 2006. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/55/189>>. Acesso em: 18 maio 2017.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 34-46.

NALINI, José Renato. Justiça e cidadania. In: PINSKY, Jaime (Org.). *Práticas de cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 11-19.

NÓBREGA, Camila. *Os 5 anos da Lei de Acesso à Informação: uma análise de casos de transparência*. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2017.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 159-169.

OLIVEIRA JÚNIOR, Régis de. *O processo comunicacional da Prefeitura de Santa Cruz do Sul*. [setembro 2017]. Entrevistadora: T. Freitas. Santa Cruz do Sul, 2017. Entrevista concedida para a presente pesquisa. O áudio original da entrevista encontra-se disponível na mídia digital que acompanha este trabalho.

PAES, Eneida Bastos. Os desafios da implementação da nova Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527/11. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 49, n. 193, jan.-mar. 2012. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496570/000940661.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 maio 2017.

PAESANI, Liliana Minardi. *Direito e Internet: liberdade de informação, privação e responsabilidade civil*. São Paulo: Atlas, 2000.

PASQUALI, Antonio. Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Org.). *Direitos à comunicação na sociedade da informação*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 15-48.

PERUZZO, Cicilia Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 1-29, jun. 2007. Disponível em: <<https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/201/196>>. Acesso em: 19 maio 2017.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: _____; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-13.

_____. *Cidadania e educação*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

POZOBON, Rejane de Oliveira. Comunicação, política e democracia: novas configurações em um espaço público midiático. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. 1. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA DO SUL. Apresenta informações sobre o município de Encruzilhada do Sul. Disponível em: <<http://www.encruzilhadadosul.rs.gov.br/prefeitura/home/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL. Apresenta informações sobre o município de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ. Apresenta informações sobre o município de Vera Cruz. Disponível em: <<https://veracruz.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ROCHA, Antonio Valpir da. *O processo comunicacional da Prefeitura de Encruzilhada do Sul*. [setembro 2017]. Entrevistadora: T. Freitas. Encruzilhada do Sul, 2017. Entrevista concedida para a presente pesquisa. O áudio original da entrevista encontra-se disponível na mídia digital que acompanha este trabalho.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: _____ (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 135-143.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. A geografia e o método dialético. *Sociedade e Território*, Natal, v. 24, n. 1, jan.-jun. 2012. p. 97-114. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3466/2779>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves. *Tecnologia e gestão pública municipal: mensuração da interação com a sociedade*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-82.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. O retorno do território. In: _____; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998a. p. 15-20.

_____. *O espaço do cidadão*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998b.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. O dinheiro e o território. In: _____ et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. *Temas y Problemas de Comunicación*, Río Cuarto, ano 8, v. 10, p. 5-27, 2000. Disponível em: <<http://catedras.fsoc.uba.ar/gpost/material/servaes.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SILVA, Luiz Martins da. Comunicação e cidadania – conceitos básicos. In: FORMIGA SOBRINHO, Asdrúbal Borges et al. *Comunicação e cidadania: conceitos e processos*. Brasília, DF: Francis, 2011. p. 95-113.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; HERMANN, Elisa. As cidades e a urbanização do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 217-257.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; DE PAULA, Helga Maria Martins; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. Introdução crítica ao direito à informação e à comunicação na perspectiva de “o direito achado na rua”. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de et al. (Org.). *Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação*. Brasília, DF: FAC-UnB, 2016. p. 10-19. Disponível em: <https://faclivros.files.wordpress.com/2017/03/faclivros_direitoachadorua8.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SOUZA, Duilio Duka de. Combate ao racismo: compromissos e ações propositivas. In: PINSKY, Jaime (Org.). *Práticas de cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 39-54.

STUDART, Adriana. Cidadania ativa e liberdade de informação. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 116-133.

TCE-RS – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. *Relatório Prêmio Boas Práticas de Transparência na Internet*. Out. 2015. Disponível em: <http://portal.tce.rs.gov.br/docs/transparencia_2015/relatorio_premio_boas_praticas_2015.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

VIDAL, Delcia Maria de Mattos. Direito de informar: a participação do cidadão comum. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de et al. (Org.). *Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação*. Brasília, DF: FAC-UnB, 2016. p. 205-215. Disponível em: <https://faclivros.files.wordpress.com/2017/03/faclivros_direitoachadorua8.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2017.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: _____; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org.). *Comunicação pública e política: pesquisa e práticas*. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-56.

WOLTON, Dominique. *Internet, e depois?: uma teoria crítica das novas mídias*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ZELDMAN, Jeffrey. *Taking your talent to the web: a guide for the transitioning designer*. Indianapolis, Indiana: New Riders Publishing, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro-base das entrevistas

[Primeiro, nome, cargo no setor, formação e tempo de trabalho na Prefeitura – independentemente do setor e no setor em específico]

1. Na estrutura administrativa, você/setor responde a quem?

1.1 Qual a localização do setor no “organograma” da Prefeitura?

2. Como é feita a comunicação da administração pública municipal? Como se dá o processo comunicacional?

2.1 Quem é o responsável/tem poder de decisão?

2.2 Antes de efetuar alguma ação é necessário consultar/pedir autorização? Para quem?

2.3 Quais são os meios de comunicação utilizados?

2.4 Há um conhecimento sobre o real alcance desses meios? Eles atingem quanto da população? Há esse controle?

2.5 Teria algum meio de comunicação mais adequado para o maior alcance da população?

3. Como você vê o papel desempenhado pela comunicação em uma administração pública municipal?

3.1 E na administração pública desta Prefeitura?

3.2 Você acredita que há distinções entre comunicação pública, política e governamental? Quais suas impressões sobre essas questões?

3.3 Na sua opinião, a comunicação pública contribui para promover participação popular, engajamento, empoderamento cidadão e cidadania?

4. Como é feita a produção do portal institucional do município? Como se dá o processo?

4.1 O que é divulgado?

4.2 Como funciona essa seleção de conteúdo?

4.3 Quem são os profissionais responsáveis?

5. Como é o processo de criação/divulgação de informações no portal?

5.1 Quem é o profissional responsável?

5.2 A demanda vem de onde?

5.3 Quem decide que informação é – ou não – divulgada e a forma como deve ser apresentada?

5.4 Qual sua opinião sobre a divulgação de informações públicas aos cidadãos?

5.5 Você considera que o conhecimento das informações públicas pode levar a um empoderamento cidadão? Que as mesmas podem capacitar os cidadãos para participar mais efetivamente da administração pública?

5.6 Como você vê a relação entre o acesso à informação pública e o processo comunicacional na administração pública municipal? Estariam voltados para a busca de uma cidadania ativa (participação cidadã)?

6. Você tem conhecimento do disposto na Lei de Acesso à Informação?

6.1 O que você sabe sobre a Lei? Fale um pouco...

6.2 Qual a sua opinião sobre a Lei e suas imposições? Como se dá a normatização da mesma, em sua opinião?

6.3 Vocês buscam cumprir somente o básico exigido ou vão além?

6.4 Você acha importante a existência de uma legislação que regulamente e garanta o acesso à informação pública?

6.5 Como você vê essa relação entre o dever de informar, próprio de toda administração pública, e a obrigatoriedade em informar trazida pela Lei?

6.6 Você acha que a Lei, no final das contas, altera de alguma forma o processo comunicacional realizado na Prefeitura? Faz diferença a sua existência para as práticas diárias de vocês, no setor de Comunicação?

7. Os serviços ao cidadão, como Portal da Transparência e e-SIC, como são realizados, por quem?

7.1 Há alguma relação desses serviços com o setor de Comunicação?

7.2 Qual sua opinião sobre a existência desses serviços?

7.3 Sabe dizer se há uma real procura pelos mesmos, por parte dos cidadãos? Acha que eles demonstram interesse em acessar/consultar esses canais?

8. Quem não está *online*, como recebe as informações públicas municipais?

8.1 É utilizado mais algum meio de comunicação além da internet? Como jornal, rádio?

8.2 A seleção desses meios, como se dá? É levado em consideração o número de cidadãos atingidos por esses meios?

8.3 Há essa preocupação com relação aos cidadãos que estão *offline*? Em que a informação chegue até eles?

8.4 São feitas ações para além da internet, voltadas para esses cidadãos?

9. Como você vê a limitação existente no acesso à internet ao trabalhar com comunicação?

9.1 Vocês têm conhecimento de dados de acesso da população do município?

9.2 Essa situação influencia no momento do planejamento das ações e dos processos comunicacionais – incluindo a divulgação de informações públicas?

APÊNDICE B – Termo de autorização de gravação de entrevista e uso de informações da servidora pública do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Cristine da Silva Machado

**AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO DE ENTREVISTA
E USO DE INFORMAÇÕES**

Eu, Cristine da Silva Machado,
abaixo assinado(a), autorizo que a entrevista realizada pela mestrande Tamara Arend de Freitas, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), realizada no dia 18/09/2017, às 14 horas e 05 minutos, seja gravada em mídia eletrônica e posteriormente transcrita, para que sirva como material para análise a ser utilizado em seu Trabalho de Dissertação, que tratará da temática Comunicação, Cidadania e Desenvolvimento, tendo em vista os processos comunicacionais e as políticas de acesso à informação de administrações públicas municipais do Vale do Rio Pardo (RS), visto ser meio de confirmar a integridade das informações aqui prestadas, evitando que as mesmas sejam distorcidas. Também autorizo a utilização das informações para posterior publicação de artigo acadêmico em congressos ou revistas científicas.

Fica acordado entre as partes que essas informações só poderão ser utilizadas na situação definida neste documento, ficando proibido o uso para outro fim.

Encruzilhada do Sul, 18 de Setembro de 2017.

Cristine Machado

Assinatura do(a) Entrevistado(a)

APÊNDICE C – Termo de autorização de gravação de entrevista e uso de informações do servidor público do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Nei Ubirajara Carvalho

**AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO DE ENTREVISTA
E USO DE INFORMAÇÕES**

Eu, Nei Ubirajara Carvalho,
abaixo assinado(a), autorizo que a entrevista realizada pela mestrande Tamara Arend de Freitas, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), realizada no dia 18/09/2017, às 15h horas e 00 minutos, seja gravada em mídia eletrônica e posteriormente transcrita, para que sirva como material para análise a ser utilizado em seu Trabalho de Dissertação, que tratará da temática Comunicação, Cidadania e Desenvolvimento, tendo em vista os processos comunicacionais e as políticas de acesso à informação de administrações públicas municipais do Vale do Rio Pardo (RS), visto ser meio de confirmar a integridade das informações aqui prestadas, evitando que as mesmas sejam distorcidas. Também autorizo a utilização das informações para posterior publicação de artigo acadêmico em congressos ou revistas científicas.

Fica acordado entre as partes que essas informações só poderão ser utilizadas na situação definida neste documento, ficando proibido o uso para outro fim.

Encruzilhada do Sul, 18 de 09 de 2017.

Nei U. Carvalho

Assinatura do(a) Entrevistado(a)

APÊNDICE D – Termo de autorização de gravação de entrevista e uso de informações do gestor do Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Antonio Valpir da Rocha

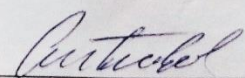
**AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO DE ENTREVISTA
E USO DE INFORMAÇÕES**

Eu, ANTONIO VALPIR DA ROCHA,

abaixo assinado(a), autorizo que a entrevista realizada pela mestranda Tamara Arend de Freitas, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), realizada no dia 18/09/2017, às 14 horas e 36 minutos, seja gravada em mídia eletrônica e posteriormente transcrita, para que sirva como material para análise a ser utilizado em seu Trabalho de Dissertação, que tratará da temática Comunicação, Cidadania e Desenvolvimento, tendo em vista os processos comunicacionais e as políticas de acesso à informação de administrações públicas municipais do Vale do Rio Pardo (RS), visto ser meio de confirmar a integridade das informações aqui prestadas, evitando que as mesmas sejam distorcidas. Também autorizo a utilização das informações para posterior publicação de artigo acadêmico em congressos ou revistas científicas.

Fica acordado entre as partes que essas informações só poderão ser utilizadas na situação definida neste documento, ficando proibido o uso para outro fim.

Encruzilhada do Sul, 18 de Setembro de 2017.



Assinatura do(a) Entrevistado(a)

APÊNDICE E – Termo de autorização de gravação de entrevista e uso de informações do Secretário Municipal de Comunicação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Régis de Oliveira Júnior

**AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO DE ENTREVISTA
E USO DE INFORMAÇÕES**

Eu, Régis de Oliveira Júnior,

abaixo assinado(a), autorizo que a entrevista realizada pela mestranda Tamara Arend de Freitas, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), realizada no dia 19/09/2017, às 8 horas e 13 minutos, seja gravada em mídia eletrônica e posteriormente transcrita, para que sirva como material para análise a ser utilizado em seu Trabalho de Dissertação, que tratará da temática Comunicação, Cidadania e Desenvolvimento, tendo em vista os processos comunicacionais e as políticas de acesso à informação de administrações públicas municipais do Vale do Rio Pardo (RS), visto ser meio de confirmar a integridade das informações aqui prestadas, evitando que as mesmas sejam distorcidas. Também autorizo a utilização das informações para posterior publicação de artigo acadêmico em congressos ou revistas científicas.

Fica acordado entre as partes que essas informações só poderão ser utilizadas na situação definida neste documento, ficando proibido o uso para outro fim.

Santa Cruz do Sul, 11 de Setembro de 2017.

Régis

Assinatura do(a) Entrevistado(a)
Régis de Oliveira Júnior
Secretário Municipal de Comunicação
SECOM
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul
Mat: 41302

APÊNDICE F – Termo de autorização de gravação de entrevista e uso de informações da Dirigente do Núcleo de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Vera Cruz, Josileri Linke Cidade

**AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO DE ENTREVISTA
E USO DE INFORMAÇÕES**

Eu, JOSILERI LINKE CIDADE,

abaixo assinado(a), autorizo que a entrevista realizada pela mestrande Tamara Arend de Freitas, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), realizada no dia 12/09/2017, às 8 horas e 00 minutos, seja gravada em mídia eletrônica e posteriormente transcrita, para que sirva como material para análise a ser utilizado em seu Trabalho de Dissertação, que tratará da temática Comunicação, Cidadania e Desenvolvimento, tendo em vista os processos comunicacionais e as políticas de acesso à informação de administrações públicas municipais do Vale do Rio Pardo (RS), visto ser meio de confirmar a integridade das informações aqui prestadas, evitando que as mesmas sejam distorcidas. Também autorizo a utilização das informações para posterior publicação de artigo acadêmico em congressos ou revistas científicas.

Fica acordado entre as partes que essas informações só poderão ser utilizadas na situação definida neste documento, ficando proibido o uso para outro fim.

VERA CRUZ, 12 de SETEMBRO de 2017.

Josileri Linke Cidade
Assinatura do(a) Entrevistado(a)

ANEXOS

ANEXO A – Página “Secretarias”

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul Portal da Transparência ITR 2017

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa person:

ACESSO RÁPIDO

- HORÁRIOS DE ATENDIMENTO
- LICITACION - CIDADÃO
- IPU 2017
- ACESSO A INFORMAÇÃO
- CIDADÃO
- DECLARAÇÃO ELETRÔNICA
- CONTRA CHEQUE WEB

Rua Coronel Honório

Administração Municipal desenvolvimento da Rec

Secretarias

- GABINETE DO PREFEITO** ☎ (51) 3733-1180 - Ramal - 242
CHEFE DE GABINETE: MIRIAN PEREIRA FROMING
- ADMINISTRAÇÃO** ☎ (51) 3733-1180 - Ramal - 222
- FAZENDA** ☎ (51) 3733-1180
SECRETÁRIO: ÁLVARO DAMÉ RODRIGUES
- PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** ☎ (51) 3733-1180
SECRETÁRIO: CELSO JOSÉ LINO DE SOUZA
- EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO** ☎ (51) 3733-3550 / 3733-2973
SECRETÁRIO: SOLISMAR RIBEIRO FIGUEIRÓ
- SAÚDE E MEIO AMBIENTE** ☎ (51) 3733-3733
SECRETÁRIO: PEDRO SOARES DE FREITAS
- CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL** ☎ (51) 3733-3733
SECRETÁRIO: RENAN ANDRADE DE SOUZA
- AGRICULTURA** ☎ (51) 3733-2864
- OBRAS** ☎ (51) 3733-3759
- TRANSPORTES** ☎ (51) 3733-1087
SECRETÁRIO: JORGE ANDRÉ BARRA CARDOSO

Telefones Úteis

- PRONTO ATENDIMENTO 24 H (51)3733-1267
- HOSPITAL (51)3733-1267
- PREFEITURA (51)3733-1180
- CORSAN (51)3733-1097
- RODOVIÁRIA (51)3733-1231
- POLÍCIA 190

Fonte: (<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/prefeitura/secretarias/>).

ANEXO B – Página “Horários de Atendimento”

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul Portal da Transparência ITR 2017

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa person:

ACESSO RÁPIDO

- HORÁRIOS DE ATENDIMENTO
- LICITACON - CIDADÃO
- IPTU 2017
- ACESSO A INFORMAÇÃO
- CIDADÃO
- DECLARAÇÃO ELETRÔNICA
- CONTRA CHEQUE WEB

NOVEMBRO MÊS DO BEBÊ

Novembro, O MÊS do BEBÊ! DICAS DO PIM/CRANÇA FELIZ:

Horários de Atendimento

Centro Administrativo Municipal
(Av. Rio Branco, 261)
- Gabinete do Prefeito
- Procuradoria Geral
- Secretaria da Administração
- Secretaria da Fazenda
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Horário de Funcionamento: segunda-feira a sexta-feira, das 8:00 às 14:00 horas.

Secretaria de Educação
(Ramiro Barcelos, 559)
Horário de Funcionamento: segunda-feira a sexta-feira, das 8:00 às 14:00 horas.

Secretaria de Saúde
(Praça Dr. Ozy Teixeira, 46)
Horário de Funcionamento: segunda-feira a sexta-feira, das 8:00 às 14:00 horas.

Secretaria de Cidadania e Inclusão Social (administrativo)
(Praça Dr. Ozy Teixeira, 46)
Horário de Funcionamento: segunda-feira a sexta-feira, das 8:00 às 14:00 horas.

Secretaria Municipal de Obras
(Av. Rio Branco, 310)
Horário de Funcionamento: segunda-feira a quinta-feira, das 8:00 às 12:00 - 13:30 às 17:30 horas.

Secretaria Municipal de Transportes
(Av. Zeferino Pereira Luz,)
Horário de Funcionamento: segunda-feira a quinta-feira, das 8:00 às 12:00 - 13:30 às 17:30 horas.

Secretaria Municipal de Agropecuária
(Av. Rio Branco, 310)
Horário de Funcionamento: segunda-feira a quinta-feira, das 8:00 às 12:00 - 13:30 às 17:30 horas.

Telefones Úteis

- PRONTO ATENDIMENTO**
(51)3733-1267
- HOSPITAL**
(51)3733-1267
- PREFEITURA**
(51)3733-1180
- CORSAN**
(51)3733-1097
- RODOVIÁRIA**
(51)3733-1231
- POLÍCIA**
190

Fonte: (<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/prefeitura/horarios-de-atendimento/>).

ANEXO C – Página “Serviço de Informação ao Cidadão” do Portal da Transparência

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul

Portal da Transparência

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa person:

Portal da Transparência

Acesso Rápido Pesquisa

Administração | Receitas | Despesas | Transferências Financeiras | Transferências Voluntárias | Credores | Gestão de Pessoas | Informações Contábeis | Acesso à Informação | Publicações

Serviço de Informação ao Cidadão

Consulta da Estrutura Organizacional das Entidades que possuem SIC

Nome da Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA DO SUL

Competências da Entidade: Atender as pessoas que desejarem falar com o Prefeito, encaminhar e orientar para a solução de assuntos ou marcar audiência; atender ou encaminhar aos órgãos competentes, de acordo com o assunto que lhe disser respeito às pessoas que solicitarem informações ou serviços da Prefeitura; organizar audiências do Prefeito, selecionando os pedidos, coligando dados para a compreensão do histórico dos assuntos, análise e decisão final; organizar a agenda de atividades e programas oficiais do Prefeito e tomar as providências necessárias para sua observância; acompanhar nos órgãos municipais o andamento das providências determinadas pelo Prefeito; fazer registros às audiências, visitas, conferências e reuniões que deva participar ou que tenham o interesse do Prefeito, coordenando as providências com elas relacionadas; programar solenidade, coordenar as expedições de convites e anotar as providências que se tomarem necessárias ao fiel cumprimento do programa; dirigir o cerimonial do Prefeito.

Logradouro: AV RIO BRANCO
 Bairro: CENTRO
 CEP: 96610-000
 Complemento: 261
 Telefone Fixo: (51) 3733-1180
 FAX: (51) 3733-1180

Endereço Eletrônico:
<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br>

Horário de Atendimento: 08:00hrs / 14:00hrs

Contato Eletrônico da Entidade:
admin.info@encruzilhadosul.rs.gov.br

Nome do responsável: ARTIGAS TEIXEIRA DA SILVEIRA

Contato Eletrônico do responsável:
admin.info@encruzilhadosul.rs.gov.br
 Telefone Fixo do responsável: (51) 3733-1180

Fonte: (<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/prefeitura/portalTransparencia/>).

ANEXO D – Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul – Transferência financeira

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul Portal da Transparência ITR 2017

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa person:

Portal da Transparência

Acesso Rápido Pesquisa

Transparência Brasil

Administração | Receitas | Despesas | **Transferências Financeiras** | Transferências Voluntárias | Credores | Gestão de Pessoas | Informações Contábeis | Acesso à Informação | Publicações

Transferência Financeira

Ano: 2017

Tipo Movimento: CONCESSÃO

Entidade: PM Encruzilhada do Sul

Período: JANEIRO a NOVEMBRO

As Transferências Financeiras representam recursos financeiros extraorçamentários que são repassados de uma entidade pública para outra dentro da mesma esfera de governo

Os meses que não apresentam movimento de previsão ou execução, **NÃO** são listados nos filtros!

PRONIM TB 517.03.04-000 AV. Rio Branco, 261 - Prédio - Centro - CEP:96610-000 - Telefone:(51) 3733-1180
Atendimento: 08:00 hrs / 14:00 hrs
Contato: <http://www.encruzilhadasul.rs.gov.br/prefeitura/faleconosco>
Jairo A Coelho dos Santos

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul Portal da Transparência ITR 2017

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa person:

Portal da Transparência

Acesso Rápido Pesquisa

Transparência Brasil

Administração | Receitas | Despesas | **Transferências Financeiras** | Transferências Voluntárias | Credores | Gestão de Pessoas | Informações Contábeis | Acesso à Informação | Publicações

Última Atualização em: 05/01/2018

Filtros Utilizados

Exercício: 2017 Período: JANEIRO a NOVEMBRO

Tipo Movimento: CONCESSÃO

Transferências Financeiras

Código da Transferência	Unidade Gestora		Fonte de Recurso	Programação Inicial
	Concedora	Recebedora		
1	PREFEITURA MUNICIPAL ENCRUZILHADA DO SUL	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Recurso Livre	RS 3.150.000,00
2	PREFEITURA MUNICIPAL ENCRUZILHADA DO SUL	FUNDO APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR	Regime Próprio Previdência Social-RPPS	RS 60.000,00
Totais				RS 3.210.000,00

PRONIM TB 517.03.04-000 AV. Rio Branco, 261 - Prédio - Centro - CEP:96610-000 - Telefone:(51) 3733-1180
Atendimento: 08:00 hrs / 14:00 hrs
Contato: <http://www.encruzilhadasul.rs.gov.br/prefeitura/faleconosco>
Jairo A Coelho dos Santos

Fonte: (<http://www.encruzilhadasul.rs.gov.br/prefeitura/portalTransparencia/>).

ANEXO E – Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul – Despesas

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul Portal da Transparência ITR 2017

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa person:

Portal da Transparência

Acesso Rápido Pesquisa

Transparência Brasil

Administração | Receitas | Despesas | Transferências Financeiras | Transferências Voluntárias | Credores | Gestão de Pessoas | Informações Contábeis | Acesso à Informação | Publicações

Despesas por Esfera Administrativa

Ano: 2017
 Entidade: PM Encruzilhada do Sul
 Período: JANEIRO a NOVEMBRO
 Unidade Gestora: CONSOLIDADA

Nesta opção é possível consultar os movimentos da execução orçamentária da entidade através das Esferas Administrativas. As Esferas Administrativas representam as divisões do orçamento de acordo com o artigo 165, - § 5º da Constituição Federal:

CF, Art. 165 - § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Os meses que não apresentam movimento de previsão ou execução, **NÃO** são listados nos filtros!

PRONIM TB 517.03.04-000 AV. Rio Branco, 261 - Prédio - Centro - CEP:96610-000 - Telefone:(51) 3733-1180
 Atendimento: 08:00 hrs / 14:00 hrs
 Contato: <http://www.encruzilhadasul.rs.gov.br/prefeitura/faleconosco>
 Jairo A Coelho dos Santos

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul Portal da Transparência ITR 2017

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa person:

Portal da Transparência

Acesso Rápido Pesquisa

Transparência Brasil

Administração | Receitas | Despesas | Transferências Financeiras | Transferências Voluntárias | Credores | Gestão de Pessoas | Informações Contábeis | Acesso à Informação | Publicações

Última Atualização em: 05/01/2018

Filtros Utilizados

Exercício: 2017 Período: JANEIRO a NOVEMBRO
 Unidade Gestora: CONSOLIDADA

Despesas por Esfera Administrativa

Descrição	Acumulado até o Período - Dotação Inicial	Acumulado até o Período - Créditos Adicionais/Reduções	Acumulado até o Período - Dotação Atualizada	Valor Empenhado	No Período - Valor Em Liquidação	No Período - Valor Liquidado	No Período - Valor Pago
Fiscal	R\$ 42.141.360,00	R\$ -3.440.559,82	R\$ 38.700.800,18	R\$ 32.502.364,13	R\$ 0,00	R\$ 30.792.001,14	R\$ 30.204.232,90
Seguridade Social	R\$ 21.150.400,00	R\$ 8.318.054,24	R\$ 29.468.454,24	R\$ 24.887.400,73	R\$ 0,00	R\$ 24.233.747,41	R\$ 23.493.650,80
Totais	R\$ 63.291.760,00	R\$ 4.877.494,42	R\$ 68.169.254,42	R\$ 57.389.764,86	R\$ 0,00	R\$ 55.045.748,55	R\$ 53.697.883,70

Nota Explicativa:

"Valores negativos demonstrados na(s) coluna(s) "Valor em Liquidação", "Valor Liquidado" ou "Valor Pago" decorrem de operações de estorno realizadas no período informado"

PRONIM TB 517.03.04-000 AV. Rio Branco, 261 - Prédio - Centro - CEP:96610-000 - Telefone:(51) 3733-1180
 Atendimento: 08:00 hrs / 14:00 hrs
 Contato: <http://www.encruzilhadasul.rs.gov.br/prefeitura/faleconosco>
 Jairo A Coelho dos Santos

Fonte: (<http://www.encruzilhadasul.rs.gov.br/prefeitura/portalTransparencia/>).

ANEXO F – Página “LicitaCon Cidadão” referente à Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

TCE-RS LicitaCon Cidadão PM DE ENCRUZILHADA DO SUL Alterar Órgão

LicitaCon / Licitações e Contratos

As informações e os documentos exibidos foram cadastrados em atendimento à Resolução nº 1050/2015 e não foram previamente examinados por este Tribunal. Seus conteúdos são de inteira responsabilidade da unidade que o cadastrou. A divulgação das licitações e contratos neste espaço não substitui as publicações legalmente exigidas.

PM DE ENCRUZILHADA DO SUL

Licitações	Contratos
<p>Licitações Visão geral das licitações do órgão</p> <p>Todas Todas as licitações do órgão 131</p> <p>Novas Licitações aguardando propostas 0</p> <p>Em Andamento Licitações com prazo para recebimento de propostas encerrado 7</p> <p>Encerradas Licitações encerradas 124</p>	<p>Contratos Visão geral dos contratos do órgão</p> <p>Todos Todos os contratos do órgão 92</p> <p>Em Andamento Contratos vigentes 59</p> <p>Encerrados Contratos encerrados 33</p>

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

relesee 1.0 Ativar Modo de Leitor de Tela

Fonte: (http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:4::NO::F50500_CD_ORGAO:46800&cs=18MuaplI9B8BOAzi9XSwHyfV-X5Y).

ANEXO G – Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul – Perguntas Frequentes

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul

Portal da Transparência

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa person:

Portal da Transparência

Transparência Brasil

Administração | Receitas | Despesas | Transferências Financeiras | Transferências Voluntárias | Credores | Gestão de Pessoas | Informações Contábeis | Acesso à Informação | Publicações

Imprimir PDF | Exportar XML | Exportar CSV

Perguntas Frequentes

Abaixo estão relacionadas perguntas e respostas para ajudar o usuário do Portal da Transparência a tirar suas dúvidas mais frequentes.

- Qual o objetivo da Transparência Ativa?**

Demonstrar, sem qualquer tipo de requerimento, informações de interesse geral dos órgãos e entidades do setor público através de meios de comunicação de amplo acesso como a Internet, promovendo a participação dos cidadãos no acompanhamento da gestão.
- Existe restrição de acesso ao portal?**

Não. As informações disponibilizadas no portal podem ser acessadas por qualquer cidadão, assim como sua impressão e armazenamento para análise em outros aplicativos.
- Qual a fundamentação legal?**

A transparência do portal está amparada na Lei Complementar 131, promulgada em 27 de maio de 2009. Ela modificou a redação dada na Lei de Responsabilidade Fiscal determinando a divulgação, em tempo real, de informações da execução orçamentária e financeira nas três esferas (União, Estados e Município) e nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).
- Que informações são disponibilizadas para consulta?**

Conforme a Lei Complementar 131/2009, o portal disponibiliza as seguintes informações: Referente às receitas: lançamento e recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive no que se refere a recursos extraordinários. Referente às despesas: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização com, no mínimo, número do processo correspondente, bem fornecido ou serviço prestado, pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e procedimento licitatório realizado (quando for o caso).
- Existem informações adicionais?**

Sim. Para melhorar o entendimento dos dados exigidos pela Lei Complementar 131/2009, o portal exibe informações complementares de processos licitatórios.

Fonte: (<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/prefeitura/portalTransparencia/>).

ANEXO H – Notícia “Centro de Referência Materno Infantil realizou evento alusivo ao mês das crianças e outubro rosa”

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul Portal da Transparência ITR 2017

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa person.


ACESSO RÁPIDO

- HORÁRIOS DE ATENDIMENTO
- LICITACON - CIDADÃO
- IPTU 2017
- ACESSO A INFORMAÇÃO
- CIDADÃO
- DECLARAÇÃO ELETRÔNICA
- CONTRA CHEQUE WEB

o Município de Encruzilhada do Sul está programando as festividades do município e convida as escolas, empresas e comunidade em geral, que deverão participar no mês de dezembro, para apresentar a programação geral. Os interessados devem ser enviados para: encruzilhada@encruzilhada.rs.gov.br até o dia 27/11/2017.

Notícias » Centro de Referência Materno Infantil realizou evento alusivo ao mês das crianças e outubro rosa

01/11/2017



Nos dias 23, 24 e 26 de outubro, o Centro de Referência Materno Infantil realizou durante as manhãs, atividades alusivas ao mês da criança e à tarde sobre o outubro rosa, para as mulheres.

As crianças participaram de atividades coordenadas por Odete Soares do Programa Primeira Infância Melhor (PIM) Programa Criança Feliz e pintaram um painel, que está exposto no Centro Materno Infantil. A pintura de rosto foi a cargo de Ana Maria Castilho, história contada “no avental”, ministrada pela Professora Rosângela Santos e apresentação de teatro sobre o “Menino Maluquinho”, coordenada pela Professora Arlete Azambuja, juntamente com a Professora Eleni Carvalho e o Professor Cristian Marcel.

Já as mulheres, participaram de palestras com Magda Sodré e Glise Machado, sobre a prevenção e tratamento do câncer de mama e de Elisabeth Silveira, que abordou o tema direito da mulher. Os servidores Márcio Moraes e Alexandre Mazui desenvolveram atividades de educação física e fisioterapia e a massoterapeuta Ana Eulina Freitas realizou sessão de massagem. Para valorizar ainda mais a beleza e autoestima das mulheres, foi oferecido maquiagem, a cargo de Renata Elias, das Farmácias Associadas e Mariana Freitas. Todas as mulheres que participaram do evento consultaram com os Ginecologistas Dra. Débora Santos e Dr. Rudnei Shvan, onde também encaminharam pedidos de exames. Ao final de cada tarde foi oferecido chá e bolo, como forma de confraternizar.

A equipe do Centro de Referência Materno Infantil Francine Damé, Tailla Mengue, Fabiane Freitas, Gilsiane Melo e Nara Soares, agradece a presença das crianças, alunos de escolas, APAE, mulheres, colaboradores que desenvolveram atividades voluntariamente e contribuíram para o sucesso dos eventos.

Telefones Úteis

- PRONTO ATENDIMENTO (51)3733-1267
- HOSPITAL (51)3733-1267
- PREFEITURA (51)3733-1180
- CORSAN (51)3733-1097
- RODOVIÁRIA (51)3733-1231
- POLÍCIA 190

Fonte: (<http://www.encruzilhadadosul.rs.gov.br/prefeitura/noticias/noticia.php?id=1090>).

ANEXO I – Notícia “Presidente da Câmara de Vereadores Álvaro Sperb assume o cargo de Prefeito Municipal”

The screenshot shows the official website of the Municipality of Encruzilhada do Sul. At the top, there is a navigation menu with links for Home, Notícias, Localização, and Contato. The main header features the city's coat of arms, the name 'Prefeitura de Encruzilhada do Sul', and a 'Portal da Transparência' logo. Below the header is a search bar and a 'Google Pesquisa person' button. A sidebar on the left titled 'ACESSO RÁPIDO' lists various services like 'HORÁRIOS DE ATENDIMENTO', 'LICITACON - CIDADÃO', and 'IPTU 2017'. The main content area features a large banner for 'NOVEMBRO MÊS DO BEBÊ' with a baby's face and the text 'Novembro, O MÊS do BEBÊ! DICAS DO PIM/CRIANÇA FELIZ:'. Below the banner, the news article is titled 'Notícias » Presidente da Câmara de Vereadores Álvaro Sperb assume o cargo de Prefeito Municipal' and is dated '01/11/2017'. The article includes a photograph of a group of people in a meeting room. To the right of the article is a 'Telefones Úteis' section listing contact numbers for 'PRONTO ATENDIMENTO (51)3733-1267', 'HOSPITAL (51)3733-1267', 'PREFEITURA (51)3733-1180', 'CORSAN (51)3733-1097', 'RODOVIÁRIA (51)3733-1231', and 'POLÍCIA 190'. At the bottom of the article, a paragraph explains the transfer of the Mayor's duties to Álvaro Sperb on October 31st, effective from November 1st, due to his absence for an official trip to Brasília.

01/11/2017

Na manhã desta terça-feira, 31 de outubro, no Centro Administrativo Municipal, realizou-se a transmissão do cargo de Prefeito, do seu titular legal, Artigas Teixeira da Silveira, ao Presidente da Câmara de Vereadores Álvaro Luiz Pereira Sperb, a partir desta quarta-feira, 1º até dia 06 de novembro, em virtude de afastamento para viagem a Brasília, cumprindo compromissos oficiais. O cargo foi transmitido ao presidente da Câmara de Vereadores, porque o Vice-Prefeito Álvaro Damé Rodrigues encontra-se em Licença Paternidade e ao término desta, o Vice-Prefeito assume as funções de Prefeito até o retorno do titular do cargo.

Fonte: (<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/prefeitura/noticias/noticia.php?id=1089>).

ANEXO J – Notícia “Executivo Municipal quer garantir a continuidade dos serviços na agência do IPE local”

The screenshot shows the official website of the Municipality of Encruzilhada do Sul. At the top, there is a navigation bar with links for Home, Notícias, Localização, and Contato. The main header features the city's coat of arms, the name 'Prefeitura de Encruzilhada do Sul', and a 'Portal da Transparência' logo. Below the header is a menu with categories: SOBRE A CIDADE, NEGÓCIOS, TURISMO, SERVIÇOS, and SECRETARIAS. A search bar is also present.

The main content area is divided into two columns. The left column has a 'ACESSO RÁPIDO' (Quick Access) menu with links to: HORÁRIOS DE ATENDIMENTO, LICITACON - CIDADÃO, IPTU 2017, ACESSO A INFORMAÇÃO, CIDADÃO, DECLARAÇÃO ELETRÔNICA, and CONTRA CHEQUE WEB. The right column features a large banner for 'NOVEMBRO MÊS DO BEBÊ' (November, the month of the baby) with a photo of a baby and the text 'Novembro, O MÊS do BEBÊ! DICAS DO PIM/CRIANÇA FELIZ:'. Below the banner is a news article titled 'Notícias » Executivo Municipal quer garantir a continuidade dos serviços na agência do IPE local', dated 19/10/2017. The article includes a photo of four men in suits sitting around a table in a meeting room. To the right of the article is a 'Telefones Úteis' (Useful Numbers) section with a list of services and their contact numbers: PRONTO ATENDIMENTO (51)3733-1267, HOSPITAL (51)3733-1267, PREFEITURA (51)3733-1180, CORSAN (51)3733-1097, RODOVIÁRIA (51)3733-1231, and POLÍCIA 190.

Notícias » Executivo Municipal quer garantir a continuidade dos serviços na agência do IPE local

19/10/2017

O prefeito Artigas Teixeira da Silveira, reuniu-se, nesta quinta-feira, 19 de outubro, com o presidente do IPE, Otomar Vivian, com o objetivo de encaminhar os trâmites necessários à cedência de um funcionário da prefeitura para atender no escritório local do IPE. A fim de garantir a continuidade dos serviços aos usuários do IPE-Saúde, evitando a interrupção das atividades. Também participaram da Reunião o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLADE) Celso Lino de Souza, o Assessor Especial da SEPLADE Gilson Soares e o Assessor do Deputado Lucas Redecker, Jairo Duarte. Para garantir a manutenção do funcionamento da agência, será remetido na segunda-feira, 23, em regime de urgência, um projeto de lei, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e encaminhado a Câmara Municipal de Vereadores, para autorizar o convênio entre o município e o IPERS, visando a cedência de um funcionário.

Telefones Úteis

- PRONTO ATENDIMENTO (51)3733-1267
- HOSPITAL (51)3733-1267
- PREFEITURA (51)3733-1180
- CORSAN (51)3733-1097
- RODOVIÁRIA (51)3733-1231
- POLÍCIA 190

Fonte: (<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/prefeitura/noticias/noticia.php?id=1088>).

ANEXO K – Página “Fale Conosco”

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul Portal da Transparência ITR 2017

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa person:

ACESSO RÁPIDO

- HORÁRIOS DE ATENDIMENTO
- LICITACON - CIDADÃO
- IPTU 2017
- ACESSO A INFORMAÇÃO
- CIDADÃO
- DECLARAÇÃO ELETRÔNICA
- CONTRA CHEQUE WEB

NOVEMBRO MÊS DO BEBÊ

Novembro, O MÊS do BEBÊ! DICAS DO PIM/CRIANÇA FELIZ:

» Fale Conosco Telefones Úteis

Entre em contato conosco com suas dúvidas, sugestões ou reclamações:

Nome:

E-mail:

Telefone:

Assunto:

Mensagem:

PRONTO ATENDIMENTO (51)3733-1267

HOSPITAL (51)3733-1267

PREFEITURA (51)3733-1180

CORSAN (51)3733-1097

RODOVIÁRIA (51)3733-1231

POLÍCIA 190

Fonte: (<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/prefeitura/faleconosco/>).

ANEXO L – Página “Serviço de Informação ao Cidadão – SIC”

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul Portal da Transparência ITR 2017

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa person:

ACESSO RÁPIDO

- HORÁRIOS DE ATENDIMENTO
- LITACON - CIDADÃO
- IPTU 2017
- ACESSO A INFORMAÇÃO
- CIDADÃO
- DECLARAÇÃO ELETRÔNICA
- CONTRA CHEQUE WEB

NOVEMBRO MÊS DO BEBÊ

Novembro, O MÊS do BEBÊ! DICAS DO PIM/CRIANÇA FELIZ:

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Serviço de Informação ao Cidadão – Lei Federal 12.527/2011

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada. Assim, o cidadão pode entrar com recursos e apresentar reclamações, sem burocracia.

Além disso, a Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul disponibiliza o SIC Físico. Com o auxílio de um servidor capacitado a realizar os pedidos de informação, qualquer cidadão tem a possibilidade de ir à sede da Prefeitura e realizar o seu pedido. Fica estabelecido que o atendimento presencial será realizado no Protocolo do Centro Administrativo Municipal:

Avenida: Rio Branco, 261 - Centro - Encruzilhada do Sul/RS.
 Horários de Atendimento [Clique Aqui](#)
 Telefone: (51)37331180 - Ramal 238

A Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informação através do e-mail sic.pmes@via.com.br o cidadão tem o direito de solicitar informações, acesso aos dados oficiais do Executivo, Legislativo e Judiciário, desde que não estejam classificados como sigilosos.

No link abaixo, você pode acessar a lei na íntegra.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

FORMULÁRIO DE ACESSO A INFORMAÇÕES

Telefones Úteis

- PRONTO ATENDIMENTO**
(51)3733-1267
- HOSPITAL**
(51)3733-1267
- PREFEITURA**
(51)3733-1180
- CORSAN**
(51)3733-1097
- RODOVIÁRIA**
(51)3733-1231
- POLÍCIA**
190

Fonte: (<http://www.encruzilhadadosul.rs.gov.br/prefeitura/sic/>).

ANEXO M – Página “SIC” (formulário eletrônico)

Home | Notícias | Localização | Contato

Prefeitura de Encruzilhada do Sul Portal da Transparência ITR 2017

SOBRE A CIDADE | NEGÓCIOS | TURISMO | SERVIÇOS | SECRETARIAS

Google Pesquisa personalizada

ACESSO RÁPIDO

- HORÁRIOS DE ATENDIMENTO
- LICITAÇÃO - CIDADÃO
- IPTU 2017
- ACESSO A INFORMAÇÃO
- CIDADÃO
- DECLARAÇÃO ELETRÔNICA
- CONTRA CHEQUE WEB

NOVEMBRO MÊS DO BEBÊ

Novembro, O MÊS do BEBÊ! DICAS DO PIM/CRIANÇA FELIZ:

» SIC

Entre em contato conosco com suas dúvidas, sugestões ou reclamações:

Nome:

E-mail:

Telefone:

Assunto:

Mensagem:

Enviar Limpar

Telefones Úteis

- PRONTO ATENDIMENTO (51)3733-1267
- HOSPITAL (51)3733-1267
- PREFEITURA (51)3733-1180
- CORSAN (51)3733-1097
- RODOVIÁRIA (51)3733-1231
- POLÍCIA 190

Fonte: (<http://www.encruzilhadadosul.rs.gov.br/prefeitura/formularioSic/index.php>).

ANEXO N – Página “Acesso à Informação”

The screenshot shows the website for the Prefeitura de Encruzilhada do Sul. At the top, there is a navigation bar with links for Home, Notícias, Localização, and Contato. The main header includes the city's coat of arms, the name 'Prefeitura de Encruzilhada do Sul', and a 'Portal da Transparência' logo. Below the header is a menu with categories: SOBRE A CIDADE, NEGÓCIOS, TURISMO, SERVIÇOS, and SECRETARIAS. A search bar is also present.

The central banner features a message about Christmas activities: "A Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul está organizando a programação das festividades natalinas do município e convida as escolas, associações, artistas e comunidade em geral, que realizam algum evento no mês de dezembro, para divulgar suas ações junto a programação geral. As informações devem ser enviadas para: turismoencruzdosul@gmail.com até o dia 27/11/2017." Below this message is a small graphic of the city's coat of arms.

The 'Acesso a Informação' section is located on the left side of the page. It includes a 'HORÁRIOS DE ATENDIMENTO' section with a list of services: LICITACON - CIDADÃO, IPTU 2017, ACESSO A INFORMAÇÃO, CIDADÃO, DECLARAÇÃO ELETRÔNICA, and CONTRA CHEQUE WEB. Below this, there is a 'Telefones Úteis' section listing various services and their contact numbers:

Serviço	Telefone
PRONTO ATENDIMENTO	(51)3733-1267
HOSPITAL	(51)3733-1267
PREFEITURA	(51)3733-1180
CORSAN	(51)3733-1097
RODOVIÁRIA	(51)3733-1231
POLÍCIA	190

Fonte: (<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/prefeitura/aceso-a-informacao/>).

ANEXO O – Lei nº 3.238, de 6 de novembro de 2012 (primeira página)

Lei nº 3.238, de 06 de novembro de 2012.

*Regula o acesso à informação no âmbito do
Município de Encruzilhada do Sul.*

O Prefeito Municipal de Encruzilhada do Sul:

Faço saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo Município de Encruzilhada do Sul, com o fim de garantir o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37, no § 2º do art. 216 da Constituição da República, e na Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para a realização de ações de interesse público, recursos do orçamento municipal na forma de auxílios, contribuições, subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênio, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no *caput* refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.


CAPÍTULO I

DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

Art. 3º O acesso a informações públicas será garantido por meio dos serviços próprios criados pelos órgãos públicos, que deverão assegurar:

I – a gestão transparente da informação, propiciando o seu amplo acesso e a sua divulgação;

ANEXO P – Página “Gabinete do Prefeito Municipal”




Principal
Município
Governo
Secretarias
Notícias
Comunicação
Licitações
Concursos
Contato

CIDADE
 ENERGIAS
 SERVIÇO PÚBLICO
 TURISTA

Governo - Gabinete do Prefeito Municipal

Última atualização em: 28 de abril de 2017

GABINETE DO PREFEITO



Telmo Kirst
Nascido em Santa Cruz do Sul, Telmo Kirst iniciou em sua terra natal uma promissora trajetória política. De 1975 a 1979 foi vereador por dois mandatos, sendo sucedido a presidente da Câmara Legislativa. Foi vice prefeito de Santa Cruz do Sul, de 1984 a 1992, no governo de Arno Franz.

No âmbito dos Deputados, em Brasília, foi detentor de seis mandatos, no período de 1979 a 2003. De 1987 a 1991 foi deputado constituinte e de 1991 a 1995 deputado reeleito no Congresso Nacional.

De março de 1983 a janeiro de 1988, no governo de Jair Soares, Telmo Kirst foi secretário dos Transportes, e de março de 1996 a março de 1998, no governo de Antônio Biondi, foi secretário de Obras Públicas, Saneamento e Habitação.

Telmo ocupou uma cadeira como deputado estadual na Assembleia Legislativa, de 1992 a 2006. Foi um agerido defensor da região produtora de fumo e trabalhou intensamente na busca de recursos financeiros para os municípios, nas áreas de Educação, Agricultura, Saúde, Infraestrutura, Transportes e Obras.


Durante o governo de Cernano Rigotto, Telmo presidiu a Companhia Ri-Grandense de Saneamento, entre abril a dezembro de 2006. E no governo de Vado Cravino, foi presidente da Companhia Ri-Grandense de Irrigação, de fevereiro de 2007 a janeiro de 2011.

Com perfil de político realizador, concretizou inúmeras obras que contribuíram significativamente para o desenvolvimento de Santa Cruz do Sul e região. Teve participação direta na construção do Aeroporto Luiz Heck da Silva, do Distrito Industrial, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e nos projetos de construção das estradas que fazem ligação entre Santa Cruz, Santa Maria e Santa Cruz/Pedra Branca. Foi realizador do projeto de construção do Lago Divoradi e Benefícios Santa Cruz do Sul com emendas parlamentares em diversos áreas.

Em outubro de 2012 foi eleito prefeito de Santa Cruz do Sul, encerrando seu primeiro mandato em dezembro de 2015. Nesse período elevou e criou a Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amptabaco), do qual foi também seu primeiro presidente, durante todo o ano de 2014. A entidade reúne os municípios produtores de tabaco dos três estados do sul do Brasil e atua em defesa de seus interesses.

Telmo Kirst foi reeleito prefeito para um segundo mandato e tomou posse em 1º de janeiro de 2017. Nesse ano foi também eleito novamente para presidir a Amptabaco no biênio 2017-2018, com o propósito de sustentar a atuação da entidade.

PONTOS TURÍSTICOS




[Ver todos os pontos turísticos](#)

EVENTOS

- 13** ESTIÇÃO VERÃO 2016
Lanche UNISC FRIGIOS
- 15** COLÔNIA DE FÉRIAS
Lanche PRODUÇÃO DE UZUPELIS
- 20** ESCOLA DA COZINHA DO CABANAL PARA LANCHES PRINCIPALMENTE PARA O DIA DO TURISMO

[Ver todos os eventos](#)

Chefe de Gabinete



Delcio Meyer
Nascido no distrito de Monte Alegre, Delcio Meyer já ocupou vários cargos de confiança no serviço público. Foi assessor parlamentar, secretário de Segurança, Cidadania, Injeções Comunitárias e Esporte, entre março de 2016 e agosto de 2015, na primeira gestão do governo Telmo Kirst. Também atuou como Diretor de Desenvolvimento Rural na Secretaria de Agricultura e em outras gestões. Foi subsecretário de Agricultura e de Obras. Desde março de 2017 retorna ao cargo de Chefe de Gabinete, função que já havia ocupado em 2015.


Diretora Executiva para Assuntos Institucionais
Mônica Antez Warchowicz

Diretor para Assuntos Governamentais
Elmo Willges

Contatos
Endereço: Rua da Bandeira - Centro
Telefones: (51) 3713-8000

E-mail
gabinete@santacruz.rs.gov.br, agenda@santacruz.rs.gov.br e mgf@ig.igmail.com

Horário de atendimento
Das 08h às 17h45 e das 19h30 às 17h30



Secretaria de Comunicação

Departamento de Comunicação - Centro

Endereço


Rua Dr. Sérgio Hebebrand, 200 - Centro
Santa Cruz do Sul - RS
CEP: 96201-100
FONE: (51) 3713-8000
FAX: (51) 3713-8000

Entre em contato

Sua nome:

Sua e-mail:

Digite sua mensagem:



SupORTE TÉCNICO:
supte@santacruz.rs.gov.br

desenvolvido por: BDFP

Fonte: (<http://www.santacruz.rs.gov.br/governo/gabinete-do-prefeito-municipal>).

ANEXO Q – Página “Registro de repasses ou transferências”

The screenshot displays the website for the Municipality of Santa Cruz do Sul. At the top, there is a logo for the municipality and the slogan "VIVER AQUI É BOM DEMAIS". A search bar is located in the top right corner. Below the logo, a navigation menu includes links for "Principal", "Município", "Governo", "Secretarias", "Notícias", "Comunicação", "Licitações", "Concursos", and "Contato". A secondary menu features four categories: "CIDADÃO", "EMPRESAS", "SERVIDOR PÚBLICO", and "TURISTA". The main content area is titled "Registro de repasses ou transferências" and includes a sub-header "Última atualização em, 18 de maio de 2017". The page lists several categories of transfers:

- Transferências Constitucionais da União
- Transferências Constitucionais do Estado
- Transferências da União para Educação
- Transferências da União para SAÚDE - FNS
- Transferências do Estado para SAÚDE
- Transferências/Convênios da União
- Transferências/Convênios do Estado

On the right side of the page, there is a "Links Úteis" section and a "PONTOS TURÍSTICOS" section with a grid of images showing local landmarks.

Fonte: (<http://www.santacruz.rs.gov.br/conteudo/registro-de-repasses-ou-transferencias>).

ANEXO R – Página “Registro de despesas”

The screenshot shows the website interface for the Municipality of Santa Cruz do Sul. At the top left is the municipal coat of arms and the text 'MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL'. To the right is the slogan 'VIVER AQUI É BOM DE MAIS'. A search bar with the placeholder 'Procurar...' is located in the top right corner. Below this is a horizontal navigation menu with links: 'Principal', 'Município', 'Governo', 'Secretarias', 'Notícias', 'Comunicação', 'Licitações', 'Concursos', and 'Contato'. A secondary menu features four colored buttons: 'CIDADÃO' (red), 'EMPRESAS' (blue), 'SERVIDOR PÚBLICO' (orange), and 'TURISTA' (green). The main content area is titled '> Registro de despesas' and includes the text 'Última atualização em, 18 de maio de 2017'. Under the title, there is a list of links: 'Despesa', 'Despesa por Orgão', 'Grupo de Despesas', 'Consulta de Empenhos', and 'Consulta Ordem Cronológica'. To the right of this list is a 'Links Úteis' section and a 'PONTOS TURÍSTICOS' section with two small images of local landmarks.

Fonte: (<http://www.santacruz.rs.gov.br/conteudo/registro-de-despesas>).

ANEXO S – Página “Controle Social – Consulta de Obras” do TCE-RS

TCE **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
Controle Social - Consulta de Obras

Sair

Consulta de Obras

Os dados disponibilizados nesta consulta são declaratórios, informados através do Sistema de Controle de Obras Públicas - SISCOOP pelas entidades da administração pública direta estadual e de administração pública direta e indireta municipais. O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul não se responsabiliza pela veracidade dos dados disponibilizados aqui.

Esfera: Municipal Estadual

Município: SANTA CRUZ DO SUL SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE PELOTAS

Órgão: Todos

Situação do contrato: Todos
Rescindido
Em execução
Paralisado
Recebimento Provisório

Ano: 2017 até 2017

Bem público:

Empresa contratada:

Limpar Consultar

Os gráficos acima consideram os parâmetros informados na consulta e não serão atualizados por eventuais filtros na tabela de resultados.

Q Ir Ações

Obras públicas não encontradas para os parâmetros informados.

Topo

Sobre o Portal TCE-RS: Palácio Flores da Cunha Rua Sete de Setembro, 388
Castro - CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS
Termos de Uso | Privacidade | Acessibilidade Fones: (51) 3214-9700 - Fax PROTOCOLO: (51) 3214-9797 - Ouvidoria 0800-541 98 00

© 2010 TCE-RS - Todos os direitos reservados - Melhor visualizado em 1024x768

Fonte: (http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:4:0:::RP,4:P4_ESFERA,P4_MUNICIPIO:M,SA NTA%20CRUZ%20DO%20SUL).

ANEXO T – Página “Contratos”

Consulta Contratos - Filtro - Acesso Externo

Pesquisar Limpar Relação - Contratos


Exercício Contrato: a
 Número Contrato: a
 Exercício Licitação: a
 Número Licitação: a
 Modalidade: Todas
 Assinatura: a
 Objeto:

Situação: Todas
 Tipo: Todos
 Administração: Todas
 Contratado:

<input checked="" type="checkbox"/> Administração	Contrato	Contratado	Objeto	Data de Início	Validade	Situação
Nenhum registro a ser exibido						

Fonte: (<http://grp.santacruz.rs.gov.br/grp/materiais/acessoexterno/compras/contratoConsulta/contratoConsultaFiltroAcessoExterno.faces>).

ANEXO U – Página “Licitações”



MUNICÍPIO DE
SANTA CRUZ DO SUL

Divisão de Licitações

Endereço: Praça da Bandeira, S/N - CEP: 96810-510
(Palacinho da Prefeitura)

AVISO DE ALTERAÇÃO
Horário de Expediente:
Das 08 às 14 horas, em turno único contínuo, de segunda à sexta-feira.

Telefones:
• 3713-8203
• 3713-8204
• 3713-8212
• 3713-8219

Consultar LICITACON - Portal de Licitações e Contratos do TCE-RS

Chamadas Públicas (1)
= exibir/ocultar

Chamadas Públicas Concluídas (1)
= exibir/ocultar

Concorrências (4)
= exibir/ocultar

Concorrências concluídas (7)
= exibir/ocultar

Documentação para cadastro (1)
= exibir/ocultar

Documentação para cancelamento (1)
= exibir/ocultar

Documentação para Reequilíbrio (1)
= exibir/ocultar

Documentação para Troca de Marca (1)
= exibir/ocultar

Guia para Credenciamento Pregão Eletrônico (1)
= exibir/ocultar

Pregões Presenciais (2)
= exibir/ocultar

Pregões Eletrônicos (5)
= exibir/ocultar

Pregões Eletrônicos Adjudicados/Arquivados (86)
= exibir/ocultar

Pregões Presenciais Adjudicados/Arquivados (43)
= exibir/ocultar

Tomadas de Preços (5)
= exibir/ocultar

Tomadas de Preços concluídas (3)
= exibir/ocultar

Valores Registrados (103)
= exibir/ocultar


VOLTAR

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul - RS - Brasil . 2014

Fonte: (<http://www.santacruz.rs.gov.br/licitacoes/>).

ANEXO V – Página “Parcerias”

51 3713 8100

 **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL** **VIVER AQUI É BOM DEMAIS**

Procurar...

Principal Município Governo Secretarias Notícias Comunicação Licitações Concursos Contato

CIDADÃO EMPRESAS SERVIDOR PÚBLICO TURISTA

Licitações > Parcerias

Última atualização em, 22 de dezembro de 2017

Parcerias

Lei 13019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

Manual de Orientação para Formalização de Repasses Públicos Municipais
 Documentos para cadastro das entidades
 Edital de cadastramento de entidades
 Decreto Regulamentador
 Documentos para Prestação de Contas

CLIQUE AQUI PARA CONSULTAR OS TERMOS DE COLABORAÇÃO

Chamamento Público

Celebração de Parceria para Acolhimento Institucional - Abrigos I e II
 Edital de Chamamento 001/2017
 Adendo 1
 Resposta à Impugnação
 Resposta a Recurso

Chamamento Público

Edital de Chamamento 002/2017
 Celebração de Parceria para Seleção de Projetos na área de Esporte e Lazer
 Anexos
 Ata de Julgamento de Propostas
 Prazo para recursos
 Resposta Recurso AESCA
 Resposta Recurso Esporte Clube União Corinthians
 Resposta Recurso Associação Periquito Esporte em Ação
 Resultado Final
 Homologação

Chamamento Público


Edital de Chamamento 003/2017
 Celebração de Parceria para Melhoria de Equipamentos Esportivos Campos de Futebol
 Anexos
 Ata de Julgamento de Propostas
 Prazo para recursos

Chamamento Público

Edital de Chamamento 004/2017
 Celebração de Parceria para Seleção de Projetos na área de Esporte e Lazer
 Anexos

Links Úteis

PONTOS TURÍSTICOS



Ver todos os pontos turísticos

EVENTOS

13 Jan **ESTAÇÃO VERÃO 2018**
Local: UNISC E PRAÇAS

15 Jan **COLÔNIA DE FÉRIAS**
Local: PARQUE DA OKTOBERFEST

20 Jan **ESCOLHA DA CORTE DO CARNAVAL 2018**
Local: PAVILHÃO CENTRAL - PARQUE DA OKTOBERFEST

Ver todos os eventos

Fonte: (<http://www.santacruz.rs.gov.br/licitacoes/parcerias>).

ANEXO W – Página “FAQ - Perguntas Frequentes”

51 3713 8100

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL | VIVER AQUI É BOM DEMAIS

Procurar...

Principal Município Governo Secretarias Notícias Comunicação Licitações Concursos Contato

CIDADÃO EMPRESAS SERVIDOR PÚBLICO TURISTA

> FAQ - Perguntas Frequentes

Última atualização em, 14 de novembro de 2017

Lei de Acesso à Informação - Perguntas Frequentes

Qual o objetivo da Lei de Acesso à Informação?
O objetivo da norma que trata do direito à obtenção de certidões e informações é procurar tornar o Estado o mais transparente possível, garantindo aos cidadãos brasileiros acesso aos dados oficiais do Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os níveis de governo – federal, estadual e municipal. Com a LAI, além de acesso a gastos financeiros e contratos, será possível o acompanhamento de dados gerais de programas, ações, projetos e obras não só de órgãos públicos, mas de autarquias, fundações, empresas públicas e entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos.

Quem pode solicitar as informações?
Qualquer interessado, seja pessoal natural ou pessoa jurídica.

Qual o valor a ser pago para obter informações requeridas?
Em regra as entidades devem colocar as informações à disposição do cidadão de forma gratuita. Todavia, poderá ser cobrada a quantia correspondente, exclusivamente, ao valor despendido para a reprodução dos documentos que serão fornecidos (art. 12, caput, LAI), salvo, os que declararem, nos termos da lei, não dispor de recursos financeiros suficientes para arcar com os custos mencionados, sem prejuízo de sua própria subsistência ou de sua família (art. 12, parágrafo único, LAI).

A qual Secretaria devo me dirigir para solicitar o cartão de estacionamento para pessoas idosas?
Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Urbanos.

Onde obtenho informações sobre o concurso público, contratos emergenciais e contratação de estagiários?
No Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Transparência. Todas as informações também estão disponíveis no site da Prefeitura na Internet.

É necessário justificar o pedido de informações?
Não. De acordo com o art. 10, § 8º da LAI, é proibido exigir que o solicitante informe os motivos de sua solicitação. Entretanto, o órgão/entidade pode dialogar com o cidadão para entender melhor a demanda, de modo a fornecer a informação mais adequada a sua solicitação.

Quem pode acessar os dados do Portal da Transparência?
Todo cidadão pode consultar os dados do Portal da Transparência. O acesso às informações é livre, independente de senhas ou autorizações, bastando que o interessado possua conexão com a Internet.

Onde encontro o endereço, telefone, e-mail das Secretarias Municipais de Santa Cruz do Sul, bem como o nome dos titulares da Pasta?
Basta acessar o site da Prefeitura, e na aba “Secretarias”, clicar sobre o nome da Pasta desejada, que rapidamente terá acesso a todas estas informações.

Links Úteis

PONTOS TURÍSTICOS

Ver todos os pontos turísticos

EVENTOS


13 Jan	ESTAÇÃO VERÃO 2018 Local: UNISC E PRAÇAS
15 Jan	COLÔNIA DE FÉRIAS Local: PARQUE DA OKTOBERFEST
20 Jan	ESCOLHA DA CORTE DO CARNAVAL 2018 Local: PAVILHÃO CENTRAL - PARQUE DA OKTOBERFEST

Ver todos os eventos

Fonte: (<http://santacruz.rs.gov.br/conteudo/faq-perguntas-frequentes>).

ANEXO X – Notícia “Santa cruz recebe prêmio em segurança pública”

51 3713 8100





MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL


VIVER AQUI É BOM DEMAIS


Procurar...

Principal
Município
Governo
Secretarias
Notícias
Comunicação
Licitações
Concursos
Contato


 CIDADÃO


 EMPRESAS


 SERVIDOR PÚBLICO


 TURISTA

Notícias > Santa cruz recebe prêmio em segurança pública

Santa cruz recebe prêmio em segurança pública

Última atualização em, 08 de novembro de 2017

Em solenidade de premiação realizada nesta terça-feira, 7, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa, em Porto Alegre, o município de Santa Cruz do Sul foi agraciado com o Prêmio Gestor Público Especial 2017 na área de segurança.

A condecoração máxima da disputa ficou para Santa Cruz do Sul, que recebeu o troféu de Prêmio Gestor Público Especial 2017. O reconhecimento ocorreu pelo projeto Centro Integrado de Segurança Pública e Cidadania (CISPC), que integra diversos órgãos da segurança pública, como a

Brigada Militar, Guarda Municipal, Delegacia da Mulher e Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. O CISPC também sedia o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social e o Escritório de Defesa dos Direitos da Mulher.

Em sua 16ª edição, neste ano, 37 projetos, de 32 municípios gaúchos, foram premiados. O objetivo é avaliar e reconhecer os melhores projetos das administrações públicas municipais do Rio Grande do Sul.

A iniciativa é realizada pelo Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária (Sindifisco) e pela Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais do RS (Afisvec), entidades representativas dos auditores fiscais da Receita Estadual, com o apoio da Assembleia Legislativa, Famurs, Fecomércio e Banrisul.







O secretário de Segurança, Defesa Civil e Esporte, Henrique Hermany, recebeu o troféu e, em seu pronunciamento, evidenciou o trabalho em conjunto realizado pelos órgãos de segurança do município, por meio do Centro Integrado de Segurança Pública e Cidadania. “Os desafios dos municípios são cada vez maiores na segurança. E a integração das forças de segurança pública mostra que os resultados estão cada vez melhores para a comunidade. Neste aspecto, ficamos felizes por esse reconhecimento na medida em que pode ser socializado com outras localidades gaúchas”, afirmou. Também prestigiaram o evento, o diretor de Segurança Pública de Santa Cruz do Sul, Tiago Baggio, e o coordenador de Segurança, Robson Moura.

O Prêmio

O Prêmio Gestor Público foi criado em 2002, com a finalidade de avaliar e dar reconhecimento público aos melhores projetos das administrações públicas municipais do Rio Grande do Sul. A iniciativa é da categoria dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do RS, representados pelo Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária (Sindifisco) e pela Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais do RS (Afisvec).

Links Úteis

PONTOS TURÍSTICOS

Ver todos os pontos turísticos

EVENTOS

13
Jan

ESTAÇÃO VERÃO 2018
 Local: UNISC E PRAÇAS



15
Jan

COLÔNIA DE FÉRIAS
 Local: PARQUE DA OKTOBERFEST

20
Jan

ESCOLHA DA CORTE DO CARNAVAL 2018
 Local: PAVILHÃO CENTRAL - PARQUE DA OKTOBERFEST


Ver todos os eventos

Fonte: (<http://santacruz.rs.gov.br/noticias/2841/santa-cruz-recebe-premio-em-seguranca-publica>).

ANEXO Y – Notícia “Prefeitura destina R\$ 50 mil para a realização do Enart”


51 3713 8100





MUNICÍPIO DE
SANTA CRUZ DO SUL


VIVER
AQUI É
BOM
DEMAIS

Principal Município Governo Secretarias Notícias Comunicação Licitações Concursos Contato


CIDADÃO


EMPRESAS


SERVIDOR PÚBLICO


TURISTA

Notícias > Prefeitura destina R\$ 50 mil para a realização do Enart

Prefeitura destina R\$ 50 mil para a realização do Enart


Última atualização em, 17 de novembro de 2017

O prefeito Telmo Kirst, acompanhado da vice-prefeita Helena Hermany, assinou nesta quarta-feira, 8, o termo de autorização para o repasse de R\$ 50 mil, conforme Lei de Patrocínio Municipal nº 7.732, para a realização do 32º Encontro de Arte e Tradição Gaúcha (Enart), que se ocorrerá entre os dias 17 e 19 de novembro em Santa Cruz do Sul.

O ato ocorreu com a presença do presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) Nairo Antunes Callegaro. “O apoio do Município é fundamental para que o evento seja um sucesso. Agradecemos por Santa Cruz sempre nos acolher de braços abertos”, disse Callegaro.


Em nome do poder público municipal, Telmo se comprometeu a empreender esforços para apoiar a realização do evento. Para tanto, convocou parte do secretariado que se envolve mais diretamente na organização do encontro tradicionalista para acompanharem a solenidade.

Estiveram presentes os secretários de Desenvolvimento, Cultura e Turismo, Flávio Bender, de Meio Ambiente e de Administração e Transparência, Vanir Ramos de Azevedo, de Comunicação, Régis de Oliveira Júnior, de Obras e Infraestrutura, Leandro Kroth, de Transportes e Serviços Urbanos, Gerson Vargas, e o diretor de Saúde, Giovanni Alles.



Links Úteis

PONTOS TURÍSTICOS



Ver todos os pontos turísticos

EVENTOS

13
Jan

ESTAÇÃO VERÃO 2018
Local: UNISC E PRAÇAS

15
Jan

COLÔNIA DE FÉRIAS
Local: PARQUE DA OKTOBERFEST

20
Jan

ESCOLHA DA CORTE DO CARNAVAL 2018
Local: PAVILHÃO CENTRAL - PARQUE DA OKTOBERFEST

Ver todos os eventos

Compartilhe: [G+](#) [Twitter](#)

Fonte: (<http://santacruz.rs.gov.br/noticias/2842/prefeitura-destina-r-50-mil-para-a-realizacao-do-enart>).

ANEXO Z – Notícia “Palacinho veste-se de azul”

The screenshot shows the website of the Municipality of Santa Cruz do Sul. At the top, there is a navigation bar with links for 'Principal', 'Município', 'Governos', 'Secretarias', 'Notícias', 'Comunicação', 'Licitações', 'Concursos', and 'Contato'. Below this is a secondary navigation bar with icons for 'CIDADÃO', 'EMPRESAS', 'SERVIDOR PÚBLICO', and 'TURISTA'. The main content area features a news article titled 'Palacinho veste-se de azul' with a sub-header 'Última atualização em, 07 de novembro de 2017'. The article text describes a campaign where the Municipal Palace is lit up in blue during the month of November to raise awareness about prostate cancer. It mentions activities starting on Tuesday, 6th, at various health units and family health posts. A large image shows the palace at night with blue lighting. To the right of the article, there are sections for 'Links Úteis', 'PONTOS TURÍSTICOS' (with a grid of images), and 'EVENTOS' (listing 'ESTAÇÃO VERÃO 2018' on Jan 13th).

51 3713 8100

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL | VIVER AQUI É BOM DEMAIS

Procurar...

Principal Município Governos Secretarias Notícias Comunicação Licitações Concursos Contato

CIDADÃO EMPRESAS SERVIDOR PÚBLICO TURISTA

Notícias > Palacinho veste-se de azul

Palacinho veste-se de azul

Última atualização em, 07 de novembro de 2017

Durante todo mês de novembro, o Palacinho da Praça da Bandeira, sede do Executivo Municipal, estará em tom de azul. A ideia é alertar a comunidade santa-cruzense, especialmente o público masculino, sobre a importância de prevenir o câncer de próstata.

As atividades iniciaram nessa segunda-feira, 6, em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nos Postos da Estratégia de Saúde da Família (ESF) do município. Ações envolvendo oficinas de saúde, palestras, avaliações médicas, testes rápidos e orientações diversas serão desenvolvidas ao longo de novembro para integrar os homens de Santa Cruz do Sul.

Links Úteis

PONTOS TURÍSTICOS

Ver todos os pontos turísticos

EVENTOS

13 Jan ESTAÇÃO VERÃO 2018 Local: UNISC E PRAÇAS

Compartilhe: [G+](#) [Twitter](#)

Fonte: (<http://santacruz.rs.gov.br/noticias/2835/palacinho-veste-se-de-azul>).

ANEXO AA – Página “Contato”

51 3713 8100

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL | VIVER AQUI É BOM DEMAIS

Procurar...

Principal Município Governo Secretarias Notícias Comunicação Licitações Concursos Contato

CIDADÃO EMPRESAS SERVIDOR PÚBLICO TURISTA

AGORA SANTA CRUZ DO SUL TEM UM NOVO CANAL DE COMUNICAÇÃO COM VOCÊ, CIDADÃO.

Fale com a Prefeitura pelo WhatsApp: (51) 9 8443-0312*

MANDE ELOGIOS, SUGESTÕES, CRÍTICAS, DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES OU TIRE DÚVIDAS.

*Este número não recebe ligações. A resposta via WhatsApp será enviada durante o expediente das repartições públicas.

Secretaria de Comunicação Endereço Entre em contato

Palacinho da Praça da Bandeira - Centro Rua Borges Medeiros, 650 - Centro Santa Cruz do Sul - RS CEP 96810-178 51 3713 8100 CNPJ: 95.440.517/0001-08

Seu nome
Seu e-mail
Digite sua mensagem

Enviar

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL Suporte Técnico: suporte@santacruz.rs.gov.br

desenvolvido por DROP

Fonte: (<http://www.santacruz.rs.gov.br/links/contato>).

ANEXO BB – Página “Acesso à Informação”

51 3713 8100

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL | VIVER AQUI É BOM DEMAIS

Procurar...

Principal Município Governo Secretarias Notícias Comunicação Licitações Concursos Contato

CIDADÃO EMPRESAS SERVIDOR PÚBLICO TURISTA

Serviços > Lei de Acesso à Informação - LAI

Última atualização em, 19 de maio de 2017

Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011), regulamentou as disposições constitucionais que asseguram a todos os cidadãos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, bem como o acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo.

Qual é o instrumento normativo local ?

Instrumento Normativo Local que regulamenta a LAI:
Decreto Nº 9.445, de 08 de junho de 2015

Como solicitar informações de forma eletrônica ?

Clique >> AQUI << para preencher o formulário eletrônico de solicitação de informações do SIC (Serviço de Informações ao Cidadão).

Como solicitar informações pessoalmente ?

Imprima e preencha o respectivo formulário abaixo, e entregue no SIC (Serviço de Informações ao Cidadão).

Formulário para pedido de acesso à informação - Pessoa natural
Formulário de Solicitação de Informação - Pessoa jurídica
Formulário para recurso - Pessoa natural
Formulário para recurso - Pessoa jurídica
Formulário para Respostas

Como acompanhar o pedido de informação ?

De posse do Número do Protocolo, clique >> AQUI << para consultar o andamento do processo relacionado ao seu Pedido de Informações.

OBS 1: no campo "Exercício", informe o ANO que foi feito o Pedido de Informação.
OBS 2: no campo "Número", informe o Número do Protocolo.
OBS 3: no campo "Tipo", selecione a opção "SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO".

Relatório Estatístico

Cliquei AQUI para acessar o Relatório Estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos.

FAQ - Perguntas Frequentes
Acessibilidade
Links Úteis

PONTOS TURÍSTICOS

Ver todos os pontos turísticos

EVENTOS

13 Jan	ESTAÇÃO VERÃO 2018 Local: UNISC E PRAÇAS
15 Jan	COLÔNIA DE FÉRIAS Local: PARQUE DA OKTOBERFEST
20 Jan	ESCOLHA DA CORTE DO CARNAVAL 2018 Local: PAVILHÃO CENTRAL - PARQUE DA OKTOBERFEST

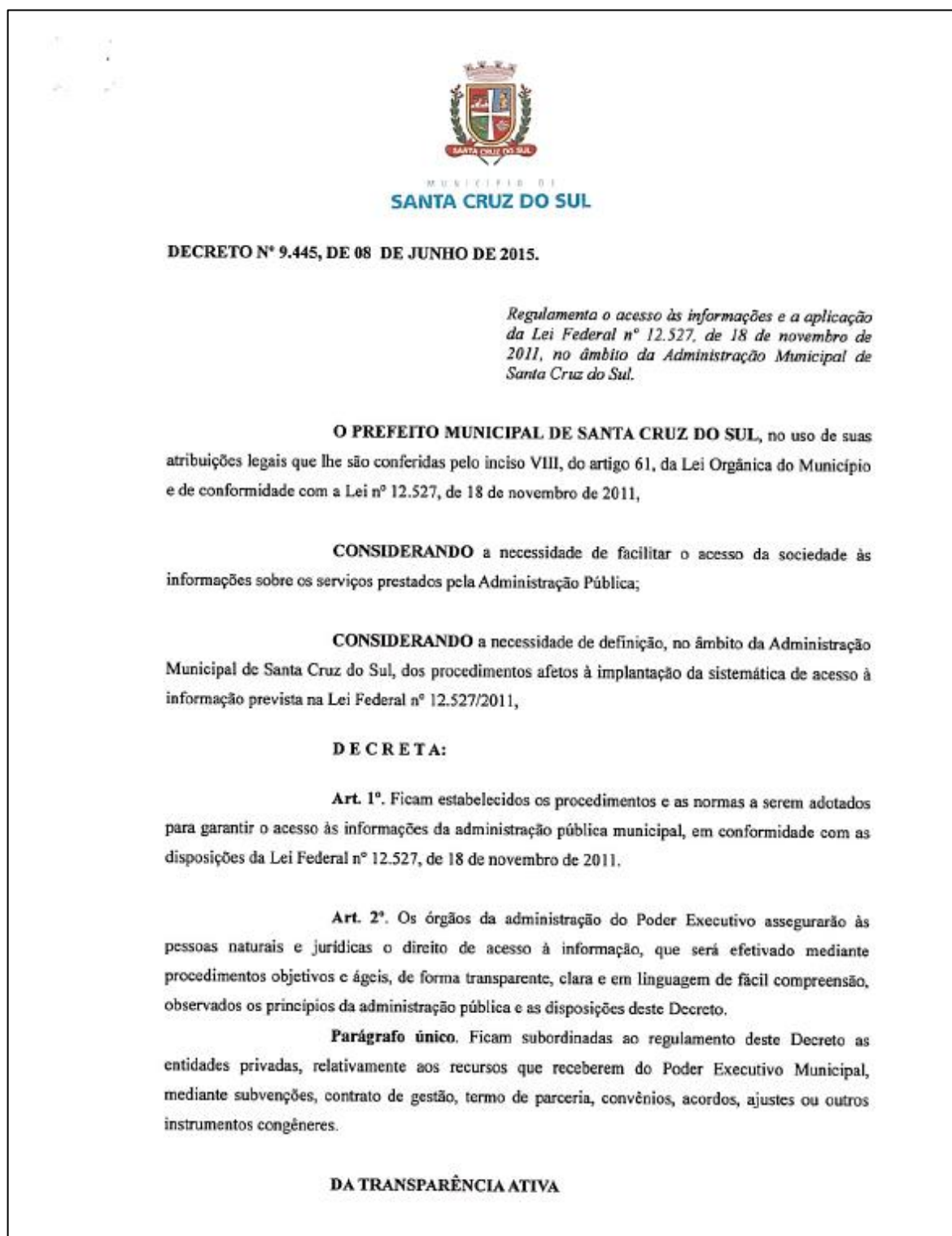
Ver todos os eventos

Fonte: (<http://www.santacruz.rs.gov.br/servicos/lei-de-acesso-a-informacao-lai>).

ANEXO CC – Página “e-SIC”

The screenshot shows a web browser window titled "SIC - Serviço de Informações ao Cidadão". The interface includes a header with "Salvar" and "Cancelar" buttons. Below the header, there are several dropdown menus: "Tipo" (SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO), "Grupo" (SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO), and "Assunto" (Nenhum). A large text area is labeled "Motivo e endereço da denúncia" and contains a small icon for text formatting and a character count "Caracteres restantes: 2000". At the bottom, there are input fields for "Solicitante", "Email", "CPF", and "Telefone".

Fonte: (<http://grp.santacruz.rs.gov.br/grp/processos/acessoexterno/ouvidoria.faces>).

ANEXO DD – Decreto Nº 9.445, de 8 de junho de 2015 (primeira página)

Fonte: (http://www.santacruz.rs.gov.br/download2015/LAI/Decreto%209445_2015.pdf).

ANEXO EE – Página “Governo”

The screenshot displays the 'Governo' section of the Veracruz website. At the top, there is a navigation bar with links for PRINCIPAL, MUNICÍPIO, GOVERNO, TRANSPARÊNCIA, SERVIÇOS, NOTÍCIAS, and CONTATO. Below this is a search bar and a 'BUSCAR' button. The main content area is divided into several sections:

- PRINCIPAIS SERVIÇOS:** A list of services including Serviços, Serviços Online, Licitações, Editais, Legislação, Transparência, Contratos, Contas Públicas, Projetos, Diárias, Patrimônio, Diário Oficial, Inscrições para vagas em EMEIS, Município, Governo, Conselhos Municipais, Galeria de Prefeitos, Telefones Úteis, Links Úteis, SIC, and Ouvidoria.
- AGENDA DE EVENTOS:** A calendar for DEZEMBRO 2017, showing dates from 1 to 31.
- DÉ SUA OPINIÃO:** A section for user feedback with radio buttons for Saúde, Educação, and Cultura, and a checkbox for 'Não sou um robô'.
- SECRETARIAS:** A grid of secretariats, each with a photo of the responsible official, their name, contact information, and address.
 - GABINETE DO PREFEITO:** Responsável: GABINETE DO PREFEITO. Telefone: (51) 3718-1222. Endereço: Avenida Nestor Frederico Herin, nº 1.645, Centro. Atendimento: 7h30 às 11h30 e 13h às 17h.
 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:** Responsável: LEANDRO CLAIR WAGNER. Telefone: (51) 3718-1222. Endereço: Avenida Nestor Frederico Herin, nº 1.645, Centro. Atendimento: 7h30 às 11h30 e 13h às 17h.
 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE:** Responsável: GILSON ADRIANO BECKER. Telefone: (51) 3718-1039. Endereço: Avenida Nestor Frederico Herin, nº 1.491, Centro. Atendimento: 7h30 às 11h30 e 13h às 17h.
 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:** Responsável: CLÁUDIO STÖCKEL. Telefone: (51) 3718-2759. Endereço: Rua Jacob Doern, nº 87, Centro. Atendimento: 7h30 às 11h30 e 13h às 17h. (Note: Quarta-feira ocorre expediente interno no turno de manhã e, portanto, não há atendimento ao público.)
 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS:** Responsável: MARCOS IVAN DOS SANTOS. Telefone: (51) 3718-1222. Endereço: Avenida Nestor Frederico Herin, nº 1.645, Centro. Atendimento: 7h30 às 11h30 e 13h às 17h.
 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTES E LAZER:** Responsável: LUCAS DALFRANCIS DA SILVA. Telefone: (51) 3718-1826. Endereço: Rua Jacob Doern, nº 111, Centro. Atendimento: 7h30 às 11h30 e 13h às 17h.
 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:** Responsável: CARRIELA FERRERA. Telefone: (51) 3718-1520. Endereço: Rua Ipiranga, nº 648, Centro. Atendimento: 7h30 às 11h30 e 13h às 17h.
 - SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E TRÂNSITO:** Responsável: GILSON ADRIANO BECKER. Telefone: (51) 3718-1222. Endereço: Rua Osvaldo Aranha, Bairro Rincão da Serra. Atendimento: 7h30 às 11h30 e 13h às 17h.
 - SECRETARIA DE SAÚDE:** Responsável: LUSIANA PALMA FLORES. Telefone: (51) 3718-1222. Endereço: Rua Júlio Wili, nº 28, Bairro Centro. Atendimento: 7h30 às 11h30 e 12h30 às 16h30.
- DEPARTAMENTOS:**
 - SINE:** Responsável: SIDNEI FERNANDES. Telefone: (51) 3718-4040. Endereço: Rua Ipiranga, nº 648. Atendimento: 7h30 às 11h30 e 13h às 17h.
- CONSELHOS MUNICIPAIS:** A grid of municipal councils, each with a photo of the responsible official, their name, contact information, and address.
 - CACS-FUNDEB - ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO:** Responsável: TÁVIA MARLI CRUZ EICHWALD. Telefone: (51) 3718-2042 ou (5) 3038100000. Endereço: Av. Nestor Frederico Herin, 1645 Vera Cruz-RS. Cep: 96880-000. Atendimento: (empty).
 - CAF - CONSELHO ADMINISTRATIVO DO FUNDO ROTATIVO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO:** Responsável: (empty). Telefone: (51) 3718-2042 ou (5) 3038100000. Endereço: Av. Nestor Frederico Herin, 1645 Vera Cruz-RS. Cep: 96880-000. Atendimento: (empty).
 - CAC - CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA:** Responsável: ADRIENE GARCIA. Telefone: (51) 3718-2042 ou (5) 3038100000. Endereço: Av. Nestor Frederico Herin, 1645 Vera Cruz-RS. Cep: 96880-000. Atendimento: (empty).
 - CME - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:** Responsável: (empty). Telefone: (51) 3718-2759 ou (5) 3038100000. Endereço: Rua Jacob Doern, 87. Atendimento: (empty).
 - CMP - CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA:** Responsável: CARLOS LIZIANNI. Telefone: (51) 3718-2042 ou (5) (empty).
 - CAE - CONSELHO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA:** Responsável: ROCHELI WAGNER. Telefone: (51) 3718-2042. Endereço: Av. Nestor Frederico Herin, 1645 Vera Cruz-RS. Cep: 96880-000. Atendimento: (empty).
 - CECOMSP - CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA:** Responsável: (empty). Telefone: (51) 3718-2042 ou (5) 3038100000. Endereço: Av. Nestor Frederico Herin, 1645 Vera Cruz-RS. Cep: 96880-000. Atendimento: (empty).
 - CMDM - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER:** Responsável: LUCIA LISETTE STAUB. Telefone: (51) 3718-2042 ou (5) 3038100000. Endereço: Av. Nestor Frederico Herin, 1645 Vera Cruz-RS. Cep: 96880-000. Atendimento: (empty).
 - CMJ - CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE:** Responsável: (empty). Telefone: (51) 3718-2042 ou (5) 3038100000. Endereço: Av. Nestor Frederico Herin, 1645 Vera Cruz-RS. Cep: 96880-000. Atendimento: (empty).
 - CMS - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:** Responsável: ERICH SCHNEIDER DE OLIVEIRA. Telefone: (51) 3718-2042 ou (5) (empty).

Fonte: (https://veracruz.rs.gov.br/portal/secretarias).

ANEXO FF – Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Vera Cruz – Transferência financeira

Transferência Financeira

Ano: 2017
 Tipo Movimento: CONCESSÃO
 Entidade: MUNICIPIO DE VERA CRUZ
 Período: JANEIRO a NOVEMBRO

Gerar

As Transferências Financeiras representam recursos financeiros extraorçamentários que são repassados de uma entidade pública para outra dentro da mesma esfera de governo

Os meses que não apresentam movimento de previsão ou execução, **NÃO** são listados nos filtros!

PRONIM TB 517.03.03-004
 Av. Nestor Frederico Henn, 1645Centro - CEP:96880-000 - Telefone:(51) 3718-1222
 Atendimento: 07:30 às 11:30 e 13:00 às 16:00
 Contato: contabilidade2@veracruz.rs.gov.br
 Marcos Ivan dos Santos

Última Atualização em: 08/01/2018

Volta | Imprimir | Exportar PDF | Exportar Excel | Exportar CSV

Filtros Utilizados

Exercício 2017
 Tipo Movimento CONCESSÃO
 Período JANEIRO a NOVEMBRO

Transferências Financeiras

Código da Transferência	Unidade Gestora		Fonte de Recurso	Programação Inicial
	Concessora	Recebadora		
2	PREFEITURA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL	Recurso Livre	R\$ 50.718,04
2	PREFEITURA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL	Recurso Livre	R\$ 50.946,51
2	PREFEITURA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL	Recurso Livre	R\$ 2.549.510,43
Totais				R\$ 2.651.174,98

PRONIM TB 517.03.03-004
 Av. Nestor Frederico Henn, 1645Centro - CEP:96880-000 - Telefone:(51) 3718-1222
 Atendimento: 07:30 às 11:30 e 13:00 às 16:00
 Contato: contabilidade2@veracruz.rs.gov.br
 Marcos Ivan dos Santos

Fonte: (http://201.41.40.14/pronimtb/).

ANEXO GG – Página “Contas Públicas”

The screenshot shows the 'Contas Públicas' section of the Veracruz website. At the top, there is a navigation bar with the Veracruz logo and various menu items like 'MUNICÍPIO', 'GOVERNO', 'TRANSPARÊNCIA', 'SERVIÇOS', 'NOTÍCIAS', and 'CONTATO'. Below this is a search bar with the text 'Busca detalhada' and three input fields: 'CATEGORIA', 'SUBCATEGORIA', and 'ASSUNTO'. A 'Pesquisar' button is located to the right of these fields. Below the search bar, a message states '118 ARQUIVOS foram encontrados'. The main content area displays a list of 11 records, each with a document icon, a title, and a date. The records include:

- Fundo Municipal de Previdência - FMP - RESUMO DE RECEITAS E DESPESAS - 09/2017 (Data: 30/09/2017)
- Balancetes mensais - Balancetes Receita e Despesa Setembro 2017 (Data: 30/09/2017)
- Balancetes mensais - Balancetes Receita e Despesa Agosto 2017 (Data: 30/08/2017)
- Balancetes mensais - Balancetes Receita e Despesa Julho 2017 (Data: 30/07/2017)
- Fundo Municipal de Previdência - FMP - RESUMO DE RECEITAS E DESPESAS - 06/2017 (Data: 30/06/2017)
- Balancetes mensais - Balancetes Receita e Despesa Junho 2017 (Data: 30/06/2017)
- Balancetes mensais - Balancetes Receita e Despesa Maio 2017 (Data: 30/05/2017)
- Fundo Municipal de Previdência - FMP - RESUMO DE RECEITAS E DESPESAS - 04/2017 (Data: 30/04/2017)
- Balancetes mensais - Balancetes Receita e Despesa Abril 2017 (Data: 30/04/2017)
- Balancetes mensais - Balancetes Receita e Despesa Março 2017 (Data: 30/03/2017)
- Metas Fiscais - Relatório Anual de Metas Fiscais 2º Quadrante 2018 (Data: 30/06/2017)
- Balancetes mensais - Balancetes Receita e Despesa Fevereiro 2017 (Data: 29/02/2017)
- Balancetes mensais - Balancetes Receita e Despesa Janeiro 2017 (Data: 31/01/2017)

On the left side, there is a sidebar with a 'PRINCIPAIS SERVIÇOS' section containing a list of services like 'Serviços', 'Serviços Online', 'Licitações', etc. Below this is an 'AGENDA DE EVENTOS' section with a calendar for December 2017. At the bottom of the sidebar, there is a 'Mais informações' section with a 'Ver mais informações' button.

Fonte: (https://veracruz.rs.gov.br/portal/contas_publicas).

ANEXO HH – Página “LicitaCon Cidadão” referente à Prefeitura Municipal de Vera Cruz

TCE-RS LicitaCon Cidadão PM DE VERA CRUZ Alterar Órgão

LicitaCon / Licitações e Contratos

As informações e os documentos exibidos foram cadastrados em atendimento à Resolução nº 1050/2015 e não foram previamente examinados por este Tribunal. Seus conteúdos são de inteira responsabilidade da unidade que o cadastrou. A divulgação das licitações e contratos neste espaço não substitui as publicações legalmente exigidas.

PM DE VERA CRUZ

Licitações	Contratos
<p>Licitações Visão geral das licitações do órgão</p> <p>Todas Todas as licitações do órgão 341</p> <p>Novas Licitações aguardando propostas 3</p> <p>Em Andamento Licitações com prazo para recebimento de propostas encerrado 8</p> <p>Encerradas Licitações encerradas 330</p>	<p>Contratos Visão geral dos contratos do órgão</p> <p>Todos Todos os contratos do órgão 135</p> <p>Em Andamento Contratos vigentes 135</p> <p>Encerrados Contratos encerrados 0</p>

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

release 1.0 Ativar Modo de Leitor de Tela

Fonte: (http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:4::NO::F50500_CD_ORGAO:62700&cs=1Zmo d4Py1or7M92c3da4l3l84uxg).

ANEXO II – Página “Contratos”

VERA CRUZ
Capital das Ginças

PRINCIPAL | MUNICÍPIO | GOVERNO | TRANSPARÊNCIA | SERVIÇOS | NOTÍCIAS | CONTATO

Sistema de Informação ao Cidadão

Ir para o conteúdo | Ir para o menu | Ir para a busca | Ir para o rodapé | Siga-nos: f t i+ | (51) 3718-1222 | (51) 9985-10387 | Digite aqui o que você precisa... **BUSCAR**

■ ACESSO RÁPIDO **CIDADÃO** EMPRESAS SERVIDOR TURISMO ACESSO À INFORMAÇÃO

Contratos

Principal **Contratos e Aditivos**

BUSCA DETALHADA

NOME DA CONTRATADA: N° DO PROCESSO: DATA INÍCIO ASSINATURA:
 Nome da Contratada N° do Processo Data Início Assinatura

DATA FIM ASSINATURA:
 Data Fim Assinatura **BUSCAR**

- ROQUE SCHUH E CIA LTDA** - Processo: 239 - Data da Assinatura: 21/12/2017 Valor do Contrato: R\$ 1.792,00
 Início Vigência: 05/01/2018 Encerramento Vigência: 04/01/2019
 Dispensa de Licitação
- J.Melucelli Equipamentos S/A** - Processo: 139.2017 - Data da Assinatura: 19/12/2017 Valor do Contrato: R\$ 1.001.000,00
 Início Vigência: 19/12/2017 Encerramento Vigência:
- Mondial Veiculos -** - Processo: 230/2017 - Data da Assinatura: 19/12/2017 Valor do Contrato: R\$ 656.000,00
 Início Vigência: 19/12/2017 Encerramento Vigência:
- Casa Brasil Agronegocio** - Processo: 231/2017 - Data da Assinatura: 15/12/2017 Valor do Contrato: R\$ 30.525,60
 Início Vigência: 15/12/2017 Encerramento Vigência:
- Cesar Augusto Klekow** - Processo: 231/2017 - Data da Assinatura: 15/12/2017 Valor do Contrato: R\$ 7.895,90
 Início Vigência: 15/12/2017 Encerramento Vigência:

Exportar para [CSV](#) | [PDF](#)

PRINCIPAIS SERVIÇOS Links Úteis e Serviços

- Serviços
- Serviços Online
- Licitações
- Editais
- Legislação
- Transparência
- Contratos
- Contas Públicas
- Projetos
- Diárias
- Patrimônio
- Diário Oficial
- Inscritos para vagas em EMEIS
- Município
- Governo
- Conselhos Municipais
- Galeria de Prefeitos
- Telefones Úteis
- Links Úteis
- SIC
- Ouvidoria
- Contato

AGENDA DE EVENTOS

DEZEMBRO 2017

S	T	Q	Q	S	S	D
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10

Fonte: (<https://veracruz.rs.gov.br/portal/contratos>).

ANEXO JJ – Página de busca – filtro “Projetos”

The screenshot shows the search results page for 'Projetos' on the Vera Cruz website. The header includes the city logo and navigation menu. The search bar shows 'Busca' and 'Principal'. The results are categorized by 'Resultados em:' with filters for 'SERVIÇOS (1)', 'FOTOS (1)', 'SECRETÁRIAS (11)', 'TELEFONES ÚTEIS (0)', 'LINKS ÚTEIS (0)', and 'PROJETOS (9)'. The main content area lists several projects, each with a title, date, and objective. A sidebar on the left lists 'PRINCIPAIS SERVIÇOS' and 'AGENDA DE EVENTOS'. A calendar for 'DEZEMBRO 2017' is visible at the bottom left.

Arquivado em: PROJETOS	Projeto Primeira Infância Melhor (PIM) Data: 01/10/2014	Programa do Governo Estadual que tem por objetivo orientar as famílias a partir de sua cultur
Arquivado em: PROJETOS	De Olho na Balança Data: 29/09/2014	Educação Objetivo: incentivar alimentação saudável, a práaaacut
Arquivado em: PROJETOS	Projeto Drogas vem pensar * Data: 29/09/2014	Educação *Elaborado e executado em rede, em parceria com as Secretarias de Desenvol
Arquivado em: PROJETOS	Projeto Despertar Data: 29/09/2014	Educação Objetivo: Prevenção ao trabalho infantil com atividades no c
Arquivado em: PROJETOS	Projeto Verde e Vida Data: 29/09/2014	Educação Coordenadora: Mariani Inês Stoeckel Escolas envolvidas: EMEF Jos&ea
Arquivado em: PROJETOS	Projeto Horta e jardins nas Escolas Data: 29/09/2014	O projeto tem como meta, incentivar e motivar os alunos a se preocuparem com a produçã
Arquivado em: PROJETOS	Prodecon (Programa de Desenvolvimento Socioeconômico de Vera Cruz) Data: 29/09/2014	Desenvolvimento Econômico Visa o disciplinamento da política de incentivos ao desenv
Arquivado em: PROJETOS	Mais Basquete Data: 29/09/2014	Esporte e Lazer Objetivo: Projeto que está sendo otimizado em parceria com a FUNDERGS e vi
Arquivado em: PROJETOS	Projeto de Férias Data: 29/09/2014	Esporte e Lazer Fonte: Núcleo de Comunicação Social Coordenador: Susana S

Fonte: (<https://veracruz.rs.gov.br/portal/busca>).

ANEXO KK – Página “FAQ”

VERA CRUZ
Capital das Gincoanas

PRINCIPAL | MUNICÍPIO | GOVERNO | TRANSPARÊNCIA | SERVIÇOS | NOTÍCIAS | CONTATO

Sistema de Informação ao Cidadão

Ir para o conteúdo | Ir para o menu | Ir para a busca | Ir para o rodapé | Siga-nos: f t y i (51) 3718-1222 (51) 9985-10387 Digite aqui o que você precisa... BUSCAR

ACESSO RÁPIDO CIDADÃO EMPRESAS SERVIDOR TURISMO ACESSO À INFORMAÇÃO

FAQ

Principal FAQ

Perguntas Frequentes - SIC

» **LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO**

Perguntas frequentes referentes à Lei de Acesso à Informação

» **Caso seja negada a informação posso apresentar recurso contra a decisão?**
Sim, o interessado poderá apresentar recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

» **Os pedidos de informações devem ser motivados?**
Não, a lei de acesso à informação estabelece que o requerente está dispensado de motivar seus pedidos.

» **Quais os meios disponibilizados ao cidadão para requerer informações ao Município de Vera Cruz?**
São duas formas: a) ir pessoalmente no Centro Administrativo da Prefeitura, situado na Av. Nestor Frederico Henn, 1645, Centro, e protocolar pedido, ou; b) preencher o formulário on line no Portal do Município.

» **Qual o prazo que o Município tem para repassar as informações requeridas?**
Segunda a Lei de acesso à informação o município tem 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias para entregar a resposta ao requerente.

» **Quem pode requerer informações aos Entes Públicos?**
Qualquer pessoa pode requerer informações aos órgãos públicos, independentemente da nacionalidade e da capacidade civil.

» **Todas as informações dos Poderes Públicos são de acesso público?**
A lei de acesso à informação estabelece que, em regra, as informações devem ser publicizadas, porém há determinadas situações em que elas devem ser mantidas em sigilo como, por exemplo, assuntos que envolvam a segurança da sociedade e do Estado.

» **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

Perguntas frequentes referentes ao Portal da Transparência

» **Quais os órgãos públicos que estão obrigados informar os dados da receita e da despesa no Portal da Transparência?**
Todos os entes públicos da Administração Pública Direta e Indireta, inclusive os fundos e as empresas públicas.

» **Qual a legislação que criou o Portal da Transparência?**
O portal da transparência no Brasil foi introduzido através da promulgação da Lei Complementar nº 131, de 27/05/2009, que alterou a Lei Complementar nº101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

» **Qual é o objetivo do Portal da Transparência?**
O Portal da Transparência tem por objetivo disponibilizar informações referente a aplicação dos recursos públicos pelos entes públicos. Através do Portal, qualquer cidadão pode acompanhar a gestão das finanças públicas.

» **Qual o local em que as informações do Portal da Transparência são extraídas?**
As informações disponibilizadas no Portal da Transparência são extraídas dos registros contábeis e do orçamento do Município e disponibilizadas em tempo real.

» **Que tipo de informações poderão ser obtidas através do Portal da Transparência?**
No Portal da Transparência podem ser encontradas informações sobre o orçamento Municipal (PPA, LDO e LOA), as receitas auferidas, as despesas realizadas e as informações relativas ao quadro de servidores municipais.

» **SINE**

Perguntas frequentes referentes ao SINE

» **Como me candidatar para uma vaga do SINE?**
Basta comparecer ao Sine Vera Cruz com os seguintes documentos:
Carteira de Trabalho;
Identidade;
CPF;
Comprovante de Residência.

» **O que preciso levar para fazer a Carteira de Identidade?**
O serviço acontece todas as Quartas-feiras das 8:00-11:30 e 13:00-16:00 sendo liberadas 5 senhas por turno.
Para emitir a 1ª via (maiores de 16 anos) é necessário trazer:
Duas fotos 3x4 recente, sem adornos e fundo branco.
Número do CPF
Número do PIS (se houver).
Certidão de Nascimento ou de Casamento (original) em ótimo estado.

» **O que preciso levar para fazer a Carteira de Trabalho?**
Para fazer a 1ª e 2ª via trazer:
Foto colorida 3x4 (menos de 6 meses);
Número do CPF;
Identidade (RG), não possuindo apresentar Certidão de Nascimento em ótimo estado;
Título eleitoral e CNH (se possuir).
Em caso de perda ou furto (apresentar também):
Boletim de Ocorrência (B.O.);
Número da CTPS (2ª via).

» **Qual é o prazo para requerer o seguro-desemprego?**
O prazo para requerer o benefício é de 120 (cento e vinte) dias corridos subsequentes à data da dispensa, tendo uma carência de 07 (sete) dias, também, subsequentes a esta.

» **Que documentos são necessários para encaminhar o Seguro-desemprego?**
Comunicação de Dispensa (via marrom) e Requerimento do seguro-desemprego (via verde), que são fornecidos e preenchidos pelo empregador após a demissão.
Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho quitado pelo empregador;
Carteira de Trabalho e Previdência Social;
Documento de identificação (carteira de identidade, certidão de nascimento ou casamento com o protocolo de requerimento de nova identidade, carteira de motorista com foto, passaporte ou certificado de reservista);
Cartão do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Cartão do PIS/Pasep ou Cartão do Cidadão.

» **Quem estiver recebendo seguro-desemprego e conseguir outro emprego formal, continua recebendo o benefício?**
O benefício é cancelado no caso de admissão em novo emprego. No caso de uma nova demissão, no período máximo de 16 meses da demissão anterior, é possível retomar o recebimento das parcelas. Passado o período de 16 meses, o empregado terá de fazer uma nova requisição do seguro-desemprego.

PRINCIPAIS SERVIÇOS Links Úteis e Serviços

- Serviços
- Serviços Online
- Licitações
- Editais
- Legislação
- Transparência
- Contratos
- Contas Públicas
- Projetos
- Diárias
- Patrimônio
- Diário Oficial
- Inscritos para vagas em EMEIS
- Município
- Governo
- Conselhos Municipais
- Galeria de Prefeitos
- Telefones Úteis
- Links Úteis
- SIC
- Ouvitoria
- Contato

AGENDA DE EVENTOS

DEZEMBRO 2017

S	T	Q	Q	S	S	D
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

DE SUA OPINIÃO - Veja outros enquetes

Em qual secretaria o Município de Vera Cruz deveria investir mais?

Saúde.

Educação.

Cultura.

Não sou um robô

votar e ver os resultados

Fonte: (<https://www.veracruz.rs.gov.br/portal/faq/1>).

ANEXO LL – Notícia “Novembro Azul também previne o câncer de pele”

The screenshot shows the official website of Vera Cruz, Mato Grosso do Sul. The header includes the city's name and logo, along with navigation links for PRINCIPAL, MUNICÍPIO, GOVERNO, TRANSPARÊNCIA, SERVIÇOS, NOTÍCIAS, and CONTATO. A search bar and contact information (phone numbers (51) 3718-1222 and (51) 9985-10387) are also present.

The main content area features a news article titled "Novembro Azul também previne o câncer de pele" dated 10/11/2017 at 16:42:00. The article text reads: "A Secretaria de Saúde de Vera Cruz e a Liga Feminina de Combate ao Câncer realizam uma campanha para prevenção ao câncer de pele. A proposta faz parte das ações do Novembro Azul, mês de prevenção ao câncer de próstata. Os atendimentos com dermatologista, no entanto, também são extensivos às mulheres. Serão ofertadas 100 consultas, custeadas pela Liga. Podem receber atendimento homens e mulheres com feridas na pele que não cicatrizam, lesões na pele não arredondadas e com bordas irregulares, lesões na pele com mais de uma cor, que crescem ou que mudam de forma e coloração e que podem arder e coçar. Quem estiver com algum desses sintomas, deve procurar o posto de saúde mais próximo até o dia 27 de novembro para avaliação. De acordo com os critérios da campanha, o clínico geral fará o encaminhamento para o dermatologista, que atenderá conforme agendamentos, no Posto de Saúde Central." The source is cited as "Fonte: Núcleo de Comunicação Social".

Below the article, there are buttons for "IMPRIMIR", "ENVIAR PARA UM AMIGO", and "CADASTRE-SE PARA RECEBER NOTÍCIAS". A social media sharing section includes "Curtir" and "Compartilhar" buttons. A "VOLTAR" button is located at the bottom left of the article content.

On the right side of the article, there is a photograph showing a group of people sitting in a room, likely attending a health consultation or a community meeting. Two upward-pointing arrows are visible to the right of the image.

Fonte: (<https://www.veracruz.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/1121/Novembro-Azul-tamb%C3%A9m-previne-o-c%C3%A2ncer-de-pele>).

ANEXO MM – Notícia “Pavimentação comunitária tem início na José Rodrigues de Carvalho”

The screenshot displays the official website of Vera Cruz, Mato Grosso do Sul. The header includes the city's name, logo, and navigation menu with links for PRINCIPAL, MUNICÍPIO, GOVERNO, TRANSPARÊNCIA, SERVIÇOS, NOTÍCIAS, and CONTATO. A search bar and contact information (phone numbers 3718-1222 and 9985-10387) are also present. Below the header, there are quick access buttons for CIDADÃO, EMPRESAS, SERVIDOR, TURISMO, and ACESSO À INFORMAÇÃO.

The main content area features a 'Notícias' section with a sub-menu for 'PRINCIPAIS SERVIÇOS' and 'Links Úteis e Serviços'. The featured news article is dated 09/11/2017 at 16:40:00 and is titled 'Pavimentação comunitária tem início na José Rodrigues de Carvalho'. The article text states that on January 15, 2018, residents of Rua José Rodrigues de Carvalho must say goodbye to dust and dirt. The work involves paving 36 lots in the Loteamento Bosques de Villa Thereza II. The project includes topography, terracing, preparation of the base, and compactation. The work was initiated on Friday, January 9, 2018, and is expected to be completed within 45 days. The article also mentions that the work was supervised by the Secretary of Works, Sanitation, and Traffic, and that the paving was done by the community paving program.

Below the article text, there is a photo showing construction workers on a dirt road. The article includes a source attribution to 'Núcleo de Comunicação Social' and social media sharing options (IMPRIMIR, ENVIAR PARA UM AMIGO, CADASTRE-SE PARA RECEBER NOTÍCIAS, Curtir, and Compartilhar). A 'VOLTAR' button is located at the bottom of the article.

Fonte: (<https://www.veracruz.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/1122/Pavimenta%C3%A7%C3%A3o-comunit%C3%A1ria-tem-in%C3%ADcio-na-Jos%C3%A9-Rodrigues-de-Carvalho>).

ANEXO NN – Notícia “Diárias de outubro podem ser conferidas”

The screenshot shows the website of Veracruz, Capital das Ginzeiras. The main navigation bar includes links for PRINCIPAL, MUNICÍPIO, GOVERNO, TRANSPARÊNCIA, SERVIÇOS, NOTÍCIAS, and CONTATO. A search bar is located at the top right. Below the navigation, there are several service buttons: ACESSO RÁPIDO, CIDADÃO, EMPRESAS, SERVIDOR, TURISMO, and ACESSO À INFORMAÇÃO.

The news article is titled "Diárias de outubro podem ser conferidas" and is dated 09/11/2017 às 13:40:00. The text states: "A despesa com diárias pagas no mês de outubro já pode ser conferida no site do município e no quadro de atos oficiais da Prefeitura de Vera Cruz. Os documentos (anexos) detalham o nome do servidor público, a função, o valor recebido e o motivo da viagem que originou o gasto. A divulgação está prevista no decreto n.º 5.484, de 10 de março de 2017."

The article includes a table titled "DESPESAS COM DIÁRIAS OUTUBRO" with the following data:

SECRETARIA	VALOR	PERCENTUAL
Secretaria de Saúde	16.911,00	72,00%
Gabinete do Prefeito	4.551,00	19,38%
Secretaria de Planejamento e Finanças	720,00	0,68%
Desenvolvimento Social	630,00	2,68%
Secretaria Desenvolvimento Rural	270,00	1,15%
Secretaria de Obras	180,00	3,07%
Secretaria de Educação	135,00	0,57%
Secretaria de Cultura	90,00	0,38%
Gabinete do Vice-Prefeito	-	-
Secretaria de Administração	-	-
Desenvolvimento Econômico	-	-
Procuradoria Jurídica	-	-
Esporte	-	-
TOTAL	23.487,00	100,00%

The table also notes: "*Adiantamentos somam R\$ 17.730,00".

Below the table, there are three download links for PDF files: "RELAÇÃO DE PAGAMENTOS - 10,41 KB", "RELAÇÃO DE PAGAMENTOS - 6,51 KB", and "RELAÇÃO DE PAGAMENTOS - 17,89 KB".

The page also features a sidebar with "PRINCIPAIS SERVIÇOS" and a calendar for "DEZEMBRO 2017".

Fonte: (<https://www.veracruz.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/739/Di%C3%A1rias-de-outubro-podem-ser-conferidas>).

ANEXO OO – Página “Contato”

VERA CRUZ
Capital das Ginças

PRINCIPAL | MUNICÍPIO | GOVERNO | TRANSPARÊNCIA | SERVIÇOS | NOTÍCIAS | CONTATO

Sistema de Informação ao Cidadão

Ir para o conteúdo | Ir para o menu | Ir para a busca | Ir para o rodapé | Siga-nos: [ícones] | (51) 3718-1222 | (51) 9985-10387 | Digite aqui o que você precisa... **BUSCAR**

ACESSO RÁPIDO | **CIDADÃO** | EMPRESAS | SERVIDOR | TURISMO | ACESSO À INFORMAÇÃO

Contato

Principal | Contato

Prezado(a),

Agradecemos sua visita ao site da Vera Cruz / RS.
Suas sugestões e reclamações serão bem-vindas e encaminhadas às áreas competentes. Basta preencher o formulário abaixo.

Ou se preferir, entre em contato por telefone.

Telefone para Contato:
(51) 3718-1222 | (51) 9985-10387
| (51) 3718-1008

Localização:
Avenida Nestor Frederico Henn, nº 1645 - Centro - Vera Cruz / RS - 96880-000

Horário de Atendimento:
Segunda a Sexta-feira das 07:30h às 11:30h e das 13.00h às 17.00h

PRINCIPAIS SERVIÇOS Links Úteis e Serviços

- Serviços
- Serviços Online
- Licitações
- Editais
- Legislação
- Transparência
- Contratos
- Contas Públicas
- Projetos
- Diárias
- Patrimônio
- Diário Oficial
- Inscritos para vagas em EMEIS
- Município
- Governo
- Conselhos Municipais
- Galeria de Prefeitos
- Telefones Úteis
- Links Úteis
- SIC
- Ouvidoria
- Contato

AGENDA DE EVENTOS

JANEIRO 2018

S	T	Q	Q	S	S	D
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

FORMULÁRIO DE E-MAIL
Preencha os campos abaixo para enviar sua mensagem. (*) Campos obrigatórios.

Informe seu nome:

Informe seu telefone:

Informe seu e-mail:

Informe seu endereço:

- Selecione um departamento -

Não sou um robô

ENVIAR

Serviços Utilizados [Telefones Úteis](#)

Mapa: Av. Nestor Frederico Henn, 1645 - Centro, Vera Cruz - RS, 96880-000

Fonte: (<https://www.veracruz.rs.gov.br/portal/contato>).

ANEXO PP – Página “Serviço de Informação – SIC”

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

INFORMAÇÕES PRESENCIAIS

Formulário para solicitação de informação: [Acessar](#)

Endereço:
Avenida Nestor Frederico Henri, 1645, Centro, Vera Cruz - RS, CEP 95860-000

Telefone:
(51) 3718-1222

E-mail:
protocolo@veracruz.rs.gov.br

Horário de Atendimento:
De segunda a sexta-feira, 9h:00 às 17h:00 e das 18h às 17 horas.

Lei de Acesso à Informação - LAI
Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011
Lei Municipal nº 2.945, de 10.12.2012. [Veja o acesso à informação no âmbito do Município](#)

Relatório Anual Estatístico de Pedidos de Informações Ano 2015

SOU CADASTRADO / CONSULTAR SOLICITAÇÕES - Se você já é cadastrado, entre com o seu E-mail ou CPF / Senha ou Protocolo

E-mail ou () CPF ou () CNPJ Senha ou () Protocolo

FAÇA SEU CADASTRO - Faça seu cadastro e fique por dentro

E-mail

RELATÓRIOS DE INFORMAÇÕES - Relatório Estatístico dos Solicitantes

Total de Usuários Cadastrados no Sistema: 2

Período: a Origem: Todas

Exportar para:

Total de Solicitantes: 1 Total de Pedidos: 1 Pedidos em Aberto: 0

Pedidos Respondidos: 1 Pedidos Resolvidos: 0 Pedidos Indefinidos: 0

Prazo médio de respostas (em dias): 0

Dados Estatísticos

Quantidade

Abertos Respondidos Indeferidos Resolvidos

Assunto dos Pedidos

Assunto	Quantidade	Porcentagem
Documentos	0	0,00%
Saúde	0	0,00%
Educação	1	100,00%
Esporte	0	0,00%
Finanças	0	0,00%
Cultura	0	0,00%
Legislação	0	0,00%
Nominação Pública	0	0,00%
Saneamento Básico	0	0,00%
Licitações	0	0,00%
Concursos Públicos	0	0,00%
Outros	0	0,00%
Outras Informações	0	0,00%
TOTAL	1	

ANEXO QQ – Página “Portal de Acesso à Informação Pública”

The screenshot displays the 'Portal de Acesso à Informação Pública' of Veracruz. At the top, there is a navigation bar with the city logo and menu items: PRINCIPAL, MUNICÍPIO, GOVERNO, TRANSPARÊNCIA, SERVIÇOS, NOTÍCIAS, and CONTATO. A search bar and contact information (phone numbers 3718-1222 and 9985-10387) are also present.

The main content area is divided into several sections:

- PRINCIPAIS SERVIÇOS:** A list of services including Licitações, Editais, Legislação, Transparência, Contratos, Contas Públicas, Projetos, Diárias, Patrimônio, Diário Oficial, Inscrições para vagas em EMEIS, Município, Governo, Conselhos Municipais, Galeria de Prefeitos, Telefones Úteis, Links Úteis, SIC, Ouvidoria, and Contato.
- AGENDA DE EVENTOS:** A calendar for DEZEMBRO 2017.
- DE SUA OPINIÃO:** A section for user feedback with options for 'saúde', 'Educação', and 'cultura', and a 'votar e ver os resultados' button.
- Contas Públicas:** A list of financial reports such as Contratos e Aditivos, Despesas com Diárias e Passagens, Audiência Pública, Contas Públicas, Disponibilidade Financeira, LDO, Lei Complementar 131, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), LOA, Balancete - Despesas, Balancete - Receitas, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Parecer do Tribunal de Contas, Tributos Arrecadados, Repasses para o Terceiro Setor, Remuneração dos Funcionários Públicos, and Variações Patrimoniais.
- Folha de Pagamento:** A section for payroll information.
- Lei de Acesso à Informação:** A section for transparency laws.
- Estrutura Funcional:** A detailed organizational chart listing various municipal departments and secretariats, including:
 - Cabinete do Prefeito (Prefeito, Vice-Prefeito, Fundo Social de Solidariedade, Junta do Serviço Militar, Assessor do Gabinete, Assistência da Chefia, Chefe do Gabinete)
 - Secretaria de Governo
 - Secretaria de Administração
 - Secretaria da Família e Bem Estar Social
 - Secretaria de Comunicação
 - Secretaria de Cultura
 - Secretaria de Segurança Pública
 - Secretaria de Desenvolvimento
 - Secretaria de Educação
 - Secretaria de Planejamento Urbano e Engenharia
 - Secretaria de Esportes
 - Secretaria da Fazenda
 - Secretaria Geral do Município
 - Secretaria de Habitação
 - Secretaria dos Negócios Jurídicos
 - Secretaria de Obras e Vias Públicas
 - Secretaria de Saúde
 - Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
 - Controladoria Geral do Município
 - Corregedoria Geral do Município
 - Secretarias e Órgãos: Administração, Assistência Social, Comunicação, Controladoria, Corregedoria, Cultura, Desenvolvimento, Educação, Engenharia, Esportes, Fazenda, Gabinete do Prefeito (Geral), Governo, Habitação, Jurídico, Obras, Saúde, Segurança, Urbanismo, and Leis e Decretos.
- Serviço de Informação ao Cidadão:** A section for citizen information requests, including eSIC - Consulta Protocolo, eSIC - Serviço de Informações ao Cidadão, eSIC - Físico, eSIC - Estatísticas de Atendimento, Ouvidoria, and Iluminação Pública.
- Licitações e Compras:** A section for procurement, including Atas de Registro de Preços, Consulta de Contratos, and Licitações.
- Saúde:** A section for health services, including Assistência Farmacêutica, Local e Horário de Atendimento dos Médicos, Transporte de Pacientes, and Estoque de Insumos.
- Relatórios:** A section for reports, including Relatórios RH, TABELAS DE REMUNERAÇÕES DE CARGOS E FUNÇÕES 2014-2015-2016, Relatórios de Pessoal (03, 04, 06, 10, 2014, 2015), and Obras da Cidade.
- Gestão de Pessoas:** A section for human resources management.

Fonte: (https://www.veracruz.rs.gov.br/porta/transparencia).

ANEXO RR – Lei Municipal nº 3.965, de 10 de dezembro de 2013 (primeira página)**LEI Nº 3.965, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.****Regula o acesso à informação no
âmbito do Município de Vera Cruz.**

ROSANE TORNQUIST PETRY, Prefeita Municipal de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo Município de Vera Cruz, com o fim de garantir o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37, no § 2º do art. 216 da Constituição da República, e na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para a realização de ações de interesse público, recursos do orçamento municipal na forma de auxílios, contribuições, subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênio, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no *caput* refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

CAPÍTULO I**DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC**

Art. 3º O acesso a informações públicas será garantido por meio dos serviços próprios criados pelos órgãos públicos, que deverão assegurar:

I – a gestão transparente da informação, propiciando o seu amplo acesso e a sua divulgação;

II – a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade